PARLAMENTARES GAÚCHOS

JOÃO GOULART

Perfil, discursos e depoimentos
(1919-1976)

51ª LEGISLATURA (2003-2007)

MESA DIRETORA

Deputado Vieira da Cunha
Presidente

Deputado João Fischer
1° Vice-Presidente

Deputado Manoel Maria
2° Vice-Presidente

Deputado Luis Fernando Schmidt
1° Secretário

Deputado Márcio Biolchi
2° Secretário

Deputado Sanchotene Felice
3° Secretário

Deputado Cézar Busatto
4° Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARLAMENTARES GAÚCHOS

JOÃO GOULART

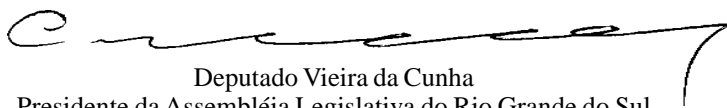
Perfil, discursos e depoimentos
(1919-1976)

Projeto MEMÓRIA DO PARLAMENTO

Departamento de Relações Institucionais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Tivemos 21 anos de ditadura, de supressão das liberdades políticas, de prisões, de torturas, de banimentos, humilhações e mortes. E hoje podemos dizer, com clareza, que nenhuma das grandes questões, nenhuma das graves distorções e iniqüidades que causam o sofrimento da grande massa do povo brasileiro foram resolvidas. Aí estão todas elas, de modo geral, muitas vezes multiplicadas.

É essa constatação que nos leva a dedicar este volume da coleção **Parlamentares Gaúchos** ao presidente João Belchior Marques Goulart, o único mandatário em toda a nossa crônica republicana a morrer no exílio. Nesta perspectiva que a História hoje nos dá, sua figura se agiganta e seu papel de líder e de governante adquire uma enorme importância.

Jango começou sua carreira política na Assembléia do Rio Grande do Sul, como deputado constituinte de 1947. Sua trajetória vertiginosa – em 14 anos, ele alcançou a Presidência da República, sempre levado pelo voto popular – é reflexo da sua profunda identificação com os anseios do povo, de sua genuína preocupação com os despossuídos, de sua enorme sensibilidade para o sofrimento das camadas populares.

Empresário rural bem sucedido, Jango sacrificou tudo em defesa do legado trabalhista que herdou de Getúlio Vargas: o profundo e inarredável compromisso com as causas do povo brasileiro, pelas quais lutou e morreu.

Ao apresentar este volume, com um painel abrangente de sua atuação como político, dirigente partidário, líder de massas e governante, acreditamos estar não apenas resgatando uma dívida com sua memória de homem público, íntegro e genuinamente democrata. Acreditamos estar, também, atendendo a uma demanda e a um compromisso com as novas gerações, das quais depende o futuro do Brasil e para as quais é indispensável conhecer aqueles que, como Jango e Getúlio, lutaram até o sacrifício da vida para que os pilares da grandeza deste país sejam a dignidade e a liberdade de seu povo.

Porto Alegre (RS), agosto de 2004.

Deputado Vieira da Cunha
Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

João Belchior Marques Goulart, filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart, nasceu na fazenda do Yguariaçá, no distrito de Itacurubi, em São Borja, no dia primeiro de março de 1919. A maioria dos livros e fontes de pesquisa que trazem sua biografia, porém, apontam 1918 como sendo o ano em que nasceu, devido à existência de uma segunda certidão de nascimento, feita a pedido do pai de Jango, que acrescentou um ano à idade para que o filho pudesse ingressar na Faculdade de Direito em Porto Alegre.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

João Belchior Marques Goulart, filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart, nasceu na Estância Yguariaçá, no distrito (hoje município) de Itacurubi, em São Borja. A maioria dos livros e fontes de pesquisa que trazem sua biografia apontam o ano de 1918, mas na verdade ele nasceu no dia 1º de março de 1919. A confusão se deve a uma segunda certidão de nascimento, feita a pedido de seu pai, que anos mais tarde acrescentou um ano à idade do filho para que ele pudesse ingressar na Faculdade de Direito em Porto Alegre.

Seu avô, Belchior Rodrigues Goulart, descendia de imigrantes vindos dos Açores, que chegaram ao Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVIII. No grupo dos primeiros açorianos estabelecidos em solo gaúcho, mais especificamente em Rio Grande, no ano de 1749, e no Porto de Viamão, em 1752, havia pelo menos três imigrantes que usavam o sobrenome de origem flamenga Govaert, aportuguesado para Goulart ou Gularte. Um deles, Manoel Nunes Goulart, constava de uma relação de açorianos na época da fundação de Porto Alegre, em 1772.

Quando Jango nasceu, a Estância Yguariaçá era um ponto isolado no interior do município de São Borja. Sua mãe, Vicentina, não teve, portanto, nenhuma assistência médica no momento do parto. Mas teve a providencial ajuda da mãe, Maria Thomaz Vasquez Marques, mulher decidida que impediu a ocorrência de uma desgraça na família. “Minha avó foi quem conseguiu reanimar o Janguinho que, ao nascer, já parecia estar morrendo”, conta dona Yolanda Goulart, a Landa, irmã do ex-presidente, de 88 anos, que reside no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

A exemplo da maioria dos açorianos, a avó materna de Jango era muito religiosa, devota do Divino Espírito Santo, a quem honrava com novenas. Ao mesmo tempo em que reanimava o neto, aquecendo-o junto ao corpo, Maria Thomaz Marques, casada com João Maria Marques, fazia orações. Invocava São João Batista, suplicando que salvasse seu neto. Chegou a fazer uma promessa: se o menino recém-nascido sobrevivesse, receberia o nome do santo, e não teria seus cabelos cortados até os três anos de idade, quando, vestido de São João Batista, acompanharia a procissão de 24 de junho.

Passado o susto provocado pelas complicações no parto, eles viram o menino franzino crescer nas terras da Yguariaçá, junto com as irmãs Eufrides, Maria, Yolanda, Cila e Neuza. Outro irmão, Rivadávia, ele não chegou a conhecer porque faleceu aos seis meses de idade, em 1920. Mas foi profundamente ligado ao irmão mais moço, Ivan, que morreu de leucemia aos 33 anos de idade,

em 1958. “A morte do mano Rivadávia foi um golpe muito duro para a família”, conta Yolanda. “Minha mãe custou a se recuperar”. Três anos mais velha do que o irmão, Yolanda explica que o apelido Janguinho, como era tratado desde criança, o ex-presidente herdou de um tio, o Jango. E que só bem mais tarde, quando ingressou na política, sendo apoiado e aconselhado por Getúlio Vargas, é que os amigos e correligionários passaram a tratá-lo por Jango.

Dona Landa lembra que o irmão teve uma infância feliz, correndo livremente pelos campos da fazenda Yguariaçá, em contato com a natureza e aprendendo todos os segredos da vida campeira, com o estímulo do pai, que gostava de ver Janguinho montando e brincando de ‘pealar’ (laçar) terneiros nas mangueiras, mal completara sete anos de idade. Mas a maior preocupação de Vicente Rodrigues Goulart era com a educação de Janguinho, que teria continuado a vida despreocupada de sua infância na fazenda se o pai não decidisse enviá-lo à escola.

A ida de Janguinho para Itaqui, cidade vizinha a São Borja, resultou de uma decisão rápida do seu pai, que em sociedade com Protásio Vargas, irmão de Getúlio Vargas, havia arrendado naquele município um pequeno frigorífico pertencente a um empresário inglês. Enquanto o pai permaneceu à frente do negócio, num período de aproximadamente dois anos, Janguinho estudou no colégio das irmãs Teresianas, junto com suas outras irmãs. Mas era uma situação especial, como explica Yolanda Goulart: “As irmãs aceitavam meninos até os 10 anos de idade, mas ele não podia dormir nas dependências do colégio. Passava o dia no colégio, como num internato, e ia dormir na casa de uns amigos do papai”. Foi em Itaqui que Jango se afeiçoou ao jogo de futebol e desenvolveu o gosto pela natação num açude existente no terreno do frigorífico.

Após retornar para São Borja, encerrando sua experiência como sócio do frigorífico, Vicente decidiu mandar o filho estudar no Ginásio Santana, em Uruguaiana, pertencente aos irmãos maristas. Janguinho cursou as quatro primeiras séries no internato do Santana, mas, ao final de 1931, foi reprovado. Irritado com o fraco aproveitamento do filho naquele ano, o pai decidiu mandá-lo estudar em Porto Alegre, no Colégio Anchieta. Embora fosse a primeira vez que visitava a Capital, o menino Jango não teve nenhum problema de adaptação porque foi morar numa pensão em companhia dos amigos Almir Palmeiro e Abadé dos Santos Ayub, este de família de São Borja e muito ligado a Goulart.

Torcedores do Sport Club Internacional e conhecedores das boas atuações de Janguinho no colégio, onde jogava como lateral-direito, eles entenderam que o futuro Presidente da República poderia ser útil nas categorias de base do clube pelo qual torciam. Então, levaram Janguinho para jogar no time infanto-juvenil do Internacional, que havia poucos meses fizera uma grande

festa para inaugurar o Estádio dos Eucaliptos, na rua Silveiro, bairro Menino Deus, em Porto Alegre.

Foi uma boa indicação. Jango passou a dividir os períodos de aula no Colégio Anchieta com os treinos e jogos dos "filhotes" do Internacional, clube fundado em quatro de abril de 1909 e que conquistara o seu primeiro título estadual em 1927.

O centroavante da equipe juvenil, em 1932, era Salvador Arízio, que fez carreira como jogador profissional, tornando-se goleador da seleção gaúcha até 1943. Arízio lembrava do companheiro como "um guri excepcional, meio fechado e muito, muito bom". Embora se tratasse de um atleta originário de uma família rica de São Borja – às vezes ia treinar nos Eucaliptos num carro de luxo (um Packard), com placa oficial – ele nunca usou, segundo relato do colega Salvador Arízio, a influência do pai rico para conseguir qualquer coisa dentro do clube. "Ele tratava todo mundo igual, principalmente nós que não tínhamos dinheiro nem para o bonde".

Trinta anos mais tarde, quando Janguinho se transformara no Jango, Presidente da República, Salvador Arízio esteve com ele em Brasília, em audiência solicitada por uma associação de jogadores gaúchos, objetivando conseguir ajuda para a construção de sua sede social. A opinião de Arízio a respeito de Jango não se modificou: "Eu entrei sozinho no gabinete do Presidente e os generais se perfilaram. O João me abraçou e chorou", lembra o ex-centroavante. "Eu só tremia, minhas pernas estavam moles. Entreguei a foto da equipe campeã de 1932, e na saída ele me prometeu uma ajuda, que mandou depois, para conseguirmos a sede da nossa associação". A emoção do Presidente revelava que ele ficara fortemente marcado pela experiência como atleta juvenil do Inter, onde se sagrou campeão em 1932. Nesse ano, também, Jango completou a terceira série do, então, curso ginasial no Colégio Anchieta, com uma atuação um tanto irregular, o que se repetiria durante os estudos na Faculdade de Direito. De volta a Uruguaiana, Jango concluiu o curso médio no Ginásio Santana.

Em sua infância no município de São Borja, Jango teve, entre seus amigos mais velhos, Abadé dos Santos Ayub, que também cursou a Faculdade de Direito, em Porto Alegre, e se tornou procurador de Justiça. "Meu pai – lembra o médico Antônio Celso Ayub – transferiu-se para a Capital antes de Jango. E como se tratava de uma pessoa de toda a confiança do pai de Jango, foi escolhido para ser uma espécie de tutor dele, porque era mais velho e morava na mesma pensão, a Saraiva. De maneira que meu pai administrava a mesada que o coronel Vicente remetia de São Borja. O Janguinho era muito mão-aberta. O coronel Vicente encontrou a melhor maneira de fazer com que a mesada durasse até o final do mês. Mas, freqüentemente, o Jango precisava de mais dinheiro, porque era realmente muito mão-aberta".

Afilhado de crisma de Jango, a quem conhecera em São Borja quando ainda era menino, no início dos anos 40 do século passado, Antônio Celso Ayub lembra que seu padrinho era admirado em São Borja, quando, já formado em Direito, retornara ao chão natal e desfilava nas ruas da cidade em automóveis luxuosos. "O Jango foi uma das figuras marcantes da minha infância. Ele era muito bondoso e interessado em ajudar os outros."

Antônio Celso Ayub lembra, também, que quando Jango se mostrou disposto a participar da vida política, sob a influência de Getúlio Vargas, na segunda metade da década de 40, quando o líder trabalhista passava os dias do auto-exílio na fazenda do Itu, seu pai desaconselhou a escolha do amigo.

"O pai dizia, brincando, que Jango estava ficando louco, porque ia se envolver com política". Jango explicava que só estava interessado em ajudar o amigo Getúlio Vargas a voltar à Presidência da República.

Quando isso ocorresse, prometia, voltaria a tratar exclusivamente dos seus negócios. "Na verdade – observa Antônio Celso Ayub – ele se entusiasmou com aquela idéia de levar o velho de volta à Presidência".

Não era apenas um envolvimento superficial. Quando Getúlio Vargas ganhou a eleição, em 1950, ele também se elegeu deputado federal, sem confirmar a decisão de sair da política como prometera a seu amigo.

A energia usada por Vicente Rodrigues Goulart para orientar o filho na vida escolar não era apenas para consumo doméstico. A população de São Borja conhecia bem a sua história, assinalada por atitudes corajosas e intensa participação política nas hostes partidárias da situação, liderada pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros. Ele foi um dos chefes mais proeminentes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), depois de ter sido escolhido para substituir o general da Guarda Nacional Manoel do Nascimento Vargas no comando municipal da agremiação fundada por Júlio de Castilhos.

A escolha do clã dos Vargas fazia sentido. Vicente Rodrigues Goulart era um homem da mais absoluta confiança e, na condição de fazendeiro abastado, dispunha de recursos suficientes para arcar com despesas necessárias à manutenção da máquina PRR no município de São Borja. Também era notória a amizade de Vicente com o filho mais velho do general Vargas, Protásio Dornelles Vargas, de quem foi sócio no frigorífico em Itaqui.

A Revolução de 1923, que dividiu o Rio Grande do Sul entre republicanos, partidários de Borges de Medeiros, e maragatos, seguidores de Joaquim Francisco de Assis Brasil, teve como presença destacada em São Borja o coronel Vicente Goulart. As fazendas do chefe político dos republicanos e coronel da Guarda Nacional, que abrangiam uma extensão de 22 mil hectares, foram invadidas e saqueadas diversas vezes por integrantes das forças a serviço dos

maragatos. Perdeu centenas de bois e viu comprovada sua opinião sempre repetida de que, nas revoluções do Rio Grande do Sul, matava-se muito mais gado do que soldados.

Na verdade, a afirmativa do coronel não correspondia inteiramente aos fatos. A Revolução de 1923 durou menos de um ano e, embora não se tenham repetido os episódios de ferocidade registrados na guerra civil 1893, quando a degola de adversários se tornou uma prática rotineira, estima-se que mais de mil gaúchos tombaram nos diversos combates que ocorreram em todo o Estado.

Líder político republicano e chefe militar em São Borja, Vicente Goulart comandou a defesa da cidade, assediada pelos maragatos, liderados pelo coronel Aníbal Cánepa Padão, chefe militar dos rebeldes na região e homem de confiança de Honório Lemes, o "Leão do Caverá". Numa das refregas, o coronel Vicente escapou da morte por pouco.

Foi no dia 26 de junho de 1923, quando ocorreu o combate de Capão de Mandiju, junto à Serra do Yguariaçá, no 2º Distrito de São Borja. Repelidos por combatentes legalistas no rio Ibirapuitã, uma semana antes, as forças do chefe militar maragato, Aníbal Padão, se entrincheiraram no Capão do Mandiju. E lá tiveram que lutar durante seis horas contra os homens do 7º Batalhão Auxiliar da Brigada Militar, reforçados pelos provisórios do coronel Vicente. Ao final de um dos combates mais sangrentos da Revolução de 23, quase ao entardecer, quando vários mortos juncavam o campo de batalha, o coronel Vicente teve o chapéu perfurado por um tiro de mosquetão. A bala raspou a sua cabeça, mas não produziu nenhum ferimento.

O chefe militar dos maragatos, Aníbal Padão, não teve a mesma sorte. Foi uma das vítimas fatais do combate, sendo alvejado pelas costas. Ferido por projétil que saiu no peito, Padão ainda queria continuar a cavalo, comandando seus homens. Socorrido por um ajudante, que saltou na garupa do seu cavalo para equilibrar o corpo pendente, Aníbal Padão expirou pouco depois no catre de um rancho nas vizinhanças do centro de combate.

A coragem e a fidelidade republicana do coronel Vicente foram testadas também, um ano depois, quando, durante dois dias, a cidade de São Borja esteve sob o controle dos revoltosos que apoiaram o capitão-de-infantaria Luís Carlos Prestes, após o início da rebelião, em Santo Ângelo, no final de outubro de 1924, contra o governo de Artur Bernardes.

Como ocorrera com outras guarnições do Exército no Rio Grande do Sul, o 2º Regimento de Cavalaria de São Borja aderiu à rebelião de Prestes, sob a liderança do oficial Aníbal Benévolo. Sem condições de resistir ao poder de fogo do inimigo e aos soldados regulares, o coronel Vicente Goulart retirou-se para o interior de São Borja, acompanhado de sua gente, onde aguardou a

chegada de reforços enviados pelo presidente Borges de Medeiros. A esposa, dona Tinoca, e os filhos permaneceram na casa da cidade. Janguinho tinha cinco anos e assistiu, escondido atrás de uma cerca de pedra, à passagem dos rebeldes de Prestes, saudados, efusivamente, pelos maragatos de São Borja.

Só alguns anos depois, em conversas com o pai, Janguinho compreendeu o significado dos lenços vermelhos que mulheres e crianças entregavam para os soldados do Regimento de Cavalaria. Jamais poderia imaginar que, anos mais tarde, já na condição de líder político respeitado, teria oportunidade de dialogar com Luís Carlos Prestes, o capitão que se tornou mundialmente conhecido por suas façanhas guerrilheiras.

De volta a Porto Alegre, após ter concluído o curso ginasial em Uruguaiana, Jango ingressou na Faculdade de Direito, mais por vontade do pai, que queria vê-lo com um diploma superior, restabelecendo os contatos com amigos fraternos, como Abadé Ayub e Salvador Arísio. E, ao mesmo tempo, consolidando novas amizades e fazendo suas primeiras incursões na vida noturna da Capital, feérica na exposição de restaurantes e boates famosas, com grandes conjuntos musicais e mulheres de fácil aproximação. Já nessa época, mal saído da adolescência, Jango transitava com facilidade no meio social, com simplicidade, simpatia e inequívoco poder de sedução diante do sexo feminino. Foi nessa época de estudos sem profundidade e intensa boemia, que Jango contraiu a doença que o prejudicaria até o fim da vida em razão da quase imobilidade do joelho esquerdo. A irmã, Yolanda Goulart, não tem até hoje uma explicação sobre a origem do problema no joelho de Jango, nem lembra que seus pais tenham abordado francamente o assunto, em conversas no lar, em São Borja. “Acho que ele teve uma dessas doenças de moços que andam pela noite. Ele ficou muito tempo com a perna imobilizada e quase perdeu os movimentos.”

Uma viagem a São Paulo para consultas médicas não reanimou a esperança que o estudante de Direito tinha em andar novamente com naturalidade. “Os médicos de lá – observa dona Landa – disseram que ele não tinha mais jeito”.

A doença que provocou a semiparalisia do joelho esquerdo do futuro Presidente da República não impediu que ele se formasse em Direito na turma de 1939. Mas foi uma formatura solitária e sem aplausos. Ele recebeu o diploma em rápida solenidade realizada no gabinete do diretor da Faculdade de Direito, separado da turma de mais de 39 colegas. Naquele momento, Jango tinha a alegria natural de um jovem de 21 anos, que dá um passo importante na sua vida. Mas deve ter reservado os melhores pensamentos para o pai, que ficara em São Borja, e que naquele dia vibrava intensamente por estar concretizando o sonho de ver um filho doutor.

“Logo em seguida – conta Yolanda Goulart – Jango voltou para São Borja. Mas era visível o seu abatimento em razão do problema na perna. Ele se afastou da turma na cidade e passou a viver no interior do município, onde estava a fazenda que ele adorava. Aí, a sua turma era outra, formada principalmente pelos peões da estância, com quem sempre teve ótimo relacionamento. Recém-formado, ele ainda não mexia com os negócios da fazenda. Na época, papai estava feliz em ver o filho doutor.”

O abatimento de Jango em razão do problema do joelho não durou muito. E, embora tivesse preferência pela vida do campo e dos galpões de fogo alto, alimentado pela gordura do churrasco que era assado todos os dias, Jango não perdia de vista seus amigos da cidade, principalmente os humildes, vinculados ao carnaval, aos botequins e às casas de religião.

Com senso de humor, Jango soube transformar a dificuldade para andar normalmente em motivo carnavalesco, no início dos anos 40, quando São Borja era um município silencioso e pacato, voltado principalmente para as atividades da agropecuária e da lavoura nas terras férteis às margens do Rio Uruguai.

Entusiasmado com a vocação carnavalesca do amigo Jorge Lacerda, espirituoso e gozador, apesar de ter a mesma deficiência na perna que Jango levou de Porto Alegre, o futuro Presidente resolveu assumir publicamente a sua condição de rengo. E nada melhor que sair às ruas, naquele carnaval do início dos anos 40, integrando a Ala dos Rengos, a mais divertida do bloco carnavalesco Comigo-Ninguém-Pode. A rainha do bloco, Jocelina Rodrigues da Silva, que viveu mais de 80 anos e era grande amiga de Jango, gostava de contar detalhes do que mais a impressionou nos antigos carnavais de São Borja: “Quando vi, o menino Jango estava diante de mim, montando em um burro, à frente de um grande número de rengos. Eu não imaginava que existiam tantos rengos na cidade.”

Naquele momento Jango era o mais extrovertido habitante de São Borja, o incansável brincalhão da cidade, apesar da recente decepção com o diagnóstico dos médicos de São Paulo a respeito da possibilidade de recuperação de sua perna. A convivência com os pobres e humildes, principalmente os negros, era uma marca característica do comportamento habitual do adolescente Jango, confirmada mais tarde pelo bacharel em Direito, grande estancieiro e líder político.

A principal líder do bloco Comigo-Ninguém-Pode, a mãe-de-santo Jorgina Vieira, já falecida, contou que Janguinho era um dos raros rapazes brancos da cidade que integravam o grupo carnavalesco. Numa entrevista publicada no jornal *Zero Hora*, edição de 3 de dezembro de 1996, ela afirmou: “Ele realmente gostava da raça.” E queria maior integração dos negros na sociedade de São Borja, não admitindo qualquer espécie de discriminação. Em um dos carnavais

dos anos 40, Jango aproveitou a oportunidade para romper, subitamente, o dique do preconceito racial, no templo da sociedade branca de São Borja, o aristocrático Clube Comercial, que até o final dos anos 60 não admitia o ingresso de negros em seus salões. Aproveitando-se do momento em que o bloco do Comigo-Ninguém-Pode fazia evoluções na frente do clube, enquanto lá dentro os associados pulavam e se divertiam, Jango decidiu invadir o espaço do Comercial, levando junto com ele, segura pela mão, a jovem negra Lourdes de Deus da Silva. Diante da invasão arriscada liderada por Jango, o restante do bloco não resistiu: todos os demais integrantes entraram juntos, para espanto generalizado dos sócios do Comercial. Jango e sua companheira eventual foram de mesa em mesa cumprimentando os foliões associados do clube, num ato de irreverência e espontaneidade, que jamais foi esquecido pelos habitantes mais velhos de São Borja.

O rico herdeiro da família Goulart, recém-formado no curso de Direito em Porto Alegre, antecipou em vários anos uma decisão finalmente adotada pela diretoria do clube mais aristocrático da cidade: ver os negros como 'irmãos', iguais em direitos e oportunidades, transformando-os em freqüentadores, caso assim desejassem. A amizade de Jango com Jorgina e Jocelina, "uma preta bem alta e magra, outra gorda e baixa", ainda é tema das conversas do amigo de infância Bijuja: "No carnaval, ele se enfiava no bloco dos morenos, da Jorgina e Jocelina. Ele pegava a espada de São Jorge e puxava o pessoal. Às vezes entravam no Clube Comercial. Aquela velharada graúda ficava toda sem jeito. Tinha até um versinho que apareceu naquela época: "*Hoje é dia de graça no boteco da Jorgina. Entram o Jango e o Ivan e o Bijuja com uma china*".

Após a morte do pai, em 1943, Jango aprofundou sua experiência no comércio de gado, tornando-se, em poucos anos, um dos mais abastados fazendeiros do município de São Borja. Bijuja conta que, quando o "coronel" Vicente Goulart faleceu, deixou 17 quadras de campo para cada filho, todas povoadas. Mas não lhes deu dinheiro. Para Jango, avalizou um empréstimo no banco, que ele usou para comprar mil reses e, seguindo os conselhos do pai, arrendou uma fazenda no distrito de Itacurubi, de propriedade de Viriato Vargas Andrade. Foi o começo de uma fortuna consolidada de forma crescente ao longo dos anos, em razão do extraordinário talento de Jango para fazer bons negócios no meio rural.

Segundo Moniz Bandeira, estudioso da vida e das iniciativas de João Goulart como Presidente da República, em 1946, portanto três anos após a morte do pai, Jango realizava grandes operações com o Banco do Brasil. Dava em garantia 20 mil bois, que valiam o dobro do empréstimo contraído junto ao

banco. Afinal de contas, Jango já era proprietário de 30 mil cabeças de gado e tinha mais cinco mil bois em um campo de propriedade do Exército, arrendado. Certa vez, segundo relato de Bijuja, Jango foi procurado pelo irmão mais velho do presidente Vargas, Protásio, que desejava lhe dar uns conselhos. Disse-lhe que era arriscado fazer empréstimos de quantias tão elevadas no Banco do Brasil. Achava que Jango poderia estar dando um passo maior do que a perna, embarcando numa aventura capaz de comprometer irremediavelmente a herança deixada pelo velho Vicente. Jango tranqüilizou Protásio, prometendo que em seguida o vultoso empréstimo seria pago. "Em pouco tempo – lembra Bijuja – ele já havia pago e triplicado o valor do empréstimo, comprando e vendendo gado. O Jango conseguia empréstimo porque era um homem de palavra, cumpridor das suas obrigações."

Ao aproximar-se de Getúlio Vargas, após a renúncia do Presidente em outubro de 1945, Jango já era um homem rico, embora ainda não tivesse completado trinta anos de idade. Não precisava ingressar na política para ascender socialmente. Mas os freqüentes encontros com Getúlio Vargas na Fazenda do Itu, onde o velho amigo se recolhera para sair deliberadamente do cenário político do centro do país, após a vitória de Eurico Gaspar Dutra, na onda da redemocratização, foram decisivos no encaminhamento da opção de Jango pela vida pública.

Mas o primeiro convite oficial que Jango recebeu para entrar na política foi de Protásio Dornelles Vargas, irmão de Getúlio, encarregado de organizar o Partido Social Democrático (PSD) em São Borja. Protásio já percebia que aquele moço rico, mas simples, tão popular na cidade, teria, se quisesse, muito sucesso em sua carreira política. Mas Jango não aceitou o convite para ingressar no PSD. Meses mais tarde, aceitaria, sim, o convite de Getúlio Vargas para organizar o PTB no município. Ele foi o seu primeiro presidente municipal, como seria mais tarde presidente regional e nacional do Partido Trabalhista Brasileiro.

Dividido, então, entre suas atividades de criador de bois e líder político, Jango era um correligionário da mais estreita confiança de Getúlio Vargas. Mas as longas conversas que os entretinham na Fazenda do Itu não abordavam a política como tema predominante. Getúlio Vargas, bacharel e estadista que jamais cortou suas raízes com a vida rural, gostava de ouvir Jango falar a respeito de negócios e da incrível facilidade com que era capaz de contar as cabeças de boi que tinha pela frente, numa simples olhada. Conservou por toda a sua vida o olhar de comprador de bois, ao menos sob o ponto de vista de um deputado mineiro, Último de Carvalho, que, segundo relato do jornalista Carlos Castello Branco, advertia para o perigo representado pelo presidente Jango:

“Precisamos vigiar esse Jango. Ele tem o olhar de comprador de boi. É perigoso. Não encara a gente, é direitinho feito comprador de boi.”

Em uma das visitas de Jango a Getúlio Vargas, na Fazenda de Itu, Deoclécio Motta, o Bijuja, foi junto e constatou o clima de amizade e descontração que o velho líder e seu discípulo haviam construído. “O Jango chegou lá e disse para o doutor Getúlio que estava mal do estômago. Foi providenciado um chá de marcela, que o Jango tomou, acompanhado de bolachas e manteiga. O doutor Getúlio comentou: “Que linda essa tua dor, Jango. Lá se foram todas minhas bolachinhas.”

Foi num desses encontros que Getúlio convenceu Jango a se candidatar a deputado estadual em 1947, quando se elegeu com mais de quatro mil votos, conquistados em São Borja e região. O jovem deputado, pouco assíduo às sessões da Assembléia Legislativa, mas sempre preocupado com os problemas da agricultura e com a maneira de solucioná-los para que os mais necessitados tivessem gêneros alimentícios mais baratos em suas mesas, se transformou no principal confidente de Vargas. E foi uma das vozes que mais insistiu para que Getúlio se candidatasse à Presidência nas eleições de 1950.

Em 19 de abril de 1949, Getúlio comemorou seu aniversário na Granja São Vicente, de propriedade da família Goulart. Em suas memórias de repórter, reunidas no livro “Minha Razão de Viver”, o jornalista Samuel Wainer disse ter se impressionado com a gigantesca procissão de gaúchos, com seus ponchos vistosos, que acorreram ao local para homenagear o aniversariante. Em visita a São Borja, com o objetivo de fazer a segunda entrevista com Vargas após sua renúncia, Samuel sentou-se à mesa com as pessoas mais íntimas do velho estadista. Em seguida, Getúlio anunciou que Jango iria falar. “Imediatamente – conta Samuel Wainer – Jango subiu numa árvore enorme e com voz de menino fez um discurso em que lançava a candidatura de Getúlio à Presidência da República. Jango não era um bom orador – mais tarde ele aprenderia alguns truques de oratória – mas falava com a comovente espontaneidade dos jovens. Sob completo silêncio da imensa platéia, aquela voz comunicava a volta do ex-ditador. O fotógrafo que me acompanhava registrou cenas lindas: Jango discursando do alto da árvore, Getúlio gargalhando da varanda. Eu pressentia que estávamos documentando um capítulo da história crucial do Brasil.”

A festa em homenagem ao aniversariante Getúlio Vargas, na qual o jovem deputado estadual trabalhista João Goulart exerceu seus dotes oratórios, foi tão significativa que ficou na memória dos antigos habitantes de São Borja. Bijuja diz, em tom de brincadeira, que a festa foi tão grande que só para “tirar-gosto”, carnearam 30 reses. “O homem que cuidava dos espetos tinha um cavalo zaino que ficou suado de tanto andar pra lá e pra cá, cuidando que a carne ficasse no ponto.”

Foi esse, possivelmente, o momento de maior alegria vivida pelo deputado estadual João Goulart, que fez sua estréia na tribuna da Assembléia já no mês de março de 1947, dia 12. Era um momento histórico do parlamento gaúcho, que reabria suas portas após um recesso de quase dez anos em conseqüência da implantação do Estado Novo, em 1937. Observe-se, porém, que há muito mais tempo Getúlio Vargas identificara no adolescente João Goulart marcante vocação política. No livro do ex-ministro do governo trabalhista João Pinheiro Neto, intitulado "Jango, Um Depoimento Pessoal", lançado pela Record no início dos anos 90, o autor reproduz uma história que a esposa de Jango ouviu diversas vezes, contada pelo marido: "Foi em 1934, quando o presidente Vargas, em visita a São Borja, era homenageado com uma churrascada na fazenda do coronel Vicente Goulart, pai do futuro Presidente. Às tantas, no ardor dos seus 15 anos, João Goulart pediu a palavra e durante minutos improvisou candente discurso enaltecendo a figura de Getúlio, "líder inconteste da Revolução de 30".

Terminado o inflamado improviso do rapazote, Getúlio virou-se para o coronel Vicente, indagando: "Quem é esse guri?". O coronel respondeu: "É meu filho, Presidente. Chama-se João, mas aqui na fronteira todo mundo só o chama de Jango". E, acenando para o filho: "Venha aqui, Jango, venha cumprimentar o nosso Presidente". Olhos baixos, e tomado pela incrível timidez que lhe voltara após o arroubo oratório, o filho do coronel Vicente estendeu a mão e cumprimentou, caladão, um Getúlio afável, que lhe indagou: "Tu vais ser político, Jango? Pois devias, tu falas bem". Jango continuou na postura tímida, quieto, o mesmo olhar um tanto encabulado, o mesmo sorriso discreto. Foi o pai quem respondeu pelo filho, à indagação de Getúlio: "Não, doutor Getúlio, nada de política. O Jango vai ser fazendeiro. Estou velho, sei que não me restam muitos anos, alguém deve zelar pela Vicentina (dona Vicentina Goulart, mãe de Jango) e pelas moças, preservar um patrimônio feito com tanto sacrifício na conquista diária dessas fronteiras, incertas e perigosas, que o senhor conhece tão bem."

Na primeira metade dos anos 40, João Belchior Marques Goulart já podia expor na parede da Granja São Vicente, na periferia de São Borja, o diploma de advogado recém-formado em Porto Alegre, como era o maior desejo do pai. Se o diploma não existisse, a vida de Jango transcorreria sem maiores problemas, pois era filho de um homem rico. Mas o coronel Vicente entendia que, mais importante do que ter dinheiro, era ter um diploma, num país onde a política era dominada pelos bacharéis. Não era o mesmo ponto de vista de Jango.

Todos os depoimentos de familiares e amigos de infância coincidem na observação de que ele só se sentia plenamente realizado e feliz em meio às

lides tradicionais do homem do campo, principalmente no manejo de ovelhas, bois e cavalos. Ele era, portanto, o homem certo para administrar os negócios do pai quando o coronel Vicente se sentiu enfraquecido pela doença. O comando das fazendas estava em boas mãos. Jango tinha experiência e tino administrativo para assumir responsabilidades. E, embora não se afastasse um milímetro do comando efetivo dos negócios, era simples e acessível no trato diário com peões e capatazes. Gostava de se juntar aos peões, no galpão, para tomar chimarrão e ouvir Causos da campanha, enquanto aguardava que o churrasco ficasse pronto. Jango era mais de ouvir do que falar, principalmente quando os mais velhos faziam relatos de suas experiências. Acostumado a realizar, em companhia dos peões, todas as tarefas da vida campeira, desde a adolescência, Jango se tornou um profundo conhecedor do comércio de reses na região da Campanha, onde percorria todos os caminhos, acompanhando os tropeiros que levavam o gado para os matadouros.

Mas o esperto comprador de bois também era capaz de antever o sucesso de outros empreendimentos, inclusive inéditos na região da Campanha, como foi a organização da empresa Táxi Aéreo São Borja, que iniciou suas operações com um monomotor de quatro lugares, adquirido no Rio de Janeiro, por intermédio do piloto e instrutor Geraldo Calafange. Naquela época, segunda metade dos anos 40, Jango já possuia um Cessna 140 e queria que outros fazendeiros de São Borja e municípios vizinhos também pudessem contar com um meio de locomoção mais ágil numa região que não tinha boas estradas nem linha aérea regular. Mais tarde, a Táxi Aéreo São Borja foi transferida para Porto Alegre e vendida, quando Jango entendeu que sua administração seria incompatível com uma agenda tão carregada de compromissos. Nesse mesmo período, Jango também foi proprietário de um jornal em São Borja e de uma emissora de rádio, em sociedade com seu grande amigo Manoel Antônio Sarmanho Vargas, filho de Getúlio Vargas.

Atarefado e com a atenção dividida entre tantos negócios, Jango não dispensava o uso de aviões para enfrentar as maiores distâncias e de automóveis de todas as marcas e modelos, que despertavam a curiosidade dos seus conterrâneos. “O homem era apaixonado por autos” – conta Bijuja. “Ele estava sempre adquirindo os novos carros que apareciam.” Os automóveis foram uma paixão de toda a vida, que não se extinguiu nem mesmo no período em que Jango esteve no exílio. “Tudo que era auto novo que saía eu comprava e levava pra ele lá”, lembra o amigo de infância. Com o dinheiro dele, é claro. Ele gostava muito de automóvel. Acho que teve todas as marcas.”

Outra paixão de Jango, a criação de cavalos puro-sangue no haras da Granja São Vicente, diminuiu muito com a passagem dos anos. Foi mais um

interesse circunscrito aos anos da mocidade, quando Jango gostava de apostas nas corridas de cancha reta e teve cavalos consagrados nas provas do velho hipódromo do Moinhos de Vento, em Porto Alegre, como Sibelius, que ganhou vários prêmios e foi recordista nos 1.200 metros. O desempenho dos parelheiros de Jango foi uma decorrência natural da arraigada paixão dos gaúchos da fronteira pelas carreiras em canchas retas nos fins de semana. Os puros-sangues de Jango já não encontravam adversários à altura para a realização de uma carreira equilibrada. O assunto enseja outra revelação de Bijuja: "Um irmão meu, o Sadi, entendia muito de cavalos e era muito amigo do Jango. Por isso, o Jango o encarregou de comprar um cavalo fora de série na Argentina, não importando o preço. Ele comprou o garanhão Bomarsund, que tornaria o haras da Granja de São Vicente mais conhecido. Esse cavalo era tão bom, que a sua venda provocou uma reação inédita do governo argentino: simplesmente proibiu a venda dos irmãos daquele cavalo para o Exterior. O Jango teve outros cavalos muito bons, mas esse não era o negócio dele. Nas carreiras em cancha reta o Jango ganhava mas também perdia muito dinheiro."

O gosto de lidar com animais era um traço marcante no cotidiano do fazendeiro João Goulart. "Os cachorros estavam sempre próximos dele", conforme o amigo Deoclécio Motta: "O Jango era cachorreiro, gostava muito de cachorro. Ele teve vários, inclusive um casal que ganhou de presente da Rainha da Inglaterra. O cachorro morreu atropelado na estrada e a cadela ele deu para o Pedro Melo, que também era cachorreiro, mas o Jango fez questão de receber, mais tarde, um filhote dela. É impressionante como ele ficou amigo daquele bicho. Outro cachorro que ele teve se chamava Sinatra. Quando o avião do dono aterrissava na pista da fazenda, com muito barulho, o Sinatra ia lá festejar o Jango. Era um cachorro gordo, exagerado, acho até que morreu do coração."

O moço popular e generoso, amigo dos animais e arraigado habitante do chão da fronteira gaúcha, não cumpriu a palavra que havia dado ao amigo Abadé Ayub, de que não seria um político profissional. Não resistindo aos apelos do líder Getúlio Vargas, ele se entregou com grande entusiasmo à tarefa de organização do PTB, em São Borja. E nas eleições de 1947, também cedeu aos apelos de Vargas para ser candidato a deputado estadual, elegendo-se para a Assembléia Constituinte, com mais de quatro mil votos, em sua maioria obtidos na região de São Borja. Era o passo inicial de vertiginosa ascensão política que, em apenas 17 anos, o transformaria em deputado federal, secretário estadual, ministro, duas vezes vice-presidente da República e, finalmente, Presidente, em setembro de 1961. Seria, pelo resto da vida, fiel ao ideário trabalhista e apaixonado pela vida do campo, especialmente na região de São Borja, que

deixou para trás em 1964, quando foi para o exílio do Uruguai e nunca mais teve a satisfação de ver os lugares que fizeram de sua infância e adolescência uma época de imperturbável felicidade.

CASAMENTO POR PROCURAÇÃO

Depois de ter sido deputado estadual, secretário de Estado, deputado federal, ministro do Trabalho, e candidato derrotado ao Senado, nas eleições de 1954, Jango achou que já era hora de constituir uma família. Já chegara o ano de 1955, Jango estava com 36 anos e percorria o Brasil fazendo sua campanha para se eleger Vice-Presidente da República, na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek. Mas seus melhores pensamentos se voltaram para a bela conterrânea de São Borja, que conquistara seu coração: Maria Thereza Fontella, nascida em 23 de agosto de 1936.

Quando Jango a conheceu, em 1951, tinha apenas 15 anos e estudava como interna no Colégio Americano, em Porto Alegre, sob os cuidados de um amigo de sua família, Dinarte Dornelles, primo de Getúlio Vargas. Foi ele que aproximou Maria Thereza de Jango, quando a incumbiu, naquele verão de 1951, de entregar a Jango documentos muito importantes. Jango estava descansando em São Borja e Maria Thereza ia passar suas férias na cidade. Casualmente, a casa da família Goulart se localizava defronte ao prédio dos pais de Maria Thereza. Mas consta que Jango jamais havia notado a menina. Ao receber, porém, das mãos de Maria Thereza, os papéis enviados pelo amigo Dinarte, ficou impressionado com a beleza e timidez da vizinha e conterrânea. Mais tarde voltaram a se encontrar numa festa do Clube Caixeiral de São Borja e levaram adiante um namoro que evoluiu para uma paixão arrebatadora e o casamento, em 1955, quando a bela moça tinha 18 anos. Casaram-se no civil dia 17 de maio. Mas em razão de fortes chuvas que há dias ocorriam na região, Jango não pôde comparecer à cerimônia. Não havia condições de pouso em São Borja, e as estradas que levavam a sua terra natal eram péssimas. Jango foi representado no ato civil pelo irmão, Ivan. Mas Jango não dispensou o casamento no religioso, que se realizou no dia 21 de maio, na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, sob a bênção do arcebispo Dom Vicente Scherer. A festa de casamento, oferecida para os mais íntimos da família, ocorreu na residência de Leonel Brizola, casado com a irmã de Jango, Neusa. O casal desfrutou a lua-de-mel em Bariloche, na Argentina, e depois Maria Thereza foi passar uns dias na Granja São Vicente, em São Borja, enquanto o marido voltava ao centro do país para cumprir sua agenda política.

Do casamento de Jango e Maria Thereza, que durou 21 anos, nasceram os filhos João Vicente e Denise. João Vicente nasceu em 22 de novembro de 1956 e Denise, dia 29 de novembro de 1957. Eram, portanto, crianças quando foram com os pais para o exílio no Uruguai em 1964. Maria Thereza estava com 27 anos e ganhara, merecidamente, a fama de ter sido a primeira-dama mais bela da história do Brasil.

PERFIL POLÍTICO

A carreira política de João Goulart foi vertiginosa. Em 14 anos ele passou de deputado estadual, que se elegeu com pouco mais de quatro mil votos para a Assembléia gaúcha em 1947, a presidente da República, em 1961. Mais impressionante ainda foi sua queda. Em dezoito dias, o líder popular que prometia uma "revolução pacífica" com as "Reformas de Base", perdeu o governo e teve que exilar-se no Uruguai para salvar a vida. Morreu 12 anos depois, quando se preparava para voltar e ser apenas o estancieiro Jango.

ENTRE A PECUÁRIA E A POLÍTICA

Janeiro de 1947. Há um cenário de festa política com a redemocratização do país. O Rio Grande do Sul, que liderara com Getúlio Vargas a Revolução de 1930, prepara-se para sua primeira eleição democrática em 15 anos. Entre os personagens desse momento está um jovem fazendeiro, de 26 anos, eleito deputado para a Assembléia que iria escrever a nova Constituição Estadual.

Jango, como era conhecido, começava a pôr em prática o aprendizado político iniciado em longas conversas "ao pé do fogo" e nas rodas de chimarrão na Santos Reis, uma das fazendas para onde Vargas se recolheu quando foi deposto, em 1945.

A atividade política não lhe era estranha. Tinha quatro anos de idade quando o pai, Vicente Rodrigues Goulart, grande proprietário rural, incorporou-se às forças que apoiavam Borges de Medeiros contra o oposicionista Joaquim Francisco de Assis Brasil, na Revolução de 1923. Depois, em 1930, Vicente combateu ao lado do amigo e vizinho, Getúlio Vargas, contra o governo de Washington Luís.

Mas Jango, até então, não manifestara interesse pela política. Em Porto Alegre, onde estudou Direito, nunca se envolveu com as turbulências da época. E quando se formou, em 1939, decidiu retornar a São Borja, para se dedicar aos negócios da família. Um ano depois, já doente, o pai começa a lhe dar a administração das fazendas. Era o filho mais velho e estava, de acordo com a avaliação do pai (o que a prática viria a comprovar), preparado para a missão.

Foi Vargas quem viu nele tino político. Getúlio Vargas retornara a São Borja ao ser deposto da Presidência da República e Jango se tornou um discípulo aplicado. A pedido de Vargas organiza o Partido Trabalhista Brasileiro, inicialmente em São Borja. Em seguida, mobiliza lideranças em todo o Estado para ajudar o ex-presidente na tarefa de estruturar o partido e, assim, conquista seu primeiro mandato, elegendo-se para a Assembléia Constituinte instalada festivamente em 10 de março de 1947.

Jango, que estava entre os mais jovens integrantes do Legislativo, elegeu-se com 4.150 votos. Foi o quinto mais votado de uma bancada de 23 parlamentares, à frente de Leonel Brizola – outra figura que começava a se destacar no PTB – com 3.839 votos. A grande votação foi do líder da bancada, José Diogo Brochado da Rocha: 20.446 votos.

Suas primeiras iniciativas viriam a marcar o que estaria no centro de suas preocupações até ser deposto por um golpe em 1964: as atividades do setor primário (estrutura fundiária, crédito) e reivindicações trabalhistas.

FERROVIÁRIOS E COLONOS

Na segunda semana de atividades da Constituinte de 47 foram encaminhadas ao presidente do Legislativo, deputado Edgar Schneider, duas proposições da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro.

Uma de iniciativa de Jango, em defesa de produtores de Santiago e região e, outra, na qual foi um dos signatários, solicitando informações sobre salários dos trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. A primeira tratava de um tema familiar a Jango, ele próprio um pecuarista e produtor rural. A segunda talvez o tenha colocado em contato mais direto com reivindicações de uma das mais mobilizadas categorias profissionais do Rio Grande do Sul.

No primeiro caso, depois de relatar que a região colonial de Santiago perdera, no ano anterior, sua colheita de feijão e trigo – uma atingida por geadas e outra por praga de gafanhotos – a bancada trabalhista pleiteava que a "Assembléia solicite do governo do Estado providências no sentido de mandar fornecer, gratuitamente, aos colonos daquela região, e de outras zonas igualmente devastadas, com a urgência que a situação impõe, a quantidade necessária de sementes para o plantio desses cereais."

No segundo, a bancada do PTB solicitava informações ao Executivo sobre atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores da Viação Férrea em várias cidades, a começar por Santa Maria, na época um centro ferroviário importante e onde o PTB, que Jango estava organizando, procurava fortalecer-se, com vistas a futuras eleições. Diante de informações de que havia atraso no pagamento pelo Estado, indagavam os deputados trabalhistas: 1) quais as datas em que, a partir de junho do ano próximo findo, tem sido efetuado o pagamento do salário do pessoal da Viação Férrea, nos núcleos de Uruguaiana, Santa Maria, Cruz Alta, Ramiz Galvão, Rio Grande, Alegrete, Passo Fundo, Santiago, Bagé e Montenegro? Se o pagamento dos funcionários de Porto Alegre, inclusive a administração central, correspondente ao mês findo, tem sido feito antes do que o dos ferroviários do interior, e se estes também receberam os seus salários do mês anterior.

UMA ELEIÇÃO CONSAGRADORA

Apoiado por Getúlio Vargas que, em 1950 estava voltando ao Palácio do Catete consagrado pelo voto popular, naquele ano João Goulart elegeu-se para a Câmara Federal figurando entre os mais votados da representação do Rio Grande do Sul. Jango conquistou 39.832 votos, sendo superado, no próprio PTB, apenas por Brochado da Rocha, eleito com 44.812 votos. E con-

quistou, ainda, votação maior que lideranças trabalhistas como Ruy Ramos (23.955 votos) e Fernando Ferrari (21.434), ou de nomes já expressivos da política gaúcha, como Clóvis Pestana, do Partido Social Democrático (29.682), Raul Pilla, do Partido Libertador (21.426) e Flores da Cunha, da União Democrática Nacional (13.995 votos).

Além do apoio de Vargas, foi fundamental para Jango, na campanha eleitoral de 1950, o resultado do trabalho de organização do PTB, iniciado por ele quatro anos antes a pedido do próprio Getúlio. Na época, Protásio Vargas, irmão de Getúlio, chegou a convidá-lo para que ingressasse no PSD. Mas os planos de Getúlio eram outros: ele, que criara os dois partidos (o PSD e o PTB), achava melhor que Jango se engajasse no esforço de consolidação do Partido Trabalhista Brasileiro, que seria fundamental em sua campanha de 1950 e em outras ações políticas e de governo até 1954. Já pensava, certamente, em ter uma legenda confiável para eventual volta ao poder, o que se confirmou nas eleições de 3 de outubro daquele ano, quando derrotou os demais candidatos lançados pelo PSD (Cristiano Machado), UDN (Eduardo Gomes) e PSB (João Mangabeira).

Jango assumiu seu mandato na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1951, mas logo se licenciou, a pedido do governador eleito do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, para que assumisse a Secretaria do Interior e Justiça.

A posse foi dia 31 de janeiro de 1951 e, ao receber o cargo das mãos do secretário Oscar Carneiro da Fontoura (PSD), afirmou que não almejava posto administrativo, mas que a vitória do seu partido em 3 de outubro e a confiança nele depositada pelo governador do Estado e seus correligionários, o tinham levado à Secretaria da Interior e Justiça.

Num gesto de conciliação, declarou, a seguir, que embora sendo um homem de partido, “não imprimirei uma orientação político-facciosa ao setor” entregue à sua responsabilidade, assegurando que as administrações municipais (a Secretaria do Interior e Justiça era responsável pela coordenação do governo estadual com as prefeituras) teriam toda a sua colaboração, independentemente de cores partidárias.

No período em que ficou na Secretaria, até 24 de março de 1952, Jango dedicou-se à reestruturação do sistema penitenciário, pretendendo melhorar as condições de vida dos presidiários.

Ao mesmo tempo, de acordo com o Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas, continuou no terreno partidário seu trabalho de fortalecimento do PTB, estabelecendo contatos sistemáticos nos meios sindicais – a outra vertente de suas preocupações. Foi desse modo que Jango ampliou seu prestígio dentro do partido e construiu as bases para as

campanhas vitoriosas nas eleições municipais de novembro de 1951, quando o partido conquistou expressivo número de prefeituras.

RETORNO À CÂMARA

Em 1952 Jango tentava conciliar suas atividades de secretário do Interior e Justiça com as de presidente reeleito do PTB gaúcho, de presidente nacional do partido e de administrador das fazendas da família (as de sua propriedade e, na medida do possível, da mãe e das irmãs) quando Getúlio o chamou para ajudá-lo, como dirigente trabalhista, a resolver uma crise surgida no âmbito do único Ministério entregue ao PTB: o do Trabalho. Em conseqüência e já prevendo que a tarefa lhe tomaria mais tempo do que o previsto por Vargas, no dia 24 de março Jango renunciou ao cargo de secretário no Rio Grande do Sul e voltou ao Rio para reassumir seu mandato de deputado federal. As divergências que preocupavam Getúlio estavam relacionadas com a posição de Danton Coelho, ministro do Trabalho e amigo fiel nos tempos de ostracismo em São Borja, que não aceitava a idéia de aproximação com a oposição, sobretudo a UDN, denominada nos meios políticos de "banda de música", tal o barulho que sua bancada fazia. Danton foi substituído por José Segadas Viana. Conhecendo a penetração que nessa época João Goulart tinha no movimento sindical, é possível que Getúlio já pensasse no seu nome para o cargo, mas o convite só veio a ser feito no ano seguinte com o agravamento da crise no âmbito do Ministério.

No plano político os problemas de Vargas se agravavam empurrados por dois fatores: os trabalhadores estavam descontentes com os baixos salários e um custo de vida crescente; a UDN, derrotada nas eleições de 1950 e não vendo nenhuma perspectiva de chegar ao poder em curto prazo, passara a adotar, de novo, uma posição golpista, utilizando todos os artifícios possíveis. Mobilizava seus parlamentares e tinha, além de eventuais simpatias de alguns jornais da chamada grande imprensa (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Correio da Manhã*, entre outros), o apoio do jornal do deputado federal pelo Rio de Janeiro Carlos Lacerda, a *Tribuna de Imprensa*, em sistemática campanha contra Getúlio. O objetivo claro era contar com as simpatias da classe média e reconquistar para sua posição os setores militares que haviam concorrido para a deposição de Vargas em 1945.

CAMPANHA PARA ELEGER DUTRA

Primeiro dos Sete Povos Missioneiros, São Borja tem orgulho de seu passado e de seu presente. Orgulha-se de seus filhos ilustres, entre os quais

estão dois presidentes da República; orgulha-se de sua produção de arroz, para o ano de 2004 calculada em 3,8 milhões de sacos, em grande parte beneficiado no município, com modernas tecnologias; orgulha-se de seus rebanhos bovino (164.485 cabeças) e ovino (66.729 cabeças) e apresenta-se aos turistas, nas peças publicitárias elaboradas pela Secretaria do Turismo, com este slogan: "São Borja, Terra dos Presidentes". No mesmo folheto, entre outros pontos de atração turística do município, o visitante é convidado a visitar o Cemitério Jardim da Paz, onde estão sepultados os dois mais eminentes filhos do município, os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, colocados em jazigos a poucos metros de distância um do outro. Entre os dois, que viveram os momentos mais intensos de sua vida política em períodos distintos da história brasileira, uma trágica coincidência: não terminaram seus mandatos. Getúlio, considerando-se "velho para ser humilhado", suicidou-se para não ser deposto; Jango, um próspero fazendeiro, foi derrubado por tentar implantar uma série de mudanças estruturais no país, destacadamente a reforma agrária.

Pois foi nesse cenário, onde o forte da economia continua sendo a pecuária e a agricultura e de onde saiu para liderar a Revolução de 1930, que o Getúlio negociou, pacientemente, como bom missioneiro, nas eleições de 1945, o apoio ao general Eurico Gaspar Dutra como seu sucessor na Presidência da República, da qual fora deposto após o período do Estado Novo. E João Goulart, já com planos de se candidatar à Assembléia Constituinte, estimulado por Getúlio, foi interlocutor e parceiro nos entendimentos com as forças políticas que davam os primeiros passos no caminho da redemocratização.

Com o fim do Estado Novo e as eleições presidenciais marcadas para dois de dezembro de 1945, lideranças políticas de diversos partidos desembarcavam em São Borja ou mandavam emissários em busca do apoio de Getúlio – cuja força política era inquestionável – para o general Dutra, candidato do PSD. Jango, que aos 27 anos já estava envolvido com os projetos de organização e fortalecimento do PTB, chegou a defender, junto a Getúlio, o lançamento de um candidato trabalhista. Mas não teve êxito. Ao contrário. Getúlio não só decidiu pelo apoio a Dutra, considerado decisivo para a vitória do general, como solicitou a Jango, no dia 25 de novembro, que fosse o portador de sua mensagem recomendando que seus eleitores votassem no candidato do PSD.

Ministro da Guerra de Vargas, uma vez eleito, o general Eurico Gaspar Dutra procurou firmar alianças que o livrassem da dependência do PTB. Não hostilizou, mas afastou-se da influência de Vargas. Assim, recrutou ministros em partidos conservadores, firmando acordos que lhe asseguraram uma tranqüila maioria no Congresso Nacional. Enquanto isso, em São Borja, nas sucessivas conversações com Jango e outras lideranças do PTB em sua Fazenda do

Itu, Getúlio Vargas – já praticamente esquecido de sua decisão inicial de auto-exilar-se, começava a pensar nas próximas etapas: as eleições para os governos estaduais e Assembléias Legislativas em 1947 e, um pouco além, a própria sucessão de Dutra. Jango, por sua vez, voltou-se mais para o trabalho de estruturação do PTB e a sua própria campanha de candidato ao Legislativo.

"LEVAI-ME CONVOSCO"

No dia 19 de abril de 1950 Getúlio Vargas comemorou seu aniversário (67 anos) na Granja São Vicente, de propriedade de João Goulart, já na condição de pré-candidato a Presidente da República. Com a presença de lideranças de diversos municípios e de políticos que, com freqüência, procuravam o apoio de Getúlio para suas campanhas eleitorais, entre abraços e parabéns a festa-comício iniciou com um pronunciamento de João Goulart de saudação ao presidente de honra do PTB. Na verdade foi um apelo para que Vargas aceitasse concorrer à Presidência da República, nas eleições de três de outubro daquele ano, porque este era o desejo do partido em todo o país. Getúlio, sob grande expectativa, aceitou o desafio de iniciar ali mesmo a campanha de retorno ao Palácio do Catete, com esta frase que circulou pelo país:

"Se meu sacrifício for para o bem do Brasil e do seu povo, levai-me convosco".

Hélio Silva, em seu livro "1954: Um Tiro no Coração", reproduz um depoi-mento de João Goulart ao jornalista Joel Silveira, afirmando que o isolamento de Getúlio em Itu terminou em fins de 1948 e mais precário se tornou ao se aproximar o final do mandato de Eurico Dutra. "Os velhos amigos reapareceram aos magotes. Às vezes, numa só tarde, quatro ou cinco aviões descarregavam lá na fronteira toda uma legião de antigos companheiros, ressurrectos, que se misturavam aos cristãos-novos do getulismo. Cada um tinha o seu candidato para o lugar do general Dutra. Ao que eu saiba, nenhum se lembrou do nome dele, Getúlio. Ele servia como grande eleitor, mas não como candidato. Resolvemos, então, eu e alguns companheiros do PTB, precipitar as coisas."

"A pressão nacional para que Getúlio se candidatasse vinha de todos os cantos do país. Até que, no dia 19 de abril, seu aniversário, lá na Granja São Vicente, de minha propriedade, uma concentração de trabalhadores e trabalhistas arrancou finalmente do Dr. Getúlio a decisão."

Em abril foram intensificadas as negociações em busca de apoios. Havia a concordância de Vargas, mas, também, de outros nomes que almejavam suas candidaturas e cortejavam o apoio do líder trabalhista. Adhemar de Barros, que mais tarde firmaria acordo com Getúlio em nome de seu partido, o

PSP, era um deles. Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio e presidente do PSD, conversou algumas vezes com Vargas e recolheu a impressão de que ele não estava propenso a concorrer. Levaram a Dutra a sugestão do nome de Nereu Ramos, rejeitado, segundo Dutra, porque não teria o apoio de Minas Gerais. Outras candidaturas foram indicadas, sem sucesso, até que o PSD aprovou o nome de Cristiano Machado. Enquanto isso a UDN já havia lançado a candidatura de Eduardo Gomes. O catarinense Nereu Ramos, presidente da Câmara dos Deputados, tentou antecipar-se a essa série de negociações, indo conversar com Getúlio em novembro de 1949 e pedir o apoio à sua candidatura. Getúlio conversou com ele durante cerca de meia hora. Depois, num contato com os jornalistas que se encontravam em sua fazenda, fez alguns elogios ao parlamentar; disse que ainda era cedo para tratar da sucessão presidencial e não se comprometeu com qualquer iniciativa que significasse apoio. Disse, apenas, que o pleito de Adhemar seria levado às instâncias partidárias.

A PRÉ-CAMPANHA

Entre novembro de 1949 e abril do ano seguinte, quando do lançamento do nome de Getúlio por Jango, tudo evoluiu numa única direção: Vargas, realmente, achava que tinha condições de implementar medidas de grande alcance para a economia nacional, retomando algumas idéias cogitadas pouco antes de ser deposto. E, desde então, começou a alimentar todo tipo de negociação que dividisse os adversários e fortalecesse sua candidatura. Foi assim que Vargas conseguiu firmar acordo com Adhemar de Barros em troca de uma única promessa: ele seria o candidato em 1950 e apoiaria Adhemar de Barros em 1955 – um apoio que não se concretizou porque o Presidente morreu um ano antes. A própria candidatura do vice, Café Filho, correligionário de Adhemar, resultou de um contexto que não chegava a comprometer o acordo entre os dois chefes políticos, perfeitamente afinados no essencial.

Os partidos oposicionistas, que haviam conspirado para a deposição de Vargas, não deveriam ter-se surpreendido com os eventos de abril e agosto de 1950, quando a candidatura de Vargas foi formalizada. No ano anterior, em fevereiro, numa entrevista ao jornalista Samuel Wainer, na época repórter de *O Jornal*, do grupo de comunicação Diários e Emissoras Associados, em resposta a uma pergunta envolvendo a sucessão presidencial, respondeu: “Voltarei como líder de massas”. Apesar da grande repercussão das declarações, algumas lideranças políticas achavam que ainda poderiam, eventualmente, contar com o apoio de Vargas. Daí a frase de Jango de que o viam como um grande eleitor, não como candidato.

Em janeiro de 1950 Getúlio deu outra pista de que realmente alimentava sonhos de retorno ao poder, o que deve ter contribuído para a mobilização do PTB, sob a coordenação de Jango, para o lançamento de seu nome em abril. Ele distribuiu uma nota aos jornais afirmando que ao ensejo da passagem do ano, "vieram de longe solicitar-me, com insistência, uma mensagem aos brasileiros de todos os quadrantes (....), especialmente aos trabalhadores, aos pequenos e aos humildes, pela passagem do Natal e pela entrada do Ano Novo". E no parágrafo seguinte dava uma alfinetada na administração do presidente Dutra. "Não é a mim que se devia fazer essa solicitação e sim a quem, por dever de ofício e pela soma de poderes que enfeixa, poderia contribuir para que, no lar dos pobres, houvesse mais pão e que seus filhos tivessem, também, um mimo que não fosse apenas privilégio dos ricos".

A parte final da mensagem mostra que Getúlio Vargas inspirou em muitos aspectos as reformas de base, pelas quais Jango lutou e caiu: "Minha nova espécie de vida aproximou-me mais da classe rural, dos trabalhadores do campo, que constituem 70% da nossa população. Deve-se promover uma reorganização agrária, associar o capital e a técnica, mecanização, associação, cooperativismo. É preciso fortalecer o mercado interno e melhorar as condições de vida do trabalhador rural, bem como tornar efetiva e aperfeiçoar a legislação social em benefício do trabalhador urbano".

COMÍCIO EM PORTO ALEGRE

Desde 1950, o PTB do Rio Grande do Sul viveu, sob o comando de Jango, em função dos preparativos para o festivo lançamento da candidatura de Getúlio. Havia a necessidade de negociar com forças políticas que poderiam ser aliadas. Era preciso, também, programar o lançamento do nome do candidato em outros Estados, sobretudo nas cidades principais. No dia nove de agosto realizou-se comício diante da Prefeitura de Porto Alegre, dando a arrancada na campanha. No palanque, ao lado de Getúlio Vargas, entre líderes do PTB, inclusive de outros Estados, o grande aliado Adhemar de Barros, que garantia – na avaliação de Vargas – os votos de São Paulo. E garantiu. Getúlio fez, em São Paulo, 64% dos votos dados a todos os candidatos.

Além da campanha para a Presidência da República havia outra preocupação: as eleições estaduais, que tinham como candidato a governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, primo de Getúlio. No dia 28 de agosto realizou-se convenção estadual para aprovar o nome de Dornelles. Na véspera, João Goulart, presidindo reunião da Executiva, falou sobre a sucessão presidencial, referindo-se em particular à inviabilidade de acordo com outras forças

políticas (aludia, certamente, ao PSD, aliado em outros momentos): “Se os entendimentos fracassaram, a culpa não cabe nem ao PTB, nem ao Sr. Getúlio Vargas, que parlamentou intensiva e cordialmente com os dignos adversários de sua candidatura, sem procurar obter quaisquer vantagens eleitorais para o seu partido”.

A campanha eleitoral foi curta. Usando prioritariamente avião, Vargas fez 65 comícios em visitas a mais de 50 cidades (todas as capitais, além de cidades com maior densidade eleitoral) pronunciando 80 discursos. Jango o acompanhou em toda a peregrinação. A campanha para as eleições de três de outubro, iniciada em Porto Alegre, encerrou-se em São Borja num comício dia 30 de setembro. Em seus pronunciamentos, Getúlio retomou as teses que defendera na pregação política pós-1945, acentuando o caráter social do trabalhismo que, em sua opinião, era a terceira via entre o capitalismo liberal e o socialismo marxista. Dia três de outubro, logo depois de votar, Getúlio hospedou-se na Estância São Pedro, do amigo Batista Luzardo, ali permanecendo até 17 de janeiro, quando Adhemar de Barros foi buscá-lo para que se hospedasse em Campos do Jordão. Foi nesta cidade que Getúlio Vargas organizou seu primeiro ministério.

JANGO MINISTRO DO TRABALHO

O ano de 1953 começa com a percepção, por Getúlio Vargas, de que precisaria conjugar dois fatores para enfrentar a crise que começava a turvar seu horizonte: adotar medidas que levassem o país a acelerar seu desenvolvimento e, no plano social, fazer algum tipo de concessão aos trabalhadores, sobretudo revisando aspectos da política salarial em vigor. As greves que se repetiam mobilizando categorias profissionais cada vez mais importantes encontravam justificativa no fato de que havia aumento de preços de todos os gêneros alimentícios, remédios, aluguéis e serviços, enquanto o último reajuste salarial da era Vargas havia ocorrido no início de 1951. E o salário-mínimo ainda acumulava uma defasagem de cinco anos sem aumento durante o governo do general Eurico Dutra. Ao analisar um quadro que lhe era desfavorável e que dia-a-dia evoluía negativamente, Getúlio promoveu uma ampla reforma ministerial, convidando João Goulart para assumir o Ministério do Trabalho (em substituição a Segadas Viana). Sabia da penetração do PTB no meio sindical e da influência exercida por Jango entre os trabalhadores. Mas havia, ainda, um outro fator a justificar seu interesse por essa área social: o Ministério do Trabalho fora criado por ele em 1931, no ano seguinte à vitoriosa Revolução de 30, e sua direção entregue ao deputado gaúcho Lindolfo Collor, na definição do professor Darcy Ribeiro, em seu livro “Aos Trancos

e Barrancos – Como o Brasil deu no que deu", um "político progressista independente, que se assessora com vários conselheiros socialistas. O primeiro deles, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, foi Evaristo de Moraes. Outros, com passado de lutas foram Joaquim Pimenta, Agripino Nazaré, Deodato Maia e Carlos Cavaco, gaúcho anticlerical. Eles é que começaram a estruturar nosso primeiro sistema efetivo de garantias do trabalho frente ao capital".

Antes mesmo de assumir o cargo, dia 17 de junho de 1953, Jango já enfrentava a virulência da crítica de jornais que eram porta-vozes de uma postura oposicionista de setores empresariais e estavam engajados num movimento pela renúncia de Getúlio Vargas. Em sua edição do dia 16, véspera da posse, o *Correio da Manhã* publicava editorial sob o título "Preparando o golpe", no qual o novo ministro do Trabalho era acusado de pretender formar uma frente sindical, "com que seria completamente dominada a vida nacional". Segundo o jornal, a greve dos 80 mil marítimos fora articulada pelo Palácio do Catete.

Jango respondeu ao *Correio da Manhã* numa entrevista ao jornal *Última Hora*, do Rio: "Esses boatos já não me surpreendem porque são extremamente ridículos e não encontram mais qualquer eco na opinião pública". Jango, que não havia lido o *Correio da Manhã*, fixou-se no editorial, sorriu e afirmou: "Eles (os diretores do jornal) me atribuem uma soma de poder que eu, francamente, não consegui. Isto é ridículo. A informação não tem o menor fundamento". A seguir Jango explica ter sido procurado pelos líderes do movimento em busca de uma solução harmoniosa e justa para a greve, por presidir um partido voltado aos trabalhadores. Nada mais do que isso. Fazia alusão, desse modo, ao fato que provocou o desfecho da crise no Ministério e a decisão de Vargas de convidá-lo para o cargo: aparentemente sem a aprovação de Getúlio, Segadas Viana decidira enfrentar a paralisação dos marítimos recorrendo à Lei de Segurança Nacional, o que permitiria a convocação dos trabalhadores para retornarem ao trabalho, sob pena de serem considerados desertores, pois a Marinha Mercante constituía reserva da Marinha de Guerra. Pouco depois, em seus primeiros dias de Ministério, Jango também contestava editorial do jornal norte-americano *The New York Times*:"(...) o fato de um ministro do Trabalho do governo de Vargas utilizar sua influência para inclinar o movimento trabalhista brasileiro para o agrupamento de trabalhadores latino-americanos, controlados pelos peronistas, seria uma traição ao seu país e a seu movimento trabalhista". Jango contestou: "À falta de qualquer fato concreto, levantaram-se contra mim sucessivas ondas de palavrório vazio, vislumbrando intenções subversivas nos atos mais rotineiros de minha administração. O Ministério do Trabalho não foi criado para servir de instrumento deste ou daquele grupo, mas sim para atender a todos – patrões e empregados – sem qualquer distinção."

O NOVO MÍNIMO

O segundo semestre de 1953 destinou-se mais a administrar conflitos trabalhistas, em função de greves deflagradas em várias áreas, e a formular as bases de uma nova política previdenciária, a partir do I Congresso Brasileiro de Previdência Social, realizado em agosto daquele ano sob patrocínio do Ministério do Trabalho. No primeiro caso, eram resolvidas questões pontuais, freqüentemente com a participação direta do próprio ministro; no segundo, o Ministério do Trabalho baixou um conjunto de normas, todas em benefício dos segurados da Previdência, como financiamento de casas populares; regulamentação de empréstimos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) a seus segurados e suas cooperativas; e assinatura de decreto dispondo sobre a representação dos empregados no Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Em janeiro de 1954 Jango começa os estudos para revisar o salário mínimo e enfrenta dois tipos de pressão: os trabalhadores mobilizam-se nas grandes cidades reivindicando um reajuste de 100%, o que elevaria o mínimo de Cr$ 1.200, 00 para Cr$ 2.400,00 (a referência era o salário do Rio de Janeiro). Os empresários, rejeitando a política de revisão da defasagem do período de Dutra, que contribuíra para achatar salários e empobrecer segmentos da classe média, diziam concordar com um aumento de 42%, percentual que correspondia à majoração do custo de vida desde o último aumento salarial, em 1951.

Pouco depois a campanha pelo novo mínimo ganhou as ruas. Mobilizados por líderes sindicais, tanto de esquerda como moderados, os trabalhadores saíram em passeatas exigindo de Getúlio e do novo ministro o cumprimento das promessas de nova política salarial.

No dia oito de fevereiro de 1954 a questão salarial virou problema militar, com graves contornos de indisciplina. Um grupo de 82 coronéis e tenentes-coronéis, a pretexto de reclamar que seus salários também estavam defasados, entregaram manifesto ao ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, analisando a situação econômico-financeira do país e atribuindo as dificuldades do momento “à má administração da coisa pública”. O documento, que ficou conhecido como “Manifesto dos Coronéis”, era assinado, entre outros, por Golbery do Couto e Silva e Bizarria Mamede. Golbery, que nessa época já participava da conspiração dos militares, notabilizou-se como um dos líderes do golpe de 64. Segundo o manifesto, havia “queda de autoridade em todo o país” e logo afirmava: “Perigosas só poderão ser, hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentiram e anunciam (alusão ao novo salário mínimo), leis e decisões governamentais que, beneficiando certas

classes ou grupos, acarretarão o aumento do custo já insuportável de todas as utilidades". Neste ponto, o manifesto reforçava a posição dos empresários. Estes haviam feito chegar a Jango, ao ministro Oswaldo Aranha, da Fazenda, e ao próprio presidente Vargas, sua posição contrária aos estudos prevendo aumento de 100% no salário mínimo.

No dia 18 de fevereiro, Vargas exonerou o general Ciro do Espírito Santo Cardoso, nomeando para o Ministério da Guerra o general Zenóbio da Costa e, quatro dias depois, aceitou o pedido de demissão de João Goulart. Era 22 de fevereiro e, nesse dia, juntamente com sua carta de demissão, Jango entregou os estudos sobre o novo mínimo, mantendo a proposta de 100%. E anexou à carta encaminhada a Vargas os decretos e os estudos elaborados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio justificando sua proposta. Na justificativa, o ministro demissionário argumentava: "A realidade é que vivemos numa época em que a ostentação e o fausto debocham e tripudiam da miséria popular, os lucros se multiplicam nas mãos de poucos à custa do sofrimento de muitos e a psicose do enriquecimento rápido domina a maioria dos detentores do poder econômico".

VARGAS CONCORDA

Em outro trecho da justificativa de sua proposta, diz Jango não haver "melhor estatística para o pobre do que o caderno de pagamento de suas contas, que lhe mostra de maneira irrefutável a diminuição constante dos seus salários com a elevação vertiginosa dos preços das utilidades e dos gêneros essenciais à preservação da vida. E não se diga, como querem alguns, que os trabalhadores são culpados por essa situação. Aceitar esse ponto de vista seria inverter, maliciosamente, os termos do problema. Não são os salários que elevam o custo de vida. Pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais elevados".

"O seu propósito de perfeita compreensão e harmonia entre as classes – propósito que jamais deixou de inspirar todos os meus atos no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – motivou a deliberação que tomei de mandar proceder aos estudos que ora submeto ao esclarecido exame de Vossa Excelência. Afigura-se-me tão necessária quanto urgente a aprovação dessa conclusão, uma vez que, à época em que foram requeridos os dados em que se baseiam, os níveis propostos apenas estabelecem o salário mínimo real, nos termos em que a lei determina seja fixado (artigo 76, da Consolidação das Leis do Trabalho)".

No dia primeiro de maio, Dia do Trabalhador, Vargas pronunciou discurso no Palácio Rio Negro e assinou o decreto do novo mínimo, elevando-o em

100% conforme proposta de seu ex-ministro. E ainda teve algumas palavras de elogio para o movimento sindical e para Jango. Segundo o Presidente da República, “para chegarmos ao feliz resultado que hoje se concretiza, muito contribuiu a ação dos sindicatos de trabalhadores de todo o país ao reivindicar, usando dos seus direitos, uma remuneração mínima indispensável para satisfazer as suas necessidades de alimentação, vestuário, higiene e transporte”.

“Nesta campanha em que estivemos juntos e em que juntos partilhamos a alegria da vitória, é justo ressaltar a participação destacada do ex-ministro do Trabalho, João Goulart, incansável amigo e defensor dos trabalhadores, que se desvelou dia e noite nos seus esforços para atendê-los”.

Jango, que em fins de fevereiro transmitira o cargo a seu substituto legal, Hugo de Faria, em maio, quando foi anunciado o novo salário mínimo, tinha retomado o exercício de seu mandato de deputado federal, para o qual se elegera em três de outubro de 1950 como o mais votado da bancada do PTB (44.812 votos) e da representação gaúcha na Câmara.

MORTE DE VARGAS E DERROTA ELEITORAL

Embora já não exercesse nenhum cargo no governo em agosto, João Goulart continuava cumprindo uma rotina de seus tempos de ministro: semanalmente ia ao Palácio do Catete. Seus encontros com Getúlio, no entanto, já não tinham a característica de agenda de trabalho. Eram, na maioria das vezes, conversas do experiente político (Jango estava com 36 anos de idade e Vargas 71) com o jovem no qual ele via um herdeiro para continuar defendendo as causas de toda a sua vida. Acrescente-se, ainda, que Jango era o presidente do PTB – o partido que dava sustentação política a Vargas no Congresso – e que, mesmo sem o cargo de ministro, mantinha estreitos vínculos com o movimento sindical, dois fatores fundamentais para os objetivos estratégicos do governo, num quadro de crise que se agravava diante da intransigência oposicionista. A situação política, com efeito, era cada vez mais desfavorável a Getúlio Vargas. A conspiração nos quartéis era pública. Os empresários alegavam não poder pagar o novo salário mínimo. Os trabalhadores, descontentes, entravam em greve. No Congresso multiplicavam-se as críticas ao governo e se repetiam apelos para que Getúlio renunciasse. Foi nesse quadro que, dia cinco de agosto, houve o atentado da Rua Toneleros, no Rio, quando o objetivo seria eliminar Carlos Lacerda, mas o atingido foi o major Rubens Vaz, da Aeronáutica que, voluntariamente, decidira oferecer segurança ao político da UDN. Com as pressões para que renunciasse ou que pelo menos tirasse uma licença, Getúlio cumpriu com a ameaça feita no

curso de dramáticas reuniões nas 48 horas anteriores, de que só morto sairia do Catete: suicidou-se na madrugada do dia 24 de agosto.

Profético, horas antes, uma hora da madrugada, Getúlio chamou Jango e entregou-lhe um envelope com a seguinte frase: “Toma, Jango. Guarda contigo para ler em casa. Vai hoje mesmo para o Rio Grande. Depois de mim, eles vão cair sobre ti”.

Jango, como o pedido era para que só lesse em casa, na capital gaúcha, não abriu o envelope, que depois constatou tratar-se de uma cópia da Carta-Testamento. E, disposto a acompanhar de perto a evolução da crise, já decidira permanecer no Rio quando foi surpreendido com a notícia do suicídio do Presidente da República. Naquele momento, a História mudou seu curso. A oposição perdeu terreno diante do trauma que atingiu o país e só viria a ver suas teses vitoriosas 10 anos depois com o golpe militar de 1964, estando no centro da crise justamente João Goulart: “(....) depois de mim eles vão cair sobre ti”.

João Goulart não precisou preocupar-se com o segundo pedido de Vargas, quando lhe entregou o envelope naquela madrugada de agosto de 1954, no sentido de que a Carta fosse divulgada nos jornais gaúchos (por isso o conselho para que se dirigisse de manhã para Porto Alegre) e, mesmo se fosse boicotada no Sul do Brasil, ele poderia publicá-la na Argentina. Não precisou nada disso. O documento, explicando a dramática decisão do suicídio, ganhou publicação mundial.

RETORNO À SÃO BORJA

Jango voltou para São Borja acompanhando o corpo de Getúlio e pensando em se afastar das atividades políticas. Mas no dia 26 de agosto, à beira do túmulo, ao pronunciar o discurso de despedida do filho de São Borja que durante mais de três décadas tivera decisiva participação na vida política do país (em 1928 já era Presidente do Estado do Rio Grande do Sul), deixava uma pista de sua posição dispondo-se a tomar nas mãos a bandeira empunhada por Vargas: “Nós, dentro da ordem e da lei, saberemos lutar com patriotismo e dignidade, inspirados no exemplo que nos legaste”.

Em outubro haveria eleições para o Senado, Câmara Federal, governo do Estado e Assembléia Legislativa. Mas, ainda assim, o segundo semestre de 1954 começou com incertezas para o PTB e seus aliados. Abalado emocionalmente e politicamente ferido pelos ataques que procuravam atingi-lo como legatário de Vargas, Jango mantém-se afastado da política por algumas semanas – afastamento só interrompido depois de muitas reuniões com lideranças do PTB gaúcho. Ao final dessa série de encontros, que em certos momentos con-

taram com a participação de integrantes da direção nacional, companheiros de Jango no comando do partido, ele cedeu aos apelos e concorreu ao Senado. Sensibilizou-se, sobretudo, com o argumento de que era o nome que reunia as melhores condições para que o partido saísse do trauma do suicídio de Vargas pelo menos com uma vitória nas eleições de outubro de 1954. Mas, apesar da mobilização trabalhista, João Goulart e Ruy Ramos perderam as eleições para o Senado (eram duas as vagas), do mesmo modo que os trabalhistas foram derrotados também no pleito para o Executivo estadual.

Os 837.755 eleitores gaúchos votantes, de um total de 1.224.761 inscritos, deram a vitória, para o Senado, aos candidatos Armando Câmara e Daniel Krieger, que disputaram pela coligação Frente Democrática, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Libertador (PL). Câmara conquistou 402.438 e Krieger 383.010. Jango e Ruy Ramos, que disputaram pelo PTB fizeram, respectivamente, 346.198 e 299.188 votos. Concorreram ainda ao Senado: Nestor Contreira Rodrigues, do Partido de Representação Popular (PRP), que fez 60.814 votos e Tasso Bolívar Dias Corrêa, do Partido Social Progressistas (PSP), com apenas 6.892 votos.

O PTB também perdeu as eleições para o governo do Estado. Seu candidato, Alberto Pasqualini, perdeu para o engenheiro Ildo Meneghetti. Este fez 386.821 votos contra 356.183. Da mesma forma que nas eleições para o Senado, Meneghetti teve o apoio da coligação formada pelo PSD, UDN e PL. Concorreram, ainda, ao governo do Estado, naquele ano, Wolfran Metzler (PRP), José Diogo Brochado da Rocha (PSP) e João Pereira Sampaio (PSB) que fizeram, respectivamente, 71.110, 7.396 e 73 votos. Os trabalhistas conseguiram uma expressiva vitória, porém, na eleição dos representantes gaúchos junto à Câmara Federal e Assembléia Legislativa, formando bancadas, principalmente no legislativo estadual, que criariam sérias dificuldades para Meneghetti.

Para a Câmara dos Deputados o mais votado foi Leonel Brizola com 103.003 votos, mais que o triplo do mais votado pelo PSD, Tarso Dutra, com 31.676 votos. Com Brizola fazendo votação tão expressiva, a bancada do PTB conquistou 11 cadeiras contra sete do PSD, três do PL, duas do PRP e uma da UDN. Embora Jango não tenha conseguido eleger-se senador, com seu trabalho de ex-presidente do partido no Estado conseguiu ajudar na eleição de 23 integrantes do PTB para a Assembléia Legislativa, ficando do PSD com 15, o PL com sete, o PRP com quatro, UDN, três; PSP, dois e PSB, um.

Três anos depois, oposição e situação, em nível federal, tratam o episódio do suicídio de Vargas com enfoques bem diferentes. Os trabalhistas continuavam prestando homenagens à memória do ex-presidente enquanto a oposição, principalmente a UDN de Lacerda, continuava a fustigar Jango, nessa época já Vice-

Presidente da República de Juscelino Kubitschek. Nesse contexto, Brizola continua sua ascensão política. Em 1956 elegeu-se prefeito de Porto Alegre, o que lhe valeu como trampolim (o mesmo acontecera antes com Ildo Meneghetti) para chegar ao governo do Estado em 1958. Cumprindo seu mandato à frente do Executivo teve uma atuação decisiva em 1961 para assegurar que Jango, o Vice-Presidente de Jânio Quadros, assumisse a Presidência da República.

ALIANÇA COM O PSD E VICE DE JUSCELINO

Novembro de 1954. O pessedista Juscelino Kubitschek governa Minas Gerais pensando na presidência da República. E já pensava, nessa época, nos planos que o levariam a tornar-se um dos presidentes mais populares do país, a tal ponto que, ao final de seu mandato, em 1960, já estava nas ruas o slogan "JK 65". Naquele novembro, enquanto no Rio Grande do Sul o PTB de Jango procurava rearticular-se a partir de uma nova realidade, em que contabilizava a eleição de expressivas bancadas para a Assembléia Legislativa e Câmara Federal, mas, derrotas para o Senado e governo do Estado, em Belo Horizonte era praticamente dada a largada para as eleições de 1955. As conversações entre o PSD e PTB, com vistas ao pleito, começaram com uma entrevista do líder do PSD de Minas Gerais, em sete de novembro, praticamente sugerindo um acordo entre os dois partidos. E diante de algumas resistências de seus liderados foi bem objetivo: as lideranças deveriam buscar um candidato que reunisse uma ampla frente partidária, sem a exclusão do PTB e sem distinção entre candidaturas civis ou militares.

Minas Gerais parecia ter pressa. Tanto que, ainda em novembro, o diretório do PSD mineiro já aprovava a candidatura de Juscelino Kubitschek; iniciava entendimentos com outros partidos, principalmente o PTB, para a indicação do vice, e marcava convenção para homologar a candidatura de JK a Presidente da República. Ao final das difíceis negociações políticas, foi escolhido o nome que Juscelino queria: João Goulart. A convenção do PSD foi realizada em 10 de fevereiro, com a homologação da candidatura do governador mineiro. Para sua realização de forma exitosa, Juscelino fez valer a influência que tinha no partido em seu Estado, onde além de ser o governador já fora prefeito de Belo Horizonte e duas vezes deputado federal.

Desse modo, os brasileiros, que em agosto de 1954 enfrentaram uma das mais graves crises da história do país, com o suicídio de seu presidente, iniciavam 1955 já tendo um candidato do PSD à sucessão presidencial, enquanto outros nomes eram examinados por outros partidos. Enquanto isso, na chefia do governo, o vice de Getúlio, Café Filho, que formara um ministério com vá-

rios nomes da UDN oposicionista e defensora de idéias golpistas, não se comprometia com planos que tinham em vista conseguir e manter um clima de governabilidade dentro do regime democrático e encaminhar sem traumas sua sucessão. Procurava, apenas, apoio no esquema político-militar que forçara o afastamento de Getúlio e o mantinha no poder.

QUEM DECIDE?

O ambiente político era cada vez mais tenso, sobretudo em função da intervenção dos militares que pretendiam vetar candidatos, principalmente João Goulart. O dirigente do PTB, por sua vez, já desistira da decisão de manter-se afastado das atividades políticas. Desde a campanha para o Senado, apesar da derrota, passou a liderar todas as gestões, em nome de seu partido, para a composição da chapa que disputaria as eleições de 1955.

Chefe da Casa Militar de Café Filho, no último dia de dezembro de 1954 o general Juarez Távora, em despacho com o Presidente da República, foi o portador de um manifesto em que militares do mesmo grupo que se mobilizara contra Vargas sugeriam um acordo interpartidário para o equacionamento da sucessão presidencial. Esses militares, ao mesmo tempo em que afirmavam não haver clima para escolha de um candidato militar, insistiam na indicação de um candidato único, civil.

O manifesto foi interpretado pelos dirigentes do PSD e do PTB como um veto à candidatura de Jango na chapa de JK e, por isso, foi repelido, sendo rejeitado também pelos dirigentes do PSP, que participavam das gestões de apoio à chapa liderada por Juscelino. Maria Victoria de Mesquita Benevides, em seu livro "O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política", afirma que o "o próprio Kubitschek reconhecia ser imprescindível uma aliança com o PTB e quando o nome de Goulart é vetado pelos setores mais conservadores do PSD, ele declara: 'Como candidato tenho que pensar em termos de cálculo político. Esse cálculo político me obriga a uma aliança com o PTB e, dentro do PTB, o nome de João Goulart é o que reúne maiores possibilidades". Jango, acusado de ser comunista por Carlos Lacerda, em artigos publicados em seu jornal *Tribuna de Imprensa*, reagiu citando outros políticos, também apoiados pelos comunistas e, nem por isso, criticados por Lacerda. Em entrevista a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, Jango afirmou:

"No que respeita aos comunistas, têm eles apoiado indistintamente candidatos de diversas agremiações políticas, conservadores ou populistas. Não desejava individualizar tais apoios, mas me permito apenas essa indagação: será porventura comunista o coronel Virgílio Távora, só porque, ostensivamen-

te, aceita o apoio dos comunistas cearenses? Como se entender comunista o ilustre prócer udenista Milton Campos, por aceitar, como aceitou, em Minas, os mesmos votos solicitados pelo Sr. Afonso Arinos aqui no Rio?”.

Em abril, o diretório nacional do PSD aceitou a indicação de Jango e, no mesmo mês, a chapa foi homologada pela convenção do PTB. Estava tudo pronto para o início da campanha, não fosse o surgimento de novos vetos ao nome de Jango na cúpula militar e entre dissidentes do próprio PSD.

NOVA CRISE

Depois da convenção do PTB foi publicada carta assinada por Luiz Carlos Prestes, em nome do então Partido Comunista Brasileiro, sugerindo um trabalho conjunto com o PTB. Isso foi o bastante para novas ações daqueles que não aceitavam a candidatura de Jango, interpretando-a como um retorno a tudo que havia sido afastado com o fim do governo Vargas. Além da campanha de Lacerda e do que era discutido nos quartéis, abril terminou com um pronunciamento do ex-presidente Dutra ao jornal *O Globo*. O general que, raramente falava de questões políticas desde que transmitira o poder a Getúlio Vargas, o eleito de 1950, disse que, pessoalmente, se opunha à candidatura de Jango. Não tinha restrições à candidatura de JK, mas, não concordava com o que fora decidido pela convenção nacional do PSD. Do ponto de vista institucional a crise não teve maiores repercussões e o próprio PSD, mesmo com a formalização de dissidências envolvendo os diretórios do partido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco, em convenção no mês de junho ratificou o apoio a João Goulart como companheiro de chapa de Juscelino Kubitschek.

OUTRA VEZ, AGOSTO!

No dia cinco de agosto, primeiro aniversário da morte do major Rubens Vaz, no atentado da Rua Toneleros, quando o alvo seria Carlos Lacerda, o general Canrobert Pereira da Costa resolveu fazer um discurso no Clube Militar, analisando o regime que se seguiu ao suicídio de Vargas. De acordo com Canrobert, o regime chefiado por Café Filho caracterizava-se por “falsidade democrática” e “pseudolegalidade”. A fala do general somada a outros fatos, como a divulgação de um novo documento pelos comunistas reiterando o apoio à chapa Juscelino e Jango, fez com que o mês de agosto, de novo, tivesse um clima de grave crise política.

Superados os dois episódios surgiu um terceiro, dando continuidade à campanha contra Jango. No dia 17 de setembro Carlos Lacerda divulgou em

seu jornal, *Tribuna de Imprensa*, uma carta atribuída ao deputado argentino Antonio Brandi, que a teria enviado a João Goulart, tratando dos detalhes de entendimentos com o presidente argentino Juan Domingo Perón, para "implantar uma república sindicalista no Brasil". De acordo com o documento, que ficou conhecido como "Carta Brandi", seriam criadas brigadas de choque e haveria contrabando de armas pela fronteira de Uruguaiana. Apesar de todos os desmentidos por parte de Jango foi necessário um Inquérito Policial Militar, determinado pelo general Lott, a pedido da própria bancada do PTB e chefiado pelo general Emílio Maurell Filho, para concluir que a "Carta Brandi" era falsa. Tinha sido forjada por dois criminosos argentinos, conhecidos por Cordero e Malfussi.

De acordo com o jornalista e professor Moniz Bandeira, em seu livro "O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil", (...) não seria por demais supor que a CIA também estivesse envolvida no caso. Joaquim Miguel Vieira Ferreira, secretário-geral da Cruzada Brasileira Anticomunista e agente do Serviço de Informações da Marinha, vangloriou-se certa vez de ter inspirado a Carta Brandi. Esse homem, conhecido pelo pseudônimo de Victor, recebia Cr$ 300.000,00 do serviço secreto norte-americano e, em 1958, falsificara outros documentos, como um acordo do PTB com os comunistas e um memorial de militares reclamando a renúncia de Kubitschek e Goulart, bem como a paralisação das obras de Brasília".

VITÓRIA ELEITORAL

As eleições presidenciais de três de outubro foram disputadas por quatro chapas, lideradas por Juscelino Kubitschek (PSD, PTB, PR, PTN, PST e PRT), Juarez Távora (UDN e dissidentes do PSD, PDC, PSB e PL), Adhemar de Barros (PSP e dissidentes do PTB) e Plínio Salgado (PRP). Juscelino conquistou 3.077.411 votos contra 2.610.462 de Juarez Távora; 2.222.725 de Adhemar de Barros e 714.379 de Plínio Salgado. João Goulart, o vice de JK, foi eleito com 3.591.409 votos, mais de 500 mil votos que seu companheiro de chapa. O resultado das urnas, segundo Jango, era "a resposta do povo aos inimigos do regime, que se preparavam para assaltar o país, instituindo o Governo dirigido à distância pelos trustes internacionais, durante o qual seriam liquidadas as conquistas sociais alcançadas pelo trabalhador".

Proclamados os resultados das urnas, no mês seguinte, novembro, surgiram novas tentativas por parte de militares para impedir a posse dos eleitos. No dia primeiro de novembro de 1955 o coronel Bizarria Mamede, em nome do Clube Militar, ao discursar por ocasião da morte do general Canrobert Pereira

da Costa, defendeu abertamente um golpe, incitando os chefes militares a impedirem a posse de Juscelino e Jango. Antes, a UDN defendera a mesma posição depois de ver frustrada sua tentativa de anular as eleições, sob o argumento de que não eram válidos os votos dados pelos comunistas. No dia três de novembro, o presidente Café Filho alegou que estava doente e transmitiu o governo a seu sucessor legal, deputado Carlos Luz, presidente da Câmara. O general Lott, por sua vez, sentindo-se desprestigiado por não poder punir o coronel Mamede, vinculado à presidência da República, pediu afastamento dia 10 e foi substituído no Ministério da Guerra pelo general Álvaro Fiúza de Castro. Na madrugada do dia 11, outra surpresa: Lott, com o apoio do comandante do I Exército, general Odílio Denys, liderou movimento para que Carlos Luz fosse afastado. No mesmo dia o Congresso aprovou o impedimento do parlamentar dando posse na presidência da República ao vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. Era mais uma crise política resolvida no âmbito dos quartéis.

Poucos dias depois, Café Filho recuperou a saúde, mas não o poder. No dia 22 de novembro o Congresso votou seu impedimento e confirmou Nereu Ramos na presidência para assegurar a posse de Juscelino e Jango em janeiro. A ação de Lott para assegurar a posse dos eleitos rendeu-lhe uma homenagem, em 11 de novembro de 1956, quando JK e Jango já estavam no poder. Por iniciativa do líder trabalhista foi realizada, em frente ao Palácio da Guerra, uma homenagem ao Marechal Lott, quando lhe foi entregue uma espada adornada em ouro e lâmina de aço de Toledo, fabricada em Caxias do Sul. As cerca de 15 mil pessoas presentes à solenidade ouviram Jango dizer que sem Lott teria triunfado a conspiração dos que planejavam mais um golpe.

COMPROMISSOS MANTIDOS

Na visão de Abelardo Jurema, que no segundo mandato de Jango (quando substituiu o renunciante Jânio Quadros) foi seu ministro da Justiça, “frente a uma tradição não muito honrosa para a democracia, as relações entre o presidente Juscelino Kubitschek e o seu vice João Goulart, durante todo o período governamental de 1956 a 1961, desenvolveram-se normalmente”. Ele analisa esse período em seu livro “Sexta-Feira, 13”, observando:

“Houve tropeços, ranhuras, houve mal-entendidos, tudo, porém, facilmente corrigido e neutralizado pelas lideranças partidárias e parlamentares. As áreas do PSD e do PTB, sobretudo nos municípios, atritaram-se muito e, a cada eleição, aumentavam as incompatibilidades, que se refletiam nos altos escalões do governo. Honra se faça a ambos, JK e Jango, pois um ajudou o outro, ajudando-se ambos, mutuamente, de modo tal que as dissensões não se

revestiram de gravidade para a aliança dos dois partidos. Na Câmara e no Senado, as bancadas pessedistas e petebistas, durante o qüinqüênio juscelinista, compuseram-se bem em todas as oportunidades e, talvez, tenha sido Juscelino Kubitschek o último Presidente a contar com tão maciço apoio parlamentar e com vitórias tão esmagadoras no Congresso ".

"Os compromissos de campanha foram mantidos com a vitória eleitoral e assegurados por todo o período governamental".

LOTT PERDE ELEIÇÃO; JANGO É VICE DE JÂNIO

João Goulart, que no período de Juscelino Kubitschek (1956-1961), cumpriu todos os acordos políticos firmados pelo seu partido, o PTB, com o PSD de JK, contribuindo para assegurar um clima de governabilidade num país saído de grave crise política, não era o Vice-Presidente que Jânio Quadros queria. Mas a legislação eleitoral, ao permitir o registro de chapas independentes de candidatos a vice-presidente da República, favoreceu Jango. Ele, que ao longo de 1959 chegou a ser cogitado para ser candidato a Presidente, terminou sendo o mais votado para vice e chegou ao poder junto com Jânio Quadros, habilitando-se a assumir quando o eleito pela chapa liderada pela oposicionista UDN resolveu renunciar, sete meses apenas depois da posse.

Já quase no final de seu mandato, Juscelino Kubitschek tinha outras idéias sobre a escolha de seu sucessor e chegou a pensar em negociar com a própria UDN a indicação do candidato a Presidente, ficando o PSD com a vice. JK pensava a longo prazo e sua idéia era construir uma aliança com dois objetivos: dar aos udenistas, até então na oposição, a chance de ser governo; cinco anos depois ele poderia voltar ao poder. Seus partidários chegaram a ensaiar o movimento JK-65, que desapareceu rapidamente da cena política abafado pelo movimento a favor da candidatura de Jânio Quadros, na época deputado federal, eleito pelo inexpressivo Partido Trabalhista Nacional (PTN) paranaense. Mas não apenas o PSD que governava foi surpreendido com o lançamento de Jânio. A própria UDN, que ainda buscava outro caminho, dividiu-se quando Carlos Lacerda resolveu apoiar o Movimento Popular Jânio Quadros que, em abril de 1960, lançou a candidatura do ex-governador de São Paulo.

No curso dos entendimentos entre PTB e PSD, para a escolha de um candidato que cumprisse uma plataforma comum aos dois partidos, acentuaram-se algumas divergências que Jango e JK procuraram administrar, em nome da governabilidade, desde o início da gestão de ambos, em 31 de janeiro de 1956. Como era o momento de um novo começo, em termos de administração

do país, e diante da perspectiva de que os dois partidos continuassem no governo (a vitória de Jânio mudou o curso dos acontecimentos), ainda em 1959 Jango procurou mostrar que tinha posições divergentes em relação a aspectos da política econômica. E o fez em carta ao ministro da Fazenda, Lucas Lopes (PSD), que seguia uma receita de estabilização monetária recomendada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Como vice-presidente da República João Goulart era, de acordo com a legislação da época, presidente do Congresso Nacional. Era uma circunstância favorável nas relações com as representações partidárias na Câmara e Senado. Usando dessa faculdade, depois das críticas à política econômica do governo, reiteradas em carta que enviou ao presidente do PSD, senador Benedito Valadares, Jango resolveu propor uma série de medidas, cuja formalização dependia de mensagem ao Congresso, e empenho do PSD para aprovação de outras que já tramitavam no Legislativo. No primeiro caso, tratava-se da retomada do tema reforma agrária e apoio ao sistema cooperativista em algumas regiões do país; no segundo, a intenção que houvesse empenho do governo pela aprovação da reforma administrativa federal; regulamentação do direito de greve; instituição do regime jurídico do trabalhador rural; definição dos casos de desapropriação por interesse social; modernização do ensino e adoção de medidas para garantir o acesso do maior número de brasileiros aos seus benefícios; reforma bancária; disciplinação do ingresso de capitais estrangeiros no país; reorganização das delegacias regionais do Ministério do Trabalho e criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

O CANDIDATO

Era quase uma plataforma numa fase transitória em que todas as atenções das direções partidárias, na verdade, se concentravam na escolha dos candidatos à sucessão de Juscelino e do próprio Jango. E as medidas propostas eram bandeiras dos trabalhistas defendidas ainda no período Vargas. Ao mesmo tempo em que procurava viabilizar reivindicações de seu partido junto ao governo, João Goulart mantinha-se à frente das negociações para a escolha do candidato à sucessão de JK.

Alguns setores do PTB defendiam o lançamento de um candidato comprometido com as causas populares e com projetos de cunho nacionalista, capaz de pôr em prática medidas sugeridas a JK por Jango, em nome do partido. A escolha, porém, surgiu de negociações políticas, tendo sido indicados Henrique Teixeira Lott e João Goulart, apoiados pelo PTB e PSD. As outras chapas estavam constituídas por Jânio Quadros, da coligação UDN-PL-PTN-PDC,

tendo como candidatos a vice o udenista Milton Campos e o gaúcho Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), apoiado pelo PTN e PDC; e Adhemar de Barros, que concorreu pela legenda do Partido Social Progressista (PSP).

Jânio Quadros, que fez uma campanha sem se comprometer com projetos partidários, elegeu-se com quase seis milhões de votos – cerca de dois milhões a mais que o segundo colocado, Lott. Para a vice-presidência foi eleito João Goulart com 4.547.010 votos, superando o companheiro de chapa de Jânio por cerca de 300 mil votos. Jango foi derrotado por Milton Campos em São Paulo, Guanabara e Minas Gerais e, no Rio Grande do Sul, pelo dissidente do PTB, Fernando Ferrarri. Este fez 557.425 votos e Jango 472.902.

RENÚNCIA E LEGALIDADE

Mais surpreendente que a vitória de Jânio Quadros, sobretudo pela expressiva votação que fez, foi sua renúncia no dia 25 de agosto de 1961 (assumira em 31 de janeiro). Tão surpreendente que ainda hoje as verdadeiras causas são discutidas sem que ele esteja vivo para "repensar" a primeira versão, segundo as quais "forças terríveis" estavam inviabilizando seu governo. Ao que tudo indica, na verdade, Jânio planejava uma espécie de golpe que lhe permitisse governar sem a fiscalização do Congresso. Lucídio Castelo Branco, em seu livro "Da memória de um repórter", editado em 2002, narrando encontro que teve com seu irmão Carlos Castello Branco, que fora secretário de Imprensa de Jânio, ouviu dele a versão de que a renúncia teria sido uma tentativa de golpe populista frustrado. "Jânio – relata Lucídio com base no depoimento do irmão – contava que alguns generais e o povo iriam se levantar para reconduzi-lo ao poder sem as peias que o Congresso vinha impondo ao Presidente. Ele tinha certeza de que os militares iriam se opor à posse de Goulart, o que de fato ocorreu. Porém, não contava com a esperteza das lideranças políticas no Congresso, que, aproveitando a chance, logo aceitaram a renúncia como fato consumado, para empossar no poder um dos seus e, assim, se verem livres de um presidente incômodo".

Os primeiros meses de governo de Jânio já mostravam que seria difícil sua convivência com Jango, representante de um partido de oposição. A própria eleição do presidente do PTB resultara não de um acordo político, como no caso de JK, mas era conseqüência de uma vitória nas urnas compondo uma chapa que tinha como candidato a Presidente da República outro nome, o general Lott. Por isso, não chegaram a surpreender as divergências entre os dois. Inicialmente por uma questão de projeção maior – a política econômica. En-

quanto o PTB, desde os tempos da aliança com JK insistia em mudanças de rumo, Jânio seguiu caminho semelhante aceitando as imposições do FMI, inclusive no que se relacionava com um rígido controle da política salarial. Mais adiante, um problema administrativo pôs os dois em rota de colisão. Jango viu-se envolvido numa denúncia de que se beneficiara de irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), tendo sido contemplado com propaganda eleitoral com dinheiro público. O episódio ocorreu menos de três meses antes da renúncia de Jânio Quadros que, ao ser informado dos acontecimentos, mandou instaurar inquérito. Jango mandou carta ao Presidente refutando as acusações, mas Jânio mandou sua assessoria "devolver ao signatário por não estar vasada em termos próprios, além de não representar a verdade". Nesta última parte da frase estava toda a conotação política da resposta. O Presidente antecipava-se ao próprio inquérito e, indiretamente, dizia que seu Vice não estava falando a verdade. Jânio, por sua vez, que nas primeiras semanas de governo se distanciara da UDN, começou a enfrentar resistências no Congresso.

Mas, naquele início de administração, nada faria supor que no dia 25 de agosto apelaria ao gesto dramático da renúncia, viajando alguns dias depois para a Europa. Ele, que tinha o hábito de mandar bilhetes para seus ministros sobre assuntos os mais diversos, simplesmente encaminhou a seus auxiliares a seguinte mensagem: "Nesta data e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República". Comunicado o fato ao Congresso, numa sessão que durou 10 minutos, a renúncia foi aceita, assumindo interinamente o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli.

VETO A JANGO

Quando Jânio renunciou, seu vice, João Goulart, encontrava-se em Cingapura, retornando de uma viagem à China, como chefe da missão econômica brasileira. Ele era o sucessor natural de Jânio, mas seu nome foi vetado pelos ministros militares identificados com grupos das Forças Armadas que optavam por uma solução golpista e contavam com o apoio de forças antigetulistas entre lideranças políticas e empresariais do país. Em comunicado ao Congresso, os ministros Odílio Denys, da Guerra, almirante Sílvio Heck, da Marinha, e Gabriel Grün Moss, atuando como se fossem uma junta militar, disseram que era inconveniente o retorno ao Brasil de Jango e sugeriam a permanência no cargo de Mazzilli por 60 dias, quando seriam realizadas novas eleições. No dia seguinte, o marechal Lott, que estava na reserva, dirigiu um

manifesto “aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro”, repudiando qualquer solução “anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação”. A resposta do ministro Odílio Denys foi rápida: determinou que Lott se considerasse preso em sua residência.

A partir daí, com o país vivendo uma profunda crise e sob ameaça de guerra civil, o principal foco de resistência localizou-se no Rio Grande do Sul, de onde o governador Leonel Brizola passou a coordenar a ação política pela posse de João Goulart. E o principal instrumento para essa mobilização foi a Rede da Legalidade – uma rede de emissoras de rádio que passaram a transmitir do Palácio Piratini, onde o governador Brizola e outras autoridades faziam pronunciamentos e divulgavam informações de forma permanente em defesa da posse do Vice-Presidente como sucessor legal do Presidente que renunciara. Num depoimento sobre aqueles momentos vividos pelo Rio Grande do Sul, Brizola disse que, ao ser informado de que o general Machado Lopes solicitara uma audiência, chegou a pensar que se tratava de um encontro para lhe dar um ultimato. Por isso tratou de levar ao conhecimento do público, que ouvia rádio e das pessoas concentrados diante do Palácio Piratini, em número cada vez maior, as ordens que de Brasília chegavam ao comando do III Exército. Eram todas no sentido de que a ação de resistência fosse contida, ainda que para isso fosse necessário deslocar tropas do Exército de unidades do interior e pedir o apoio da FAB para bombardear o Palácio Piratini, calando a Rede da Legalidade.

Jango, iniciando o retorno ao Brasil, encontrava-se em Paris dia 28, mas foi aconselhado pela direção nacional do PTB a permanecer fora do país até que se encontrasse uma solução legal para a crise. Os ministros militares só tiveram êxito num primeiro momento. No dia 29, o Congresso rejeitou o pedido de impedimento do Vice-Presidente da República e passou a debater uma solução conciliatória, mais tarde encontrada com a adoção do regime parlamentarista. Mas, ainda assim, os militares resistiam. Logo depois da decisão do Congresso, Denys, Heck e Moss divulgaram manifesto acusando Jango de estar envolvido com agitação sindical e de entregar postos-chave nos sindicatos “a agentes do comunismo internacional”.

Brizola começou a montar a Rede da Legalidade ainda no dia 28 de agosto. Como através do III Exército fora imposta censura às Rádios Gaúcha e Farroupilha, enviou ofício ao diretor da Guaíba, Breno Caldas, informando que a partir daquele momento o governo estadual estava requisitando a emissora, cujos microfones deveriam ser instalados na Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini. Antes o governador Brizola determinara à Brigada Militar que deslocasse um contingente para guarnecer os transmissores da Guaíba.

Com Brizola procurando mobilizar a opinião pública em defesa da legalidade constitucional, usando para isso uma rede de rádio que chegou a contar

com 104 emissoras, o Rio Grande do Sul viveu cinco dias de excepcional agitação política. No Palácio Piratini diariamente chegavam lideranças políticas com manifestações de solidariedade e apoio. As posições estavam radicalizadas. No dia 28 os militares chegaram a cogitar de bombardear o Palácio Piratini e informaram que o ministro Sílvio Heck mandaria uma força naval para bloquear os portos gaúchos. Nenhuma das duas ameaças se concretizou. No plano nacional, duas adesões à causa legalista foram da maior importância naquele momento: dos governadores Ney Braga, do Paraná, e Mauro Borges, de Goiás. Ao gesto dos dois governadores somou-se, ainda no dia 28, o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, que em visita ao governador Brizola, acompanhado de oficiais de seu Estado Maior, comunicou que as tropas sob seu comando defendiam a solução constitucional. Tão seguro estava o general Machado Lopes da unidade de seus comandados que, ao ser informado, no dia 30 de agosto, que o ministro da Guerra nomeara o general Cordeiro de Farias para substituí-lo, declarou que se ele aqui desembarcasse seria preso.

Com a adesão do III Exército e de outras unidades no país já não havia dúvida de que a solução pretendida pelos ministros militares (eleições extraordinárias dentro de 60 dias) fracassara. Faltava o retorno de Jango. Ele voltava com demoradas escalas dando tempo a que os políticos, em Brasília, encontrassem uma solução conciliatória. Jango, que ao sair de Cingapura foi a Paris e depois a Nova York, dia 31 de agosto estava em Montevidéu para encontro com Tancredo Neves, o deputado do PSD responsável pelos entendimentos em curso no Brasil. A reunião foi no dia seguinte e Tancredo apresentou a Jango a proposta de adoção de um regime parlamentarista. Consultado por telefone, Brizola disse que era contra e sugeriu a Jango que só tomasse sua decisão em Porto Alegre.

A essa altura não havia, ainda, uma data prevista para a chegada a Porto Alegre e menos ainda para a posse em Brasília. Diante disso, de acordo com relato de Lucídio Castelo Branco, o governador Brizola determinou a seu secretário de Imprensa, jornalista Hamilton Chaves, que constituísse um grupo de uns 20 jornalistas, entre os quais se encontravam alguns correspondentes estrangeiros, com duas missões: ir a Montevidéu em avião especial entrevistar Jango e convencê-lo a vir a Porto Alegre no avião dos jornalistas. Havendo jornalistas a bordo, principalmente estrangeiros, os militares não se atreveriam a interceptá-lo.

Lucídio Castelo Branco, como representante da Caldas Júnior, foi um dos convidados para ir à capital uruguaia. “Viajamos, e ainda no aeroporto de Montevidéu – relata Lucídio – ficamos aguardando a chegada de Jango. Quando tentamos arrancar um pronunciamento do Vice-Presidente ele se esquivou,

prometendo fazê-lo na Embaixada do Brasil, para onde estava se dirigindo. Corremos para a sede da Embaixada, onde ficamos aguardando até a uma hora da madrugada. De todos os que estavam ali, apenas eu fui chamado por Pedro Tasis Gonzáles, que me levou à presença de Jango. Como talvez fosse eu a pessoa do grupo que ele mais conhecia, para surpresa minha, ele, em tom imperativo, disse: 'Castello, você, a partir deste momento, passa a exercer a função de secretário de Imprensa da Presidência da República no exílio. Sua primeira incumbência é comunicar aos seus colegas que estão na sala de espera que o Vice-Presidente, por não desejar acirrar mais ainda os ânimos no seu país, não fará nenhuma declaração aqui em Montevidéu".

Desse modo, os jornalistas não puderam cumprir o que fora sugerido por Leonel Brizola: Jango não falou e também retardou o retorno, só voltando no dia 1º de setembro, sendo recebido diante do Palácio Piratini por uma multidão calculada em 100 mil pessoas. Mas não discursou, limitando-se a divulgar uma mensagem: "Chego à minha pátria para cumprir com os deveres que me são impostos pela Constituição. Não alimento ódios, nem ressentimentos de qualquer espécie. O meu desejo identifica-se com os anseios do povo brasileiro, a preservação da ordem legal, o respeito à Constituição e às leis".

"Confio no patriotismo de todos os homens, de todas as forças responsáveis pelos destinos do Brasil. Entendo que, depois do impacto decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, nenhum governo poderá ser instalado neste país se não houver o congraçamento de todas as forças responsáveis pelo Brasil".

"A mensagem que trago é de paz e esperança. Permaneço, como em toda a minha vida pública, inteiramente devotado aos princípios democráticos, à manutenção da ordem e pronto a servir à República, no interesse do progresso e do bem-estar político, econômico, social e espiritual da Nação. Que Deus me ilumine, que o povo me ajude e que as armas não falem".

O PARLAMENTARISMO

O Congresso aprovou a Emenda Constitucional parlamentarista dia dois e dia cinco Jango deixava Porto Alegre rumo a Brasília, a fim de assumir seu mandato dia sete de setembro, numa tumultuada solenidade onde até a faixa presidencial, o símbolo do poder, que Mazzilli deveria entregar-lhe, custou a ser encontrada. A viagem foi precedida de boatos de que oficiais da FAB, contrários à posse de Jango, iam desencadear a "Operação Mosquito", cujo objetivo seria desviar o avião de Jango ou abatê-lo, a fim de que não chegasse a Brasília. Mas o vôo realizou-se sem problemas.

Tancredo Neves, o articulador das negociações, chefiou o primeiro gabinete denominado de "união nacional", porque dele participavam representantes de vários partidos, inclusive da UDN. Os conflitos entre o Presidente e o gabinete de governo não demoraram. Em novembro, convidado para o I Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte, Jango ocupou-se de um tema que viria a estar no centro de seu projeto de reformas de base: a reforma agrária. Disse o Presidente, no encontro, que era impossível realizar uma reforma agrária no país com a exigência de pagamento prévio em dinheiro para as terras desapropriadas. Esse não era, porém, o ponto de vista da maioria dos ministros.

Em abril de 1962, na Paraíba, camponeses que protestavam contra o assassinato de um dos seus líderes, João Pedro Teixeira, a mando de fazendeiros da região, foram violentamente reprimidos. No interior de Pernambuco houve saques a mercados e armazéns por multidões de famintos, obrigando o governador Cid Sampaio a desapropriar estoques de feijão, farinha e milho para garantir o abastecimento. O quadro era de tal modo grave que o Conselho de Ministros decretou estado de emergência nas regiões do Nordeste afetadas pela fome, a fim de dispor de recursos de emergência para enfrentar a crise. Sem encontrar uma saída para os graves problemas que o país enfrentava, dia 26 de junho o primeiro gabinete parlamentarista renunciou.

Começa aí outra crise de caráter institucional. Jango indicou para substituto de Tancredo Neves o ex-ministro San Thiago Dantas. A indicação, porém, não foi aceita pelas bancadas do PSD e da UDN, que ameaçavam usar o poder de veto. Os pedessistas e udenistas tinham restrições a Dantas em função da orientação nacionalista de sua política quando foi ministro de Relações Exteriores. Jango, então, indicou para o cargo o presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade. Mas, com um estratagema. Exige que o senador deixe em suas mãos uma carta renunciando à indicação. O nome de Auro Soares de Moura Andrade foi aprovado pela Câmara dia três de julho, mas dois dias depois, quando concluía as negociações para formar o gabinete, sua carta-renúncia foi lida em plenário pelo líder da bancada do PTB, deputado Almino Afonso. O impasse entre o Presidente e o Congresso se estendeu até o dia nove de julho, quando foi aprovado o nome do gaúcho Francisco Brochado da Rocha para presidir o Conselho de Ministros.

O nome de Brochado, que fora secretário de Justiça do governo Brizola, foi aprovado dia 10 de julho de 1962, por 215 votos contra 58. Teve, portanto, o apoio da grande maioria do Congresso. Seu gabinete, dentro de uma postura conciliadora, poderia ser caracterizado como de centro. Dele participavam nomes como Roberto Lira (Educação), Walther Moreira Salles (Fazenda), Renato Lima (Agricultura) e Ulysses Guimarães (Indústria e Comércio). Com-

prometido com a adoção de um programa emergencial capaz de combater com eficácia a inflação e, ao mesmo tempo, disposto a antecipar para dezembro de 62 o plebiscito (parlamentarismo ou presidencialismo), o gabinete de Brochado da Rocha passa a pleitear poderes especiais para legislar. O pedido foi encaminhado ao Congresso no dia 10 de agosto e o objetivo era legislar sobre diversos temas, como monopólio da importação de petróleo e derivados; comércio de materiais nucleares, Estatuto do Trabalhador Rural e criação de um órgão para executar a reforma agrária. As reações não demoraram. Enquanto o Comando Geral dos Trabalhadores divulgava manifesto a favor, o Conselho Superior das Classes Produtoras apoiava posição contrária da maioria dos parlamentares.

Apesar dos protestos contra seu pedido, o primeiro-ministro Brochado da Rocha renovou, sem sucesso, a solicitação de poderes especiais ao Congresso em 13 de setembro. Um mês antes, em pronunciamento na Câmara, o deputado udenista Adauto Lúcio Cardoso proclamava em meio a aplausos de seus liderados: “Plebiscito é que não lhe daremos nem à custa da agitação sindical nem ao preço das ameaças de estudantes nem através de pareceres de caráter intimidativo”. Nesse momento a crise já não se restringia às áreas política, sindical e empresarial. Um mês depois da manifestação do deputado udenista, o general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, enviou telegrama ao presidente João Goulart afirmando que já não tinha condições de garantir a lei, a ordem, o sossego público e a propriedade privada, no território sob sua jurisdição, se o povo se insurgisse contra o fato de o Congresso recusar o plebiscito para antes, ou no máximo, simultaneamente com a eleição de outubro.

O ministro do Exército, general Nelson de Melo, pretendeu punir o general Jair, embora tivesse a mesma opinião e até fizera pronunciamento no mesmo sentido, em agosto. Para evitar o impasse o gabinete de Brochado da Rocha renunciou no dia 14 de setembro.

Na nota que divulgou um mês antes do telegrama do general Jair, o general Nelson de Melo afirmou: “O motivo da crise reside no fato de se ter mudado o sistema de governo sem que, até agora, o povo fosse chamado a opinar sobre transformação tão radical. A continuar tal falha, estaria em causa a legitimidade do sistema de governo. É da mais alta oportunidade que a Nação seja convocada para as urnas, para a realização do plebiscito”.

No dia 15 de setembro o Congresso, sofrendo pressões de militares, de alguns setores do próprio empresariado e do movimento sindical (na véspera o Comando Geral dos Trabalhadores promovera nova greve paralisando vários setores de atividade no país) aprovou, por 169 votos contra 83, projeto de lei complementar de autoria dos senadores mineiros Juscelino Kubitschek e Be-

nedito Valadares e do deputado Gustavo Capanema autorizando a realização do plebiscito em seis de janeiro de 1963.

Marcada a data para a consulta popular e como tinha o governo a plena convicção (confirmada na data marcada pelas urnas) de que teria de volta o regime presidencialista, o presidente João Goulart foi autorizado pelo Congresso a constituir imediatamente um conselho de ministros provisório, que passou a ser chefiado por Hermes Lima. Nesse momento, Jango passou a trabalhar com a perspectiva de quem deixaria de ser chefe de Estado para ser chefe de Governo, tendo reais condições para tocar projetos como seu plano de reforma agrária.

ELEIÇÕES E CUBA

Jango, ao mesmo tempo em que se lançou na campanha pelo retorno do presidencialismo, teve que enfrentar questões internas de sua agenda de dirigente partidário, como as eleições de outubro de 1962 para escolha de senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais e, no plano externo, o bloqueio naval dos Estados Unidos contra Cuba. O presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, escreveu a Jango informando que o governo norte-americano proporia em reunião da Organização dos Estados Americanos, de acordo com o Tratado do Rio de Janeiro, a adoção de medidas, incluindo o emprego da força armada para que Cuba não continuasse recebendo material bélico da China ou da União Soviética. Kennedy ia mais longe: queria o apoio brasileiro e a realização de um encontro para que fosse estudada a participação brasileira num ataque a Cuba.

Jango, em resposta a Kennedy, declarou que o Brasil não participaria e se opunha a uma invasão de Cuba, nos termos de sua política externa de respeito aos princípios de não-intervenção e auto-determinação dos povos. Mais tarde, a pedido do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, Jango manda a Havana o general Albino Silva, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. No encontro com o primeiro ministro Fidel Castro, o general transmitiu as preocupações do governo brasileiro que, embora discordando de um ataque a Cuba, participava dos receios dos Estados Unidos quanto aos mísseis instalados em território cubano. Ainda no período de Goulart, o Brasil viria a enfrentar outras dificuldades em suas relações com os Estados Unidos.

Depois de afirmações desrespeitosas em relação a Jango e ao governo brasileiro por parte de Arthur Schelesinger Jr., um dos principais assessores da Casa Branca, que qualificou o governo de demagogo, fraco e oscilante; e

de conceitos também desairosos a autoridades brasileiras por parte do irmão de John Kennedy, seu ministro da Justiça, Robert Kennedy, o próprio presidente norte-americano somou-se aos críticos da política seguida por Jango. Numa entrevista em Washington – lembra Moniz Bandeira – Kennedy resolveu dizer que estava preocupado com a situação do Brasil, que considerava das mais penosas com uma inflação de 5% ao mês, "anulando a ajuda americana e aumentando a instabilidade política. O Brasil deve tomar providências" pois, acrescentou, "não há nada mais que os Estados Unidos possam fazer para beneficiar o povo brasileiro, enquanto a situação monetária e fiscal for tão instável".

Na verdade, a intenção de Kennedy era pressionar para obter do governo brasileiro decisões que favorecessem os interesses de empresas norte-americanas aqui instaladas, como AMFORP (American & Foreing Power) e de uma subsidiária da ITT (telefonia) desapropriada pelo governador Brizola. Na opinião de Bandeira, "essa ingerência aberta nos assuntos internos do Brasil, por um presidente dos Estados Unidos, era realmente insólita e abusiva. A declaração feita por Kennedy, de que a Nação estava em bancarrota, não tinha precedente na História das relações internacionais. Kennedy, sem a menor cerimônia, alinhou-se à oposição interna ao Governo de Goulart, como qualquer político brasileiro, incentivando sua desestabilização, antes mesmo de restaurado o presidencialismo".

O PLEBISCITO

Apesar de todos os problemas internos e externos (a campanha do plebiscito, as difíceis negociações econômicas com os Estados Unidos, as reivindicações do movimento sindical que tentava obter aumentos salariais para enfrentar um custo de vida sempre crescente), o Governo empenhava-se, também, na formulação de seu programa administrativo, no qual vinha trabalhando o economista Celso Furtado. A estratégia governamental para ser posta em prática no regime presidencialista, que logo se iniciaria, foi conhecida no dia 30 de dezembro com a divulgação do Plano Trienal de Desenvolvimento – um plano para ser cumprido até o final do mandato de João Goulart, em 1965, não fosse o golpe do ano anterior.

No dia seis de janeiro é realizado o plebiscito e de 18 milhões de brasileiros, 9.475.488 vão às urnas dizer sim ao presidencialismo e apenas 2.073.582 votam pela permanência do parlamentarismo. Na média, a vitória de Jango foi de cinco por um. O presidente João Goulart, depois de um ano e quatro meses de parlamentarismo, retomava suas prerrogativas. Para tanto, formou um novo

ministério e tentou buscar soluções para as divergências com os Estados Unidos e, no plano interno, encarregou o ministro do Trabalho de estudar a viabilidade de atender às reivindicações dos trabalhadores, no contexto das campanhas de revisão salarial iniciadas em abril-maio. Enquanto as esquerdas combatiam o Plano Trienal de Celso Furtado, por priorizar o combate à inflação, San Thiago Dantas voltava de negociações com os técnicos do FMI em Nova York comprometido com a adoção de medidas que levassem a um equilíbrio da balança de pagamentos, o que significava maiores arrochos na área social. Em junho de 63, vendo fracassar o Plano Trienal e buscando apoio para a implantação das sonhadas reformas de base, sobretudo a agrária, Jango reformula o Ministério buscando um acordo com o PSD. Com tal medida imaginou que teria melhores condições de negociar com o Congresso uma reforma constitucional. Por isso, começou colocando no Ministério da Justiça um representante do PSD, Abelardo Jurema.

Jurema, já no exílio em Lima, capital peruana, passando em revista aquele momento final de governo (foi ministro nove meses e um dos primeiros a ser preso), disse que os oposicionistas procuravam impingir (em relação a Jango) que o chefe da Nação "era incapaz, primário, preguiçoso e até analfabeto. Subestimavam uma figura de homem público que não era nada daquilo. Inteligente, astuto, vivo, com imensa capacidade de audiência e outra enorme de falar e de expor, o Sr. João Goulart pregou, realmente, sustos aos seus inúmeros adversários. Sustos de verdade, com jogadas imprevisíveis, que pecavam apenas pela sua falta de complementação, pela sua improvisação e falta de continuidade".

Segundo ainda o ex-ministro, em seu livro "Sexta-Feira, 13", de repente Jango "passou para os estudos sérios de administração", citando Abelardo Jurema, entre outras, as seguintes iniciativas: Aproveitamento de Sete Quedas no Iguaçu; Planejamento de hidrelétricas do extremo-norte ao sul; Investimentos no setor de agricultura, adquirindo inúmeros tratores e máquinas agrícolas; Implantação de um programa intensivo de alfabetização popular; Implantação de um programa rodoviário com investimentos de bilhões de cruzeiros; Abertura de frentes de luta contra a exploração e a carestia; Ampliação da assistência médica através de convênios com o Ministério da Saúde. "Não saíam de sua cabeça, contudo, as reformas. Especialmente a agrária. A princípio pensava que, com um programa de obras tão arrojado, conseguiria uma opinião pública embalada em torno das reformas, com reflexos intensos no Congresso Nacional e debilitamento de toda a oposição".

Jango enganou-se e foi deposto.

A VITÓRIA DO GOLPE

"É possível imaginar que outro líder tivesse andado mais rapidamente e comandado melhor suas próprias forças. Mas esse tipo de raciocínio não leva a nada. O que a história nos colocou foi aquela conjuntura concreta, com as oportunidades de romper a velha ordenação social que ela ensejava e também com as limitações que impunha. Se olharmos, não para os atores mas, sim, para a conjuntura – como o fato significativo –,veremos que a política do governo de Jango, sendo encarada pelas classes dominantes como revolucionária (porque a execução da Reforma Agrária e da Lei de Remessa de Lucros parecia inevitável se Jango se mantivesse no poder), provocou a contra-revolução por parte dos interessados em manter a velha ordem. Sendo reformista porque visava, fundamentalmente, fazer as reformas para evitar a revolução social, não pôde fazer frente à contra-revolução. Quando esta se desencadeou, os reformistas caíram na perplexidade e se paralisaram porque suas alternativas eram: ou bem aderir à direita através de um pacto e retroceder; ou bem avançar chamando o povo à revolução. E, nos dois casos, negar sua própria natureza de regime reformista".

Esta interpretação da realidade brasileira nos agitados anos 60 e, sobretudo, do golpe militar em fins de março e início de abril de 1964, é do professor Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no último ministério de Jango, convocado para fazer avançar o grande projeto das Reformas de Base, já na fase presidencialista do Governo. O texto foi escrito no exílio, em Santiago do Chile, em maio de 1972 (é parte de uma carta a Glauber Rocha sobre Jango), onde o professor Darcy Ribeiro se propunha a soterrar "no fundo do jazigo dos olvidos eternos os subversivos de 1964, que conspiraram e urdiram o golpe, comandados por um adido militar norte-americano".

CAMINHO DIFÍCIL

Jango vinha de um ano e quatro meses de regime parlamentarista sem conseguir implantar nenhuma das medidas que planejara. Ao contrário, muito de seu tempo e de seus ministros era gasto administrando crises, na área social ou parlamentar. Nesta, a convivência tornava-se cada vez mais crítica. Até mesmo uma mensagem que tinha em vista mudanças na Constituição, com o objetivo de implantar algumas reformas, era encarada como tentativa de "golpe contra as instituições democráticas".

Os primeiros passos para a conquista das reformas estruturais, que se popularizaram como Reformas de Base, foram dados ainda em 1961, pouco

depois da posse como sucessor legal do renunciante Jânio Quadros. Mas começaram aí as dificuldades. Pelo acordo feito pelos políticos com os militares contrários à posse de Jango ele não era o chefe do Governo, mas chefe de Estado. Portanto, quem mandava era o Gabinete que, por sua vez, dependia do Congresso. E, neste, nenhuma reforma de maior profundidade era aprovada. Algumas chegaram a ser tentadas, mas esbarraram, quase sempre, na má vontade da UDN ou do PSD. Durante o curto período de Tancredo Neves como primeiro-ministro, quando o país passou a viver sua experiência parlamentarista, apesar da continuada oposição de parte do Congresso, Jango continuava apostando nas reformas. Pouco depois de sua posse, nos atos comemorativos dos 15 anos de promulgação da Constituição de 1946, ele afirmou que "o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, haverá de oferecer à Nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o do abuso do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia as nossas riquezas".

A questão agrária voltou a ser abordada por Jango dois meses depois. O Presidente, fazendo o discurso de encerramento de um congresso camponês em Belo Horizonte, declarou que a realização da reforma agrária não só era premente (interpretava a medida como vital para o processo de desenvolvimento econômico do país, às voltas com inflação em alta e com índices pífios de crescimento), como era vital uma alteração constitucional. Interpretava o Presidente que não se faria uma reforma agrária ampla, como planejava, mantendo-se na Constituição a exigência de pagamento prévio das terras desapropriadas. Depois de Tancredo vieram os gabinetes de Francisco Brochado da Rocha e de Hermes Lima, sem que nada mudasse, no essencial, nas difíceis relações do Executivo com o Legislativo.

Já na fase presidencialista, iniciada logo após o plebiscito de janeiro de 1963, Jango faz nova tentativa de retomar as reformas, formando um ministério representativo das forças de esquerda, direita e centro. Dele constavam nomes como João Mangabeira (Justiça), Hermes Lima (Relações Exteriores), San Thiago Dantas (Fazenda), Antônio Balbino (Indústria e Comércio) e José Ermírio de Moraes (Agricultura). Este ministério durou só até 23 de junho, quando nova equipe foi estruturada, mantendo-se a linha adotada por Jango de preservar, na distribuição dos cargos no Executivo, a aliança PTB-PSD. Jango procurava, com o novo ministério, superar dificuldades que vinham inviabilizando qualquer medida de maior alcance social. Por isso convidou, para o Ministério da Fazenda, Carvalho Pinto, nome com bom trânsito no empresariado, principalmente

em São Paulo. E a fim de assegurar suporte político ao Governo colocou no Ministério da Justiça Abelardo Jurema, nome com muita influência no PSD, pois vinha de uma militância de 20 anos. Outra vez as dificuldades a serem vencidas, ao lado do clima de conspiração que se instalara no país, foram maiores. O Brasil estava com uma dívida de três bilhões de dólares, metade vencendo no triênio 1963-1965, comprometendo 43% da receita das exportações brasileiras. Nesse contexto, o Plano Trienal só poderia fracassar.

SETEMBRO DE CRISES

O presidente João Goulart estava em Pelotas, dia 12 de setembro de 1963, quando recebeu telefonema de seu ministro da Justiça, Abelardo Jurema, informando-o de uma revolta de sargentos, fuzileiros navais e soldados da Marinha e Aeronáutica. A surpresa não foi só de Jango. O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, foi acordado às três horas da manhã pelo brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da 3a. Zona Aérea, sendo informado de que havia "anormalidade militar" nas guarnições da Aeronáutica e da Marinha em Brasília e que não podia precisar sua extensão. Às 5h da manhã o ministro foi informado de que a revolta se circunscrevia a Brasília e que os rebeldes haviam ocupado posições no Ministério da Marinha, Ministério da Aeronáutica, aeroportos militar e civil, acampamentos militares, Chefatura de Polícia, Empresa Telefônica e Rádio Nacional, todas já sob cerco por tropas do Exército mobilizadas para reprimir os manifestantes por ordem do ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro. Chegaram a ser detidos durante algumas horas, entre os civis, o Presidente em exercício da Câmara, deputado Clóvis Mota, e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Vitor Nunes Leal. A rebelião terminou com duas baixas: o fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos e o motorista do DNER Francisco Morais, atingidos por tiros quando tentavam ultrapassar uma barreira dos rebeldes nas proximidades da primeira residência oficial da Presidência da República.

A sedição, comandada pelo sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, preso algumas horas depois de ter sido dominada pelo Exército, teria como motivo a recusa do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a elegibilidade dos sargentos, impedindo que alguns deles, eleitos, assumissem seus mandatos. Uma semana antes da revolta o Superior Tribunal Eleitoral firmara jurisprudência, posteriormente confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, declarando que o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, era inelegível, o que se aplicava aos demais graduados.

Jango, em conseqüência da sublevação em Brasília, cumpriu de forma precária o restante da programação no Sul, da qual constava uma visita a São

Borja para a inauguração de uma escola. Em Pelotas, na noite do dia 11, inaugurou o asfaltamento da rodovia que liga Porto Alegre com aquela cidade, obra iniciada 15 anos antes (na época era a BR-2). No dia seguinte visitou a Usina de Charqueadas e esteve em Canoas, onde começavam as obras de implantação da Refinaria Alberto Pasqualini. Jango reuniu-se com lideranças do PTB (Sereno Chaise, João Caruso e Wilson Vargas, entre outros), na sede da Associação dos Funcionários da Petrobrás, localizada nas proximidades do canteiro de obras da Refinaria em construção. E num breve discurso, referindo-se à rebelião dos sargentos, afirmou que movimentos dessa natureza "poderão levar o país a uma ditadura militar, com perdas dos direitos democráticos". Fez questão de acentuar o caráter reformista e não revolucionário de seu governo com a observação de que preferia a evolução e não a revolução para resolver os problemas do país.

O Presidente ouviu de Wilson Vargas um apelo público para que fosse benevolente para com os sargentos que haviam se rebelado, "pois devia a eles, em boa parte, a sua investidura na Presidência". Jango respondeu que já mandara mensagem ao ministro Jair Dantas Ribeiro determinando que os presos fossem tratados com respeito e que se preservasse a sua integridade.

A revolta, que em nada ajudou para que fossem atendidas as reivindicações dos sargentos, criou maiores dificuldades para Jango. Naquele momento, ele já sabia de que importantes setores das Forças Armadas conspiravam contra seu governo. No dia seguinte à rebelião, o general Castello Branco, ao ser empossado na chefia do Estado Maior do Exército, fez um pronunciamento condenando os "oportunistas e reformistas". Disse que estes planejavam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua, certamente numa alusão aos Grupos dos Onze de Leonel Brizola.

Desde então, as dificuldades do governo na área militar foram num crescendo. Segundo o jornalista Carlos Castello Branco ("Introdução à Revolução de 1964 – A Queda de João Goulart"), "a conspiração militar que destroçou o sistema de segurança do Sr. João Goulart, abrindo campo ao Congresso para consumar um golpe de Estado, desenrolou-se por quatro meses, de dezembro a março, e teve como seu núcleo ativo meia dúzia de coronéis que tomaram a peito a tarefa de estimular os comandos adormecidos e de se infiltrar pelos escalões inferiores".

Esses coronéis – continua Castello – depois de algumas sondagens junto a generais, sentiram que eles não tomariam a iniciativa de uma coordenação dos elementos militares alarmados com a política de Jango. "Quando o general Amaury Kruel foi demitido do Ministério da Guerra, embora não houvesse ainda montado qualquer dispositivo de conspiração, foi aquele chefe militar

instado a resistir. O general Kruel, imbuído de responsabilidade legalista, não reagiu". Pouco depois, diante de uma ordem aos pára-quedistas para que prendessem Carlos Lacerda e diante negativa do general Boaventura, o processo de conspiração foi retomado. "Estabelecido o núcleo central, decidiu-se convidar um general de prestígio incontrastável e de capacidade técnica para assumir o comando militar, moral e político do movimento. Fez-se a primeira sondagem, por intermédio do general Adhemar de Queiroz, ao general Castello Branco, o qual, sob jura de segredo absoluto, concordou em receber um grupo de coronéis em conspiração".

Estava começando, de forma efetiva, o golpe. A Castello Branco logo se juntaram outros generais, entre os quais Costa e Silva e Justino Alves Bastos.

MOBILIZAÇÃO CIVIL

Muitos dos conspiradores de 64, tanto entre os civis como entre os militares, já conspiravam há dez anos, quando Getúlio Vargas suicidou-se para não ser deposto. O chamado "Manifesto dos Coronéis", protestando contra o aumento de 100% no salário mínimo quando Jango era ministro do Trabalho, em 1953, tinha entre os seus signatários, os então coronéis Sizeno Sarmento, Jurandir Bizarria Mamede, Amaury Kruel e Adhemar de Queiroz e os tenentes-coronéis Golbery do Couto e Silva, Otávio Braga e Fritz de Azevedo Manso.

Através de entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Ação Democrática Popular (ADEP) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – organizações civis que contavam com grandes financiamentos por parte de empresas nacionais e multinacionais – era realizada a mobilização contra o governo, em contraposição ao apoio que aquele recebia de sindicatos, estudantes e organizações populares. Tratava-se – como define René Armand Dreifuss em seu livro "1964: A Conquista do Estado" – das atividades da "elite orgânica" em todos os campos. Em atividades específicas a "elite orgânica" procurava "conter as forças populares, desagregar o bloco histórico-populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar".

O IBAD teve suas atividades suspensas pelo governo depois que uma Comissão Parlamentar de Inquérito comprovou que a organização atuou de forma irregular (prática de corrupção) na campanha eleitoral de 1962. O IPES, porém, continuou atuando. A respeito deste último, Dreifuss fez uma extensa e profunda pesquisa comprovando, com documentos, que a instituição, dedicando-se a um trabalho de doutrinação geral, "conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública através de seu relacionamento especial com os

mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais", citando os Diários Associados (jornais e rádios em quase todo o país), de propriedade de Assis Chateaubriand, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, Rádio Eldorado, TV Record, TV Paulista, *O Globo* e Rádio Globo e *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul.

O ano de 63 terminava. Em sucessivas reuniões com seus ministros o presidente João Goulart ia preparando os projetos que encaminharia ao Congresso no início do ano legislativo de 64. No plano militar os conspiradores continuavam buscando adesões, fortalecidos agora por mais um ato de indisciplina (a rebelião dos sargentos). O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), órgão do Conselho de Segurança Nacional, elaborava relatórios sobre os fatos que ocorriam em todas as áreas – civis e militares. Jango, porém, mesmo quando alertado por seus assessores, não determinava medidas. Acreditava em seu esquema militar; achava que o apoio popular poderia ajudá-lo a superar eventuais ameaças golpistas.

QUEDA E EXÍLIO

Convencido de que não poderia contar com o apoio do Congresso para a realização de algumas reformas estruturais planejadas, o Presidente João Goulart resolveu apostar no apoio popular. Juntamente com lideranças do PTB, de sindicatos e de organizações populares programou para o dia 13 de março um grande comício, no Rio de Janeiro, que deveria ser o primeiro de uma série (outros seriam realizados em grandes cidades brasileiras). E o objetivo, no Rio, foi alcançado: mais de 200 mil pessoas compareceram ao ato na Central do Brasil e ouviram Jango defender mudanças na Constituição, para viabilizar a reforma agrária, e anunciou a assinatura de decretos encampando as refinarias particulares, dispondo sobre o tabelamento de aluguéis e desapropriando terras às margens das rodovias e de açudes.

No dia 15, o Presidente encaminhou a mensagem reiterando os compromissos com as Reformas de Base. Em relação à estrutura fundiária, tema mais polêmico, a mensagem dizia que "a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade". Naquela agitada segunda semana de março a mensagem presidencial não causou maior impacto. Câmara e Senado sabiam, como sabiam lideranças de vários segmentos da sociedade, que estava em marcha uma conspiração e que ela poderia começar em Minas Gerais.

Na Semana Santa, Goulart planejara viajar para São Borja, de onde só retornaria no domingo. Dia 25, quarta-feira, porém, foi procurado pelo ministro da Marinha, almirante Sílvio Motta, que o informou de acontecimentos muito

graves na Marinha. Os fuzileiros navais haviam decidido, contra orientação do Ministério, comparecer à noite a uma assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos, comemorativa do 2° aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Mas, não era uma reunião apenas festiva. Alguns fuzileiros haviam sido detidos por indisciplina e da pauta de reivindicações constavam pontos como licença para casamento, uso de roupa civil quando fora de serviço e melhoria de salários. O Presidente transmitiu algumas instruções ao ministro da Justiça sobre o episódio e viajou. Era, realmente, uma semana atípica. O ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, hospitalizado desde segunda-feira, comunicou ao Presidente que permaneceria internado mais alguns dias. O país ficou sem o Ministro que tinha justamente a missão maior de coordenar as pastas militares; o Presidente viajara para São Borja e o chefe da Casa Militar, general Assis Brasil, encontrava-se em Porto Alegre.

Para o governo, num momento de grandes dificuldades na área militar, os resultados da reunião dos marinheiros foram os piores possíveis. O presidente da entidade, Cabo Anselmo, que mais tarde foi identificado como agente a serviço do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e da própria CIA, fez um discurso explosivo, à esquerda de muitos pronunciamentos esquerdistas da época, em comícios ou no Congresso. “Os soldados e marinheiros do Brasil – declarou – juntamente com os operários, camponeses, estudantes, donas de casa, intelectuais e oficiais progressistas das Forças Armadas, defenderão a pátria dos inimigos do povo: latifúndio e imperialismo”.

Outros discursos foram feitos e a reunião prolongou-se pela madrugada, quando os participantes da assembléia (cerca de 1.200) decidiram permanecer no local até o cancelamento das punições de alguns colegas e a demissão do ministro da Marinha. Parte de um contingente de fuzileiros navais, mandado ao local, aderiu ao protesto depondo suas armas. Diante dessa situação o ministro da Marinha apelou ao Exército para controlar a rebelião. Jango, que se encontrava em São Borja, antecipou o retorno ao Rio. Várias reuniões se seguiram e no final de muitas gestões os marinheiros rebelados foram conduzidos presos para quartéis do Exército. O Presidente chegou ao Rio na quinta-feira à noite e durante parte da própria quinta e ainda na sexta-feira fez várias reuniões, das quais participaram o ministro demissionário (Sílvio Motta) e o substituto, almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Quando a calma parecia retornar surgiram novos problemas. Na noite de sexta-feira o novo ministro da Marinha anistiou a todos e os marinheiros já realizavam passeata rumo ao Ministério da Guerra, ninguém sabia com que objetivo. E foi pior ainda a repercussão no dia seguinte, quando os jornais publicaram fotos da passeata com os almirantes Suzano e Aragão à frente dos marinheiros. Os dois oficiais-generais foram

presos por ordem de Jango em função das fotos, embora, segundo explicou Jango ao seu ministro da Justiça, os dois tivessem ido ao encontro dos marinheiros na Candelária, pois não gostaria de ver outra concentração diante do Ministério da Marinha.

O Domingo de Páscoa de Jango, que seria em São Borja, foi no Rio mesmo tentando resolver outra crise de indisciplina na área militar, sem que tivesse força para fazê-lo. No dia 20, o chefe do Estado Maior do Exército (EME), general Castello Branco, divulgou uma circular "reservada" que logo chegou ao conhecimento da imprensa. Era um desafio aberto ao governo. No documento, que não tinha nenhuma motivação especial a não ser um chamamento (não declarado) ao golpe, Castello começava dizendo compreender "a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subseqüentes ao comício do dia 13 do corrente", acrescentando: "Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e outros". Em outro trecho de sua nota dizia o general que o "CGT anuncia que vai promover a paralisação do país no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada, provavelmente, uma calamidade pública". A circular de Castello Branco aos militares termina acusando um "grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos" (...) para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou".

DISCURSO AOS SARGENTOS

Na segunda-feira, 30, quando compareceu a uma assembléia de sargentos na sede do Automóvel Clube do Brasil, o presidente João Goulart provavelmente intuiu – ou já sabia – que seu esquema militar de resistência não era confiável e nada mudaria se deixasse de ir ao encontro para o qual fora convidado. Ao ser aconselhado por alguns ministros que seria conveniente não ir nem se fazer representar, Jango argumentou que sua atitude, naquele momento, em nada mudaria o quadro político-militar. Falando de improviso, disse o Presidente da República que não admitiria que a desordem fosse promovida em nome da ordem. Quanto à importância da disciplina, disse que "só se consolida na conciliação com o respeito à dignidade humana". Acrescentou que preferia "estar ao lado do povo para defender seus

interesses a ficar ao lado dos reacionários, que querem manter nossa gente atada à penúria e ao analfabetismo”.

Jango disse que, naquele momento, muitos ainda “vivem com os olhos voltados para o passado, temendo enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação”. Encerrou seu discurso criticando aqueles (oficiais-generais, muitos deles) que se opunham à sua posse quando Jânio Quadros renunciou: “Quem fala em disciplina? São aqueles mesmos que, em 1961, em nome de uma falsa disciplina, prenderam dezenas de oficiais e sargentos brasileiros”.

Era a véspera do golpe. No dia seguinte, 31, pela manhã, Jango foi informado que havia movimentação de tropas em Minas Gerais (era o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, deslocando seus soldados em direção ao Rio de Janeiro). Soube, também, que o chefe do Gabinete Militar, general Assis Brasil, não tinha condições de mobilizar tropas que enfrentassem os rebelados. Se nada era possível fazer para resistir no plano militar, o ex-presidente Juscelino Kubitschek propôs uma alternativa a Jango, mais grave que as concessões feitas quando aceitou o parlamentarismo, em 61. Mesmo sem conhecer a posição dos líderes do golpe (aceitariam ou não?) JK propôs: a substituição do ministério por outro conservador; o lançamento de um manifesto repudiando o comunismo e a punição dos marinheiros que haviam ficado detidos apenas algumas horas. O general Kruel, comandante do II Exército, ainda acrescentou outras exigências: fechamento do CGT e da UNE; intervenção nos sindicatos em todo o país e afastamento de seus auxiliares acusados de comunistas. Jango rejeitou todas as propostas do acordo. Seria ceder, de novo, para conservar o poder sem que vislumbrasse qualquer alternativa de cumprir seu projeto de governo.

Dia 31 de março Jango saiu do Palácio das Laranjeiras e voou para Brasília. Mas já não havia nenhum projeto de resistência e o único plano efetivo que o Presidente tinha era voar para Porto Alegre e fazer, com alguns assessores, uma última avaliação do quadro militar. Seus ministros também já não sabiam o que fazer. Enquanto na sede da Escola de Estado Maior do Exército, localizada na Praia Vermelha, os generais Castello Branco e Jurandir Bizarria Mamede comandavam os momentos iniciais da conquista do poder (naquela tarde o ministro Abelardo Jurema, da Justiça, foi um dos primeiros a ser preso por uma patrulha de oficiais), no aeroporto Santos Dumont alguns ministros ainda tentavam chegar a Brasília. Outros planejavam o exílio.

Acompanhado de alguns assessores e sem informações suficientes que lhe permitissem avaliar o quadro que o país vivia, na noite do dia 31 o Presidente ainda divulgou uma proclamação, em Brasília, falando de sua intenção de

“resistir ao golpe dos reacionários contando com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares e com a sustentação das forças populares de nosso país”. Não teve, porém, o apoio de nenhum dos dois segmentos. Uma greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) fracassou. No dia 1o.de abril, um regimento com reforço de um grupamento de artilharia sob o comando do general Cunha Mello, que deveria ocupar Juiz de Fora, aderiu ao golpe. Já não havia o que fazer em Brasília. O golpe estava consumado e o deputado Ranieri Mazzilli, mais uma vez, na condição de presidente da Câmara, preparava-se para assumir interinamente a Presidência da República. Na noite do dia 1o. Jango viajou para Porto Alegre, de Porto Alegre para São Borja e, dia quatro, foi para o exílio em Montevidéu, onde já estava sua família.

O EXÍLIO

Jango chegou a Porto Alegre dia primeiro depois que seu chefe do Gabinete Civil, professor Darcy Ribeiro, em sucessivos contatos com os poucos assessores militares que ainda permaneciam em Brasília, percebeu que a própria segurança do Presidente estava ameaçada.

Governava o Rio Grande do Sul o engenheiro Ildo Meneghetti que, juntamente com os governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto; da Guanabara, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, de São Paulo, desde o início de 1964 participava de encontros com os conspiradores militares. Talvez em função de seu envolvimento com o golpe e prevendo a possibilidade de alguma resistência em Porto Alegre, o governador optou por instalar sua administração provisoriamente em Passo Fundo. Antes, adotou uma série de medidas de segurança em torno do Palácio Piratini, ainda no dia 31.

Jango, ao desembarcar na noite do dia primeiro no Aeroporto Salgado Filho, teve a confirmação do que já percebera em Brasília: os assessores que o aguardavam não aparentavam o entusiasmo de quem está pronto para resistir. Demonstravam, sim, a resignação dos derrotados. Depois de alguns contatos e telefonemas, o Presidente seguiu para uma reunião na casa do comandante do III Exército, da qual participaram, além do general Ladário Telles, o general Assis Brasil, o brigadeiro Othelo Ferraz e o deputado Leonel Brizola. O encontro prolongou-se por toda a madrugada. A pior avaliação feita foi do ponto de vista militar, a que mais interessava: o general Ladário, que fora nomeado poucos dias antes por Jango, sequer conseguiu reunir os generais que deveriam estar sob seu comando. De todos os generais, apenas o general João de Deus Saraiva, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria (Santiago) respondera à sua convocação. Os demais haviam aderido ao golpe. Com a preocupação de evi-

tar uma guerra civil, o presidente João Belchior Marques Goulart decidiu ir para o exílio. Antes de formalizar a solicitação, já em território uruguaio, dia quatro, Jango ainda ficou dois dias em suas propriedades de São Borja.

A FRENTE AMPLA

Durante seu tempo no exílio, Jango evitou participação política. Mantinha-se a par dos acontecimentos no Brasil através dos jornais que lhe eram levados quase que diariamente ou em contatos com outros exilados. Em 1967, porém, para surpresa de muitos oposicionistas, concordou em receber seu adversário político de tantos anos, Carlos Lacerda, e com ele (Juscelino Kubitschek também concordava) firmou o manifesto de lançamento da Frente Ampla – movimento político destinado a buscar a redemocratização do país. Era a busca do respeito às liberdades públicas e individuais e do direito de formação dos órgãos de poder, de acordo com o escrito na Constituição. A Frente Ampla, que chegou a promover dois comícios dentro dos objetivos a que se propunha, teve vida efêmera. Em abril do ano seguinte o governo militar determinou a suspensão de suas atividades.

A preliminar da negociação com Carlos Lacerda foi difícil, mas o exílio tornou Jango um homem mais tolerante. No auge da crise que desembocaria no golpe, o economista Celso Furtado, numa entrevista ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo para a Revista Playboy, contou esse episódio: "Certa vez, eu disse a Jango: "Presidente, o senhor precisa dar a entender que não está contra o Lacerda. Precisa chegar a uma forma de entendimento para mostrar que o problema não é pessoal". Então, Jango respondeu: "Celso, com esse aí não tem conversa. Ele é o assassino do doutor Getúlio".

Ao ser criticado por Leonel Brizola e pelos familiares de Vargas, por ter recebido Lacerda, Jango explicou: "Não dá pra recusar, por capricho, uma aliança com Lacerda pela volta do Brasil à normalidade".

Durante sua permanência no exílio, dividido entre o Uruguai e a Argentina, Jango dedicou-se mais aos negócios, que ampliou consideravelmente, adquirindo novas propriedades e comprando e invernando gado. Mas 146 dias depois do início do exílio, ainda que presente a preocupação de não criar problemas para o governo uruguaio que lhe dera abrigo, Jango divulgou um manifesto lembrando os 10 anos do suicídio de Vargas. No documento, entregue ao deputado Doutel de Andrade para ser lido na Câmara, Jango aproveita para reiterar que em 1° de abril desaconselhou a resistência porque se recusava a renunciar. E como sabia que não teria apoio militar, decidiu "não consentir no massacre do povo".

MEDALHA PERDIDA

Raul Ryff, que foi secretário de Imprensa de Jango, conta que o Presidente – católico convicto e supersticioso por influência popular – em campanha para vice na chapa de Lott, estava em Minas Gerais e quis conhecer, em Ucrânia, Ponte Nova, o Padre Pinto, velhinho com muita fama de milagreiro. "À frente da modesta casa do pároco mantinha-se sempre denso povaréu à espera das bênçãos do sacerdote que, dizia-se, curava doenças, fazia andar paralíticos e despertava virtudes adormecidas – conta Ryff em seu livro 'O fazendeiro Jango no governo'. O pároco conversou com Jango longo tempo. Ao despedir-se, deu a Jango uma medalha de Nossa Senhora, afirmando: "Esta medalha eu estou oferecendo não ao Vice, que o Senhor já é, mas ao Presidente, que vai ser".

Já Presidente, como o Padre Pinto profetizara, Jango, preocupado, me declarou certa manhã; "Sabes que perdi, não sei como, a medalha de Nossa Senhora que o Padre Pinto, o velhinho aquele de Minas, me deu, dizendo que era para o Presidente? Não sei onde foi parar. Perdi. Será aviso de que vou sair da Presidência antes do tempo?"

O GOVERNO

O GOVERNO JANGO

A inesperada renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, dia 25 de agosto de 1961, fez a maioria do povo brasileiro imaginar que seu lugar seria ocupado tranqüilamente pelo seu sucessor legal e constitucional, João Belchior Marques Goulart, o Vice-Presidente da República. Mas logo se viu que não era esse o entendimento dos ministros militares, Odílio Denys, Silvio Heck e Gabriel Grün Moss. Contra a vontade da maioria dos brasileiros e dos congressistas, eles deixaram claro que tentariam impedir a qualquer custo a posse de João Goulart. Num encontro com o deputado federal gaúcho Ruy Ramos, do PTB, o ministro da Guerra, Odílio Denys, afirmou que não permitiria a posse de Jango e, que ele seria preso ao pisar em território brasileiro, quando voltasse da viagem ao Extremo Oriente, onde se encontrava no momento da renúncia de Jânio Quadros, chefiando uma missão comercial.

A decisão autoritária dos ministros militares foi comunicada oficialmente ao Congresso Nacional, três dias após a renúncia, em mensagem assinada por Ranieri Mazzilli. Na forma da Constituição, Mazzilli assumira a Presidência da República, pois era o presidente da Câmara. A mensagem lida em sessão conjunta das duas casas do Congresso, pelo senador Auro de Moura Andrade, dizia, essencialmente que, por motivos de segurança nacional, os ministros militares julgavam inconveniente o regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart. Mal terminada a leitura da mensagem, diversos parlamentares de espírito legalista, inclusive de partidos que se opunham ao PTB, se rebelaram contra o golpe em marcha deflagrado pela ação dos ministros militares.

Foi o caso do deputado udenista Adauto Lúcio Cardoso, que entrou com uma representação contra os ministros militares, objetivando processá-los por crime de responsabilidade. Ao mesmo tempo, a comissão de seis senadores formada para dar parecer sobre o impedimento de Jango, solicitado pelos ministros militares, rejeitou a tutela das Forças Armadas, submetendo-os a inesperada derrota. Ao mesmo tempo consolidava-se no pais inteiro forte mobilização da sociedade civil, com destaque para a vigorosa reação comandada pelo governador Leonel Brizola, no Rio Grande Sul, no chamado Movimento da Legalidade. Com o apoio do comandante do III Exército, general José Machado Lopes, Brizola uniu as forças políticas mais expressivas do Rio Grande do Sul para obstaculizar a escalada golpista, que visava impedir a posse de Jango na Presidência da República.

Ao contrário do que o ministro da Guerra, Odílio Denys, desejava, João Goulart desembarcou em Porto Alegre no início da noite de 1º de setembro,

sendo calorosamente recepcionado pelo povo gaúcho, que nunca esteve tão mobilizado em sua História, e seguiu no dia cinco para Brasília, visando assumir o cargo mais importante da República, com apoio majoritário dos brasileiros dotados de espírito legalista e fiéis defensores da Constituição. Jango sabia que tinha pela frente dias de intensa preocupação e de constante trabalho para retomar a plenitude de seus poderes na Presidência, que haviam sido diminuídos em virtude da promulgação, pelo Congresso Nacional, no dia três de setembro de 1961, da emenda Constitucional que instituiu o sistema parlamentarista de governo.

O presidente em exercício do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, explicou, na oportunidade, qual era o objetivo da emenda instituindo o sistema parlamentarista de governo: possibilitar o salvamento das instituições fundamentais da democracia e restabelecer no país um clima de harmonia e de paz social. Tratava-se, portanto, de uma fórmula ocasional de compromisso, rejeitada por Brizola, mas acatada por Jango. Brizola queria que Jango desembarcasse em Brasília, liderando um movimento militar capaz de passar a limpo toda a vida política do país, como ocorrera na Revolução de 30. Mais uma vez se manifestava claramente o espírito conciliador de Jango, como já ficara claro em Montevidéu, última etapa de sua viagem de volta ao Brasil quando foi entrevistado por vários jornalistas: "Entrarei no Brasil obedecendo à Constituição e não para desobedecê-la. Meu governo não será um regime de grupo, mas para todos os brasileiros."

A história de Jango como Presidente da República começou na tarde de sete de setembro de 1961, quando fez seu juramento constitucional em sessão solene reunindo as duas casas do Congresso Nacional. Compareceram à sessão 59 senadores e 248 deputados. Após receber calorosos aplausos em sua entrada no plenário do Congresso, Jango tomou assento ao lado do senador Auro de Moura Andrade e leu o compromisso constitucional indispensável à investidura na Presidência da República, sob a égide do sistema parlamentarista de governo.

A posse de Jango foi o grande acontecimento do dia sete de setembro em Brasília. Por precaução das autoridades militares, os desfiles tradicionais da data maior da Independência foram cancelados. O ministro da Guerra, Odílio Denys, que se opôs à posse de Jango, apenas distribuiu uma mensagem ao Exército Brasileiro, na qual pedia aos seus comandados concórdia, perseverança no trabalho e acatamento e respeito à autoridade.

No dia oito de setembro, o presidente João Goulart enviou mensagem ao presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, comunicando a indicação de Tancredo de Almeida Neves para o cargo de Primeiro-Ministro.

Tancredo, figura de destaque no novo Gabinete, no qual aparecia indicado para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, teve o seu nome aprovado pelo Congresso por 259 votos contra 22 e sete abstenções. Participante ativo da política brasileira de 1945 a 1985, o hábil deputado mineiro, estrela maior do PSD, já fora ministro da Justiça no governo de Getúlio Vargas, no início dos anos 50. No período de Jango, tanto no cargo de Primeiro-Ministro, como no de líder do governo na Câmara dos Deputados, em 1963, Tancredo Neves se esforçou para evitar a radicalização durante o encaminhamento e discussão das reformas econômicas e políticas. Mas os tempos eram de radicalização. O governo de João Goulart seria confrontado com uma oposição permanente à realização dos seus objetivos, desde a posse do Presidente, em setembro de 1961, ao golpe militar que o derrubou no início de abril de 1964. Até porque, logo após a posse, se viu que o governo Jango não seria uma simples continuidade da administração de Jânio Quadros.

Já em outubro de 1961, o gabinete presidido por Tancredo Neves aceitou a proposta do ministro de Minas e Energia, Gabriel Rezende Passos, para cancelar as concessões de minério de ferro, em Minas Gerais, sob o controle do grupo norte-americano Hanna Company. Mesmo em meio a um quadro de imensas dificuldades, Jango não se afastava do seu compromisso com o nacionalismo no qual estava embebida a Carta Testamento deixada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1954.

Mas a mais importante iniciativa do Presidente João Goulart nos dias subseqüentes à sua posse, confirmou que ele continuaria a orientação dada à política externa por seu antecessor, Jânio Quadros: no dia 23 de dezembro restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde outubro de 1947, no governo de Eurico Gaspar Dutra. E na mesma tarde, mandou o ministro do Exterior, Francisco Clementino San Thiago Dantas, prestar esclarecimentos ao Congresso sobre aquele ato de fidelidade à política externa adotada por Jânio Quadros, com forte oposição da imprensa conservadora. Com apartes apaixonados a sua exposição, San Thiago Dantas desmontou, com argúcia e talento, a argumentação de parlamentares que não distinguiam uma iniciativa de ordem política e econômica da questão ideológica e doutrinária.

"Não vamos fechar os olhos à realidade contemporânea, quando nosso país tem um projeto nacional a cumprir. Este projeto nacional –explicou San Thiago Dantas – é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros. E só conseguiremos fazê-lo se aumentarmos o nosso comércio substancialmente, indo disputar em todas as áreas as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos."

A forte oposição ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética não tinha qualquer base racional, tanto que aquele país mantinha rela-

ções com diversas nações, inclusive com os Estados Unidos, e na América Latina, com Uruguai e Argentina. Tratava-se de objeção de cunho ideológico, transformada numa gritaria histérica como aconteceu quando Jânio Quadros, que se negou a apoiar sanções contra Cuba, propostas pelos Estados Unidos, firmou acordos comerciais com países do bloco socialista e condecorou com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em Brasília, um dos ministros do governo de Fidel Castro, Ernesto Guevara.

Para o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, o mais combativo líder anticomunista do país, e importantes órgãos da imprensa, Jânio Quadros entregava a principal ordem honorífica brasileira a um agitador internacional, a serviço da expansão do bolchevismo.

O Presidente João Goulart tinha opinião diferente. Não recuava diante das barreiras ideológicas erguidas durante os anos da Guerra Fria. Entendia que o país tinha o direito soberano de se relacionar com todas as nações, defendendo os seus interesses e sem subordinar-se à vontade dos Estados Unidos. Era uma posição inarredável de Jango, tanto que, no final de 1960, quando ocupava a Vice-Presidência, visitou a União Soviética. Foi o primeiro líder latino-americano que desconsiderou os limites estabelecidos pelos Estados Unidos para confinar Moscou. Jango foi recebido por altos dirigentes soviéticos, visitou o túmulo de Lênin, o líder da revolução socialista de 1917 e, em sua passagem por Leningrado, quis conhecer o cruzador Aurora, de onde saíram os primeiros tiros da insurgência bolchevique.

Jango participou do esforço para quebrar o gelo da Guerra Fria, provavelmente sem imaginar que estava atraindo a mais ferrenha oposição anticomunista durante a luta para implementar, em seu governo, as reformas de base, que modificariam a fisionomia do Brasil. A viagem à República Popular da China, na segunda quinzena de agosto de 1961, quando foi recebido pelo Presidente Mao Tse-Tung e pelo Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Chou-em-lai, simplesmente reafirmava a vontade de João Goulart de colaborar no esforço de aproximação entre o povo brasileiro e o povo de outra grande nação socialista. Uma atitude coerente com o comportamento de Jango, fiel defensor do princípio de não-intervenção e autodeterminação de todos os povos.

João Goulart chegou à Presidência da República com sérios problemas para enfrentar, principalmente na área econômica: as contas públicas estavam descontroladas, o país se endividava de forma progressiva, interna e externamente, e não havia projetos para a implementação de reformas estruturais. Ao mesmo tempo, havia dois sentimentos políticos em confronto permanente: o dos grupos que defendiam as reformas, julgando-as inadiáveis, e dos grupos conservadores, que temiam a aceleração de mudanças capazes de atingir mortalmente seus interesses seculares.

Para se ter idéia da gravidade da crise econômico-financeira herdada por João Goulart, basta dizer que entre a renúncia de Jânio e a posse do novo Presidente foram emitidos 87 bilhões de cruzeiros. Somente nas duas semanas em que os ministros militares controlaram o poder foram emitidos 58 bilhões. Compreensível, portanto, que os índices de inflação em 1961 atingissem a casa dos 45 %, desafiando a capacidade dos ministros da Fazenda escolhidos por Jango para minimizar os efeitos da crise. Mas não eram menores os problemas do Presidente no âmbito da política. Jango – explicava o historiador Hélio Silva – ao aceitar o parlamentarismo para ser Presidente, aceitara presidir sem governar. Assim, desde a posse, aceleraram-se dois elementos contraditórios: um, que visava restituir ao Executivo e ao Presidente maiores poderes, revogando a emenda parlamentar; outro, ao contrário, preocupado em impedir que Jango dispusesse de maiores poderes."

Nesse contexto, o Primeiro-Ministro Tancredo Neves não conseguiu impedir que os conflitos sociais e econômicos se avolumassem, nem obteve um mínimo de consenso para viabilizar as reformas econômicas. E não contou, principalmente, com uma base de apoio forte no Congresso para levar adiante os grandes planos do governo, embora fosse respaldado pelas bancadas do PTB e do PSD. Assim, Tancredo renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro a tempo de candidatar-se à Câmara Federal, onde viria a ser líder do governo em 1963, após a restauração do presidencialismo através de um plebiscito.

Com a renúncia de Tancredo Neves, efetivada no dia 26 de junho de 1962, o presidente João Goulart apresentou ao Congresso o nome de San Thiago Dantas para ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. San Thiago Dantas saiu magoado e frustrado do Congresso, porque seu nome foi recusado por 174 votos contra 110. Os deputados conservadores e direitistas não haviam esquecido sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, quando se destacou como defensor da idéia de uma política externa independente para o Brasil, e da sua posição de neutralidade em relação a Cuba, durante a Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962.

Surpreendido pela rejeição de San Thiago Dantas, o presidente João Goulart agiu depressa e indicou um parlamentar para o cargo de Primeiro-Ministro: o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade. O nome passou sem problemas no Congresso, apesar dos votos contrários dos trabalhistas. Mas lideranças de esquerda não se conformaram com a indicação do senador e deflagraram uma greve geral, para forçar o governo a nomear um gabinete de forte tendência nacionalista.

Sem emplacar a indicação de um nome do conservadorismo nacional, o Presidente imaginou uma solução oposta para o problema: indicou para o cargo

de Primeiro-Ministro Francisco Brochado da Rocha, nome bastante conhecido do Rio Grande do Sul por ter ocupado secretarias importantes no governo de Leonel Brizola. A aprovação do nome do novo Primeiro-Ministro se deu por ampla maioria dos votos, confirmando o acerto da escolha do Presidente.

Francisco de Paula Brochado da Rocha, advogado e professor, começou seu trabalho em julho de 1962, com a homologação de um novo ministério, no qual a grande novidade era o nome de Walther Moreira Salles na Fazenda. Inaugurava-se uma etapa muito importante do regime parlamentarista, que Jango aceitara como uma solução emergencial para evitar o aprofundamento da crise desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros.

"*Eleito premier* – explicou o jornalista Mário Vitor – com expressiva votação, Brochado da Rocha tinha delicada missão a cumprir: levar ao Congresso as reivindicações do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e dos grupos esquerdistas, expostas ao Presidente da República, e que se resumiam em reformas radicais na estrutura econômica do país. Brochado da Rocha, sem tempo a perder, já no dia 10 de agosto solicitou ao Congresso delegação de poderes para legislar sobre os seguintes temas: repressão ao poder econômico, monopólio da importação de petróleo e derivados, monopólio de comércio de minérios e materiais nucleares, regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rrural e controle da moeda e do crédito. A maioria dos parlamentares adotou posição contrária à delegação de poderes, respaldados por manifestações das classes produtoras que viam nos projetos do Primeiro-Ministro Brochado da Rocha, "inspiração comunista."

Entre as preocupações do *premier* também estava a designação de uma data para a realização de um plebiscito, objetivando constatar se o povo brasileiro queria ou não a continuidade do sistema parlamentarista de governo. Já se notava o crescimento da rejeição ao parlamentarismo, que envolvia líderes das classes produtoras, sindicatos, estudantes, e militares, como o marechal Teixeira Lott e o comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro. Esta era a visão do presidente João Goulart, que considerava o retorno do regime presidencialista o remédio capaz de atacar com eficácia os principais problemas do país.

Convencido de que não era possível arrancar do Congresso a aprovação das medidas pleiteadas, o Primeiro-Ministro Brochado da Rocha renunciou ao cargo na madrugada do dia 14, seguindo imediatamente para Porto Alegre, onde o esperava o governador Brizola. O Comando Geral dos Trabalhadores, um dos braços mais fortes de apoio às reformas, decretou greve geral em todo o país.

A situação parecia evoluir favoravelmente aos planos do Presidente, até porque, no dia 15 de setembro, a Câmara aprovou, por 169 votos contra 83, projeto de lei complementar fixando a data de seis de janeiro de 1963 para

a realização do plebiscito. Em seguida, o governo formou um novo gabinete provisório, indicando o nome de Hermes Lima para Primeiro-Ministro. A Câmara aprovou seu nome por 164 votos contra 137. Encerrava-se o ano de 1962 com a perspectiva da revogação do parlamentarismo no plebiscito. E com a forte opinião do ministro da Guerra, Amaury Kruel, para quem "o parlamentarismo instaurou na República o reinado da irresponsabilidade, impedindo o governo de governar, gerou o estado de perplexidade na opinião pública, emperrando o mecanismo da administração e suscitando o enfraquecimento do ritmo vital do país."

Em suas memórias, intituladas "Travessia", publicadas pela editora José Olympio, em 1974, Hermes Lima lembra que o Gabinete provisório só recebeu ação parlamentar em fins de novembro pelo fato de sua votação ter sido adiada por seis vezes. E que o Gabinete respirava mais uma atmosfera parlamentarista, porque o referendum estava marcado para o dia seis de janeiro.

A REFORMA AGRÁRIA

A maior demonstração de que o fazendeiro João Goulart não confundia seus compromissos de classe com as demandas da sociedade brasileira organizada foi sua inabalável convicção de que a reforma agrária era essencial para erradicar o atraso no campo. Fiel a esta convicção, Jango criou em outubro de 1962 a Superintendência Nacional da Reforma Agrária – SUPRA, para elaborar uma política nacional de reforma agrária e planejar, nacional e regionalmente, a sua execução.

Embora ciente de que a implementação efetiva de uma reforma agrária só poderia resultar de lei aprovada pelo Legislativo, João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA, se colocou na linha de frente para debater o assunto nos meios de comunicação e fazer planos visando à concretização daquela importante meta do governo. Tinha o apoio e a simpatia da esquerda, com quem se identificava em seus principais objetivos, até porque saíra do Ministério do Trabalho em razão de críticas aos seus colegas conservadores, em palestra feita na televisão.

Viu-se em seguida que a aceleração dos planos da reforma agrária do governo colidia com os interesses de setores expressivos do Congresso, inclusive com o PSD, seu principal aliado. O PSD se solidarizava com os proprietários rurais e até ameaçava romper com o governo e sua aliança com o PTB. Mas os caminhos da reforma agrária pareciam irreversíveis, apesar do crucial impasse que o governo enfrentava: era impossível concretizar a reforma dos termos da Constituição que, no parágrafo 16, artigo 141, admitia a desapropri-

ação de terras por necessidade ou utilidade pública, mas somente "mediante prévia e justa indenização em dinheiro".

Diante do impasse, o PTB elaborou um projeto de emenda constitucional, objetivando facilitar a execução da reforma agrária, que foi apoiado publicamente por Jango em agosto de 1963. Mas a oposição do PSD à emenda convenceu Jango de que a reforma agrária seria rejeitada no Congresso. E incumbiu o presidente da Superintendência Nacional da Reforma Agrária e seus órgãos técnicos de elaborar um decreto que possibilitasse a desapropriação de terras nas margens das rodovias, estradas de ferro ou beneficiadas por obras da União.

Nesse momento, muitos fazendeiros passaram a armar-se para defender suas terras com o apoio das classes conservadoras e de governadores como Magalhães Pinto. João Pinheiro Neto passou a ser hostilizado abertamente em viagens pelo interior do Brasil. Em seu depoimento pessoal sobre o governo João Goulart, Pinheiro Neto explicou: "O Decreto da SUPRA, como ficou conhecido, visava a uma solução bastante simples, e que nada tinha de subversiva: a de tornar de interesse público, para efeito de desapropriação, dez quilômetros de terra ao lado de estradas, açudes e obras públicas. O decreto redigido por mim por determinação de Jango foi medida que visava apenas conter a especulação em torno dessas terras, já que era impossível, no momento, viabilizar uma desapropriação de vulto, com pagamentos à vista e em dinheiro."

A minuta desse decreto foi submetida à apreciação do jurista Carlos Medeiros Silva, mais tarde ministro do Supremo Tribunal Federal, que considerou o documento juridicamente correto. Jango encontrava, afinal, o caminho para executar a reforma agrária, depois da tentativa vã de ver o Congresso emendando a Constituição, para concretizar os seus planos.

Em princípio, Jango tinha o apoio da maioria da população, mas também contava com a boa vontade dos ministros militares, aos quais propôs a assinatura de um convênio para que as Forças Armadas participassem da execução do projeto de reforma agrária. A única objeção ao diploma legal partiu do general Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, que meses mais tarde surgiria como líder intelectual do golpe militar de 1964.

Mas isso não impediu que Pinheiro Neto entregasse a Jango as minutas dos convênios a serem assinados com os ministros militares e do decreto referente às desapropriações de terras. Os convênios de Assistência Técnica à Reforma Agrária foram realmente assinados no Palácio das Laranjeiras, com a presença dos ministros militares, da imprensa, de sindicatos e delegações. No final de janeiro de 1964, ficou combinado que Jango assinaria publicamente o decreto da SUPRA no dia 13 de março, em grande manifestação popular no

Rio de Janeiro. O decreto foi assinado, como estava previsto, mas o governo de João Goulart não chegaria ao fim para levar adiante a reforma que modificaria radicalmente a velha e superada estrutura agrária do país.

FORÇAS EM CONFRONTO

O veto do movimento sindical ao nome do senador Auro de Moura Andrade para ocupar o cargo de Primeiro-Ministro, que resultou em nova indicação, a do professor e advogado gaúcho Francisco de Paula Brochado da Rocha, foi uma demonstração de força das esquerdas, que tinham livre trânsito no governo de João Goulart. Embora tivesse cortejado desde a sua posse o PSD, partido com representação majoritária na Câmara, aliado do PTB, Jango ampliou em poucos meses de governo suas relações com as grandes organizações de esquerda, que estavam engajadas nas lutas pelas reformas de base.

Como líder nacional do PTB e ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, Jango tinha ótimas relações com a maioria dos líderes do CGT, como Clodsmith Riani, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco, Hércules Correa e Roberto Morena. Eles não tinham problemas para agendar encontros com o Presidente, que não podia dispensar o apoio da esquerda para viabilizar seu ousado projeto de reformas econômicas, sociais e políticas. Embora não se verificasse, na prática, a unificação da luta das organizações de esquerda, com visões distintas do encaminhamento das reformas, elas formaram uma espécie de coalizão para apoiar Jango.

Nessa coalizão apareciam, além das organizações sindicais, a União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas, organizadas e mobilizadas pelo deputado pernambucano Francisco Julião, a Frente Parlamentar Nacionalista, a Frente de Mobilização Popular, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as organizações de subalternos das Forças Armadas, como os sargentos do Exército e da Aeronáutica, os marinheiros e fuzileiros navais. Além disso, Jango contava com forte apoio nos meios artístico e intelectual, onde se destacava o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, que seria fechado após o golpe militar de 1964.

Nesse contexto era visível a desenvoltura do governador Leonel Brizola, representando, acima de entidades, movimentos e organizações, o sentimento popular nacionalista e de esquerda existente no país naquele momento. Mas se havia de um lado apoio ao governo, por outro havia o constrangimento pelo clima de radicalização em torno da reforma agrária e da politização dos setores subalternos das Forças Armadas. Francisco Julião chegou a dizer, no final de

1961, no primeiro congresso de camponeses realizado em Belo Horizonte, que a reforma agrária seria realizada na lei ou na marra.

Os sargentos, por sua vez, eram vistos como agitadores dentro das Forças Armadas, acusados de não respeitar a hierarquia e de partidarização do ambiente dos quartéis. Tendo começado sua organização ainda no governo de Juscelino, os suboficiais das três Armas evoluíram de uma luta pela estabilidade funcional ao lançamento de candidaturas para cargos eletivos. E, em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e o movimento de resistência ao golpe contra Goulart, o processo de politização dos sargentos se consolidou.

Já o apoio de militares subalternos ao governo Jango e às reformas tinha, como contrapartida, a movimentação subterrânea dos generais da ativa e da reserva, dos deputados conservadores, unidos na denominada Ação Democrática Parlamentar, de grande parte dos meios de comunicação e de organizações estabelecidas com o objetivo de evitar o aprofundamento das reformas e livrar o país do que chamavam de a subversão comunista e sindicalista.

Na realidade, a conspiração contra o governo de João Goulart iniciou logo após a sua posse, sob a liderança do ex-ministro da Guerra, marechal Odílio Denys. Ele se dedicava em tempo integral a excomungar o perigo comunista que estaria rondando o país e suas instituições democráticas. Mas foi depois da derrubada do parlamentarismo, em janeiro de 1963, através do plebiscito, que a conspiração acelerou a arregimentação dos seus simpatizantes nos quartéis e na sociedade civil.

Em depoimento para o historiador Hélio Silva, Odílio Denys afirmou: “E assim que começou a conspiração, passei a coordenar os elementos civis e militares, que acreditavam no perigo do governo João Goulart e que se mantiveram atentos desde sua posse. Depois do plebiscito foi aumentando, paulatinamente, o número de militares dispostos a reagir e assim passei a fazer articulações visando aos levantes que deveriam ser realizados em ocasião oportuna.”

No mesmo depoimento Denys afirmou que, nos contatos e articulações que desenvolveu, contou com o “valioso concurso” de governadores de Estado. Referiu os nomes de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e de Adhemar de Barros, de São Paulo, mas poderia ter incluído em primeirísssimo lugar o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, o incansável inimigo do trabalhismo, expoente do golpe de 1964, e que mais tarde teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar.

A conspiração contra o governo de João Goulart foi metodicamente organizada e contou com vultosos recursos materiais, arrecadados no Brasil e no Exterior. E se desenvolveu em plano subterrâneo e abertamente, na ação de parlamentares que se opunham a Jango, principalmente os eleitos na legenda

da UDN, e organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD.

O IPES, fundado em 1962, contou com grandes verbas de empresas brasileiras e estrangeiras, para realizar eficazmente sua cruzada anticomunista. Gastou milhares de dólares em mensagens contra o governo, teve influência marcante em jornais e agências de publicidade e estreitou relações com a cúpula militar através da Escola Superior de Guerra. O IBAD, orientado pela agência de inteligência norte-americana CIA, também estava na linha de frente do combate à reforma agrária, ao controle do capital estrangeiro e à política externa independente. Nas eleições parlamentares de 1962 gastou, segundo estimativas do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, cinco milhões de dólares, financiando candidaturas afinadas com a sua posição política.

Tudo se justificava em nome de um anticomunismo feroz, que tentava convencer a opinião pública a aceitar a versão de que Jango queria mesmo subverter as instituições, instaurando no país um regime sindicalista. A ação do IBAD foi ampla e consistente, mas não conseguiu impedir que o PTB, o partido de Jango, ampliasse significativamente sua bancada no Congresso.

Embora a UDN e o PSD alcançassem 54 por cento das cadeiras, o PTB passou de 66 para 104 deputados. E Leonel Brizola, o mais combativo defensor das reformas, obteve uma votação consagradora para deputado federal do Estado da Guanabara.

O PLANO TRIENAL E A REMESSA DE LUCROS

Apesar da instabilidade do regime parlamentarista, com substituições de gabinetes e o acirramento do confronto de posições entre a esquerda e a direita, o governo de João Goulart tinha sérias preocupações com a fragilidade da economia e o crescente endividamento interno e externo. O Presidente queria enfrentar esses problemas e ao mesmo tempo melhorar o desenvolvimento econômico e social do país. Foi com essa preocupação que Jango assinou um decreto em setembro de 1962, criando o cargo de Ministro Extraordinário de Planejamento.

A função de planejador no âmbito de governo foi ocupada pelo economista Celso Furtado, que já se distinguira, principalmente, como administrador da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE) e como técnico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas. A ele coube a tarefa de formular o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, anunciado oficialmente em 31 de dezembro de 1962, uma semana antes da realização do plebiscito.

Ao contrário de planos anteriores, baseados no pensamento monetarista, que enfatizava o controle da inflação, aliado a rigoroso equilíbrio das finanças, Celso Furtado trazia para o governo uma visão estruturalista da economia. O governo não deveria preocupar-se exclusivamente com o controle da inflação, mas também em adotar uma política de mudança nas estruturas econômicas para alavancar o desenvolvimento nacional. Jango confirmava, através da escolha de Celso Furtado, a sua visão crítica da política econômica e conservadora adotada em governos anteriores. O ônus do desenvolvimento não poderia recair apenas sobre as classes menos afortunadas, mas sobre todas as classes, proporcionalmente, como afirmava Jango em discurso proferido no final dos anos 50.

Era indispensável, então, que o governo, concomitantemente ao combate à inflação, acelerasse as modificações das velhas estruturas econômicas do país. E que lhe permitisse fazer investimentos em educação, saúde pública, habitação e pesquisa científica, sem negligenciar os compromissos assumidos anteriormente com o Fundo Monetário Internacional, o FMI. Não era, portanto, um plano econômico radical, mas possível o naquelas circunstâncias.

Jango não queria desagradar os credores do país, até para obter condições mais favoráveis de refinanciamento da dívida externa, mas acenava, ao mesmo tempo, com uma perspectiva de desenvolvimento mais consentânea com as aspirações dos trabalhadores.

O Plano Trienal, porém, não conseguiu deslanchar por conter uma contradição: ao adotar medidas ortodoxas em relação à dívida externa, tinha que fazer restrições salariais e de crédito, medidas inaceitáveis para as organizações sindicais, lideranças de esquerda e empresários. Em pouco tempo o Plano passou a ser criticado por Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes e Francisco Julião, que verbalizavam a vontade dos sindicalistas.

A esquerda radical queria substituir o plano por uma política nacionalista e reformista, que incluísse a nacionalização das empresas estrangeiras e a efetivação da reforma agrária. Naquele momento, o Plano Trienal desagradava os trabalhadores e os empresários, uns porque não se conformavam com as restrições dos salários, e outros, porque não teriam acesso fácil a créditos.

Pressionado pelas lideranças sindicais, Jango contrariou o Plano, autorizando o aumento do salário de 70 % para o funcionalismo. Depois, autorizou o aumento do preço do aço e cedeu diante da indústria automobilística, que exigia aumentos de suas linhas de crédito sob pena de abandonar suas atividades no país. Além disso, o Plano não foi eficaz no combate à inflação que, nos primeiros seis meses de 63, acumulou um percentual de 30 % de aumento. Diante desse quadro, o Fundo Monetário Internacional, que parecia estar

disposto a renegociar a dívida externa brasileira e dar mais crédito ao país, recuou nas negociações.

Na reforma ministerial de junho de 1963, Celso Furtado deixou o governo e Jango indicou o professor Carlos Alberto Carvalho Pinto para o Ministério da Fazenda. A ele coube traçar novo rumo para a economia num quadro em que o governo João Goulart tinha uma pequena margem de manobra para negociar com os principais atores políticos.

De um lado, era impossível pagar anualmente 150 milhões de dólares da dívida externa, e, de outro lado, não havia condições de impor à sociedade um rigoroso programa de estabilização exigido pelos banqueiros internacionais. Carvalho Pinto, vítima de constantes críticas da esquerda, tentou salvar o Plano Trienal, adaptando-o à nova realidade e, com a orientação do Presidente, buscou saídas que evitassem o estrangulamento do país. Caiu antes, privando o governo do seu melhor interlocutor com os empresários e industriais.

Mas o passo mais importante dado pelo governo na área econômico-financeira foi a assinatura, em janeiro de 1964, da regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, aprovada em setembro de 1962 pela Câmara, após luta incansável do deputado nacionalista Sérgio Magalhães. A lei era uma das reivindicações permanentes das esquerdas e da classe trabalhadora, mas feria interesses vitais do capital estrangeiro. O ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, não teve tempo para ver o presidente João Goulart assinar a lei de Remessas de Lucros: o ex-governador de São Paulo, que substituíra San Thiago Dantas, pediu demissão do cargo em dezembro de 1963, sob forte pressão da esquerda, que desejava ver Leonel Brizola no ministério.

A lei estabelecia a remuneração entre oito e 10 % para o capital estrangeiro, nacionalizava os lucros excedentes, ou seja, o capital reinvestido, e estabelecia uma taxa de retorno de capital em 20 % ao ano. Este ato de coragem do governo João Goulart exacerbou a antipatia dos investidores internacionais, que aumentaram a ajuda a grupos de conspiradores, atuantes na sociedade civil e nos quartéis.

Quando o ministro da Fazenda San Thiago Dantas viajou para os Estados Unidos, em março de 1963, para negociar a dívida externa com o governo americano e com o FMI, sentiu o clima de hostilidade que o aguardava. Declarações do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, insistiam que o governo de Jango estava sob a influência dos comunistas. E este fato inviabilizou todos os esforços para renegociar a dívida, enfraquecendo o governo brasileiro, ao mesmo tempo, fortalecendo a direita financeira e militar que o combatia.

E não se tratava de jogar duro contra inimigos declarados dos Estados Unidos. João Goulart e San Thiago Dantas nunca tiveram atitudes de manifes-

ta hostilidade contra o governo norte-americano. Entre os dias três e nove de abril de 1962, o Presidente visitou aquele país na tentativa de melhorar as relações diplomáticas, e prometeu, na ocasião, que os investidores estrangeiros não seriam tratados como inimigos do Brasil. Em comunicado conjunto com o presidente John Kennedy, Jango declarou que "nos entendimentos com as companhias (privadas) para a transferência das empresas de serviços públicos a brasileiros, seria mantido o princípio da compensação justa."

Em uma entrevista à imprensa, Jango declarou que as empresas de serviços públicos pertencentes a estrangeiros no Brasil não podiam mais prestar os serviços que prestaram no passado. E que elas se tornaram centros de atritos nas relações do Brasil com os Estados Unidos. Dia nove de abril, Jango desembarcou na Cidade do México, sendo aplaudido por grandes multidões. Uma semana mais tarde, o ministro das Relações Exteriores, San Thiago Dantas, assinou em Washington um acordo para aplicação de 276 milhões de dólares da Aliança para o Progresso do Nordeste.

EMPRESAS ESTRANGEIRAS

A má vontade dos norte-americanos com o governo de João Goulart resultava também da política de nacionalização das concessionárias de serviço público, iniciada com a encampação da subsidiária da ITT, no Rio Grande do Sul, através de decreto assinado pelo governador Leonel Brizola, e mediante indenização considerada "justa e prévia". A medida adotada em fevereiro de 1962, causou apreensão no governo dos Estados Unidos, que pediu a interferência de Jango para que fosse anulada.

Ao expropriar a subsidiária da International Telephone and Telegraph Company, no Rio Grande do Sul, Brizola tinha inquestionável apoio popular. Mas o governo de João Goulart entendia que se tratava de uma questão muito sensível e permitiu que o ministro San Thiago Dantas levasse adiante os planos de compra das concessionárias de serviços públicos. As empresas seriam vendidas para o governo e o dinheiro seria aplicado em determinadas indústrias brasileiras. O governo não ficaria privado dos investimentos estrangeiros, e os investidores, principalmente dos Estados Unidos, continuariam com os lucros garantidos.

Mas quando o ministro San Thiago Dantas anunciou um acordo com a American and Foreign Power Company (AMFORP), que investira no Brasil mais de 100 milhões de dólares, agradou ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, e desagradou a esquerda, que tinha em Leonel Brizola o maior adversário do negócio. O acordo, que recebeu de Jango um empurrão

em sua visita aos Estados Unidos, em abril de 1962, se tornou alvo da crítica nacionalista e serviu para esgarçar ainda mais as relações do Brasil com os norte-americanos, mas acabou não se consumando diante da furiosa oposição nacionalista, que já influenciava decisivamente os rumos do governo.

A renegociação da dívida teria fortalecido o governo João Goulart, mas não era isso que os Estados Unidos desejavam. Havia a convicção de que o governo Jango jamais serviria aos seus interesses e, por isso, sua queda era imprescindível. Os Estados Unidos chegaram a montar uma grande ação militar, denominada Operação Brother Sam, para intervir nos assuntos internos do Brasil se o movimento militar de março de 1964 fracassasse.

O processo de exame da situação jurídica das jazidas minerais situadas no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais vinha do governo Jânio Quadros que, por intermédio do ministro João Agripino, se convenceu da necessidade de anular as autorizações feitas irregularmente. Mas foi o novo ministro do Gabinete de Jango, deputado Gabriel Passos, que tratou de cumprir a disposição de seu antecessor na pasta. Essa medida adotada pelo governo criou o primeiro atrito entre Jango e as poderosas empresas estrangeiras, que tinham no embaixador norte-americano no Brasil o seu grande e ardoroso defensor.

Lincoln Gordon era um zeloso guardião dos interesses das empresas norte-americanas no Brasil. Em março de 1962, ele chegou a sugerir ao governador Leonel Brizola que a encampação na companhia telefônica no Estado fosse submetida à arbitragem internacional. Brizola rejeitou a proposta. Em maio, o governo João Goulart esclareceu em definitivo sua posição sobre o delicado tema: um decreto aprovado em maio pelo Conselho de Ministros estabelecia normas com o indicativo de que todas as principais empresas prestadoras de serviços públicos, principalmente as companhias telefônicas e de energia, seriam nacionalizadas.

Em setembro, o Presidente aumentou as preocupações do embaixador Gordon, ao sancionar uma lei que entregava o controle dos investimentos estrangeiros à Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC. De acordo com a lei, “a remessa de lucros anuais ao exterior não pode ultrapassar os 10 % do valor registrado do investimento”. O embaixador norte-americano reagiu, afirmando que a lei desestimulava os investidores estrangeiros.

OFENSIVA AOS CARTÉIS

A opinião do embaixador Gordon repercutia em Washington e talvez explique o cancelamento da viagem que o presidente Kennedy faria ao Brasil, programada para o final de julho. Alegou-se, naquele momento, que a sua pre-

sença em Washington era indispensável. Quem veio ao Brasil em dezembro foi o irmão de presidente e procurador-geral norte-americano, Robert F. Kennedy. Ele conversou durante três horas com o presidente Goulart, ganhou das mãos de Celso Furtado um esboço do Plano Trienal, e voltou para os Estados Unidos. O encontro gerou especulações na esquerda de que Jango teria feito um acordo secreto com Robert Kennedy. O Presidente desmentiu, dizendo que conversaram a respeito do saldo de pagamentos da Aliança para o Progresso e da crise cubana.

Mas a visita não contribuiu para melhorar as relações entre os dois países, que se tornavam cada vez mais frias, diante da insistência dos Estados Unidos para que o Brasil aumentasse o controle à inflação e ressarcisse os investimentos perdidos quando Brizola dasapropriou empresas de serviços públicos pertencentes a particulares. O assunto preocupava Jango, que tentou resolver o problema das concessionárias instituindo a Comissão Nacional de Concessionárias de Serviço Público.

Ainda no curso de 1962 – como lembrou Moniz Bandeira – não só instalou a Eletrobrás, empresa estatal que abarcaria todo o setor de eletricidade, como sancionou duas leis de profundo alcance para o desenvolvimento do país: criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o monopólio estatal para pesquisa, lavra de jazidas e comércio de minerais nucleares, bem como de materiais fósseis e férteis, dos radioisótopos artificiais e substâncias radioativas das três séries naturais e subprodutos.

O governo de Jango criou também o Fundo de Eletrificação, com a finalidade de ampliar os recursos para a empresa; estimulou o aproveitamento de Sete Quedas, no Rio Paraná; incentivou a construção do porto de Tubarão; inaugurou três grandes usinas (Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória) e autorizou a Petrobrás a ingressar nas atividades de distribuição a granel dos derivados de petróleo. E concedeu, ainda, à estatal, o monopólio para o fornecimento aos órgãos do governo, a autarquias e a empresas estatais, que antes eram servidos por empresas estrangeiras.

Em permanente vigília, Jango bateu de frente com os cartéis internacionais. Regulamentou a lei que punia o abuso do poder econômico, instalando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e enquadrou a indústria farmacêutica, cuja desnacionalização já era de 90 %. O superfaturamento nas importações de matérias-primas obrigou o governo a baixar um decreto severíssimo, em setembro de 1963: o setor ficava proibido de fazer a importação de matérias-primas. Os grupos estrangeiros, que dominavam a indústria farmacêutica, reagiram à medida, encaminhando ao embaixador Gordon um

relatório condenando o governo porque desejava dar tratamento preferencial aos laboratórios nacionais. No governo de Jango, como Moniz Bandeira observou, o que era bom para os Estados Unidos naturalmente não era para o Brasil.

As realizações do governo João Goulart ocorriam em meio a um ambiente político de confronto permanente entre facções antagônicas, que pressionavam o Presidente segundo seus interesses e objetivos. Um ambiente tão carregado pelo radicalismo ideológico que, quando o presidente Tito, da Iugoslávia, visitou o Brasil, em setembro de 1963, não foi recebido pelos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de São Paulo, Adhemar de Barros. Foi obrigado a circunscrever sua visita a Brasília, onde permaneceu vários dias. E até a Igreja Católica protestou contra o herói da resistência ao nazismo, através de manifestação do arcebispo do Rio, dom Jaime de Barros Câmara.

O radicalismo da direita se parecia, em seu nível de agressividade, ao radicalismo de setores da esquerda. Em setembro de 1963, 600 sargentos e cabos da Marinha e da Aeronáutica se rebelaram em Brasília, ocupando prédios e instalações militares. Protestavam contra decisão do Supremo Tribunal Federal que proibia os praças de participarem de eleições na condição de candidatos. Eram tão radicais como o governador Carlos Lacerda, que fazia ataques constantes ao governo.

Assustado com a elevação da temperatura, Jango chegou a pedir que o Congresso decretasse Estado de Sítio por 30 dias para que ele pudesse enfrentar a comoção interna. O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, declarava que Lacerda, Adhemar de Barros e outros governadores tramavam a derrubada do regime. Mas diante de forte oposição ao Estado de Sítio, inclusive de parte dos aliados do Presidente, Jango o retirou, no dia sete de outubro. Meses mais tarde, seria confirmada a afirmação de Jurema: não somente Lacerda e Adhemar conspiravam para derrubar Jango, mas também o governador de Minas, Magalhães Pinto, políticos, empresários e militares de alta patente.

O ano de 1963 terminou com perspectivas sombrias: o crescimento econômico era insatisfatório, o país não tinha como pagar uma parcela da dívida externa de 350 milhões de dólares que venceria em 1965 e as reformas sonhadas pelo governo não tinham saído do papel. Mas Jango reafirmou, em sua mensagem de Ano Novo, seu compromisso com as reformas, principalmente a agrária e a eleitoral.

Jango queria que os praças das Forças Armadas votassem e fossem votados, desejava que os analfabetos também tivessem esse direito e que os pobres do campo ganhassem um pedaço de terra para viver. Em fevereiro de 1964, Jango sancionou novos e maiores índices para o salário mínimo. Mas o mês de março se aproximava com a perspectiva de grandes e graves aconteci-

mentos. Jango não fugiria aos seus compromissos com os pobres e com os trabalhadores nos célebres comícios de março, mas pagou caro pela coerência e fidelidade aos seus princípios.

Uma sedição militar, iniciada em Minas Gerais, selou o destino do seu governo. Foi impedido de completar o mandato, que os ministros militares já haviam tentado lhe tirar após a renúncia de Jânio Quadros, sem sucesso. As forças do antitrabalhismo eram obsessivas na perseguição dos seus objetivos.

CONSPIRAÇÃO
E QUEDA

CONSPIRAÇÃO E QUEDA

Se Jango tinha alguma chance de concluir o seu mandato de Presidente, ele a perdeu na noite de 13 de março de 1964. Os fatos que se sucederam daí até o dia 2 de abril, quando ele abandonou o país e se exilou no Uruguai, foram desdobramentos do que se deflagrou nessa noite, no comício que reuniu mais de 100 mil pessoas em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Era uma manifestação promovida pelas centrais sindicais, controladas por comunistas e trabalhistas. Era sexta-feira, final de uma semana tensa. Era o primeiro grande comício pelas reformas a que Jango comparecia, com um discurso agressivo que indicava uma mudança de estratégia: o Presidente conciliador partia para o ataque.

Quinze dias antes, ele recebera o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, na ala residencial do Rio Negro, o palácio de verão da Presidência, em Petrópolis. Conheciam-se desde que Jango era deputado estadual e ele, Chaise, era da "ala moça" do PTB em Porto Alegre.

Sereno Chaise fez um relato da situação política no Rio Grande do Sul. Revelou sua preocupação com os movimentos do general Adalberto Pereira dos Santos e outros que conspiravam abertamente para derrubar o governo. Jango chamou o general Assis Brasil, chefe do seu "dispositivo militar" para ouvir o que o prefeito estava dizendo. "Nós sabemos isso e mais do que o prefeito está falando. Mas temos o controle...", disse Assis Brasil.

Seguro, talvez, de seu respaldo militar, é possível que o Presidente tenha considerado que, naquele momento, seu maior risco era outro: se não avançasse, aliados à esquerda lhe arrebatariam a bandeira das reformas, que mobilizava as massas populares.

Tancredo Neves, que fora seu primeiro ministro e que preferia avaliar os riscos que se anunciavam à direita, previu o pior quando soube que o Presidente decidira ir ao comício da Central e radicalizar o discurso pelas reformas. Abelardo Jurema, ministro da Justiça de Jango registrou a frase de Tancredo: "Deus faça com que eu esteja enganado, mas creio ser este o passo do Presidente que irá provocar o inevitável, a motivação final para a luta armada".

O comício durou quase oito horas. Jango, acompanhado da mulher Maria Thereza, foi o último a falar. Treze oradores falaram antes dele. Ele não deixou por menos: anunciou a desapropriação das terras ociosas às margens de rodovias e açudes federais e a encampação das refinarias particulares de petróleo, para incorporá-las à Petrobras. Fez um apelo ao Congresso "para que votasse sem mais delongas as reformas de base" e convocou o povo a se mobilizar para pressionar o Parlamento.

“No reiterado esforço pelo cumprimento da missão que me impus de presidir a luta pela renovação da sociedade brasileira, com o propósito de conduzi-la, mediante convocação e o congraçamento de todas as forças políticas progressistas, permito-me encarecer, mais uma vez, ao Congresso Nacional, a necessidade imperiosa de atendermos aos anseios e reclamos da Nação pelas Reformas de Base”.

Defendeu com veemência a necessidade das reformas estruturais: reforma eleitoral, administrativa, agrária, urbana, bancária, cambial, universitária. Deu ênfase à reforma agrária. Era necessário mudar a Constituição para permitir que o governo pudesse desapropriar terras de interesse público sem precisar pagar à vista e em dinheiro. Jango jogava a responsabilidade de apressar as reformas para o Congresso e convocava o povo a pressioná-lo. Muitos dos que estavam ao seu lado naquele palanque defendiam as reformas “na lei ou na marra”. Alguns oradores que o antecederam chegaram a pedir que ele dissolvesse o Congresso para impor as reformas.

Para demonstrar sua verdadeira disposição de fazer a reforma agrária, Jango anunciou o decreto que assinaria nos dias seguintes desapropriando, por interesse social, terras improdutivas situadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias federais, leitos de ferrovias, enfim, terras beneficiadas com investimentos da União.

“Espero que em menos de 60 dias já comecem a ser divididos os latifúndios de beira de estrada, os latifúndios ao lado das ferrovias e rodovias, dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado de obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação”.

“O Brasil de nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo da espoliação que durante mais de quatro séculos reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência”.

Carlos Lacerda escreveu na *Tribuna da Imprensa*: “A guerra revolucionária está desencadeada. Seu chefe ostensivo é o Sr. João Goulart, até que os comunistas lhe dêem outro”.

O decreto de desapropriação de terras e as ameaças de invasão para forçar a reforma agrária alarmaram o meio rural. Os estancieiros gaúchos começaram a se armar. “O governo do Rio Grande do Sul garantirá a ordem, a tranqüilidade e os direitos de propriedade em todo o Estado”, dizia uma nota alarmista do governador Ildo Meneghetti, lançada nos dias seguintes ao comício, como se houvesse uma rebelião no campo.

Em São Paulo, uma semana depois, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, reuniu 200 mil pessoas numa gigantesca manifestação em que muitos cartazes pediam a saída do Presidente. Era o respaldo de opinião pública que os conspiradores precisavam.

Uma semana depois do comício da Central do Brasil, a crise brasileira foi tema de uma reunião na Casa Branca, no gabinete do presidente Lyndon Johnson, com a presença de Dean Rusk, secretário de Estado, Lincoln Gordon, embaixador no Brasil, John McCone, chefe da CIA e homens do Departamento de Defesa. Aí foi decidida a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira "caso fosse necessário".

* * *

Jango tinha 42 anos quando assumiu a Presidência. Sabia da resistência ao seu nome no meio militar. Dez anos antes, um manifesto de coronéis obrigara Getúlio Vargas a tirá-lo do Ministério do Trabalho. Em agosto de 1961, quando Jânio renunciou, ele era o vice, substituto legal do Presidente, mas foi vetado pelos ministros militares, com apoio dos políticos conservadores. O presidente da Câmara convocou o Parlamento para ler a "estarrecedora mensagem":

"Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional. Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Goulart. Brasilia, 28 de agosto de 1961. Ranieri Mazzilli" .

Jango só assumiu porque no Rio Grande do Sul o governador Leonel Brizola sustentou o movimento pela Legalidade, mantendo o III Exército e a Brigada Militar fiéis ao Presidente. Mas assumiu enfraquecido. Impuseram-lhe "um humilhante regime parlamentarista", no qual ele tinha um papel decorativo.

Goulart recuperou os poderes de Presidente em janeiro de 1963, depois de um plebiscito em que 9,5 milhões votaram contra o parlamentarismo (a favor, votaram 2 milhões). Encontrou uma situação econômica calamitosa. Investimentos reduzidos à metade. Inflação: 50% em 1962, 75% em 1963 e projeção de 140% em 1964, a maior do século. Queda da renda per cápita pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Greves: 154 em 1962, 302 em 1963. Déficit de 504 bilhões de cruzeiros, equivalente a mais de 30 % do orçamento. Ele advertiu: "O vertiginoso processo inflacionário irá fatalmente arrastar o país à bancarrota com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas". Entre agosto de 1961, quando assumiu, até março de 1964, quando caiu, ou seja, em dois anos e meio, seu governo teve cinco ministros da Fazenda.

O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, estava hospitalizado quando se deflagrou o golpe. Apesar de decisivo para a defesa do governo, esse fato não mereceu maior atenção. Mesmo trabalhos minuciosos e precisos não vão além de mencioná-lo. “O general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, achava-se recluso no hospital, abatido por complicações pós-operatórias”, diz o jornalista Elio Gaspari. “Na verdade, o general Jair Dantas Ribeiro ignorava o seu verdadeiro mal. Supunha que se tratava de uma pequena intervenção e, por isso, queria aproveitar os dias da Semana Santa, acreditando que logo reassumiria o cargo”, registra Hélio Silva.

Jango nunca falou disso, mas pessoas muito próximas a ele não hesitavam em levantar dúvidas sobre a “doença” que levou o general ao hospital nos dias do golpe.

Manoel Leães, o Maneco, piloto, que conviveu com Jango mais de 30 anos, registrou num depoimento ao jornalista Kenny Braga: “Até hoje eu acredito que o ministro da Guerra de Jango, Jair Dantas Ribeiro, estava mancomunado com os outros generais golpistas, ao menos para facilitar a deposição do Presidente. Achei muito estranho que, justamente uma semana antes do golpe, ele se internasse no Hospital dos Servidores do Estado do Rio, sob a alegação de que ia tratar de uma crise renal”.

Segundo Maneco, Jango foi de surpresa procurar o general no hospital na manhã de 31 de março. Ele disse que estava comandando todas as unidades militares pelo telefone e que em qualquer eventualidade o Presidente deveria recorrer ao general Armando de Moraes Âncora, comandante do I Exército. “Ele garantiu que poderíamos voltar ao Laranjeiras, porque as unidades militares do Rio tinham condições de proteger o Presidente e ajudar a impedir que o golpe se tornasse vitorioso”, conta Maneco. Jango ainda lembrou que a Polícia Militar do Rio, nas mãos de Carlos Lacerda, já se movimentava ostensivamente pelas ruas. “Deste telefone eu resolvo tudo, Presidente”, rebateu o general Jair.

A intenção de Jango, segundo diversos testemunhos, era substituir o ministro da Guerra pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, “que ocupara o cargo no governo de Juscelino e ainda tinha grande prestígio nas Forças Armadas”. Por que Jango não trocou o ministro? “Acho que ele não quis desmoralizar o general, talvez em consideração à sua alegada doença”, diz Maneco. “O presidente João Goulart não quis substituir o seu ministro para não desgostá-lo”, diz Hélio Silva.

Outra incógnita daqueles dias foi a posição do general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, encarregado do “dispositivo militar” do Presidente. Assis Brasil teve um comportamento que lembra o de Floriano Peixoto, no golpe que

proclamou a República em 1889. Floriano era chefe da segurança no Palácio, dizia que estava tudo calmo, não dava crédito às informações sobre a movimentação de tropas que chegavam. Quando os ministros se deram conta, as tropas de Deodoro estavam cercando o prédio. Ele simplesmente disse que já não havia nada a fazer e passou para o outro lado.

Assis Brasil, ao contrário, acompanhou Jango até o fim, em Montevidéu. Mas, chegando lá, considerou sua missão cumprida e retornou, decidido a se apresentar para não ser considerado desertor.

Assis Brasil diria, depois, que nunca existiu o tal "dispositivo militar". Mas o ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, lembra uma audiência que teve com o presidente Goulart, a menos de 20 dias do golpe. O general disse que tudo estava sob controle.

Raul Ryff , secretário de Imprensa, escreveu em seu livro sobre o governo Jango: "Muitas pessoas têm me perguntado como é que o general Assis Brasil foi parar na chefia da Casa Militar do presidente João Goulart. A verdade é que ele possuía brilhante folha profissional. Em 1961, por ocasião da Legalidade, era o chefe do Estado Maior da 3ª Região Militar. Muito lutara pela posse de João Goulart e acompanhou o Presidente até o derradeiro instante da queda. Mas, num otimismo passivo de muito mau agouro, nunca manifestou dúvida quanto à possibilidade de enfrentar com êxito qualquer conspiração contra o governo. Visão panglossiana que nunca o abandonou, mesmo quando a trama já invadira a base do sistema de segurança do Estado. Costumava repetir: "Não tem perigo, pois comigo é na ponta da faca! Nosso dispositivo militar, se não é perfeito, é o melhor de quantos já se armaram neste país".

Nesse assunto, também, Jango nunca tocou.

* * *

Do outro lado, a conspiração contra o governo de Jango se desenvolvia há muito tempo. Hoje está claro que, alimentado por informações e análises do embaixador Lincoln Gordon, o governo americano, com envolvimento direto da CIA e do Departamento de Estado, ajudou nos preparativos e se preparou para intervir militarmente se fosse necessário, para alijar Goulart do poder. "O dispositivo militar dos americanos começara a ser montado em julho de 1962, no Salão Oval da Casa Branca pelo presidente Kennedy," assinala Gaspari.

A organização interna do golpe também começou a ganhar corpo nessa mesma época. "Em junho de 1962, o general Golbery já preparava um trabalho estratégico sobre o assalto ao poder", afirma René Armand Dreyfuss em "1964: A Conquista do Estado", o mais completo estudo feito sobre o sistema de inteli-

gência e propaganda que deu sustentação à derrubada do governo João Goulart. Uruguaio de nascimento, Dreyfuss dedicou quatro anos de pesquisa para compor sua tese de doutorado na Universidade de Glasgow. Foi publicada, num volume de 800 páginas, pela Editora Vozes em 1981.

Os dois pilares da estratégia descrita por Dreyfuss eram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, cujas origens também remontam ao início dos anos 60. Em 1962, o IBAD tinha planos de montar uma cadeia de pelo menos 100 estações de rádio para propagar idéias contra o governo Goulart e, nas eleições daquele ano, financiou campanha de um grande número de candidatos anticomunistas.

Nesse mesmo período, o IPES, criado por empresários do Rio e São Paulo, obteve apoio dos Diários Associados, à época a maior rede de comunicação do país. O IPES tinha como objetivos defender a iniciativa privada e as liberdades democráticas "ameaçadas pelo plano de socialização do Brasil e do governo Goulart".

Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, estava de olho no dinheiro do IPES e deflagrou uma campanha furiosa contra o governo. "No decorrer de 1963, foram poucos os homens da equipe do presidente Goulart que escaparam de suas flechas envenenadas". Celso Furtado, superintendente da Sudene era "um teórico perdido em abstrações marxistas e imposturas nacionalistas, fruto de suas ligações com o bolchevismo internacional". Era chamado "o Diabo Coxo da Sudene". Miguel Arraes era o "canastrão ignorante, presumido, fátuo, um comuno-peleguista que, com seu bodum castrista, está praticando em Pernambuco a desmoralização das Forças Armadas". Em seus artigos, às vezes delirantes, Chatô falava em "alvoradas de sangue". Dizia de Almino Afonso, ministro do Trabalho: "Numa terra minimamente civilizada, ele não seria mais do que subdelegado de polícia de Capão Bonito". De Paulo de Tarso dos Santos, ministro da Educação, que tinha pedido CPI para investigar o IPES: "Não passa de um canalha, de um cafajeste, de um à-toa da sarjeta ou do chiqueiro de porcos. Se eu tivesse saúde teria juntado um piquete de mulheres para jogar fora do ministério esse saltimbanco execrável, alugado a Fidel Castro". David Nasser, diretor e principal articulista de O Cruzeiro, a revista de maior circulação na época, atacava Brizola, eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara com 269 mil votos, o mais votado do país. Acusava-o de corrupção e o atacava diariamente no programa *Diário de Um Repórter*.

Indignado, Brizola, ao cruzar pelo jornalista no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, revidou às ofensas, atingindo-o com um soco.

Na outra ponta da estratégia, o IBAD "censurava grupos econômicos por manter propagandas comerciais na Ultima Hora" e o IPES se articulava

com “as mais diversas associações de classe, sindicatos, entidades comerciais e industriais, grupos de pressão, escritórios de consultoria e anéis tecnoburocráticos”.

“O IPES não era, com certeza, como freqüentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou mero disseminador de propaganda anticomunista. Era, ao contrário, um grupo de ação, sofisticado, bem equipado e preparado”, diz Dreyfuss.

“Era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda da classe dominante”.

O IPES gastava entre 200 e 300 mil dólares por ano nessa operação de levantamento de informações e rede de distribuição. Distribuía entre os militares uma circular bimestral mimeografada, sem identificação de fonte, que descrevia e analisava a atividade “comunista” por todo o país.

Compilava dossiês dos indivíduos e grupos comunistas, bem como distribuía um mapa que identificava a estrutura e pessoas-chaves das supostas organizações subversivas. Sua organização era complexa, dividida por áreas de atuação. O Grupo de Levantamento e Conjuntura, por exemplo, tinha o general Golbery como líder e envolvia vários oficiais. Muitas de suas atividades tinham caráter secreto, de semiclandestinidade. “Seus documentos eram de circulação limitada, não registrava em atas seus trabalhos e teses”.

Escrutinava a produção diária da imprensa, produzia uma média de 500 artigos de uso prático, para serem disseminados na imprensa nacional ou divulgados na forma de palestras, ou de mensagens publicitárias,

Havia também o “Grupo de Assessoria Parlamentar”, que operava na coordenação política à campanha anti-Jango em Brasília. “Ao final de 1962, praticamente controlava a Câmara de Deputados e o Senado”. Coordenava os esforços do Legislativo em bloquear a ação executiva e parlamentar de João Goulart “forçando a um beco sem saída parlamentar, bem como a um ponto morto executivo”.

“O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: Diários Associados, poderosa rede de Assis Chateaubriand. Edmundo Monteiro, um de seus principais executivos, era um dos líderes do instituto. Otávio Frias, da *Folha de S.Paulo*, Julio Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*, eram associados do IPES. Também estavam engajados *o Jornal do Brasil*, *Correio do Povo*, *O Globo*. Além da cooptação dos empresários, alistava grande número de escritores, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e da publicidade.

Com estas ramificações, conseguia plantar nos jornais notícias sem atribuição de fonte, reproduzidas como informação factual. Um exemplo desse noticiário, publicado em O Globo e que provocou grande impacto na opinião pública, foi a informação que a União Soviética "imporia a instalação de um gabinete comunista no Brasil".

Com sua face política e ideológica encoberta, o IPES inundava o país com propaganda anticomunista, articulando-se não só com os grandes grupos, mas também financiando revistas e pequenos jornais. Tinha uma agência de notícias, a Planalto, que fornecia informações para 800 jornais e emissoras de rádio, em meados de 1963. Naquele ano publicou 280 mil livros, 36 mil boletins, mais de um milhão de cópias da Cartilha para o Progresso e financiou três programas de televisão. Patrocinava até manifestos: "Manifesto das Donas de Casa à Nação", "Manifesto das Enfermeiras às Forças Armadas..."

Apesar de tudo isso, os aliados de Jango pareciam bem seguros de seu dispositivo militar. A lealdade dos oficiais subalternos e sargentos parecia suficiente para impedir qualquer manobra para desestabilizar o governo. O apoio das massas trabalhadoras seria bastante para paralisar os militares golpistas. Dizia o deputado Almino Afonso, líder do governo na Câmara: "Os trabalhadores hão de parar porto por porto, navio por navio, fábrica por fábrica, e as greves vão também parar o campo (...) Querem a guerra civil, pois teremos a revolução social. Querem sangue, pois nós aceitaremos o sangue (...) Uma guerra civil não se faz com marechais, almirantes e generais. Faz-se com a tropa, e essa tropa é o povo e é o povo que compõe todos os quartéis. São os sargentos, os cabos, os marinheiros".

* * *

Ainda é cedo para o julgamento de Jango. Os primeiros estudos, tentando ver com algum distanciamento os eventos de 1964, recém começam a aparecer. Ele tentava se equilibrar num amplo arco de correntes políticas – que iam desde a esquerda radical, que queria a ditadura do proletariado, até fazendeiros como ele próprio, que aceitavam mudanças consideradas inevitáveis.

Enfrentava uma oposição eleitoralmente muito menor, mas bem equipada, contando com muitos recursos, inclusive do Exterior, e com uma elite militar e intelectual que montou o plano, não para derrubar Jango, mas para bloquear esse processo de mudanças à frente do qual ele tentava se equilibrar. O Presidente acreditou mais na força dos sindicatos e das massas na rua. Foi derrubado por uma articulação empresarial-militar, que não seria necessariamente inimiga de Jango, mas do que ele representava, as reformas que redistribuiriam a riqueza no Brasil.

Uma das estratégias dos conspiradores era atribuir a Jango um plano de tomada do poder por um golpe militar. Nunca se teve qualquer indício de que existisse esse plano. Mesmo os militares mais próximos de Jango, como o general Assis Brasil, nunca ouviram do Presidente qualquer menção a uma solução fora da legalidade. Em seu depoimento a Hélio Silva, o general Ladário Telles faz questão de registrar: "Cabe-me afirmar em solene declaração para a História, que jamais me foi insinuado qualquer movimento ou tendência para ferir a legalidade ou as instituições. Sempre ouvi afirmações categóricas do Presidente de que seria intransigente defensor da legalidade e das instituições democráticas. (...) Jamais poderia defender um governo comprometido com o comunismo".

Evidentemente, entre as forças em que se apoiava o governo para levar adiante seu projeto de reformas, havia aqueles que não hesitariam em atropelar a Constituição para mudar as leis e implantar as reformas. Como Francisco Julião, líder das Ligas Camponeses que vislumbrava "a rebelião das massas inconformadas do Brasil". Ou os comunistas, que acreditavam na redenção das massas oprimidas pela ditadura do proletariado. Ou mesmo Brizola, que acusava o governo de "não ter vontade de fazer as reformas".

Jango tinha apoio ostensivo dos comunistas. Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, defendia a reeleição de Jango, o que exigiria mudança na Constituição. Ele aceitava uma solução tipo dissolução do Congresso para convocar a Constituinte se as forças conservadoras continuassem bloqueando as reformas de base. Prestes: "Poderíamos concordar com a dissolução do Congresso se houvesse um governo que desse as necessárias garantias democráticas a todas as forças patrióticas e democráticas e assegurasse eleições livres para uma Assembléia Constituinte... Uma Assembléia muito mais avançada que esse Congresso, que não reflete a opinião pública do nosso país".

Os comunistas criticavam o populismo de Vargas, Jango e Brizola, considerados demagogos, mas reconheciam: eles mobilizavam as massas. Suas bandeiras "reformistas" levavam o povo às ruas. A mobilização da massa é o primeiro passo para a sua organização. Isso interessava aos comunistas. Mas eles não confiavam em Jango e por isso a tese de que ele preparava um golpe tinha trânsito até entre os aliados do Presidente. Não faltavam nem mesmo os que defendiam algo como o golpe de Vargas, em 1937: "Talvez a História leve o presidente Goulart a repetir Vargas, tomando os burgueses e capitalistas deste país, em sua maioria cega, pela gola do paletó, e obrigando-os a fazer a revolução burguesa nacional, que eles não têm capacidade de fazer", dizia um deputado do partido de Jango.

Até o embaixador americano, Lincoln Gordon advertiu o Departamento de Estado: “Parece-me cada vez mais claro que o objetivo de Goulart é perpetuar-se no poder através de um golpe como o de Vargas em 1937”. Era tão generalizada a crença de que Jango pretendia uma república comuno-sindicalista que a Igreja se afastou dele.

Sereno Chaise tomou parte num episódio simbólico, ocorrido 20 dias antes do golpe. O ministro da Educação (interino) Julio Sambaqui autorizou um auxílio de 200 milhões para a PUC, em verbas e equipamentos. O reitor, Irmão José Otão, aceitou, mas depois recusou por determinação de D. Vicente Scherer. Anticomunista militante, o arcebispo de Porto Alegre não queria nada com o governo. Amigo de Getúlio Vargas, D. Vicente havia estado ao lado de Brizola no movimento da Legalidade, mas agora se convencera de que os comunistas haviam tomado conta do governo de Jango.

Dois dias antes do golpe, o jornalista Carlos Castello Branco, na coluna política de maior credibilidade no país, dizia: “(...) se não ocorrer um milagre, nos próximos dias, se não nas próximas horas, o Sr. João Goulart, ainda que não queira, cobrirá os objetivos que lhe são atribuídos de implantar no país um novo tipo de República...”

Na verdade, o que estava em colapso era o sistema de Jango ante o golpe já em marcha. No dia seguinte, 30 de março informes da CIA, do Rio de Janeiro, já davam conta a Washington dos “planos dos conspiradores revolucionários em Minas Gerais”.

Naquela mesma noite Jango discursa no Salão do Automóvel Clube, na Cinelândia, numa festa para suboficiais e sargentos. Seu amigo e secretário de imprensa, Raul Ryff, e o líder do governo na Câmara, Tancredo Neves, tentaram convencê-lo a não ir à reunião. Ele foi, acompanhado de sete ministros, três militares. Manteve o tom do discurso anterior: “A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria privilegiada que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos”.

Denunciou os que “intrigam o Presidente da República com as Forças Armadas (...) “. E tocou no fio desencapado: “Se os sargentos me perguntassem donde surgiram tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria simplesmente, sargentos brasileiros, que tudo isto vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucro que recentemente regulamentei através de uma lei. É do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional”. A mobilização dos sargentos e dos marinheiros, apoiada pelo governo, era o que mais inquietava os meios militares.

"As forças progressistas deste país podem estar tranqüilas, e especialmente tranqüilas, depois de ouvirem ao longe e assistirem pela televisão esta memorável assembléia. Ninguém mais pode se iludir com um golpe contra o governo, contra o povo."

Em sua casa, em Juiz de Fora, diante da televisão, o general Mourão Filho decidiu sair na frente, deflagrando o golpe que já estava armado. Às cinco da manhã anunciava sua intenção ao deputado Armando Falcão: ia colocar a tropa na rua. Seu plano era percorrer em poucas horas os 150 quilômetros até o Rio de Janeiro e encurralar o Presidente. Falcão era um conspirador de primeira hora, que, reiteradamente, acusava Jango de preparar "um complô contra o regime".

Mais ou menos à mesma hora, o Jornal do Brasil começa a circular com um artigo de Carlos Castello Branco. Título: "Minas desencadeia luta contra Jango". Previa um desfecho no máximo em 72 horas.

O *Correio da Manhã* trazia o editorial na capa com o título: "Basta!". Pedia a saída de Jango. O Presidente soube do levante na manhã do dia 31, mas manteve seu expediente normal no Laranjeiras.

Quando recebeu estas informações em Washington, o secretário de Estado Dean Rusk perguntou se não estariam diante de "uma oportunidade que poderá não vir a se repetir".

Ele faria esta pergunta duas vezes, até obter uma resposta, na noite de 31 de março, quando Mourão já se movimentava. "Meu julgamento é de que esta pode não ser a última oportunidade, mas pode ser a última boa oportunidade para apoiar uma ação contra o grupo de Goulart", respondeu o embaixador Lincoln Gordon.

* * *

Na manhã do dia 31 de março, quando chegou ao Palácio Laranjeiras, o general Assis Brasil foi informado de que havia "um levante na guarnição de Minas Gerais". Ele passou a informação ao Presidente, que indagou: "Você acha que isso é verdade?". O general respondeu: "Acho, porque o general Olympio Mourão Filho e o general Guedes estão conspirando há muito tempo". Jango ficou em seu gabinete e, pela manhã, só saiu para visitar o ministro da Guerra no hospital. Só às três da tarde daquele 31 de março, Jango chamou o general Ladário Telles, que estava de férias, em Friburgo.

A mudança do comando no III Exército já havia sido decidida há dias, mas só agora Jango iria efetivá-la. Colocava o gaúcho Ladário Telles no Rio Grande do Sul e removia Benjamin Galhardo para substituir Castello

Branco, que vinha usando o Estado Maior das Forças Armadas como aparelho da conspiração.

A caminho do palácio para a reunião com o Presidente, o general notou o "movimento desusado" no prédio do Ministério da Guerra: "Dizia-se que no quinto e sexto andares 200 oficiais armados preparavam-se para atacar o QG da 1ª Região Militar e do I Exército no terceiro e segundo andares". Hoje se sabe que eram 60 oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, que ocuparam quatro andares no prédio, para impedir a prisão de Castello Branco, o líder dos conspiradores.

Ladário Telles saiu do gabinete para assumir o comando do III Exército. Um avião presidencial estava à disposição para levá-lo a Porto Alegre. Antes de embarcar, ele tinha que providenciar a prisão de Castello Branco, determinada pelo Presidente. Pela linha hierárquica, cabia ao comandante do I Exército, general Armando de Moraes Âncora, executar a ordem. Ladário, então, transmitiu a ordem do Presidente a Âncora. Ele contou, depois: "Comecei a sentir hesitação no general Âncora. Várias vezes fiz-lhe ver que o tempo passava e o general Castello se retiraria do Ministério sem ser preso. Somente às seis da tarde Âncora chamou Castello. Me pareceu que a prisão seria efetuada..."

Na verdade desde as quatro horas da tarde Castello Branco não estava mais no prédio do Ministério. Saíra em companhia de Ernesto Geisel e estava "escondido num apartamento na Avenida Atlântica". Acreditando que a prisão seria efetuada, Ladário Telles foi para casa arrumar as malas. Eram quase onze horas da noite quando partiu. A bordo, ouviu a declaração de Adhemar de Barros, o governador de São Paulo, aderindo à rebelião. A estas alturas a evolução do golpe dependia da posição do general Amaury Kruel, comandante do II Exército, que controlava São Paulo.

* * *

Em Porto Alegre, o general Benjamin Galhardo recebeu a informação às oito e meia da noite: viria do Rio o general Ladário Telles, para substituí-lo no comando do III Exército. O primeiro a quem passou a informação foi o general Adalberto Pereira dos Santos. Combinaram que Galhardo não passaria o comando a Telles. Mas quando ele desembarcou em Porto Alegre nos primeiros minutos do dia 1º de abril, Galhardo havia mudado de idéia. "Faltou coragem ao general para cumprir seu compromisso", diria Ladário Telles mais tarde.

O general Benjamin Rodrigues Galhardo, que comandava o III Exército, declarava-se legalista. Estava ao lado do Presidente, portanto. Mas não era

alheio à conspiração que se desencadeava para derrubar Goulart. Nada fez, por exemplo, em relação ao general Adalberto Pereira dos Santos, comandante da 6ª Divisão de Infantaria, a principal força, em armas e homens, no âmbito do III Exército, o mais poderoso dos quatro exércitos brasileiros. Adalberto era um dos principais conspiradores e aliciava abertamente os oficiais para o golpe.

O Rio Grande do Sul era de onde se esperava a resistência, como acontecera na Legalidade, três anos antes. Mas agora a situação era outra. A oposição a Jango e Brizola conseguira ganhar a eleição de 1962 e colocar o conservador Ildo Meneghetti, da UDN, no governo do Estado.

Brizola estava em Porto Alegre no dia 31 de março. Só que agora ele era um deputado federal, não podia dar ordens à Brigada Militar nem requisitar emissoras de rádio para mobilizar a população em defesa do governo. Além disso, ao contrário dos seus adversários, que há muito se preparavam para impedir a organização de uma resistência ao golpe no Rio Grande do Sul, os aliados de Brizola estavam completamente despreparados.

"Havia muita fofoca sobre golpe, mas não se dava muito crédito. Tanto que o dia 31 foi de absoluta normalidade na Prefeitura. À noite fizeram uma festa para comemorar meu aniversário", recorda o ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise. Ele ficou sabendo que o golpe estava em marcha quando comemorava seus 36 anos, com todo o secretariado, funcionários graduados da Prefeitura e deputados trabalhistas, como Pedro Simon. Estavam todos num churrasco ao ar livre, no Grêmio Náutico Gaúcho.

Iam começar os discursos, quando alguém sussurrou o recado no ouvido do prefeito: "Há movimentação de tropas em Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro." O prefeito não esperou detalhes, interrompeu a festa: "Recebemos uma informação grave, de que se tenta um golpe contra o Presidente...". Convocou a todos para uma reunião na Prefeitura.

Às dez da noite, a Prefeitura, no centro de Porto Alegre, estava com as luzes todas acesas, tomada de gente. Ninguém sabia o que estava acontecendo. As versões desencontradas iam de um extremo ao outro: o Presidente havia caído, o Presidente havia dado um golpe.

* * *

No Rio, ao meio-dia, as primeiras tropas do governo se moviam para enfrentar Mourão, que apesar do alarde ainda não saíra de Juiz de Fora. Até então, a revolução se resumia a uma saraivada de telefonemas e à movimentação de um pequeno esquadrão de reconhecimento, que avançara algumas dezenas de quilômetros na saída de Juiz de Fora.

Hélio Silva registra que a notícia da rebelião chegou à tarde no QG do III Exército, em Porto Alegre. “Todas as unidades foram postas em prontidão às 16h30min. Foram ocupadas estações de rádio e televisão, requisitaram-se reservas de combustível nas refinarias e distribuidoras”.

Mais ou menos a esta hora, Jango recebia o ex-presidente Juscelino Kubistcheck, no Laranjeiras. Conversaram reservadamente no quarto do Presidente. Juscelino tentou convencê-lo a divulgar um manifesto condenando a indisciplina existente nos escalões inferiores da Marinha e exonerando os ministros considerados comunistas. Sua resposta foi a mesma: não ia abandonar seus amigos. “Não há mais nada que se possa fazer”, declarou JK ao sair. Pouco depois, foi ao hospital visitar o ministro da Guerra e lhe disse que o governo estava acabado. À noite encontrou-se com o embaixador Lincoln Gordon.

Outro interlocutor de Jango naquela tarde de 31 de março foi o general Peri Bevilácqua, chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Bevilácqua bateu na mesma tecla: devia se afastar dos sindicatos. E foi mais longe: aconselhou Jango a nomear para o Ministério da Guerra o general Olympio Mourão Filho, que se havia rebelado em Minas.

Jango, então, consultou o general Âncora, que o aconselhou a deixar o Rio de Janeiro, pois já não poderia garantir sua segurança. A partir daí, nenhum comandante militar quis assumir claramente a responsabilidade pela segurança do Presidente, no Palácio das Laranjeiras. O secretário da Imprensa registrou a frase de Jango, ao deixar o Laranjeiras: “Vamos sair daqui, vamos para Brasília. Este Palácio está se transformando numa armadilha”.

“Sem qualquer esquema de segurança fomos diretamente para o aeroporto Santos Dumont, numa Mercedes chapa fria”, relata Manoel Leães, em suas memórias. Ele e o secretário particular, Eugênio Caillar Ferreira, e um ajudante de ordens, foram as companhias do Presidente naquele vôo. O assessor de Imprensa, Raul Ryff, foi até o aeroporto, mas Jango pediu que ele ficasse no Rio, “para acompanhar as providências que o general Assis Brasil, chefe militar da Presidência, estava tomando”. Decolaram para Brasília no Viscount presidencial. Ryff voltou para o Laranjeiras :”Tínhamos passado a noite em vigília. O governo se dissolvia com incontrolável rapidez. Ao retornar lá, encontrei o general Assis Brasil comunicando-se com o Planalto pelo rádio. O Presidente já estava em Brasília”.

Na hora em que o pessoal da prefeitura de Porto Alegre se deslocava para a festa do prefeito, chegava ao gabinete do general Adalberto Pereira dos Santos, na 6a DI, uma mensagem do general Humberto de Alencar Castello Branco com cinco objetivos da revolução:

1) restaurar a legalidade, 2) restabelecer a federação, 3) eliminar o plano comunista da posse do poder, 4) defender as instituições militares ameaçadas, 5) estabelecer a ordem para o advento das reformas legais.

A esta altura, Castello Branco, um cearense de 63 anos, era o chefe da insurreição.

* * *

No Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, o governador Meneghetti pedia informações ao deputado Abreu Sodré, que estava na Guanabara, quando caiu a ligação. As linhas telefônicas tinham sido cortadas. O governador convocou seus auxiliares para uma reunião. Havia uma notícia alarmante: os sargentos tinham tomado um quartel em Bagé. Ia chegar naquela noite um novo comandante do III Exército, havia uma ordem de prisão contra Castello Branco, enfim, parecia que Jango começava a reagir. A resistência, mais uma vez, seria no Rio Grande do Sul. Desta vez, porém, os conspiradores estavam preparados. Havia um plano para retirar o governador Meneghetti da cidade, para manter o comando da Brigada Militar fora do alcance de Brizola. No dia seguinte, Meneghetti seguiu num fusca para Passo Fundo. Pretendia animar os focos de resistência no interior, em apoio ao general Adalberto Pereira dos Santos.

* * *

Na noite de 31 de março, no III Exército havia um comandante à espera do substituto e os quatro principais generais do dispositivo militar de Jango, no Sul em férias, fora de suas unidades. Dois deles, Crisanto de Figueiredo, do Paraná, e Silvino Castor da Nóbrega, da 5ª Região Militar, não conseguiram retornar às suas bases no dia 31 de março. Crisanto pegou uma carona com o general Ladário, mas o avião não conseguiu pousar em Curitiba e ele acabou desembarcando em Porto Alegre.

Por volta das dez horas da noite, Kruel repete a proposta que Jango ouvia desde a manhã, pedindo ao Presidente que rompesse com a esquerda. Deveria demitir Abelardo Jurema, do Ministério da Justiça e Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil, e colocar a CGT fora da lei. O jornalista Moniz Bandeira reconstituiu, em conversas com Jango e Kruel, a resposta de Jango: “General, eu não abandono meus amigos. Se essas são as suas condições eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente”.

Na verdade, Kruel não tinha mais como segurar o golpe. Já havia até um grupo de oficiais dispostos a seqüestrá-lo se pendesse para o lado do Presidente. Às onze da noite, já estava na rua o manifesto de Kruel, abandonando Goulart.

No dia 1º de abril, o *Correio da Manhã* amanheceu nas bancas do Rio de Janeiro com outra manchete: "Fora". O texto do editorial concluía: "Só há uma coisa a dizer ao senhor Goulart: saia."

* * *

O general Ladário acabou chegando ao Rio Grande do Sul à uma hora e vinte da madrugada, já dia 1º de abril. Foi recebido pelo general Oromar Soares Lima, chefe do Estado Maior, por oficiais e pelo prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise. Foram direto para o QG do III Exército, na rua da Praia. "Fui mal recebido pelo general Benjamin Galhardo, irritado". Depois ficou sabendo que Galhardo combinara com Adalberto Pereira dos Santos não passar o comando.

Adalberto Pereira dos Santos deveria ir para o Rio com Galhardo. Alegou doença de uma irmã, da qual não podia se afastar. No mesmo dia fugiu para Cruz Alta onde aderiu à rebelião. "Foi mais um farsante a deixar cair a máscara", diz o general Ladário. Só às 2h50min passaram-lhe o comando.

Às sete da manhã, procurou Brizola, acompanhado do advogado e vice-prefeito de Porto Alegre Ajadil de Lemos. Pediu a requisição das rádios e tevês, para que pudesse colocá-las a serviço da legalidade, e iniciar a resistência ao golpe. Telles fez a requisição e entregou a Brizola. Com as requisições, mas sem as tropas, Brizola conseguiu transmitir comunicados em algumas rádios, mas nada perto de organizar uma cadeia, como fizera na Legalidade.

Às dez horas, o general Ladário Telles emitiu uma proclamação às unidades sob seu comando e ao povo dos três Estados. Telefonou para o general Poppe Figueiredo comandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria. Figueredo tinha aderido e convidou-o a fazer o mesmo.

Na noite do dia 1º de abril, organizou-se um comício no centro de Porto Alegre em apoio a Goulart, que ia chegar à cidade. Alguns oradores apelam aos sargentos para que prendam os oficiais do Exército e da Brigada Militar. Pedro Simon, então deputado estadual pelo PTB, se espantou com o tom agressivo e arrogante dos discursos, que falavam em "paredón" para os reacionários e se retirou do comício sem discursar. Essas gravações difundidas no meio militar levaram muitos oficiais legalistas a desistir do governo.

* * *

Em Brasília, o Presidente passou rapidamente no Palácio do Planalto e seguiu, num helicóptero, para a Granja do Torto. Lá recebeu o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, Almino Affonso, líder do PTB, Doutel de Andrade e Tancredo Neves, deputados da base governista. Foi redigido um manifesto à Nação, em que Jango denunciava o caráter reacionário e antinacional do golpe, mas só algumas rádios de Brasília transmitiram a gravação com a voz do Presidente.

No dia seguinte, Jango telefonou de Brasília para o ministro da Guerra, ainda no hospital no Rio. O general estava intransigente: ou o Presidente rompia com os comunistas, ou não contava mais com ele. Era meio-dia de 1º de abril. Jango percebeu que seu ministro da Guerra estava do outro lado.

O comando militar de Brasília estava a cargo do general Nicolau Fico. Inicialmente, ele se manifestou leal ao Presidente, mas depois foi mudando de posição. Desconfiado, Jango decidiu sair de Brasília para o Rio Grande do Sul. "Jango achava que em Porto Alegre encontraria, finalmente, condições de resistência e que, no máximo em 48 horas, estaria de volta a Brasília", conta Manoel Leães. "Já não se podia ter certeza de nada, nem de que aquele avião seguiria para Porto Alegre".

De fato, uma pane retardou o vôo por quase três horas. Ante a demora, Manoel Leães fez um comentário: "Olha, o troço tá feio, Presidente". "Que nada, daqui a pouco decola essa porcaria", disse ele. Estavam todos a bordo quando apareceu o general Fico no aeroporto. "Estava com cara de poucos amigos e mal dirigiu a palavra para os auxiliares de Jango, que permaneciam no saguão. Hoje tenho certeza que ele foi lá para prender o Presidente, mas não teve coragem de cumprir sua missão". Depois de quase três horas tiveram que trocar de avião. Passaram para um Avro da FAB, que decolou às dez e meia da noite e pousou em Porto Alegre às três e quinze da madrugada de dois de abril.

Em Brasília, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, já declarara vaga a Presidência da República. E quase na mesma hora em que Jango pousava em Porto Alegre, o deputado Ranieri Mazzini, presidente da Câmara, tomava posse como Presidente. Era inconstitucional, pois Jango ainda estava no país, mas em poucas horas o governo norte-americano reconheceu o novo governo brasileiro.

* * *

Militares com metralhadoras e carros de combate guardavam o aeroporto de Porto Alegre. Na sala de autoridades, esperando pelo Presidente, esta-

vam o ex-governador Leonel Brizola, então deputado federal, o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, o novo comandante do III Exército, Ladário Telles, e o brigadeiro Othelo Ferraz, chefe da Base Aérea.

Sem declarações à imprensa, Jango seguiu às pressas para a residência do general Telles, na rua Cristóvão Colombo, a 10 minutos de carro do aeroporto.

Jango quis ouvir primeiro a avaliação dos chefes das unidades militares do III Exército, que estavam presentes. Nenhum mostrou disposição de resistir ao golpe já em andamento. Apenas o general Ladário Telles afirmou que ainda havia condições de reverter a situação. Brizola era o único que defendia a resistência sem hesitação, inclusive rebatendo os argumentos dos generais. Sugeriu que o Presidente nomeasse Ladário Telles ministro da Guerra e ele, Brizola, ministro da Justiça. Foi inútil o esforço de Brizola.

Jango encerrou a reunião: "Não quero derramar o sangue dos brasileiros para defender meu mandato". Inconformado, Brizola rompeu com ele e chorou. Eram dez horas da manhã do dia dois de abril. Da casa do comandante, Jango foi direto para o aeroporto Salgado Filho, de onde o Avro da FAB, sob o comando do capitão Lott, filho do marechal Henrique Teixeira Lott, decolou às 11h30min rumo a São Borja, sua terra natal.

Viajou acompanhado do chefe da Casa Militar, Assis Brasil, do secretário particular Eugênio Caillar, do tenente-coronel Pinto Guedes, dos ministros Wilson Fadul, Amaury Silva e Osvaldo Lima Filho, e de dois ajudantes de ordens, capitães Juarez Soares da Motta e Ernâni Correa Azambuja. Uma hora e quinze depois, o Avro da FAB aterrisou na pista da fazenda Rancho Grande, em São Borja. Todos os acompanhantes do Presidente retornaram a Brasília no mesmo avião. Ficaram com ele apenas o chefe da Casa Militar e o seu piloto e amigo Manoel Leães.

Maria Thereza e os filhos João Vicente e Denise já estavam na fazenda Rancho Grande. Haviam chegado de madrugada, de Brasília. Na manhã seguinte a primeira ordem de Jango a seu piloto foi: "Maneco, dá um jeito de levar Maria Thereza e as crianças para o Uruguai". Em poucos minutos, com uma bagagem mínima, o Cessna de Jango decolou rumo ao Uruguai com Maria Thereza e os dois filhos.

Pelo mesmo piloto, Jango mandou uma carta, pedindo asilo ao governo uruguaio. Escrita numa folha de caderno escolar e com a data do dia seguinte, 4 de abril, a carta foi entregue ao Presidente uruguaio Daniel Fernandes Crespo, com a intermediação do empresário Leocádio Antunes, representante do Brasil junto à ALALC. Crespo, a quem Jango havia visitado um ano antes como Presidente, garantiu o asilo imediatamente.

O piloto retornou na manhã seguinte e foi encontrar Jango no sítio do Pesqueiro, às margens do rio Uruguai, onde ele gostava de pescar. Às onze e quarenta e cinco, Jango voltou para São Borja, tomou um pequeno avião e foi para um rancho às margens do rio Uruguai. No dia seguinte, percorreu de avião suas outras duas fazendas e seguiu para o exílio no Uruguai. O golpe estava consumado.

O governo havia caído sem resistência. Sete pessoas morreram nas manifestações de rua no Rio de Janeiro e Recife. Em Porto Alegre houve cinco feridos sem gravidade. “Nenhuma força à esquerda do Presidente tomou iniciativa militar relevante durante o dia 31 de março. (...) Salvo os ferroviários da Leopoldina que ocuparam a estação central, bloqueando os trilhos, e o chefe do gabinete Civil, Darcy Ribeiro, que desde o primeiro momento defendia o bombardeio das tropas de Mourão, nenhum personagem ou grupo significativo da esquerda tomou posição de ataque ou lembrou-se de “mandar brasa”, conforme Elio Gaspari.

NOTA: A reconstituição dos fatos neste capítulo foi feita com base em informações contidas nas seguintes obras: “O Brasil de Getúlio a Castello”, de Thomas Skidmore, “As Ilusões Armadas, vol 1”, de Elio Gaspari, “1964: Golpe ou Contragolpe”, de Hélio Silva, “Memórias: A Verdade de um Revolucionário”, de Olympio Mourão Filho, e “Chatô Rei do Brasil”, de Fernando Morais, além dos depoimentos citados no texto e cuja íntegra está em capítulo seguinte.

O EXÍLIO

O EXÍLIO DE JANGO

O político de São Borja, que exerceu seu mandato por apenas 14 meses, no regime presidencialista, e se empenhou para modificar a fisionomia social do país, com justiça e solidariedade, teve um destino incomum entre todos os ocupantes do cargo: foi o único Presidente brasileiro a morrer no exílio. Um destino que relutou em aceitar quando, após o golpe, buscou proteger-se da sanha dos inimigos em fazendas localizadas em São Borja e Itaqui.

Depois de ter saído do Rio de Janeiro e constatado em Brasília e Porto Alegre que não tinha condições de resistir, Jango chegou em sua terra natal e lá viu se desvanecerem todas as possibilidades de resistência. Achou, inclusive, que fuzileiros navais poderiam chegar até ele, aproveitando-se das proximidades do Rio Uruguai.

Diante do espectro do perigo, Jango decidiu antecipar a ida da esposa e dos dois filhos para o Uruguai. Incumbiu seu piloto, Manoel Leães, de buscar em Montevidéu contato com o governo uruguaio para saber como seria recebido. Com a garantia do governo uruguaio de que a Jango seria concedido o estatuto de exilado político, Leães voltou para buscá-lo no interior de São Borja. De fazenda em fazenda, Jango chegou, finalmente, em sua propriedade no município de Itaqui. E foi de lá que seguiu para o exílio na tarde de quatro de abril, no seu avião Cessna, azul e branco, em companhia do piloto Maneco Leães, e do chefe da Casa Militar, general Argemiro de Assis Brasil.

O vôo rumo ao exílio teve um momento de forte tensão. Foi quando Jango ouviu o amigo Manoel Leães receber instruções da torre de controle do Aeroporto de Carrasco, em Montevidéu, o destino combinado, de que o pequeno avião deveria seguir em direção à base aérea da Escola Militar de Pando. Jango imaginou que se tratava de uma cilada para prendê-lo em lugar distante da capital uruguaia. Mas, para a alegria de Manoel Leães, que não obedeceu à ordem de Jango para retornar ao Brasil, nenhum incidente aconteceu.

Jango teve calorosa recepção das mais importantes autoridades uruguaias. Da base militar de Pando, Jango seguiu para a casa do amigo João Alonso Minteguy, no balneário Solymar, que ocupou temporariamente, com Maria Thereza e as crianças. Em breve estaria envolvido com tarefas indispensáveis para normalizar sua vida no Uruguai, onde gozou de grande simpatia popular. E foi um exilado político prestativo e solidário com outros companheiros que tiveram o mesmo destino em razão do golpe militar. E não abandonou, em nenhum momento, seu contato com a vida no campo, embora tivesse escolhido Montevidéu para residir. Após a temporada passada no balneário, hospedou-se no Hotel Columbia e alugou um apartamento, na rua Leyenda Pátria, em Vila Biarritz.

Jango foi proprietário de duas fazendas no Uruguai: "El Rincón", localizada próximo de Pueblo Ansina, no Departamento de Tacuarembó, e "El Milagro", situada em Maldonado, nas proximidades de Punta Del Este. Na fazenda em Tacuarembó construiria a primeira represa no Uruguai, destinada à plantação de arroz. Com a ajuda do amigo Percy Penalvo, um dos seus auxiliares de maior confiança, Jango ampliou rapidamente o volume dos negócios rurais, e cultivou um estilo de vida da mais rigorosa simplicidade. Participava das tarefas campeiras, dividia as refeições com os empregados e recebia um grande número de compatriotas.

A produção de arroz originária dos 300 hectares da fazenda de Tacuarembó logo teve aproveitamento industrial: o moinho que instalou na fazenda "El Milagro", em Maldonado. Ali também instalou um frigorífico, que abastecia um açougue de sua propriedade, o San Fernando. Embora freqüentasse o cassino de Punta Del Este, em companhia dos amigos, era nas fazendas que Jango se sentia mais à vontade, sorvendo o tradicional chimarrão, bebendo generosas doses de uísque e se deliciando com comidas caseiras e churrasco gordo.

Em suas memórias, organizadas pelo jornalista Kenny Braga, e publicadas em livro, Manoel Leães afirmou: "Ele sempre foi muito paparicado no exílio; os uruguaios gostavam sinceramente dele e, em diversas oportunidades, manifestaram esse carinho, através de palmas, em locais que reuniam um grande número de pessoas." Embora Jango sempre evitasse declarações políticas, estava informado do que ocorria no Brasil através dos relato dos correligionários que o visitavam, ou das leituras dos jornais.

Mas, apesar do carinho dos uruguaios, da presença constante dos familiares e amigos, Jango se tornava melancólico quando pensava na sua condição de exilado. Ainda mais que Jango era um homem tímido, que não extravasava seus sentimentos. O comportamento de Jango provocava uma frase bem humorada da esposa, Maria Thereza: "Lá vai o meu Buda com seus pensamentos indecifráveis."

Jango também se preocupava com os problemas do seu coração, que começaram a se agravar no Uruguai, onde, ao menos nos primeiros anos de exílio, não colaborava para diminuí-los. Só em 1971, Jango cercou-se de maiores cuidados para diminuir o ritmo de progressão da doença. Aconselhado por médicos uruguaios e brasileiros, viajou para a Europa, internando-se em uma clínica em Lyon, na França, especializada em doenças cardíacas.

Jango reunia o útil ao agradável nas circunstâncias: faria exames mais acurados e se afastaria do Uruguai no momento em que o país respirava eleições, nas quais não queria interferir com atitudes ou declarações.

Fez essa primeira viagem ao Exterior, depois de ter procurado exílio no Uruguai, com o passaporte brasileiro que o governo do general Arthur da Costa e Silva lhe havia concedido. Quando tentou, mais tarde, revalidar o passaporte durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, teve sua pretensão negada. Passou, então, a utilizar um passaporte paraguaio, oferecido pelo presidente Alfredo Stroessner, seu amigo de muitos anos.

Em Lyon, Jango descobriu que suas coronárias exigiam maior atenção e ouviu a recomendação de que deveria perder peso, fumar menos e só raramente ingerir bebidas alcoólicas. Desde então, todos os anos ele viajava a Lyon para fazer revisões médicas.

Antes dos anos 70, Jango não participou ostensivamente da política. Esse comportamento só teve um desvio em setembro de 1967, quando o Presidente exilado concordou em receber Carlos Lacerda para conversações políticas. Contra a vontade de muitos amigos e do cunhado Leonel Brizola, Jango entendeu que a Frente Ampla, articulada por Lacerda e Juscelino, poderia ser um instrumento político eficiente para abreviar a duração do regime militar que se instalara no Brasil.

Em um domingo, no final da tarde, quando os uruguaios acompanhavam o resultado do clássico entre Nacional e Penharol, Jango recebeu Lacerda em seu apartamento na Villa Biarritz, em companhia dos amigos e colaboradores, Amaury Silva, Ivo Magalhães e Cláudio Braga. Lacerda viajara para o Uruguai acompanhado do deputado federal Renato Archer e do jornalista Carlos Leonam, que estava a serviço do *Jornal do Brasil*.

Do encontro, resultou um documento assinado por Lacerda, Juscelino e Jango, no qual condenavam a repressão aos trabalhadores, as eleições indiretas e a falta de liberdades públicas e individuais. Leonel Brizola divulgou um documento reprovando a Frente Ampla, em razão, principalmente, da participação de Lacerda. Jango demonstrava, mais uma vez, sua natureza conciliadora e uma inclinação para perdoar agravos sofridos por adversários no passado. Apesar de todas as amarguras e frustrações impostas pelo exílio, Jango não modificou sua natureza. E, por isso, jamais se ouviu uma palavra sequer proferida por ele, que prejudicasse a imagem do Brasil e servisse para dificultar as suas relações com os governantes uruguaios.

Os anos 70, porém, não consolidaram a paz que João Goulart gostaria de ter no exílio. No primeiro semestre de 1973, um golpe militar, desfechado em conluio com o presidente Juan Maria Bordaberry, extinguiu a democracia uruguaia. Estava começando uma fase de pesadelo para os democratas de alguns dos países do Cone Sul, com mortes, atentados, torturas e espancamentos de líderes que se opunham aos regimes militares. Sorte de Jango que, ao mesmo

tempo em que sentia apertar o cerco da ditadura uruguaia, com ameaças e escutas telefônicas, via no outro lado do Rio da Prata os argentinos saudarem o retorno de Juan Domingo Perón, que se elegeu Presidente em 1973. Assim, ele viu a possibilidade de uma vida normal na Argentina, onde seria acolhido e protegido pelo amigo Perón.

O encontro com Lacerda, asperamente criticado por Leonel Brizola e desaconselhado por amigos fiéis, como Manoel Leães, fora o ato político mais ostensivo de João Goulart no exílio. O homem pacífico e conciliador, o homem tolerante e pacato, não mudou o seu comportamento. Apesar de suas amarguras, de suas frustrações, jamais quis fazer pronunciamentos no Uruguai, evitando qualquer possibilidade de abalo à imagem do Brasil no Exterior, ou que tornasse mais difícil a sua permanência como exilado em Montevidéu, Maldonado e Tacuarembó, onde passou a maior parte do tempo, pelo menos até o primeiro semestre de 1973, quando, o presidente Juan Maria Bordaberry, em conluio com chefes militares, desfechou um golpe contra as instituições democráticas daquele país. Desde aquele momento, a vida de Jango se transformou numa tensão permanente, porque o Uruguai havia seguido o caminho do Brasil e optado por um regime ditatorial, que perseguia políticos democratas e iniciava um processo de dizimação dos partidos e grupos de esquerda. Sorte de Jango é que a extinção da democracia no Uruguai coincidiu mais ou menos com a volta de Juan Domingo Perón à Argentina.

Sob as rédeas do peronismo, a Argentina estaria de portas abertas para receber Jango e outros políticos que estivessem sendo perseguidos pelos regimes ditatoriais na América Latina. E, realmente, Jango seguiu para o país vizinho, onde se sentia mais protegido do que no Uruguai. Mas, em 1976, com a deposição de Maria Isabelita Perón, os militares argentinos, liderados pelo general Jorge Rafael Videla, também acabaram com as instituições democráticas do país. E Buenos Aires se tornou um lugar extremamente perigoso para exilados, em virtude de atentados e seqüestros, desfechados por comandos a serviço das ditaduras que assolavam o Uruguai, o Chile, o Brasil e, naturalmente, a Argentina.

O ano de 1976, que terminaria com a morte de João Goulart, em sua fazenda La Villa, em Mercedes, na Argentina, foi particularmente doloroso para ele e para todos os democratas, preocupados com a selvageria dos agentes dos governos totalitários. Em março, o músico brasileiro Francisco Tenório Júnior, que acompanhava Toquinho e Vinicius de Moraes ao piano numa temporada de shows em Buenos Aires, foi seqüestrado e assassinado. Era, no entanto, apolítico, e por isso, deve ter sido confundido com outra pessoa procurada pelos agentes da ditadura. E, no começo de junho, o ex-presidente da Bolívia, Juan José Torres, também foi assassinado em Buenos Aires.

Era um quadro de horror, que tivera como episódio mais revoltante os seqüestros e mortes dos políticos uruguaios, de oposição à ditadura, Zelmar Michelini e Hector Gutierrez Ruiz, ocorridos na capital da Argentina. Michelini era grande amigo de Jango, com quem se encontrava no Uruguai e no Hotel Liberty, em Buenos Aires, onde se hospedava e acabaria sendo seqüestrado.

A morte de Torres foi o que faltava para Jango aceitar a idéia de morar em Paris. Mas isto não foi possível, porque veio a falecer em dezembro de 1976. Em setembro, ele estava na Europa. Foi conferir a situação de suas coronárias, em Lyon, na França, e visitar os filhos João Vicente e Denise, que estavam residindo em Londres. E com um motivo especialíssimo para a viagem: conhecer o neto, filho de João Vicente, que havia nascido recentemente. Em seus dias de visita a Paris, Jango teve a companhia do jornalista Jorge Otero, seu amigo, com quem freqüentou restaurantes. E ainda teve a alegria de reencontrar seu ex-ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Depois de visitar Londres, Jango retornou para Buenos Aires e a seguir Montevidéu.

Comentando a viagem, em carta endereçada ao amigo Cláudio Braga, Jango disse que os resultados dos exames haviam sido bem razoáveis, principalmente porque "nunca me sujeitei a prescrições e regimes". Em conversa com Jorge Otero, no Hotel Claridge, em Paris, o ex-Presidente contou que a recomendação dos médicos fora para que ele diminuísse o peso e evitasse o fumo e o álcool. A conversa que teriam alguns dias depois no Hotel Columbia, em Montevidéu, seria a última.

Na manhã do dia seis de dezembro de 1976, Otero soube, por intermédio de um aviso por telefone, dado por Percy Penalvo, que Jango havia morrido, vítima de um enfarte, em sua fazenda na Argentina. Ele chorou e foi escrever um artigo emocionado a respeito do amigo. Milhares de brasileiros choraram, principalmente os gaúchos da região de São Borja, que assistiram ao velório na igreja de São Francisco de Borja e ao enterro no cemitério municipal.

Jango morreu dormindo, ao lado da esposa Maria Thereza. O corpo só foi autorizado a entrar no Brasil, para ser sepultado em sua cidade natal, após diversos contatos com autoridades do governo brasileiro, sob a chefia do general Ernesto Geisel. Voltou dentro de um caixão, no momento em que se faziam intensos contatos para que fosse permitido seu retorno ao Brasil, onde queria retomar a vida de fazendeiro e se afastar das questões políticas do país. A bandeira da anistia, levada pela filha Denise, cobria o caixão de Jango no translado do corpo para o cemitério. E centenas de peões de estância, a quem Jango tratava como irmãos, se misturavam ao cortejo fúnebre, chorando como se tivessem ficado desamparados.

DEPOIMENTOS

DEOCLÉCIO BARROS MOTTA*

Tinha sete anos quando comecei a me juntar com o Ivan e com o Jango, e fiquei com eles até a hora de morrerem. A fazenda Rancho Grande era a rapariga dos olhos do Jango, a maior de todas e a melhor. Tinha oito mil e poucos hectares, o melhor campo do mundo. Era melhor em tudo, só a casa que não era de luxo, até porque o Jango não era de luxo. Fica pro lado de quem vai para Itacorubi, esse novo município que criaram, era um distrito de São Borja.

A Granja São Vicente era mais conhecida porque ficava dentro da cidade, mas tinha meia dúzia de gado. O Jango passava ali mas logo se mandava para Rancho Grande. Tinha uma outra bem pequenininha, que o Jango sempre visitava, Palermo, era de difícil acesso, estrada ruim, ele ia num aviãozinho e ficava por lá, na beira do rio Uruguai. Inclusive, no dia em que foi embora do Brasil ele deu uma passada por lá. Nesse dia, o Jango mandou me chamar e pediu para eu desse uma controlada nas suas fazendas. Ele fazia os cálculos pequenos pra voltar.

Depois de lá, ele saiu, custou muito pra sair porque ele não queria deixar essas terras nem atado. Ele amava esse Brasil como ninguém, e não se sentia culpado de nada, não tinha motivo pra ir embora, pra se exilar, nem nada.

De lá da Santa Luíza, tinha um avião cargueiro da Varig à disposição dele, Depois saiu e ainda chegou em Palermo, também chamado de Pesqueiro, na costa do rio Uruguai. Depois ele foi à Cinamomo, uma fazenda que ele tinha em Itaqui, e eram fazendas que tinham pistas porque ele sempre teve avião particular, e de lá, sim, ele foi embora pro Uruguai encontrar a família que já estava lá. A Maria Thereza e as crianças já tinham ido com o Maneco. O piloto foi antes, falar com o Presidente uruguaio pra ver se dava para o Jango ficar lá. O Jango estava com receio, não queria arranjar complicações com os uruguaios.

O Jango ainda não tinha campos no Uruguai, ele foi para casa de um amigo, agora não me lembro o nome, que ficava na praia de Piriápolis me parece, ou num daqueles lugares ali.

O Jango, já como exilado político, me pediu para administrar oficialmente as fazendas dele. Tava lá o que era procurador dele, o Aírton Ayub. E Jango me disse: “Coronel, precisamos de ti, tu és um homem campeiro, vou te dar uma procuração, pra assinar guias, vender, comprar.” Então, passei a cuidar das estâncias, ia lá no exílio seguido.

** Conhecido como Tio Bijuja, 81 anos, natural de São Borja. Depoimento a João Souza e Cleber Dioni, em janeiro de 2004*

O lado da vida particular dele eu acompanhei, mas o lado político eu não sabia nada. Quando tinha gente lá nas fazendas, ele ia tratar dos negócios e, depois de um certo tempo, dizia para as visitas: “Olha, vocês fiquem conversando aí, tomando mate, que eu vou sair para conversar com o coronel, porque o coronel não é político, nós vamos dar nossas bolichadas.”

As fazendas que ele teve aqui pro Sul, se não me esqueço de alguma, eram as seguintes: Rancho Grande, Santa Luíza, Cinamomo, Granja, Palermo. Na Argentina ele tinha La Periá, La Sussi, La Villa. Eu passei a administrar todas, desde julho de 64. Tinha algumas coisas que eu comprava e ele não gostava, por exemplo, de gado charolês. Eu disse que ia comprar um touro charolês, e ele me disse: “Me desculpe coronel, mas eu não gosto de gado charolês. Os campos lá do Rancho Grande servem para criar qualquer bicho, mas esses charolês são muito exigentes, comem muito.” Eu dizia: “Bueno, então não vamos criar”. Mas eu criava igual, era pro bem dele.

O pai do Jango era um homem muito rico, mas a herança não chegava nem perto do que o Jango tinha. O Vicente deixou 17 quadras de campo pra cada filho quando faleceu. Eram sete filhos. Uma vez ele disse: “Janguinho, vem cá, vamos fazer uma coisa. Parece que tu vai prestar, trabalhador que tu é. Vou te dar uma mão pra ti começar a trabalhar por conta. Vou garantir um dinheiro, mas vou depositar no banco, não posso te dar dinheiro porque senão teria que dar para os outros também e vocês são sete.

O Banco do Comércio avalizou não sei quantos contos e o Jango pegou e comprou tudo em bois. O pai dele disse: “E não vou te dar mais campos porque iria ter de dar para os outros. Então tu vai te arranjar, arrenda um campo bom, paga mais, mas que seja bom, não arrenda porcaria.” Aí, ele arrendou uma fazenda lá em Itacorubi, o dono do campo era Viriato Vargas Andrade. Ali deu o tiro, já ganhou um saco de dinheiro, e dali por diante arranjou não sei quantos bois. E foi. Tinha muito crédito porque era um homem cumpridor.

São Borja era tudo pra ele. Ficava triste quando eu ia lá na fazenda, no exílio, e no outro dia já me preparava pra ir embora. Ele dizia: “Tu gosta dessa vida porque tu vem e vai a hora que tu quer, e eu tenho que ficar aqui, obrigado”. E às vezes ele contava na mão, e sobrava dedo, os amigos mesmo dele que iam visitar no exílio. Muita gente ia só pra pedir, favores, cria de cavalo. Quando era empréstimo muito grande, ele me mandava um bilhete escrito: “Coronel Bijuja, peço que resolva o problema do fulano dentro das nossas possibilidades”. Aquilo, era pra eu não dar o empréstimo. Ele não podia resolver o problema de todos.

Mas tinha um grande coração. Uma vez ele me chamou e disse que tinha um problema pessoal com o Brizola, mas que não era pra eu deixar de ir lá visitar o Brizola e a irmã dele, a Neuza: “Senão, eles vão ficar sentidos contigo e comigo também. Vão achar que eu não deixo tu ir lá ver eles.”

Durante o exílio, o Jango nunca foi de noite em São Borja. Isso que dizem é invenção. Ele passava perto com o avião, mas nunca chegou a descer lá, depois vinha contar que tinha dado um aperto no peito, era muita saudade.

O pessoal admirava a nossa intimidade, mas porque nós andávamos juntos desde criança, né, sempre juntos. Eu chegava lá na fazenda, no Uruguai, e dizia: “Olha, eu não sou pobre pra andar comendo ovelha velha, bichada no casco”. E os peões olhavam pro Jango, que dizia: “É o coronel que está mandando aí. Vocês se arrumem com ele, e vamos carnear. O que adianta ter esse mundo de bicho pra andar comendo ovelha velha, bichada no casco?”. E aí já preparavam um churrasco de primeira pra nós.

ALMINO AFFONSO*

É sabido que Jango, quando ministro do Trabalho do último governo Vargas, logrou a concessão de uma revisão do salário mínimo da ordem de 100 %, criando um impacto muito grande no meio do empresariado. Ademais, na época, se acusava o jovem ministro do Trabalho de vinculações com Perón, com pretensões de instaurar aqui uma república sindicalista.

Então, o nome de Jango já vinha com vetos por parte de certos setores mais conservadores da vida política brasileira, de longa data. Mas esta seria uma análise parcial. Porque eu estou convencido de que outro veto, maior, incidia sobre ele, cujas raízes explicativas estariam na própria resistência a Vargas.

Enfim, era o velho udenismo que se mantinha com uma dupla cara: a defesa das liberdades democráticas e sua extraordinária capacidade conspirativa. Se quisermos alcançar uma síntese através de nomes, teremos Adauto Lúcio Cardoso e Pedro Aleixo de um lado e, de outro, Carlos Lacerda. Esse entrelaçamento de oposições da UDN frente ao getulismo é conhecido. E o Jango herda esse tipo de resistência.

**Ministro do Trabalho do governo João Goulart*

ANTÔNIO ÁVILA DA SILVA*

Conheci o bacharel João Goulart, novo, solteiro. Eu era funcionário da Polícia Civil, onde fiquei nove anos.

Eu não tive intimidade com o Dr. Getúlio, eu era muito moço. Mas eu estive lá na fazenda, acompanhando o Jango. Lembro que o Dr. Getúlio estava lá, abandonado, sozinho, sem camisa, fumando um charuto. Se queixava muito.

O Jango dizia que eu deveria entrar na política, mas eu não queria. E ele falava que agora iria entrar na política porque estava revoltado com o que estavam fazendo com o Dr. Getúlio Vargas.

Fui trabalhar com o Jango quando ele já era presidente municipal do PTB de São Borja, se tornando, depois, presidente do diretório estadual e, mais tarde, do diretório nacional.

O governo João Goulart fez um dos governos mais puros que eu assisti. O problema é que o João Goulart não foi julgado pela Nação. Ele foi um político que, pra ser Presidente da República, passou por três eleições. Foi o homem que teve mais votos no Brasil, na minha geração, mais do que o Dr. Getúlio e o Dr. Juscelino.

O Jango era um homem muito generoso. Ajudava aqueles exilados todos. Um dia, me revoltei com a sua narrativa já triste. Sem ter cometido crime algum, teve que viver fora do país, sem processo administrativo ou coisa parecida, teve simplesmente que viver fora do país por causa de uma quartelada. Em uma noite, lá na fazenda em Maldonado, eu disse para ele: “Olha, Presidente, eu voltarei a trabalhar a sua volta para o Brasil, pacificamente. Eu vou falar com a cúpula política”. Ele quase brigou comigo, me proibiu. Dizia: “Eu não quero entrar pela porta dos fundos, só entro pela frente”. Ele estava louco para voltar, mas tinha aquela dignidade. Aí, reservadamente, fui conversar com o coronel Walter Peracchi Barcellos e disse que nós precisávamos resgatar a História e trazer o Dr. João Goulart para o Brasil, porque ele estava muito angustiado e tinha que fazer tratamento médico para o coração. O coronel foi resistente, mas começou a fazer ligações. Aí, começamos as tratativas e, depois de conversas com coronéis e generais, ficou acertado que Jango iria voltar em outubro de 76. As tratativas chegaram ao Golbery do Couto e Silva, o poderoso, quem mandava. Ele e o general Geisel já estavam de acordo com a volta do Jango. Foram várias reuniões, me encontrava com o Peracchi em

---

** Funcionário do Ministério da Agricultura no governo Jango. Depoimento a Cleber Dioni em janeiro de 2004*

Curitiba, em Porto Alegre. O Jango me ligava e perguntava: “E aí, os teus coronéis como é que estão? E a minha situação?”.

Se passou mais de um ano de tratativas. O general Geisel estava de acordo. O general Figueiredo foi corretíssimo, pouca gente sabe que o general Figueiredo gostava muito do Dr. João Goulart. Um dia, o então coronel Figueiredo foi no apartamento do Jango, no Rio, e disse: “Olha, Presidente, vim hoje aqui te dizer que vou ser obrigado a entrar na conspitração, porque estou ficando sem saída, e o senhor não resolve as coisas”. O Jango acompanhou ele até a porta e bateu em suas costas e disse: “Coronel, uma boa conspiração para o amigo. Agradeço sua lealdade, mas vou cair com os meus amigos, não vou modificar nada, não vou tirar ninguém, nem desmentir coisa alguma”. Havia pressões para tirar um pessoal da esquerda. O Jango era um homem pacificador, mas profundo nas suas reformas de base. Por isso, o Dr. Jango caiu. Não caiu por meia dúzia de greves, mas porque estava fazendo as reformas de base. A classe média estava muito assustada, foi muito bem trabalhada.

Mas eu quero dizer, por uma questão de justiça, é que os militares foram muito melhores que muitos companheiros nossos, que preferiam que o Dr. Jango ficasse no exílio.

Alguns dizem que ele foi frouxo, mole. Outros dizem que ele não tinha cultura. Ao contrário, o Dr. Jango era um homem que lia muito, inteligente, competente, de muita coragem cívica. Ele foi julgado covarde por se afastar do país para evitar o derramamento de sangue.

No exílio, ele nunca conspirou contra os militares. Ele foi procurado pelo pessoal do Fidel para fazer a guerrilha urbana. Queriam dar dinheiro, mas ele dizia: “Como eu vou aceitar isso? Não quero, eu só retorno ao meu país pela porta da frente, democraticamente. O meu dever, o meu direito é de ficar quieto, um dia a História me julga”.

Como pessoa humana, socialista do tempo antigo, generoso com o povo, o Brasil não teve nem vai ter um Presidente como o Dr. João Goulart.

ABELARDO JUREMA*

As dificuldades do Presidente cresciam a cada mês, no campo político, com reflexos intensos na própria administração e, especialmente, no programa reformista que considerava prioritário. Sem contar com o apoio franco e aberto do PDS, que se mostrava cada vez mais arredio, por força das incompatibilidades criadas pelas lideranças esquerdistas do PTB, João Goulart, apesar de muito mais atento à realidade política, passava, em muitas oportunidades, a distanciar-se do seu amigo e companheiro do passado, senador Juscelino Kubitschek. Muitas vezes discorri com ele a respeito de JK e, sempre que podia, promovia encontros entre os dois, dos quais sempre surgiam comentários, desnorteando os ortodoxos petebistas ou impressionando a frente oposicionista. A velha tecla revisionista era batida em todas as horas, mas estes encontros, se resultados mais concretos não apresentassem com relação à consolidação da candidatura Kubitschek, pelo menos protelavam uma ruptura que seria fatal à sobrevivência dos dois partidos, que Vargas criara com o seu gênio político, antecipando-se ao desenvolvimento industrial brasileiro.

** Ministro da Justiça no governo João Goulart*

CARLOS CASTELLO BRANCO*

O Sr. João Goulart nunca teve no governo uma situação militar incontrastável. Embora tivesse atraído para os postos de chefia das Forças Armadas oficiais generais que seriam normalmente hostis a sua política, jamais reduziu o núcleo de conspiração que se implantou no Exército desde o dia em que o esquema montado pelo general Odílio Denys veio abaixo para que o Sr. João Goulart subisse ao poder. O general Osvaldo Cordeiro de Farias terá sido o primeiro articulador ativo dos descontentes e, embora sem posto de comando, manipulou o primeiro núcleo do movimento que iria, dois anos e meio após, depor o Presidente da República.

Na verdade, seu trabalho inicial não foi difícil: a ascensão do Sr. João Goulart desbaratara um poderoso dispositivo de comandos militares longamente montado e homogeneizado pelo general Denys, em que pese a aparência de composição resultante da emenda parlamentarista e da entrega da chefia do Exército a um homem de prestígio profissional como o general Segadas Viana.

Na medida em que o Sr. João Goulart assumia o controle e ousava introduzir elementos de sua confiança pessoal nos diversos comandos, a faixa conspiratória crescia, pois cada ministro da Guerra que derrubava, cada comandante do Exército que retirava do posto ou que ameaçava substituir, caía na faixa de trabalho do general Cordeiro de Farias. Foi assim com o general Nelson de Melo, foi assim com o general Costa e Silva, foi assim com o general Kruel, foi assim com o general Peri Bevilácqua.

Embora não ingressassem todos na conspiração, tornavam-se sensíveis ao movimento de alerta e contenção do Presidente da República, que quebrou o pacto de conciliação mediante furiosa investida dos sindicatos e das associações de sargentos contra o sistema parlamentarista de governo.

---

* *Jornalista, em Os Fatos de Março*

CIBILIS VIANA*

"Este homem é deste planeta?" Foi o comentário conclusivo de Glauber Rocha, depois de longa e exaustiva entrevista com o ex-presidente João Goulart. Jango causou-lhe profunda impressão devido ao seu acendrado sentimento humanista, ao grande amor por seu povo e ao seu país. Jango não fazia distinção entre as pessoas – homem ou mulher, branco ou negro, operário ou patrão, pobre ou rico. Aceitava-as com grande dose de tolerância. Sua aspiração maior era a de que todos os brasileiros desfrutassem de uma vida de paz e trabalho, vivessem em harmonia, sem ressentimentos, sem preconceitos e sem ódios. Todos, entre si, tolerantes e solidários. Assim compreendia a vida, porque amava seu povo e tinha imenso apego ao seu país.

Glauber chegara a essa conclusão não pelas palavras que, muitas vezes, antes de expressar, dissimulam os sentimentos; mas, sim, pelo que Jango deixava transparecer, pela expressão facial, pelo olhar, pela forma sincera com que expressava seu pensamento, enfim, pela força interior que emanava de todo o seu ser. Como Presidente, chegou à conclusão de que o país precisava de reformas. Getúlio havia lançado as bases para o desenvolvimento; Juscelino tinha posto em execução um ambicioso plano de metas; mas as desigualdades sociais se acentuavam, porque a renda nacional tendia a concentrar-se nas mãos de poucos, aumentava o número dos sem-terra e o êxodo do campo provocava o inchaço das cidades. Queria obtê-las, porém, pelo consenso, nunca pela imposição.

Conseguiu aprovar algumas reformas no Congresso, como as do abastecimento (lei de intervenção no domínio econômico, criação da SUNAB, Cibrazem, COBAL, SUPRA e lei dos preços mínimos); do sistema nacional de comunicação; da proteção ao trabalhador rural; lei anti-truste; e a disciplinação da remessa de lucros para o Exterior. Encontrou histérica resistência ao projeto de reforma agrária e ao da reforma urbana, suas principais preocupações.

Foi sua insistência em promover a reforma agrária que motivou o golpe de 1964, depondo-o e obrigando-o a asilar-se no Uruguai. Lá, Jango permaneceu 12 anos. Nunca se conformou por ser obrigado a viver longe de seu país, afastado do convívio do seu povo. Só quem viveu no exílio – brasileiro, principalmente – pode avaliar a tristeza profunda que atinge as pessoas. É uma dor permanente que não cede um só instante, mesmo nos momentos de maior

---

** Professor. Foi chefe da assessoria econômica de João Goulart e secretário de Governo nas duas administrações de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.*

descontração, qualquer que seja a situação em que esteja vivendo o exilado – no trabalho, entre familiares, durante as refeições, num encontro social.

Essa dor não localizável não o abandona, sequer no sono. Mais do que ninguém, Jango padecia desse sofrimento. Nem nos momentos em que demonstrava contentamento no convívio familiar ou quando realizava um bom negócio, no que era inexcedível, sua fisionomia deixava de revelar a dor profunda que não o abandonava. Jango não conseguia compreender porque a intolerância, porque o ódio, se ele nunca discriminou, nunca perseguiu, manteve ressentimentos, muito menos cultivou o ódio. Como era de prever, a dor do exílio afetou sua saúde, justamente no órgão por ela atingido, o coração.

Nos últimos dias de vida estava decidido a retornar ao Brasil. Não queria adoecer ou morrer longe da Pátria, da terra que tanto amou. Fizeram-se gestões, invocaram seu estado de saúde, tudo em vão. A ditadura alimentava-se da intolerância e do ódio, sem os quais perderia sua principal razão de sobrevivência. Apesar de tudo, Jango estava decidido. Voltaria ao Brasil, quaisquer que fossem as conseqüências.

Chegaria de surpresa à sua fazenda, em São Borja, e aguardaria as conseqüências. Por certo, seria preso. Tentariam expulsá-lo do território nacional. Preparando-se para o retorno, deslocou-se para uma fazenda de sua propriedade na Argentina, na fronteira com o Brasil, a não muitos quilômetros de São Borja. E o fez, como sempre, acompanhado de sua inseparável esposa, Maria Thereza. Lá chegou na entrada da noite do 5 de dezembro de 1976, véspera de sua morte. Jantou com Maria Thereza, conversaram sobre generalidades, não disse a ela que se preparava para atravessar a fronteira. Como missioneiro, sabia como ninguém, manter reserva quando necessário.

Mais do que nunca seus planos exigiam silêncio absoluto. Mas suas intenções eram evidentes. No dia anterior fechara um negócio de alguns milhares de dólares, dinheiro com que se abasteceria no país. Se vazasse qualquer indício perceptível ao governo brasileiro, a fronteira seria militarmente fechada, o Rio Uruguai inteiramente patrulhado, e sua fazenda sitiada. À noite soprava um vento forte, sacudindo toda a casa. Jango já dormia, quando Maria Theresa o acordou, pedindo-lhe que fechasse um janelão na cozinha que não parava de bater.

Depois recolheu-se, voltou a dormir, não mais se levantando. Maria Thereza encontrou-o, a seu lado, na cama, já sem vida. Jango morreu no exílio, abatido pela profunda tristeza de viver longe da Pátria. Inúmeros foram os brasileiros penalizados pelo exílio. Muitos morreram no Exterior. Entre os presidentes brasileiros, Jango foi o único que morreu longe da Pátria, dizimado pela dor da saudade, por uma imensa tristeza. Amigos e correligionários contataram

a Polícia Federal para permitir a entrada do corpo em território brasileiro, para ser enterrado no jazigo da família, em São Borja.

O coronel-chefe da PF no Rio Grande do Sul, autorizado por seu superior hierárquico, general-diretor-geral da PF no país, consentiu no translado. Mas a intolerância e ódio ainda predominavam no ambiente militar. O coronel foi duramente interpelado pelo general-comandante do III Exército por não o ter consultado, sendo obrigado a demitir-se da chefia da PF. Não houve a revogação da medida, mas o comandante do III Exército só permitiu a entrada do veículo transportando o corpo do ex-Presidente em velocidade acelerada, até o cemitério de São Borja, sem acompanhamento, onde o aguardavam seus amigos. Jango realizou seu maior desejo – retornar à sua Pátria, mesmo que o fosse depois de morto.

DARCY RIBEIRO*

Os inocentes costumam caracterizar Getúlio e Jango como populistas, conceito correspondente aos que fazem carreiras demagógicas, tudo prometendo ao povo para, montados no poder, servir às classes dominantes. É o caso, no Brasil, de Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Jamais o de Getúlio e o de Jango, ambos desapeados do poder pelos setores mais reacionários, precisamente porque não eram populistas, mas temidos por sua postura oposta. Tinham pavor do pendor reformista de ambos, que ameaçavam comprometer a velha estrutura oligárquica do poder, assentada no latifúndio e na submissão a interesses estrangeiros.

Outra conceituação do trabalhismo reformista de Getúlio e de Jango como populista vem dos comunistas. Estes, não reconhecendo como via revolucionária senão a soviética, da propriedade estatal e da ditadura partidária, negam qualquer virtude ao reformismo, que procura fazer o que é praticável aqui e agora para os assalariados. Especialmente o reformismo getulista e janguista, que ganha imenso apoio das massas na mesma medida em que estas repelem a tutela política comunista.

É de assinalar que os comunistas, inviabilizados pela legislação, que lhes cortou a legalidade, mas principalmente pela sua linha política, viviam e atuavam debaixo da sombra do trabalhismo. Mas sempre o rejeitando como populismo inconseqüente.

---

* *Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil no governo Goulart*

HÉLIO SILVA *

Meu depoimento sobre Jango Goulart é feito na qualidade de pesquisador, já que acompanhei toda sua trajetória política e guardei documentos desta época que me valeram um livro, *1964 – Golpe ou Contragolpe*, e também do convívio pessoal. Depois de publicar este livro, cujos originais foram enviados a Jango, que os examinou e aprovou, mesmo nas partes em que o livro não lhe é favorável, eu fui convidado por ele e estive em Buenos Aires durante uma semana, quando mantivemos um contato diário, freqüente.

Nesta ocasião, pude ouvir o homem que tinha deixado a Presidência da República, e encontrei, como sempre, um homem bom, sem rancor, homem generoso, com acendrado amor pelo seu país. O grande desejo de Jango era voltar para o Brasil e aqui viver, afastado da política. A experiência política deve ter-lhe sido muito penosa. Referindo-se a seus filhos, que estavam ao lado dele, ele teve uma expressão que não esquecerei: "Hélio, eu perdi a Presidência da República, mas ganhei meus filhos, pois se tivesse continuado envolvido pela política, talvez não poderia ter dado a meus filhos a assistência que dou agora e que faz com que eles sejam os meus melhores amigos".

O empenho dele em voltar para o Brasil era principalmente pelos filhos, que queria criados como brasileiros. Isto não foi possível – e ele levou esta mágoa. É por isto que, com a autoridade de um velho médico, um homem que exerceu a medicina durante 50 anos, eu afirmo: esta depressão, esta mágoa, é uma causa determinante da enfermidade que o matou. A gente morre de pesar. Se Jango tivesse voltado para o Brasil, talvez o tratamento a que se submetia tivesse dado um resultado melhor.

Encontrei um Jango atualizado com os problemas do Brasil, interessado em tudo que se referia a sua pátria. Recebia brasileiros e era muito visitado por eles, independente da coloração política. Também a população de Buenos Aires tinha por Jango, o *doutor*, como era conhecido, um grande carinho. E a evocação de seu nome, e o fato de estar na companhia de Jango, era a melhor credencial que alguém podia apresentar em Buenos Aires.

Conversamos longamente sobre os acontecimentos que tinham determinado o movimento de março de 64. Jango, para usar uma expressão que reproduzi numa entrevista em jornal, era o menos janguista de todos os janguistas. Pude conversar com ele analisando o seu governo, as causas determinantes de

---

* *Historiador, em depoimento para o Coojornal, em dezembro de 1976*

sua queda, com uma liberdade que não consegui ter com nenhum de seus colaboradores. Jango mostra va-se ser um homem tolerante. Ele analisava e reconhecia, às vezes, que a sua conduta não tinha sido a mais oportuna. E que certas providências que ele deixou de tomar, ou certas providências que ele tomou inoportunamente, concorreram para o final dramático de seu governo.

Outro ponto importante desse convívio que tive com Jango foi a concepção que ele tinha, de que era um homem a serviço de seu povo, e não, para se servir de seu povo. Por duas vezes, em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, ele poderia ter chegado à capital da República à frente de uma coluna revolucionária vitoriosa, como já tinham feito em 1930. Não há, no governo de Jango, uma só punição, de militares ou civis, que hajam se oposto à sua posse. É um traço marcante de seu caráter.

HERMES LIMA*

Em face do resultado avassalador do plebiscito, a que compareceram 10 milhões de votantes, não houve maior dificuldade na aprovação de emenda revogatória do Ato Adicional, restabelecendo-se o sistema presidencial de governo, instituído pela Constituição de 1946. Nesse sentido, votaram gregos e troianos. Vozes, embora aprovativas, como a do senador Mem de Sá, acusaram mais uma vez o presidente João Goulart de ter 'comprometido' e 'desfigurado' o sistema parlamentar. Falando pela União Democrática Nacional, o senador Daniel Krieger apoiou a revogação do Ato Adicional, outorgados ao senhor João Goulart, 'todos os poderes do sistema presidencial', embora 'na verdade ele os tenha tido sempre'.

Terminava o sistema parlamentar, mas os espíritos não se desarmavam e o rescaldo da áspera controvérsia ficou ardendo no seio da Nação. A conspiração contra o Presidente começou a articular-se. Agora, seria o problema ideológico que iria dominar as manobras contra e a favor do governo. Os acontecimentos do futuro mostrariam mais ruído, mais radicalismo verbal, mais senso meramente epidérmico de poder no conjunto das esquerdas, do que nas mobilizações da direita. Ao passo que as esquerdas se alimentavam das músicas das próprias frases, as organizações da direita, naturalmente mais ricas e experientes, preparavam-se para a tomada do poder, que lhes veio às mãos mais fácil do que pensavam, pelo empurrão final dos derradeiros atos políticos do governo.

---

* *Chefe da Casa Civil e Primeiro-Ministro no governo Jango*

NELSON WERNECK SODRÉ*

Tendo abandonado minha residência, logo em 31 de março, para resguardar minha liberdade de movimentos, acompanhei a rápida deterioração do governo João Goulart. Bandos armados, recrutados no lúmpen guanabarino, percorriam as ruas, a 1º de abril, depredando instituições e cometendo atentados. A sede do ISEB, à rua das Palmeiras, foi invadida por eles, ou por autoridades policiais do mesmo nível, que timbraram em destruir tudo: móveis, livros, quadros. As poltronas estofadas foram rasgadas a faca e eventradas, os quadros foram partidos, os móveis de madeira virados e suas gavetas arrancadas, e o conteúdo delas espalhado pelo chão; a biblioteca foi arrebentada, rasgados os livros e atirados pela janela. A sede da União Nacional dos Estudantes foi incendiada.

O *Correio da Manhã*, a dois de abril, noticiava ter sido a proeza devida ao mesmo grupo que depredou as instalações do jornal *Última Hora*. A reportagem destacava que "Manoel Dias, de 18 anos, foi o primeiro a quebrar as instalações da UNE", e que "aos poucos, deu-se o saque do prédio". A mesma reportagem frisava que "segundo o estudante da PUC Luis Américo de Araújo os autores da invasão do prédio eram todos estudantes democratas".

As manchetes do *Correio da Manhã*, na edição de três de abril, eram sugestivas: "PM interdita com tropas IAPS e ISEB", "DPPS faz prisões em massa na Guanabara", "Polícia ocupa sindicatos". Nota pitoresca, entre muitas, nessa edição, era a seguinte: "Outra estripolia atribuída ao governo da Guanabara e seus agentes foi a invasão, alta noite, da residência do ex-ministro Abelardo Jurema por três homens armados de metralhadoras e que se disseram Corpo de Voluntários do Estado". Nessa edição, eram dois os editoriais: o da primeira página tinha como título: "Terrorismo, Não!". O da sexta página tinha como título: "Basta: Fora a Ditadura". Poucos dias antes, em dois violentos editoriais de primeira página – "Basta!" e "Fora!" – esse matutino atacara o governo Goulart. Compreendera, em poucos dias, em que consistia o golpe militar de 1º de abril.

---

* *Escritor, em A Fúria de Calibã* – Memórias do Golpe de 64

PEDRO SIMON *

A Presidência da República nunca foi desejada pelo Jango. Estou absolutamente convencido disso. Basta conferir sua biografia. Constata-se que ele nunca se empenhou em alcançá-la. Acredito que, antes da renúncia de Jânio, mesmo sendo Vice-Presidente, nunca se imaginou Presidente. A observação pode soar estranha, mas expressa a observação atenta de quem o acompanhou de perto. Também estou convencido de que, ao seu gosto, bastava-lhe a liderança. Satisfazia-lhe ser o chefe, o presidente do partido. Há muitos tipos de caudilhos. Jango queria influir decisivamente, ter o poder, mas não exercê-lo diretamente, ter o ônus da administração pessoal, dos pequenos atritos. A Presidência da República, o ritual do poder pressupunham uma disciplina, uma gama de preocupações e contatos a que ele não gostava de se submeter. Era um figurino em que ele se sentia mal. O colarinho e a gravata o asfixiavam. Em 1955, num esquema estrategicamente importante para o PTB, foi candidato a vice do Juscelino. Noutro momento igualmente importante para o partido, foi reeleito. A Vice-Presidência era um bom figurino para seu estilo. Assegurava-lhe visibilidade, reconhecimento e capacidade de influir sem jamais colocá-lo em cheque.

Até o Jânio renunciar, em agosto de 1961, e ele assumir a Presidência, em nenhum momento se ouviu falar que era candidato a Presidente. Jango era um grande político, competente, capaz, aplicado na articulação e não ao exercício de funções executivas. Essa história de dizer que ele era "herdeiro de Vargas" – porque Getúlio ao se eleger Presidente em 1951 o nomeou para o Ministério do Trabalho – não deve ser interpretada como indicação de que Getúlio o estivesse ungindo como seu sucessor no poder. Era herdeiro, sim, das idéias políticas; herdeiro para presidir o PTB, conduzir o seu partido. Não acredito que alguma vez tivesse passado pela cabeça de Jango disputar a Presidência. Ele gostou muito de ser o vice de Juscelino, de quem se aproximou muito, ficaram íntimos. Aquele era o lugar a que melhor se adequava. Por isso se empenhou em continuar vice.

Acho que a metamorfose de Jango só ocorreu em 1961 e não foi voluntária, mas compulsória. Ele não tinha outra opção. Com a renúncia de Jânio, cabia-lhe assumir a Presidência ou abandonar a vida pública. Ora, a política havia se tornado seu oxigênio. Diante do desafio, Jango tentou fazer a sua biografia e encarou uma situação que não desejou e para a qual não se prepa-

---

* *Senador, em Pedro Simon – uma biografia*

rou. Meu raciocínio é de fácil demonstração. Senão, vejamos: caso estivesse se preparando para disputar a Presidência, a vez dele seria em 1960, no lugar de Lott. No entanto, em nenhum momento se falou do Jango para Presidente – o que fatalmente teria acontecido se ele estivesse interessado, pois era grande a capacidade do PTB de criar fatos políticos. As esquerdas não precisaram despender grandes esforços para impor o general Lott. Se Jango quisesse, teria viabilizado a seu favor a coligação PSD-PTB e ele seria o candidato à Presidência. Mas, não. Preferiu disputar como vice do Lott, arriscando-se a perder. O que defendo sobre Jango é que ele não tinha apetite de poder, como Juscelino, como Getúlio, como Tancredo. Evidentemente quando se tornou Presidente, lutou com todas as forças para se superar.

Posso oferecer um testemunho pessoal. Estive com Jango em Brasília, em fevereiro de 1964, quando a radicalização atingia seu clímax. Esse meu encontro tem um ângulo prosaico, mas é indispensável relembrá-lo por inteiro para situar a intimidade em que fiz essa observação. O pessoal do PTB do Rio Grande do Sul andava se queixando por não haver indicado os chefes, posições de terceiro, quarto, quinto escalões, de alguns órgãos federais no Estado. O Jango soube e mandou pedir as indicações. Aí, o diretório estadual do PTB reuniu-se e elaborou a lista, que foi levada a Brasília pelo deputado Paulo Mincarone. Para surpresa geral, quando saíram as nomeações, verificou-se que os nomes não eram aqueles da lista que fora enviada a Brasília. Houve grande indignação e a antiga mágoa se transformou num princípio de rebelião. Havia exaltados que chegaram a propor o rompimento do PTB gaúcho com o Presidente. Imagine-se, o PTB do Rio Grande do Sul romper com o Jango! O Homem já caindo, recebendo tiro de todo o lado! Então, decidiu-se que três deputados estaduais – Siegfried Heuser, Justino Quintana, líder da bancada , e eu – deveríamos ir a Brasília. Chegamos ao Palácio do Planalto às três e meia da tarde. Ele não pôde nos receber, estava cumprindo uma agenda carregada. Mas mandou-nos um recado: "Vão para o Alvorada e me esperem lá". Às cinco e meia ele chegou. Explicamos o motivo da nossa missão e o Heuser dizia: "Mas Janguinho (eles eram muito amigos, se tratavam assim) tu mandaste fazer uma lista, o PTB fez, o que custava ter nomeado os caras? Que custava, Janguinho, atender os companheiros?". Jango não entendia a reclamação, porque se lembrava de haver recebido a lista entregue pelo deputado Mincarone e mandado preparar imediatamente as nomeações. Não entendia a nossa reclamação. Para tirar as dúvidas, chamou seu secretário particular: "Caillard, me traga aquela lista do PTB do Rio Grande do Sul que eu mandei nomear." Prontamente, Caillard trouxe a lista, que Jango nos passou. Explodimos todos numa gargalhada e logo tudo se explicou. O Presidente, tanto quanto nós, haví-

amos sido vítimas de uma fraude. Era verdade, Jango nomeou os nomes da lista recebida do PTB gaúcho. Estava lá o papel timbrado – Partido Trabalhista Brasileiro – Diretório Regional do Rio Grande do Sul – com os nomes indicados e o despacho de Jango: "Nomeiem-se, imediatamente." Os nomes do papel, porém, e que foram efetivamente nomeados, não eram os enviados pelo diretório. Logo se viu o que acontecera: o portador, deputado Paulo Mincarone, trocou os nomes. Pegou papel timbrado do PTB regional e fez sua própria lista. Substituindo os nomes indicados originalmente. Imediatamente, Jango mandou restabelecer a lista original e que o Mincarone havia substituído por seus amigos. A missão estava concluída. Quisemos levantar, mas Jango não permitiu e a conversa continuou por mais de quatro horas. Jango se queixava: "O Brizola não entende! Como é que nós vamos fazer as reformas de base, assim, de uma vez só, na sua totalidade? Tenho dificuldades com os militares, não tenho controle do Congresso, não tenho imprensa, temos muitos problemas. Os companheiros precisam entender. Não temos condições de implantar, de uma vez, as cem reformas do nosso programa. Temos de ir devagar, com jeito, avançando aos poucos. Porque, se o Congresso nos aprova vinte, na hora de implantar eu empurro mais quinze e, seguindo nessa linha, não haverá mais retorno. Será que a nossa gente não se convence que tem de ser assim?"

Os Grupos dos Onze – que passaram à História, acusados pelos militares depois do golpe, de terem sido fracassadas unidades de combate revolucionárias – não eram uma instituição oficial do PTB. Tanto que, em Caxias do Sul, não os adotamos. Achávamos que todo o esforço deveria ser feito para fortalecer o partido através dos seus diretórios zonais e municipais. Nem como núcleos de solidariedade eles faziam sentido. Minha opinião sobre os Grupos dos Onze não concorda com as denúncias dos inquéritos militares de 1964. Para mim, eram uma espécie de "cadeia de apoio" com que Brizola imaginava extrapolar o PTB e criar um movimento de base, bem articulado, para dar suporte à sua candidatura, independente dos partidos. Um equívoco, sem dúvida, mas sem a periculosidade que lhe foi atribuída. Essa impressão foi manifestada antes de 1964, no diretório do PTB de Caxias, quando nos recusamos a promover o Grupo dos Onze. Mais tarde, depois do golpe, a ata dessa reunião livrou muita gente da cadeia.

Na noite de 31 de março, quando as tropas do general Mourão já desciam rumo ao Rio – portanto, na noite do dia D do golpe – estávamos todos no aniversário de Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre e que era lançado candidato a governador. No auge da festa chega a notícia da rebelião em Minas Gerais. Saímos dali e fomos todos para a Prefeitura. Notícias daqui, notícias de lá, e toma-se conhecimento de que a decisão estava nas mãos do general Amaury

Kruel, comandante do II Exército, que tinha conversado pelo telefone com o Jango. Nessa primeira noite de incertezas verificou-se que os golpistas do Rio Grande do Sul estavam não apenas bem informados, mas tomavam precauções. O Governador Ildo Meneghetti não se sentiu seguro em Porto Alegre e abandonou a capital. Ele confessaria mais tarde, num depoimento histórico, que foi puro eufemismo o anúncio de que teria transferido seu governo pra Passo Fundo. Perguntado pelo deputado Sérgio Ilha Moreira: “O senhor fugiu para Passo Fundo?” Meneghetti respondeu: “Fugi, sim, a hora era de fugir.” Fugiu mas procurou um lugar onde o Exército lhe dava garantias. No interior do Rio Grande do Sul havia muita gente aderindo ao golpe, enquanto a defesa do governo e do regime nem ao menos conseguia organizar a mobilização popular em Porto Alegre, que era o forte do PTB gaúcho.

Me lembro do comício que fizemos em Porto Alegre, no dia 1º de abril, na frente da Prefeitura. A situação era dramática, incerta, mas os discursos eram de um triunfalismo arrogante. Líderes sindicais, o pessoal de esquerda, queriam mandar todo o mundo para o ‘paredón’, essas coisas. Eu falei com o deputado José Fidélis, que tinha sido chefe da Casa Civil do Brizola: “Oh, Fidélis, eu vou embora, vou subir para a Assembléia. Vim aqui para assistir a um comício pela democracia e em defesa do mandato do Jango e esses loucos estão falando em ‘paredón’, pega, mata, degola, esfola. Assim não dá”. Fidélis saiu dali, foi procurar o Sereno: “Sereno, o turquinho tá puto nas calças, foi embora para a Assembléia, porque ele acha que essa linguagem dos discursos é ridícula”. O Sereno respondeu ao Fidélis: “O turco tem razão e a melhor idéia é mudar esses discursos. Traga ele aqui, vamos botar ele pra falar, ele fala bem. Ele bota as coisas no devido lugar”. O Fidélis saiu atrás de mim mas não me encontrou, porque eu já estava longe, subindo a ladeira, rumo à Assembléia. Para minha sorte não me achou, porque todos os que falaram naquele comício foram cassados. Era o destino, ele não me encontrou. Mas os caras saíram dali e subiram em direção ao Palácio Piratini, para tomar conta do Palácio, vazio, já que o governador Meneghetti tinha fugido para Passo Fundo.

Sei que o Sereno saiu atrás desses exaltados, não deixou que invadissem o Palácio e os trouxe de volta. Saiu com o megafone pela rua: “Não podemos fazer assim, porque é isso que eles querem, temos que ter organização no nosso movimento.

No dia 2 de abril o Jango saiu do Rio à tarde, foi para Brasília, onde também se sentiu vulnerável. Achou que podia ser atacado a qualquer momento. À noite, pegou o avião para Porto Alegre, onde podia contar com o apoio do general Ladário, que menos de 24 horas antes havia assumido o comando do III Exército.

Todas as notícias eram péssimas. Jango se negara a fazer uma declaração de repulsa ao comunismo, exigida pelo general Amaury Kruel, seu velho amigo. Bastava-lhe isso e Kruel mandaria as tropas do II Exército em direção a Juiz de Fora barrar Mourão. O Jango se recusou a fazer a declaração, quis ganhar tempo, mas Kruel rapidamente cumpriu sua ameaça. Em Porto Alegre, ficamos das nove da noite às três da madrugada no aeroporto, um frio desgraçado, esperando Jango. Ele desembarcou rapidamente e fomos todos para a casa do comandante do III Exército. Primeiro numa sala enorme, depois, um grupo menor, noutra sala. Só sei que acabaram, o Jango e uns poucos, no quarto de dormir do general Ladário.

No início, a discussão foi coletiva, todo mundo participando. Como é que vamos fazer, como estão as tropas. Até o Brizola propôs: - "Presidente, nomeie o general Ladário, ministro da Guerra e a mim, ministro da Justiça, que fazemos o resto". Jango respondeu com uma pergunta a Ladário: – "General, como é que está a situação?". Ladário respondeu: "Nós estamos com o senhor, mas sou obrigado a confessar que há muita defecção".

Aí chegou a notícia de que o Kruel se definiu contra o governo e suas tropas já estavam na estrada, viajando para o Rio em apoio ao golpe. Dali a pouco, outra bomba: o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, havia declarado a vacância da Presidência da República, como se Jango tivesse partido para lugar incerto e não sabido, abandonando o território nacional. O Tancredo tinha gritado, berrado, dito palavrões mas não adiantou nada. Assumiu o Mazzilli, presidente da Câmara. Ora, o Jango estava em território nacional, em Porto Alegre, estávamos ali falando com ele! Não dava para conter a indignação com o ato do senador Auro de Moura Andrade. Absurdo, uma indignidade. Foi o momento de consumação formal do golpe. O Jango disse: - "Eu não quero derramamento de sangue. Vai ser um massacre, eu sabia que eles estavam preparando isso. Eu não quero."

Houve uma cena que seria cômica se não envolvesse a vida de gente simples e sincera: havia um grupo de sargentos do Exército da guarnição de São Leopoldo que quase batia na gente com essa história do Jango ir embora, porque eles tinham prendido os seus superiores, até generais, e agora teriam que soltá-los e prestar-lhes continência. Meio endoidecidos, desesperados, perguntavam aos civis que estavam na casa do comandante do III Exército: "Agora, que será de nós?

O Jango era um homem de bem. Nunca esqueço de um encontro que tivemos em Montevidéu. Foi em 68. O jornal *O Estado de S. Paulo* havia publicado uma reportagem da revista *Time* citando as fazendas que Jango tinha comprado enquanto exercia a Presidência da República e que o tornavam o

maior proprietário rural. Junto com o Marcílio Goulart Loureiro, que era deputado e primo-irmão dele, acompanhei Jango a um cartório em Montevidéu, onde passou uma procuração em causa própria para o diretor-presidente do grupo *Time-Life* se comprometendo a vender, por um dólar, toda e qualquer fazenda ou porção de terra que tivesse adquirido no período em que foi Presidente e Vice-Presidente. Levamos pessoalmente a procuração ao *Time-Life* e a exibimos ao *Estadão*. Nenhum dos jornais brasileiros, que haviam transcrito com grande destaque a primeira notícia, publicou nada sobre a desafiadora procuração que Jango mandou à revista americana, cuja denúncia era, evidentemente, falsa. O historiador interessado, vai encontrar a documentação nos anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, porque somente através do meu discurso fez-se o desmentido da história do *Time*. Por esta e outras, não é de se estranhar que a imagem de Jango seja tão distorcida.

GENERAL ARGEMIRO DE ASSIS BRASIL*

Acompanhei as duras horas que precederam e sucederam o movimento militar de 1964. Sempre procurei não interferir nem influenciar nas decisões de Jango. Dava a minha opinião quando ele pedia, mas isso ocorria muito raramente.

No dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, houve a reunião dos sargentos. Era para eu ir a Brasília e o Presidente me impediu, avisando que haveria uma homenagem para ele. Pensei: tem piolho na costura... Falei com o general Jair Dantas Ribeiro e ele também não sabia de nada. O próprio presidente do clube negou a existência de tal festa. Avisei ao presidente Goulart que era contra, que ele deveria ter cuidado, os deputados Tenório Cavalcanti e Tancredo Neves o aconselharam a não comparecer. Mas ele achou que se tomasse essa atitude pareceria um recuo. Os discursos foram extremistas, mas a culpa foi nossa, porque abandonamos os sargentos. Cuidamos dos oficiais, mas não dos sargentos.

O Presidente não recebeu a palavra de alerta de ninguém. O único que o alertou para a conspiração – não com veemência, mas como para um bom entendedor, meia palavra basta – foi o general Amaury Kruel, comandante do II Exército. Mas o Presidente estava perturbado com tudo aquilo. Não havia gostado dos discursos do Brizola. Jango era um homem conservador. Ele não casava com o cunhado. Achava o Brizola extremista, que queria coisas que não se sabia onde iam dar.

O Jango foi um homem que sempre teve poder, mas nunca governou, a não ser a sua estância. Esta, ele governou muito bem, porque era um governo *sui generis*. Não é a mesma coisa governar um continente, e um continente que já vinha cheio de tormentas desde 1922. Ele não estava preparado para a função que desempenhou. Ele não foi eleito Presidente, mas Vice. Era um homem honesto, um grande coração, um homem que não fazia nada com maldade, amigo até dos seus inimigos, sem ambição de poder. Um homem rico, mas que não estava preparado. A culpa não foi dele, mas do sistema. Tinha um tino apurado para os negócios. Trabalhou desde os 14 anos. Nas estâncias, todos o respeitavam e não roubavam nenhuma de suas vacas, porque ele dava carne e comida a todos os peões e agregados.

** Ministro-chefe da Casa Militar do Governo João Goulart. Depoimento dado em 1980 par a revista Ele Ela.*

No dia 31 de março de 1964, eu estava no Palácio das Laranjeiras. Fui informado que tinha havido um levante na guarnição de Minas Gerais. Telefonei para o I Exército e responderam-me que tudo estava bem. Foi a primeira informação que tive. Passei a informação ao Presidente. Ele me perguntou: "Você acha que isso é verdade?" Respondi: "Acho, porque o general Olimpio Mourão Filho e o general Carlos Guedes estão conspirando há muito tempo". Ele falou: "Vou telefonar para São Paulo, porque lá é a base da conspiração". Telefonou para o general Kruel e este disse que lá estava tranqüilo. Não assisti à conversa. Jango foi quem me contou. O general Kruel, disse, porém, que não concordava com o que estava acontecendo, que o governo deveria tomar posições mais duras. O Presidente ficou desconfiado de que Kruel estivesse comprometido com o levante de Minas. E eu me sentindo criminoso, porque era amigo do general Kruel e, inclusive, o tinha indicado para ocupar o II Exército. O Jango, então, telefonou para o general Justino Alves Bastos, que disse estar com o governo. Em seguida, confirmou-se o levante de Minas."

O comandante do I Exército, Armando de Moraes Âncora, informou haver tomado providências. O Presidente chamou-o, e também ao ministro da Aeronáutica, afirmando que ele não queria que houvesse choque de tropas, que parlamentassem, que jogassem boletins. Ele não queria derramamento de sangue. As coisas foram se desenvolvendo da maneira como todos sabem. O Presidente tranqüilo, demonstrando aparente tranqüilidade, mas com certa aflição íntima.

No dia 1º de abril, Jango ficou sabendo que a fortaleza de Copacabana tinha passado para o outro lado, mas que a situação não estava perdida. Ele estava apreensivo e me chamou em seu gabinete: "Você fica aqui e eu vou a Brasília." Era pouco depois do meio-dia. O Palácio das Laranjeiras era um deserto. Só havia eu, um oficial e as tropas que tinham mandado para lá. Perguntei: "O que vou fazer, Presidente?" Ele respondeu: "Fica aqui em contato com o Âncora e me informa sobre tudo o que está havendo." Ele tomou o avião e foi para Brasília. Uma hora depois, o general Âncora me telefonou e disse: "A situação está preta! O Norte já aderiu à revolução. Minas está toda revoltada. O batalhão que mandei daqui passou-se para o lado dos revoltosos. O batalhão de Barra do Piraí passou-se também para lá. As tropas de São Paulo já estão marchando. Colocaram a Academia Militar na vanguarda." O general Âncora perguntou: "Vou meter fogo nesses cadetes?" Eu disse: "Não tenho autoridade para falar em nome do Presidente, mas posso adiantar que ele não concordaria com isso." Ele respondeu: "Fico contente, porque já decidi que não vou abrir fogo contra os cadetes, porque será um peso que não tirarei mais de cima de meus ombros – matar a mocidade militar da minha terra."

Resolvi viajar também para Brasília. Antes, fiz uma reunião com os ministros militares e depois com os civis. O único que queria resistir era o da Marinha, justamente o que não tinha tropas. Mandamos embora as tropas do palácio para que não pensassem que queríamos resistir. Ficou só a guarda normal do palácio. Fui para Brasília, e o Presidente estava no aeroporto. Eram cerca de oito horas da noite e havia um avião da Panair do Brasil sendo preparado. Jango iria para algum lugar. Ao chegar ao aeroporto, antes de falar com Goulart, disse aos oficiais da Casa Militar que fossem para seus postos e passassem os cargos aos substitutos. Ninguém falou em resistência entre os meus auxiliares. Um deles me perguntou: “E o senhor?” Respondi: “Vou com o Presidente, porque esta é a minha função. Não sei para onde ele vai, mas o meu destino, enquanto ele for vivo por aqui, está ligado ao dele.

Fui ao encontro de Jango, que queria saber da situação. “É má, porque no III Exército não contamos com o Paraná nem com Santa Catarina. Porto Alegre está intacta, tem núcleo forte de forças. Militarmente dá para o senhor descer lá, mas não podemos pensar em resistência.” Ele argumentou: “Não estou pensando em resistir.”

Inventaram uma pane no avião da Panair e tivemos de tomar um da Força Aérea. Aí, fomos para Porto Alegre. Chegamos pela madrugada. O general Ladário, que chefiava as tropas, estava nos esperando. O Ladário queria resistir, fazer uma *gauchada*. Jango me disse, depois, que Brizola também queria resistir, e até chorou. Deviam ser quatro horas da manhã. A guerra estava perdida e eu fui dormir. Ás nove horas me acordaram dizendo que Goulart me procurava. Informaram-me que o Presidente iria embora. Fui ao encontro dele no aeroporto.

Fomos para a Estância Rancho Grande, em São Borja. Maria Thereza já estava lá com as crianças. O Presidente não sabia o que fazer, estava meio pateta. Eu disse: “O senhor tem que sair daqui, senão vão lhe prender.” Ele pediu que eu tomasse as providências. Chamei os oficiais, os dois ajudantes-de-ordens, o Pinto Guedes e mais um outro. Mandei que fossem de avião a Brasília, se apresentar. E avisei: “Se perguntarem onde estou, digam que estou com o Presidente e que vou sair com ele por aí.”

Organizei uma segurança, sem armas, só com vigilância, uns seis quilômetros em torno da fazenda, nas estradas que iam ter a ela e no campo, para que fôssemos avisados da aproximação de forças, de dia ou de noite. Havia três aviões: um C-47, um Cessna bimotor e um teco-teco. Um deles foi com os soldados, os outros mandei deixar abastecidos para qualquer emergência.

Nestas alturas, quis saber se ele tinha algum lugar para onde ir. Ele respondeu que sim. Tomamos o avião C-47 e fomos para um lugar que não tem

nome. Era um rancho em uma de suas fazendas, na costa do Rio Uruguai, no meio do mato. A casa era rústica, de madeira. Não havia estradas por lá. Não havia ninguém, e possuía apenas um barco a motor. Escondemos o avião no mato. Nós fomos com o avião grande, e Maria Thereza e as crianças no pequeno. Não havia cozinheiro. Quem acabou fazendo a comida foi o próprio Jango - um ensopadinho de charque com mandioca. Maria Thereza lavou os pratos. Dormimos neste rancho, ele, a mulher, os filhos e eu.

A certa altura, eu disse a Jango: "Não é que eu queira ir embora, estou ligado ao senhor até o fim. Mas que o senhor pretende fazer?" Respondeu: "Quero ir para o Brasil Central, numa terrinha que tenho, para o Xingu." Fiquei preocupado: "O senhor vai sozinho? Eu tenho que me apresentar porque, caso contrário, sou considerado desertor." Ele ficou naquela agonia, não sabia se ia ou não. Argumentei que ele seria preso, jogado numa ilha, em Fernando de Noronha. Falei dos filhos, da mulher. As crianças eram muito afetuosas. Apelei para os brios do homem – e ele nada. Teimava em ir para o Brasil Central. Até que me perguntou qual era a minha sugestão. Sugeri o Uruguai. Jango disse: "Vou, então, para a Argentina, porque é só atravessar o rio."

Expliquei: "O senhor não deve ir, porque a *gendarmeria* o caça e o manda de volta. O senhor vai para o Uruguai!". Ele disse: "Quando eu chegar lá eles me prendem." Respondi: "Não. Vamos primeiro mandar um homem a Montevidéu, com uma mensagem escrita pelo senhor."

Ele, então, escreveu para um amigo falar com o governo uruguaio. Mandamos o piloto levar a mensagem e, no outro dia, ao amanhecer fomos para uma estância chamada Santa Lúcia. O piloto retornou e disse que o Uruguai receberia Jango de braços abertos. Não escreveram nada. Foi tudo de boca. O Presidente ficou indeciso. Saímos daquela estância e fomos para outra, chamada Cinamomo. Tudo isso por perto do município de São Borja.

No dia quatro de abril, na estância de Cinamomo, o Presidente se convenceu de ir para o Uruguai. Nós dois, então, pegamos o Cessna. Nessa altura dos acontecimentos, só andávamos nós dois, porque largamos o pessoal na primeira estância. Tínhamos mandado a família dele, antes, para Montevidéu, depois daquele pouso na barranca do Rio Uruguai. O próprio Cessna que os transportou também levou a mensagem. Pelas três e meia da tarde do dia quatro, fomos para o Uruguai. Quando o avião sobrevoava Durazno, Jango disse que queria voltar para o Brasil. Daí, eu teimei: "Não, senhor. Agora, não, vai embora. Já estamos pertinho de Montevidéu, a uns dez minutos."

Fomos recebidos pelas autoridades e alguns populares bateram palmas. Não havia muita gente. Receberam-nos muito bem. Quiseram entrevistas, mas eu me neguei. Fomos para uma casa que tinham preparado para Jango. Quan-

do estava tudo no lugar, eu disse: “Presidente, a minha missão está cumprida. Ele respondeu: “Mas, Assis, se você voltar para o Brasil eles vão judiar de você.” Eu insisti: “Sou soldado e tenho de me apresentar. Não quero ser considerado um desertor. Vou avisar ao ministro da Guerra que vou voltar”. No dia seguinte, passei um Western avisando da minha chegada. Desembarquei no Brasil e fui preso. Aí termina meu episódio.

JOÃO CARLOS GUARAGNA*

Num fim de tarde de 1976, Brizola e dona Neuza recebiam a visita de Josué Guimarães, Hélio Fontoura e José Real (o Batoque, de Pelotas) quando tocou a campanhia do porteiro eletrônico. Quando atendeu, dona Neuza se surpreendeu: "É o Jango, abre que está chovendo".

Depois de conversar durante algum tempo com dona Neuza e os visitantes, Jango não se conteve: "Escuta, Neuza, onde está o teu marido?". Ela percebeu que havia chegado o momento. Seria naquela hora ou, talvez, nunca mais. Poderia ter dado outras respostas mas decidiu aproveitar: "Está lá no gabinete dele". Jango levantou e foi bater na porta.

No dia seguinte, Brizola me contou como foi o encontro: "Quando bateram na porta do gabinete senti que era o Jango. Meu gesto foi instintivo e rápido: abri a porta e realmente ele estava ali, olhando-me fixamente. Não hesitamos. Ficamos abraçados por algum tempo, choramos. Quando dominamos a emoção, ele falou: "Brizola, preciso te dizer algumas coisas. Resolvi tomar umas atitudes para terminar esse exílio. Tenho pensado muito nos acontecimentos que nos atiraram nessa situação e confesso, reconheço minha culpa. Estou decidido a voltar para o Brasil e criar um caso, porque se formos esperar pelo MDB jamais sairemos daqui. Mais fácil até sairmos pelas mãos de alguém da Arena ou dos próprios militares. O MDB virá aqui buscar os nossos ossos, irão festejá-los muito e farão discursos à beira de nossos túmulos." E Jango ainda disse que queria ir à França fazer um exame médico porque não estava se sentindo muito bem. "Na volta vai me procurar para uma conversa mais efetiva. Ele estava muito abatido, mas estava decidido mesmo a tomar uma atitude".

Nesse momento, nem dona Neuza nem Brizola podiam imaginar quão doloroso golpe o destino estava lhes armando. Se 1976 foi o ano da reconciliação, foi também o ano da morte de Jango.

Trágica ironia do destino: o MDB todo estava ao redor do caixão de Jango. Sobre ele duas bandeiras: a do Brasil e a da Anistia.

** Ex-assessor de Leonel Brizola. Depoimento extraído do livro Brizola, a revoada do exílio – histórias de um pombo-correio.*

JORGE OTERO*

Compartilhei com Jango muitas horas, algumas viagens casuais e várias conversas. Era sempre o mesmo. Um homem franco, sincero, bom conselheiro e grande amigo. Eu o recordo, agora, caminhando pelos jardins de sua fazenda em Maldonado, com a cabeça baixa, refletindo a respeito de alguma observação ou alimentando esperanças de um breve retorno ao Brasil.

Apesar de sua formação universitária, não permitiu que sua vida se limitasse a essa circunstância. Sua grande paixão foi defender os oprimidos, a realização da justiça como instrumento de tolerância, da não violência, da liberdade, em síntese bem compreendida.

Foram muitos anos de ausência, de profunda dor por estar longe de seu país. Sonhava, não com uma paz evangélica, senão com uma paz plena de humanismo, com todos os seus defeitos, mas também com possibilidades para a construção da justiça. Nunca, ainda que nos momentos mais amargos do seu exílio, se ouviu dele uma recriminação contra seus adversários. “Em meu coração – dizia – pela formação que recebi de meus pais, não cabem o ódio nem o rancor”.

* *Jornalista uruguaio, em João Goulart Recuerdos en su exilio uruguayo*

JOSÉ GOMES TALARICO*

"Conheci Jango nos anos 40, quando ele vinha ao Rio de Janeiro e hospedava-se no Palácio do Catete. A sua relação com o presidente Getúlio Vargas era como de um familiar. Eu era freqüentador assíduo do Palácio, pois trabalhei para o governo do Dr. Getúlio em diversos setores dos ministérios da Educação e do Trabalho. Também integrei o movimento queremista e contribuí para a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

Um pouco antes, porém, já tinha ouvido falar em seu nome, quando Jango, então jogador de futebol, foi campeão juvenil pelo Internacional e, nessa época, eu era presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários – CBDU. Inclusive, tem uma passagem lamentável ocorrida em Porto Alegre após a morte de Jango, em 1976, dia em que o Inter jogava com o Atlético Mineiro. Os diretores do clube foram proibidos de registrar um minuto de silêncio em homenagem ao seu ex-jogador por ordem dos responsáveis pela segurança do Beira-Rio, que também proibiram as emissoras de rádio e tevê de fazerem qualquer referência ao fato. O início da partida atrasou, o público já estava irritado, então, decidiu-se por cancelar a homenagem.

Minha relação profissional com Jango começou em 1952, quando fui designado para a assessoria de imprensa do recém nomeado ministro do Trabalho João Goulart. Impressionante era a quantidade de cartas e telefonemas com ameaças de morte dirigidas a ele durante sua passagem pelo Ministério do Trabalho, pela Vice-Presidência e Presidência da República. E mais impressionante ainda era o seu desprezo a essas ameaças, tanto que nunca teve guarda-costas, nem esquema especial de segurança.

Como ministro do Trabalho, Jango mudou de pronto as diretrizes da pasta. Dá apoio às coletividades operárias, atendendo as suas reivindicações, mormente nos reajustes salariais, na regulamentação de profissões e no direito de greve. Os seus atos produzem fortalecimento das entidades operárias. E com essa orientação registra-se o aumento dos índices de sindicalização no país. Esse desempenho provocou reações do poder econômico e dos grupos conservadores. Os ecos desses protestos logo se fizeram sentir entre os militares, e os coronéis do Exército formulam um memorial contra a permanência de Jango no governo. Isso acaba causando a renúncia de João Goulart do cargo de ministro.

** Jornalista, vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)*

Na sucessão presidencial de 1960, Jango por exigência do PTB concorre novamente à Vice-Presidência e sagra-se vitorioso, compondo a coligação PSD-PTB. Nos círculos sindicais surgiu um movimento denominado de JAN-JAN. Jânio vence o Marechal Henrique Teixeira Lott e Jango derrota Milton Campos e Fernando Ferrari.

Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, e fracassadas as tentativas – planos e operações sinistras – para impedir a sua volta de uma missão oficial à China e URSS, Jango chega ao Brasil e assume a Presidência da República com o regime parlamentarista imposto, que lhe retirou prerrogativas e atribuições presidenciais. Depois de três gabinetes parlamentaristas, o povo, através de um plebiscito, numa manifestação em que se teve o repúdio de 90% da Nação, devolve a João Goulart as prerrogativas presidenciais.

A partir daí, crises sucessivas são manipuladas pelos conspiradores, com a ajuda de grupos estrangeiros, o que viria a obstaculizar a gestão governamental, levantando barreiras nas relações internacionais, especialmente dentro dos Estados Unidos, e no Fundo Monetário Internacional, dificuldades de comércio mundial, nos problemas cambiais e na tributação das tarifas para o Brasil. As conspirações se acentuavam.

Tive condições de verificar pessoalmente o clima que havia no Exterior em relação ao Brasil, sobretudo nos EUA. O fato de pertencer a entidades de jornalistas levou-me a ter contatos com vários setores, inclusive com religiosos. Soube, por exemplo, que havia um conjunto de vigários de paróquias no Rio de Janeiro e em São Paulo que recebiam recursos dos Estados Unidos e enviavam informações sobre o governo. Não sei se eram ligados à TFP – Tradição, Família e Propriedade – mas áreas da Igreja Católica norte-americana e da Democracia Cristã alemã mandavam auxílio financeiro – dinheiro vivo, dólar – aos que se opunham ao governo brasileiro. As informações que repassavam ao Exterior não eram verdadeiras, porque exploravam notícias divulgadas na imprensa, que conspirava, de certa forma, contra o governo João Goulart.

Campanhas alardeando as simpatias de Moscou e de Pequim pelo Brasil, induzindo a existência de pretensas ligações de João Goulart com a União Soviética e com a China, foram difundidas maliciosamente pelas multinacionais, para envenenar a opinião pública norte-americana com a ameaça de comunização do Brasil. Era a resposta à posição que mantinha o governo Jango, de preservação dos nossos recursos naturais. Isso facilitou a conspiração internacional, inclusive na Alemanha e na própria França, onde alguns setores exploravam minérios, como o alumínio e o cobre, no Norte e Nordeste brasileiros.

As pressões vinham de todos os lados. Em fins de 1963 e início de 1964, os conspiradores redobraram as ações contra o governo, fazendo toda sorte de

questionamentos e contestações. Tudo era pretexto ou motivo para atacar João Goulart. Nem mesmo quando foi afastado da Presidência, se encontrando no exílio, Jango foi poupado de ataques. Isso, sem nunca ter expressado reparos ou críticas ao país ou aos próprios adversários. E quando já preparava a sua viagem para a Europa em fins de 76, diante das advertências dos atentados que poderiam atingi-lo, no Uruguai e na Argentina, Jango morre na Estância de La Villa, na província de Corrientes, Argentina.

Jango agoniou o seu dia-a-dia na esperança de voltar aos seus "pagos". Se o Governo da República e o Governo do Rio Grande do Sul não lhe prestaram as honras que lhe eram devidas, o povo consagrou clamando no enterro "Jango é nosso", "Jango agora está conosco".

Jango foi uma figura excepcional e de sentimentos os mais nobres. Um apaixonado pelo campo e bem sucedido fazendeiro. Homem desprendido que, envolvendo-se na política para servir, foi guiado à Presidência da República. Vítima de conjeturas, tramas e conspirações, ele acabou sacrificado. Dos presidentes, foi o que mais contato teve com os segmentos populares e que desceu ao convívio das comunidades. Foi transfigurado como um despreparado, isso para acobertar a insurreição dos que urdiram a sua derrubada. Os seus sentimentos nacionalistas e a defesa dos interesses do país foram tergiversados para imputá-lo de ser agente do comunismo internacional.

JOSUÉ GUIMARÃES*

Em janeiro de 1974, conversei com o Jango a respeito dos problemas cardíacos que nos atingiam. Queriam que eu fizesse a operação ‘safena’. Ele me desaconselhou e quis que eu fosse a Lyon, na França, para fazer os mesmos exames que ele havia feito. Chegou a me oferecer dinheiro para a viagem. Não aceitei, mas fiquei pensando no assunto e, em abril, viajei para Paris e lá me submeti a exames no Hospital Charlles De Gaulle, em Vincennes. Ele acompanhou meu caso e se mostrou satisfeito com os resultados dos exames.

Em agosto de 1976, chegando da Europa onde me encontrava havia cerca de dois anos, estive em missão jornalística em Montevidéu e, naturalmente, fui procurar os meus amigos exilados. Jango estava de partida para Londres e só pude conversar com ele durante poucas horas, ocasião em que fui testemunha do seu gesto de reconciliação pessoal e política com o seu cunhado, ex-governador Leonel Brizola.

Jango me prometeu telefonar de Londres para Lisboa, pois pretendia avistar-se com Mário Soares, primeiro-ministro português, o que foi feito quando eu me encontrava, na ocasião, em Paris.

Seus filhos, João Vicente e Denise, estavam em Londres. Fora obrigado a separar-se dos filhos em virtude das constantes ameaças à vida dos dois, feitas por elementos da extrema-direita argentina e uruguaia. Naquela noite, em Montevidéu, Jango me disse que pretendia, de Londres, viajar para o Rio de Janeiro. Estava disposto a enfrentar qualquer problema, pois não conseguia mais viver e nem suportar a vida de exilado. Diante da notícia divulgada por vários jornais, de que seria preso assim que chegasse ao Brasil, desistiu, rumando mais uma vez para Buenos Aires. Era um homem semidestruído. Longe dos filhos, com a vida ameaçada no Uruguai e na Argentina, sem condições de voltar ao seu país do qual fora Presidente pela vontade popular, Jango só poderia ter agravados os seus problemas de coração. E foi o que aconteceu.

Imagino só as amarguras que minavam o coração de Jango. Mas quer queiram, quer não, a História termina por destapar sepulturas, por baixar a máscara de circunspectos cidadãos que se julgam paradigmas da Pátria.

Querem apontar defeitos do governo Goulart? Perfeito. Mas não vão conseguir jamais negar a realidade de que foi um governo amplamente democrático, onde os direitos humanos foram respeitados, onde não havia um preso político, onde a imprensa e o pensamento não sofreram a mais leve

---

* *Escritor, em depoimento para o Coojornal, em dezembro de 1976.*

censura, onde qualquer um podia externar livremente o seu pensamento, onde os adversários do governo podiam se fazer ouvir através de qualquer meio de comunicação.

Como escritor – e não como político, que não o sou – lamento profundamente a morte de Jango, como lamentei a morte de Juscelino: com eles no governo, o pensamento nacional representava, de fato, a vida nacional. Quantos governantes poderão orgulhar-se dessa virtude?

Modéstia à parte, tenho muito o que contar sobre um bom pedaço da vida política brasileira. Se tiver condições decentes para sustentar a minha família, se o meu coração permitir – que é irmão do de Jango na doença – e se voltar ao país o direito dos cidadãos de escrever História, botarei no papel o meu depoimento sobre tantas páginas que, de momento, ainda não podem ser folheadas. Não se trata de uma ameaça, mas apenas de uma promessa para com a verdade.

LEONEL BRIZOLA*

A história de Jango, como disse certa vez Darcy Ribeiro, não é a de alguém que tenha caído por seus erros e defeitos, mas a de quem foi derrubado justamente por suas qualidades e projetos para o Brasil. Conciliador, tolerante, Jango foi vítima daqueles a quem, muitas vezes, poupou e procurou convencer. Estas forças e personagens, porém, não hesitaram em agir da maneira mais ignóbil contra ele, perseguindo-o brutalmente, até levá-lo à morte. A ditadura – que Getúlio Vargas evitara em 1954 com um tiro no peito, e que em 1961 fora detida pela resistência popular – tirou Jango do poder; o exílio, tirou-o da vida.

Jango, um homem transigente e pacífico, viveu em um contexto de intolerância daqueles tempos de Guerra Fria. Um líder que jamais perdeu a simplicidade que marca o homem rural do interior gaúcho, que a exercita nos mates e churrascos com a gente do campo e iria praticá-la sempre, no poder ou junto dele, com os sindicatos e o nosso povão das cidades. Dele divergimos muitas vezes, sem que jamais houvesse, porém, ódios ou rancores. Isso permitiu, afinal, que nos reconciliássemos, pouco tempo antes de sua morte.

Fim de um desencontro que nunca nos separou do supremo desafio do qual nunca nos afastamos: o de defendermos o Brasil e o seu povo. Esta causa terá sempre a memória de Jango a inspirá-la, pois as lideranças das causas sociais e políticas do povo brasileiro sobrevivem, como bandeiras desfraldadas, a nos reunir e chamar à luta para que o Brasil encontre os seus grandes destinos.

** Ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e líder do Movimento da Legalidade. Depoimento extraído do livro João Goulart – Recuerdos en su exilio uruguayo.*

MANUEL FERNANDO MOTTA DOS SANTOS*

Conheci o Jango em São Borja quando eu tinha uns sete anos. Me lembro dele sentado na praça, conversando com as pessoas, era muito brincalhão.

Depois do golpe, eu andava meio acuado, estava sem emprego, e no Rio de Janeiro eu havia paraticipado de um quebra-quebra com a UNE, e vi que a coisa estava feia mesmo. Então, pedi para o meu tio, Deoclécio Motta, o Bijuja, me levar junto com ele para o Uruguai. Fui trabalhar para o Dr. Jango, que já estava exilado. Ele era um homem exclusivamente dos negócios dele. Sempre respeitou o exílio, nunca infringiu normas, não participou de movimentos no exílio, e não foram poucos os que o procuraram.

Eu era motorista, cozinheiro, guarda-costa, acompanhava ele no cassino, ajudava em tudo. A rotina dele era se levantar e ver o engenho de arroz. Gostava de ver aquilo funcionando, foi o primeiro engenho de arroz no Uruguai. Ele fez a primeira barragem na propriedade dele e colocou a primeira lavoura de arroz. Aquilo era o seu passatempo.

Lembro que o governo uruguaio gostava dele, o povo uruguaio gostava muito dele, chamavam ele de ‘meu Presidente’; diziam ‘o Presidente Goulart está chegando’. Qualquer pessoa que cruzasse na rua o cumprimentava.

Ele tinha muitos amigos no Paraguai também. Era tratado muito bem. Na Argentina, eu lembro de um episódio em que os milicos prenderam o avião em que nós estávamos. Depois de muita conversa com um juiz que depois soubemos era meio maluco, os milicos receberam um telegrama do general Lanusse, comandante das Forças Armadas da Argentina, que dizia assim: “Tratem de acordo com o seu cargo, liberem imediatamente o avião e o senhor João Goulart, Presidente do Brasil, e prendam o juiz fulano de tal.”

O Jango dormia muito pouco. Às vezes, ele deitava às duas horas da manhã e seis horas da manhã já estava de pé, e saía para comprar ou vender gado, para olhar o campo, ver a plantação de arroz, o engenho. Estava sempre em atividade.

No Uruguai, eu andava sempre armado, às vezes nem o Jango sabia, mas ele raramente usava armas. Andava de camisa aberta e de peito aberto.

Eu saí da fazenda quando me casei com uma castelhana. Aí veio o primeiro filho e eu expliquei ao Jango que não poderia mais ficar ali. E ele até me deu uma mão para voltar para São Borja.

**Funcionário do IRGA e amigo pessoal de Jango. Depoimento a João Souza e Cleber Dioni, em janeiro de 2004.*

Eu me lembro em 74, 75, pouco antes de eu sair de lá, que os militares queriam que o Jango voltasse e se apresentasse lá no Rio de Janeiro. E ele não aceitava de maneira nenhuma isso. Ele dizia que não tinha que dar satisfação pra eles. Ele queria voltar para São Borja e cuidar das suas fazendas.

RAUL RYFF*

No governo ou fora dele, Jango foi sempre o mesmo: um homem simples, sem medos nem prevenções.

Outros atentados contra sua vida começaram a ser tramados. E não lhe faltarão reiteradas recomendações para que aceitasse um sólido esquema de segurança pessoal. Jango jamais se preocupou com as ameaças.

Dias depois de empossado na chefia da Nação, o Presidente Goulart deixava o Palácio da Alvorada à noite, dirigindo ele mesmo seu carro, coisa que fazia com freqüência, rumo à Granja do Torto. Ia só. Ao ver-me à saída do Alvorada, convidou-me para acompanhá-lo: “Entra aqui, tchê, há um churrasco de ovelha à nossa espera lá no Torto”. Já rodávamos à altura da Universidade de Brasília, quando, em sentido contrário surgiu um enorme caminhão, cujo motorista, com piscar de luzes e gestos largos, fazia sinais para que parássemos. Jango freou seu carro. Do alto da cabine do caminhão, emergiu o rosto do motorista que, sem reconhecer o Presidente, perguntou-lhe: “Ei, moço, pode me dizer onde fica essa tal de W3?” Jango voltou-se para mim e, diante da minha negativa, explicou ao motorista: “Ainda não sei companheiro. Desculpe, é que sou novo por aqui”.

Foi um conciliador, um reformista num país em que o reformismo é apontado pelas forças mais conservadoras como um inimigo a abater.

Composto de atropelo, na maré montante da grave crise nacional, política e econômica, faltou ao governo Goulart tempo e recursos para acumular forças. Entrou no entrevero de peito aberto...

O governo superestimou suas próprias forças, subestimando, em conseqüência, a enorme bagagem reacionária. Enquanto isso, os que o combatiam foram acertando seus planos lubrificando suas armas.

Poderosos meios foram acionados, dentro e fora do país. E não faltaram festivas passeatas de rua, montadas para impressionar a impressionável classe média.

Praticou um erro histórico? Só o tempo poderá dar uma resposta satisfatória.

**Jornalista, assessor da Imprensa da República no governo Jango. Depoimento extraído do livro O Fazendeiro Jango no Governo.*

CELSO FURTADO*

"O Goulart, de alguma maneira, dependia de mim, porque era um governo muito fraco e eu era uma coisa sólida que representava muito no Nordeste.

As minhas relações com ele eram muito boas e eu pude ter quase mão livre no governo Goulart. Tudo o que eu pedisse ele levaria adiante. Tanto assim que quando se tratou de ganhar o plebiscito (janeiro de 1963, a favor da revogação do parlamentarismo aprovado às pressas em 1961), ele precisou de um plano nacional e o (ministro) San Thiago Dantas disse a ele: "Só uma pessoa faz rapidamente, é o Celso". E eu fiquei como um doido fazendo em três meses um plano nacional. Coisas de Brasil."

Parido a toque de caixa, o Plano Trienal quase surgiu natimorto. Foi mais um exercício intelectual (Furtado) e de cálculo político (Jango) do que uma diretriz governamental seguida.

A Dantas Mota, Furtado falou com mais ceticismo sobre a experiência:

"O governo Jango, a rigor, jamais existiu. Foi demasiadamente contestado pelo sistema de poder no Brasil, seja pelos setores privados, seja pelos militares. Ele nunca conseguiu sair da situação de transitoriedade. No começo, sua luta foi fundamentalmente para restabelecer o poder do Presidente e, em seguida, foi absorvido pelo problema sucessório.

Na verdade, Jango, durante quase todo o seu governo, foi uma espécie de candidato a alguma coisa, e não propriamente um Presidente que tivesse assumido o poder de verdade."

---

* *Economista. Trecho de entrevista a Amir Labak, extraído da Revista Teoria e Debate.*

FLÁVIO TAVARES*

A nossa cara de espanto naquela tarde de 1º de abril de 1964, em Brasília, talvez me dê agora, 35 anos depois, a explicação do início de tudo. Caminhamos do edifício do Congresso ao Palácio do Planalto e, ao chegar, o presidente João Goulart se preparava para sair. Nem sequer se preparava, já saía às pressas. No gabinete presidencial, de pé ao lado do seu ajudante-de-ordens, dele consegui ouvir duas frases lacônicas e ditas de uma forma tão tranqüila que me confundiram ainda mais naquele momento de confusa indagação:

"Acabo de falar com o comandante do III Exército. Vou instalar o governo no Rio Grande do Sul e viajo hoje mesmo para Porto Alegre!".

Mudos e petrificados, Fernando Pedreira e eu só atinamos em parte com o sentido daquela pressa e daquelas palavras, ditas no estilo franco e simples de Jango. Pedreira era comentarista político de *O Estado de S. Paulo*, o mais frontal e férreo opositor de Jango, e eu, o colunista da *Última Hora*, o único jornal que apoiava o programa das reformas de base do governo, mas recebíamos igual tratamento por parte do Presidente e com ele compartilhávamos idêntico e mútuo afeto pessoal. Sem confundir amizade e política, ambos éramos críticos do estilo de Jango: Pedreira, por entender que ele avançava demais; eu, por pensar que ele recuava cada vez mais.

Num tempo em que a capital da República ainda se dividia entre o Palácio das Laranjeiras e o do Planalto, ele viajou do Rio a Brasília quase só para colocar a mulher e os dois filhos pequenos no avião presidencial rumo a São Borja. Depois, subiu num jato da Varig posto à sua disposição, com o qual chegara do Rio, mas o aparelho enguiçou na pista e ele teve de seguir num lento Avro turboélice da FAB, que levou quase cinco horas até Porto Alegre. O pouco que lhe restara como decisão de resistir ao golpe em marcha esvaiu-se na solitária lentidão do vôo ao Sul. De fato, lá ele não pretendia apoiar-se na lealdade e no poder militar do general Ladário Pereira Telles, que assumira o III Exército 24 horas antes, nem na tentativa de mobilização popular de Leonel Brizola, que já não era governador nem tinha qualquer posto executivo e insistia em ser nomeado ministro da Justiça para comandar o contragolpe. Se pretendesse resistir, ainda no Rio, Jango poderia ter dado a ordem que lhe pedia o brigadeiro Francisco Teixeira, para bombardear com seus aviões os revoltosos do general Mourão Filho que vinham de Minas pela estrada. Bombardearia as "posições", só a estrada, nem sequer os

---

** Repórter da editoria de política do jornal Última Hora, em Memórias do Esquecimento*

comboios de tropas, e eles, no mínimo, teriam de negociar. No recuo, Jango inverteu os papéis: ia ao Sul para, de lá, negociar com os revoltosos e procurar abrandar o ímpeto do golpe. O máximo da sua resistência não era a resistência, mas a negociação. Ou a conciliação, marca do seu estilo.

Todos tiveram responsabilidade no desastre. Não só os militares que deram o golpe ou os políticos que os induziram a golpear. O setor político como um todo, o Parlamento – expressão desse setor político – não se comportou muito diferente desse pessoal de farda. Nos anteriores nove meses, num tempo em que a vida parlamentar ainda tinha prestígio, presenciei no Congresso um desfile de bravatas recíprocas, que despencaram como um bólido nas contínuas sessões das 48 horas anteriores à consumação do golpe. Os chamados "cardeais" da UDN (Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Pedro Aleixo), todos pessoalmente brilhantes e que constituíam o cerne da oposição, atiçaram o fogo e depois lançaram em plenário a equipe de reserva para manter acesa a fogueira e cuspir labaredas por todos os lados.

No lado do governo, somente o deputado Almino Affonso tinha talento e raciocínio verbal suficientes para contrapor-se aos "cardeais" da UDN e enfrenta-los de igual para igual no debate aberto. Mas Almino, da esquerda do PTB, praticamente não pôde falar: estava afônico, rouco, após ter enfrentado com a sua palavra afiada a provocação de arruaceiros num comício pela reforma agrária, pouco antes, em Belo Horizonte. O líder da maioria governamental, Tancredo Neves, do PSD mineiro, correto e hábil articulador, mas pouco afeito ao debate áspero do plenário, tentou usar a racionalidade para pôr ordem naquela saraivada de ataques em que a minoria do Parlamento ameaçava com o diabo pedindo a derrubada do Presidente da República: quis demonstrar que a missão do Congresso era, primeiro, agir unido contra a mobilização de tropas e, só após, resolver esse impasse, tratar da figura do Presidente da República. A oposição, porém, apostava no golpe e a audácia transformou pouco a pouco a minoria parlamentar em maioria.

Quase sem vozes duras para debater com a UDN, o governo acabou sendo defendido pelo deputado Francisco Julião, que naqueles dias aparecia no Congresso pela primeira vez desde a sua eleição, exatamente para evitar perder o mandato por ausências acumuladas. Ferrenho opositor do governo e do próprio Jango, a quem chamava de "latifundiário e lacaio do latifúndio", Julião (eleito pela legenda do PSB de Pernambuco) falou como um general no comando de tropas e ameaçou "deter o golpe com a mobilização dos 60 mil homens armados das Ligas Camponesas", cinco mil dos quais – acrescentou triunfante – em Goiás, junto ao Distrito Federal. Com isso, gerou terror e medo entre os indecisos.

Tudo irreal. As Ligas Camponesas só se mobilizavam no papel para publicidade na imprensa e, após o golpe, seu líder não teve sequer como e onde esconder-se: alertado pelo "udenista" Adauto Cardoso, Julião fugiu de Brasília num esquema pessoal montado pelo advogado Miguel Pressburger e por mim. O exibicionismo sobre essas inexistentes milícias rurais armadas, porém, soara assustador num momento em que a guerra civil era um espectro ambulante.

Não foi o debate no Congresso que provocou o golpe militar (ao contrário, o golpe em marcha é que provocou o debate). Mas, sem a participação do Parlamento, sem a sua conivência com o movimento militar, a formalização ou legalização do golpe teria sido dificultosa. A oposição "udenista" tumultuou tanto e tão habilmente tudo, entre 31 de março e 1º de abril de 1964, que nessa última noite, o senador Auro Moura Andrade – presidindo o Congresso – abriu a sessão comunicando que "o Presidente da República deixou a sede do governo" e, de imediato, sem nenhum debate, deliberação ou votação, simplesmente declarou vaga a Presidência da República. No ato, convocou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, para assumir a chefia do governo e encerrou a sessão desligando os microfones. Tudo tinha durado menos de 90 segundos.

Perplexos, até mesmo os parlamentares e jornalistas que antipatizavam com Jango sentiram-se racionalmente surpreendidos ou incômodos com aquela artimanha. A cilada fora perfeita. Mas era uma cilada. Como entender essa democracia em que acreditávamos cegamente se, nela, o triunfo ou a derrota dependiam da astúcia em armar a ratoeira? Como entender um Parlamento assim (que não debatia nem analisava, só impunha), que jogava fora os ritos que servem para defini-lo como a expressão do pluralismo?

Assentadas na reforma agrária, as "reformas de base" assustavam os conservadores e a crise se resumia concretamente a isso. Era até compreensível que um setor castrense apelasse para as armas, mas era impossível entender que o Congresso se antecipasse à decisão militar e desse o golpe por conta própria.

Tomar posse significava ocupar o gabinete de Jango, sentar-se na sua poltrona. De fato, Mazzilli estava habituado a isso: várias vezes, assumira como "Presidente interino" – na renúncia de Jânio Quadros em 1961 e nas viagens de Jango ao estrangeiro. Agora, porém, era diferente – ele vinha para apagar os vestígios de Jango – e um deputado do PSD mineiro lembrou que faltava um general. Fosse quem fosse, era preciso "um general" presente à posse. E pelo telefone localizaram àquela hora da noite, pelas 23 horas, o general André Fernandes, sem comando e meio apagado no almanaque militar, mas o único disponível em Brasília, que compareceu e foi o centro de atenção dos políticos,

mesmo sem saber muito bem por que passara a ter tanta importância de um momento a outro.

O jornal fora invadido e parcialmente destruído por grupos de extrema-direita, apoiados pela polícia carioca, e a redação se reduzira a três jornalistas enfurnados no que havia sobrado da oficina gráfica. Tive ainda frustradas conversações com a Rádio Nacional e a TV Excelsior, que – ocupadas pela polícia estadual – haviam passado, pela força, às mãos de jornalistas vinculados ao CCC, o 'Comando de Caça aos Comunistas'.

DISCURSOS
E
ENTREVISTAS

"A nossa bandeira será a bandeira dos princípios que defendeste durante toda a vida...teu nome há de ser a bandeira da vitória a favor dos pequeninos e humildes por quem viveste e por quem deste a vida. Getúlio Vargas há de ser o nosso chefe de ontem, nosso chefe de hoje, nosso chefe de amanhã" (Discurso no funeral de Vargas)

24 de março de 1947

CRÉDITO PARA AGRICULTURA

Constituinte de 1947 eleito por São Borja, o dDeputado João Goulart fez sua estréia nas atividades de plenário com um discurso, em março daquele ano, pleiteando maiores créditos do Banco do Brasil em benefício das cooperativas do setor de carne, pecuaristas, lavoura de arroz e pequenos plantadores do Rio Grande do Sul. No momento em que falava, na sessão do dia 24 de março daquele ano, era discutida a proposta para que a Carteira Agrícola do Banco do Brasil financiasse a lavoura de arroz, que enfrentava uma grave crise naquele ano. Reivindicavam, igualmente, que a Carteira de Redesconto fornecesse a todos os bancos que operavam no Rio Grande do Sul facilidades de recursos para que os mesmos pudessem proporcionar financiamentos à produção agrícola e à pecuária.

Jango, com a experiência de quem desde jovem (pouco mais de 20 anos) já trabalhava na administração das fazendas da família e que assumira em definitivo os encargos das propriedades em função da morte do pai, em 1943, conhecia bem os problemas enfrentados pela agricultura e pecuária do Estado. E trazia para discussão, também, as reivindicações que ouviu ao longo da campanha para as eleições de 1946, sobretudo na região missioneira gaúcha – um trabalho que realizou como candidato a deputado e organizador do PTB em diversos municípios.

João Goulart começou seu discurso com a observação de que concordava com a afirmação, de alguns colegas, de que "a substância do que se está discutindo – crédito – é demasiadamente complexa para se resolver em apenas duas ou três discussões. Como, porém, o assunto exige pressa e sobre ele deve ser tomada uma medida de imediato, eu concordaria com a proposta do líder da bancada do PSD (Deputado Oscar Carneiro da Fontoura), porém, dividindo-a em dois telegramas. Em um deles se solicitaria o amparo para as cooperativas que são, como pretende o nobre colega, as responsáveis pela alta da carne. Porque eu creio que, para haver barateamento, precisa haver produção e crédito, e para haver crédito é necessário o amparo dos poderes competentes. Essas cooperativas, quando tiveram crédito em anos passados, quando foram amparadas, tanto quanto os fazendeiros, a despeito da alta de outros gêneros mantiveram o preço da carne, em Porto Alegre, por Cr$ 3,10".

"A deflação de crédito está prejudicando não somente a pecuária, mas também a lavoura, e não só aos grandes fazendeiros e aos grandes rizicultores, mas, ainda, aos pequenos plantadores e criadores, que muito mais precisam

destes créditos. O telegrama proposto pelo nobre Deputado Mem de Sá (Bancada do Partido Libertador) deveria ser passado, portanto, ao Presidente da República, para que amparasse as cooperativas, para que estas, por sua vez, amparassem os seus associados, porque isso seria, ao mesmo passo, amparar o próprio povo. Posso informar a esta Casa que ao Exmo. Sr. Presidente da República foram passados telegramas por diversas cooperativas deste Estado e, a todas, o Presidente respondeu simplesmente: "Estou encaminhando o assunto ao Banco do Brasil". O telegrama a que se refere o nobre Deputado Oscar Fontoura deve ser passado ao próprio Banco do Brasil, que é o estabelecimento de crédito capaz de tomar medidas eficientes para resolver esta situação verdadeiramente aflitiva que atravessa, neste dias amargos, a pecuária do Rio Grande do Sul. E conforme o apoio que já deu o nosso líder a esta medida, sugiro que o telegrama seja passado com urgência à Carteira Agrícola do Banco do Brasil, para que se concretize a aspiração de toda a pecuária do Rio Grande do Sul".

APOIO A COLONOS

Na mesma sessão de 24 de março, o Deputado João Goulart ainda tratou da reivindicação de interesse de agricultores de Santiago, que perderam suas lavouras de feijão, prejudicadas pelas geadas no ano anterior, e de trigo, dizimadas por praga de gafanhoto. Em documento firmado, também, por outros integrantes da Bbancada do PTB, propôs Jango que a Assembléia solicitasse ao Governo Estadual o fornecimento, de forma gratuita, de sementes, aos colonos daquela região e de outras zonas igualmente devastadas, "com a urgência que a situação impõe". Na justificativa, depois de fazer um amplo relato das dificuldades vividas pelos agricultores, com a perda praticamente integral de suas lavouras, afirmava o parlamentar que não dispunham, os colonos de Santiago e demais municípios da região, das mínimas condições para retomar o plantio de suas lavouras, na nova safra, a não ser que viessem a contar com auxílio do Estado.

26 de agosto de 1954

DISCURSO NO FUNERAL DE VARGAS

Presidente do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), João Goulart foi o orador principal nos funerais de Getúlio Vargas, realizados no jazigo simples da família Vargas, no cemitério de São Borja, em 26 de agosto de 1954.

"Meu caro amigo Getúlio Vargas, nosso grande e inesquecível chefe,

Aqui estamos com o coração cheio de amargura e os olhos cheios de lágrimas para prestar-te a nossa última homenagem. Se viveste com dignidade, morreste com honra.

A minha homenagem, a homenagem dos são-borjenses, a homenagem de todos os brasileiros presentes e dos que acompanham esta cerimônia em espírito, a maior homenagem que poderíamos te prestar será a leitura da carta que me entregaste antes de te despedires da vida e entrares para a História.

Esta carta será a bandeira, o lema e o catecismo de todos os trabalhadores do Brasil, que, tenho certeza, represento neste instante em que choram, como chora todo o povo brasileiro, a tua morte. Há de ser, também, o hino do povo que recebe com lágrimas o sangue que deste por ele.

Disseste, Dr. Getúlio, duas horas antes de morrer, com a consciência tranqüila, como só podem ter os grandes homens que sempre trilharam o caminho do bem e da verdade, palavras que unirão o povo brasileiro na defesa de todos os princípios que pregaste, desde que iniciaste a vida pública, princípios que não morrerão, que serão o nosso estandarte de luta, a nossa bandeira e que farão com que o nosso pensamento esteja sempre junto do teu pensamento.

A nossa bandeira será a bandeira dos princípios que defendeste durante toda a tua vida, nosso grande amigo e chefe Getúlio Vargas.

'Não me acusam, insultam-me! Não me combatem, caluniam-me! Não me dão direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que não continue a defender, como sempre defendi, o povo e, principalmente, os humildes. Sigo o destino que me é imposto.

Porque me coloquei contra os grupos econômicos e financeiros internacionais fui objeto de uma revolução e venci.'

Realmente, foi essa revolução que trouxe novos horizontes para todos os trabalhadores do Brasil. Foi essa revolução que inspirou e criou as leis do trabalho, pelas quais puderam ter liberdade o povo que era escravo e, principalmente, o trabalhador que vivia oprimido e humilhado.

Deste liberdade ao trabalhador, e a reação nunca te perdoou.

‘Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo.’

Voltaste, sim, nos braços deste mesmo povo que, nesta hora, com lágrimas, vem reafirmar aquela solidariedade que nunca te faltou e que te levou ao Catete e que te levará agora à suprema glorificação. Voltaste nos braços deste mesmo povo que nunca esqueceste, nem mesmo minutos antes de deixares esta vida, a caminho da eternidade.

‘À campanha subterrânea de grupos internacionais aliou-se a de grupos nacionais, revoltados contra o regime de garantia ao trabalho. A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo desencadearam os ódios.’

Os trabalhadores sabem que enfrentaste ódio e reação para dar aos que trabalham apenas mais um pouco de pão e tornar as suas existências um pouco mais compatíveis com a dignidade das criaturas humanas.

No entanto, contra mais esse pedaço de pão que deste aos trabalhadores, fazendo justiça, levantou-se a reação que te leva a esse túmulo.

‘Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras. E, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstáculo até o desespero.’

Lembramo-nos, Dr. Getúlio, quando na Bahia lambuzaste as mãos no petróleo do nosso solo, procurando fazer a independência do Brasil e dos brasileiros. A reação jamais concordou com essa atitude. O grande crime que cometeste foi o de procurar fazer com que as riquezas saídas do solo, deste mesmo solo onde entra agora teu corpo inanimado, não caíssem nas mãos dos trustes e monopólios. Este foi o teu crime, e por isso desejavam o teu castigo.

Disseste ainda: ‘Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária e descobri os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até quinhentos por cento ao ano.’

Muitos dirigentes dessas mesmas empresas devem estar neste instante com as mãos tintas de sangue, do sangue do homem que procurou impedir a concretização de seus impatrióticos desígnios.

‘Nas declarações de valores que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano.’

Eram estas as unhas aduncas que roubavam e sugavam o suor dos trabalhadores e do povo brasileiro, que desejavam a sua destruição. Precisavam aniquilar o nosso grande chefe e amigo porque ele representava a liberdade do povo e da Pátria. Mas eles se enganam. Não destruíram Getúlio Vargas nem seus ideais, que sempre estiveram vivos e, agora mais do que nunca, brilham na alma e no coração dos brasileiros.

Nós, dentro da ordem e da lei, saberemos lutar com patriotismo e dignidade, inspirados no exemplo que nos legaste. Embora entrando o teu corpo inanimado agora na terra, as tuas idéias entram definitivamente no coração de todos os brasileiros.

'Veio a crise do café. Valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender o seu preço, e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.'

Aqui está, também, com o coração entrecortado pela dor, o teu Ministro, o teu amigo Osvaldo Aranha, que é testemunha desse esforço. O Brasil responderá àqueles que exigiam, através do teu sacrifício, o sacrifício do nosso povo e da nossa Pátria.

'Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora queda desamparado. Nada posso lhe dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o sangue brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio para sempre estar convosco.'

Morreste como mártir, tiveste a glorificação que só têm os grandes estadistas, os que sabem viver e morrer. Deste em holocausto a tua vida para que não fossem sacrificadas mais vidas deste povo sofredor e miserável, deste povo que sempre conduziste com dignidade e que soubeste honrar até na morte.

'Quando vos humilharem, sentireis a minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito energia para a luta, por vós e por vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força da reação. Meu sacrifício vos manterá unidos. O meu nome será a vossa bandeira de luta.'

Tenho certeza, Dr. Getúlio, que o teu nome há de ser sempre a nossa bandeira de luta e nossa bandeira de vitória a favor dos pequeninos e humildes, por quem viveste e por quem deste a tua vida. Getúlio Vargas há de ser sempre o nosso chefe de ontem, o nosso chefe de hoje, o nosso chefe de amanhã.

'Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada da resistência.'

Lutaste como um bravo e, injuriado e caluniado, ainda nos últimos instantes de tua vida, afirmaste em uma mensagem de despedida ao nosso povo: 'Ao ódio respondo com o meu perdão.'

Só os grandes homens sabem perdoar. Somente um homem como o amigo poderia perdoar aqueles que nesta hora estão com as mãos respingadas de sangue. Perdoaste, e nós, em cima do teu corpo inanimado, seguindo o teu exemplo e com a alma partida, perdoaremos também, colocando o estandarte

do teu nome sob o pavilhão auriverde da nossa Pátria. Disseste ainda: ‘E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória.’

A tua vitória foi selada com as lágrimas do povo que tanto amaste e tanto defendeste.

‘Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém.’

Para isto estamos aqui, falando em nome de São Borja, falando em nome dos trabalhadores de nossa Pátria, dos mais humildes aos mais categorizados, do Amazonas ao Chuí. Eu digo, Dr. Getúlio, este povo não será escravo de ninguém, porque a bandeira que levantaste será a nossa bíblia, o nosso hino e nos conduzirá um dia à vitória que sempre almejaste para o povo que tanto amaste e pelo qual derramaste o teu sangue.

Disseste mais: ‘Meu sacrifício ficará para sempre. E minha alma e o meu sangue serão o preço do meu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a exploração do povo. Tenho lutado de peito aberto.’

De peito aberto também morreste, Dr. Getúlio, porque morreste como só sabem morrer os homens de coragem e dignidade.

‘O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte.’

Ofereceste mesmo tudo a este povo que neste instante está aqui derramando lágrimas sobre este caixão, o coração dolorido e amargurado. Ofereceste a vida pelo povo por quem lutaste toda a existência. Mas, estejas certo, Dr. Getúlio, este povo que dá esta prova de solidariedade nunca trairá os teus ideais. Este povo saberá lutar com todas as suas forças para a vitória de tuas idéias, que será a definitiva redenção social e econômica de nossa Pátria, para a felicidade de todos os brasileiros.

‘Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.’

Nada podem recear os homens que são capazes de todas as renúncias e que dizem, ao despedir-se deste mundo: ‘Ao ódio dos meus inimigos respondo com o meu perdão.’ As portas do além já estão abertas. Já estás lá, Dr. Getúlio, porque só os homens de bem e os superiores são capazes deste gesto. Foste bom e justo. A tua bondade e o teu espírito de justiça nos hão de inspirar sempre.

Dr. Getúlio, já estás a esta hora na história do mundo. Ainda ontem os jornais de Londres afirmavam que havia morrido o grande estadista do mundo. Saíste da vida para entrar na História e podes baixar ao solo que defendeste, até as suas entranhas, através da lei regulando o nosso petróleo, levando a certeza de que este povo que amaste e que também te ama jamais te esquecerá.

Tu estás vivo dentro do nosso coração, e vivos estão os ideais que defendeste.

Até a volta, Dr. Getúlio. Vai como foram os grandes homens. Tu, que soubeste morrer, levas neste momento o abraço do povo brasileiro, levas especialmente o abraço dos humildes, levas o abraço daqueles que, de mãos calejadas e honradas, constroem a grandeza de nossa Pátria.

Nós estamos contigo, e contigo está todo o povo brasileiro."

Junho de 1953

RESPOSTA AOS JORNAIS E AO THE NEW YORK TIMES

Dois dias antes da posse no Ministério do Trabalho, a gestão de João Goulart já era criticada pelo *Correio da Manhã* – na época, um dos mais importantes jornais brasileiros –, que o acusava de pretender formar uma "frente sindical" para dominar a vida do país. E pouco depois de assumir, também era criticado, com argumentos não muito diferentes, pelo mais influente jornal dos Estados Unidos, o *The New York Times*. Jango respondeu aos dois jornais, em momentos diferentes (junho e agosto de 1953), em entrevistas ao jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, um dos poucos que apoiavam o governo desde a volta de Getúlio ao poder, em 1950.

Em um editorial com grande destaque, sob o título "Preparando o golpe", o *Correio da Manhã* dizia que Jango, no Ministério do Trabalho, dedicar-se-ia a preparar um golpe contra as instituições democráticas. E acusava o governo de ser o responsável pela articulação da greve dos 80 mil marítimos, que se estenderia até uma semana depois da posse do novo ministro do Trabalho.

Jango, contestando os argumentos do *Correio da Manhã*, declarou que esses boatos já não o surpreendiam, "porque são extremamente ridículos e não encontram mais qualquer eco na opinião pública". De acordo com Jango, os diretores de jornais atribuíam a ele "uma soma de poder que eu francamente não consegui. Isto é ridículo. A informação não tem o menor fundamento. São boatos puramente alarmistas."

"Acompanhei o desenvolvimento da greve dos marítimos porque era meu dever de presidente de partido que está integrado no seio das massas trabalhadoras e não pode ficar indiferente às suas reivindicações. Nada mais do que isso. Fui procurado pelos líderes do movimento e com eles conversei em busca de uma solução harmoniosa e justa. Não sou ministro, o que só ocorrerá quinta-feira (o editorial era de uma terça-feira), quando tomarei posse. Nessa ocasião não só definirei os novos rumos do Ministério do Trabalho como também responderei às especulações políticas que vêm sendo feitas em torno de minha escolha", concluiu.

"SÓRDIDAS MENTIRAS"

João Goulart foi mais enfático na contestação ao jornal *The New York Times*. Segundo o jornal norte-americano, "o fato de um ministro do Trabalho do governo de Vargas utilizar sua influência para inclinar o movimento traba-

lhista brasileiro para o agrupamento de trabalhadores latino-americanos, controlados pelos peronistas, seria uma traição ao seu país e a seu movimento trabalhista". Disse Jango, na contestação ao jornal: "O Ministério do Trabalho não foi criado para servir de instrumento deste ou daquele grupo, mas sim para atender a todos – patrões e empregados – sem qualquer distinção. Argumentam os pseudoguardiães da democracia brasileira, contudo, que sou apenas o 'ministro dos trabalhadores', pois estaria inteiramente divorciado da indústria e do comércio. Na verdade, venho dedicando especial atenção ao proletariado, que não dispõe, como aquelas duas classes, de meios prontos e eficazes para a defesa dos seus direitos. O trabalhador, isoladamente ou através dos sindicatos, recorre somente ao seu Ministério. Mas isso, essa confiança do proletariado na Secretaria de Estado que dirijo, deveria constituir um motivo de tranqüilidade e nunca de alarme. Pretender-se-ia, talvez, que o operariado brasileiro, já tão desencantado, não acreditasse nos poderes constituídos? Nesse caso, sim, estaríamos fazendo o jogo dos inimigos do regime, que desejam levar as massas ao desespero, a fim de implantar no país o clima de inquietação social propício à subversão da ordem."

"No meu caso – continuou o Ministro –, além de ataques infames à minha honorabilidade, inventam as mais sórdidas mentiras e intrigas, como é exemplo essa pitoresca 'república sindicalista' que anda nas manchetes de alguns jornais. Acusam-me de peronista porque prestigio as organizações dos trabalhadores, que são os sindicatos. Ora, os sindicatos são, exatamente, os órgãos de representação e defesa dos interesses profissionais e econômicos das diferentes categorias, tanto de empregados como de empregadores. É dever do Ministério do Trabalho, portanto, estimular e prestigiar a organização sindical. Jamais poderia estar nos meus intuitos a transformação dessas entidades em instrumentos de ação política, não só porque isto seria desvirtuar-lhes as finalidades, como também a isso se opõem os preceitos da lei. Nesta oportunidade, e a propósito de um editorial no *The New York Times*, devo dizer que o Ministério do Trabalho não pretende utilizar-se da sua influência para fazer inclinar o movimento operário neste ou naquele rumo, mas deseja tão-somente que se oriente no sentido dos legítimos interesses das classes trabalhadoras e rigorosamente dentro da Constituição, das leis e dos sagrados interesses nacionais."

"Também não passa de torpe intriga o boato de que sou contra o capitalismo. À frente do Ministério do Trabalho estou pronto para aplaudir e estimular os capitalistas que, fazendo de sua força econômica um meio legítimo de produzir riquezas, dão sempre às suas iniciativas um sentido social, humano e patriótico. Sou contra, isso sim, o capitalismo parasitário, exorbitando no ganho e imediatista no lucro, contra o capitalismo cevado à base da especulação, que

afinal só contribui para o desajustamento social. Não é admirável que, enquanto uns estão ameaçados e morrem de fome, outros ganham num ano aquilo que normalmente deveriam ganhar em 50 anos ou até séculos."

Junho de 1953

POSSE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Em junho de 1953, quando João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho, já estava nas ruas o começo da campanha oposicionista que levaria Vargas ao suicídio pouco mais de um ano depois. Mas, apesar das constantes manifestações de seus adversários em jornais alinhados com as críticas a seu governo, com a oposição parlamentar da UDN e de setores militares, o Presidente da República ainda considerava possível alargar sua base de apoio entre os trabalhadores. Foi dentro desse contexto que Jango substituiu Segadas Viana no Ministério do Trabalho, dando o PTB ao ato um caráter de festa. Não faltaram delegações sindicais de todo o país e o espocar de foguetes enquanto o novo ministro assinava o livro de posse no Palácio do Catete e, duas horas depois, recebia o cargo das mãos de Segadas Viana, o ministro que caiu em meio a uma greve nacional de marítimos.

Conhecedor da crise em toda a sua amplitude, com os empresários não pretendendo fazer concessões e os trabalhadores com os salários corroídos pela inflação, Jango assumiu com um forte apelo à conciliação. Ele declarou em seu pronunciamento, aguardado com grande expectativa por lideranças de empresários e trabalhadores:

"Ao assumir a gestão da pasta do Trabalho, atendendo ao honroso convite do chefe do governo, quero que minhas primeiras palavras sejam ardente mensagem de confiança e de solidariedade aos trabalhadores de todo o país. Homem simples que sou, pouco afeito às injunções protocolares, eu talvez fuja à praxe que rege solenidades como esta, ao proclamar que ascendo ao posto inteiramente à vontade. Isto porque, não tenho outros compromissos senão com o povo, no mais amplo sentido da expressão, e especialmente com o proletariado, em cujo seio tenho orgulho de contar com inúmeras e sinceras amizades."

"Embora fosse meu desejo, reconheço que seria exaustivo, nesta oportunidade, dizer detalhadamente dos propósitos que me animam no cumprimento da investidura com que fui distinguido pelo eminente presidente Getúlio Vargas. Limito-me a ressaltar que pertenço a um partido político cujo programa se assenta na defesa dos interesses dos trabalhadores através do sistema de perfeito entendimento com as classes patronais, tendo como finalidade principal o bem-estar de todos e o progresso da Nação. Não poderia, pois, à frente do Ministério do Trabalho, sob pena de trair minha própria formação doutrinária, deixar de seguir as inspirações desse programa e das suas diretrizes fundamentais sem, no entanto, perder de vista enormes responsabilidades das horas difíceis que atravessamos."

"Meus senhores, despido de cargo ou da ambição do poder, meus objetivos são claros e definidos, resumindo-se na conquista de uma ordem social mais justa, sem a mínima quebra das nossas tradições democráticas. Não trago para o Ministério um programa de inquietações – como pretendem alguns setores políticos – e nem prometo solucionar milagrosamente os inúmeros problemas dos trabalhadores. Todos sabem, de resto, que esses problemas são conseqüência da realidade econômica que, no Brasil de hoje, se apresenta particularmente difícil às classes proletárias. Daí porque uma das minhas principais preocupações será fazer com que este Ministério, na ação conjunta com os demais órgãos da administração pública, empenhe todos os seus recursos técnicos e humanos, no esforço comum de superar as causas desse desajustamento – que pode ser apontado como fonte de profundos desequilíbrios, notadamente nos orçamentos domésticos dos trabalhadores.

"O sistema de governo vigente no país, consubstanciado na Constituição da República, assegura a todos, sem qualquer distinção, o direito a uma vida decente, confortável, que não deve, não pode ser privilégio de alguns. Não necessitam os trabalhadores, portanto, na luta pela vitória de suas legítimas reivindicações, de recorrer a meios ilícitos ou a soluções extremas preconizadas por doutrinas exóticas. E nessa conquista ordeira do lugar a que realmente têm direito na sociedade, os trabalhadores poderão contar, sempre, com o seu Ministério, pois tudo farei para que não fiquem relegados à triste condição de simples emblema demagógico e nem de conteúdo reacionário."

"Ao ser designado para as funções que ora assumo, sabia tratar-se de um posto de sacrifício. Mas devo dizer que não me atemoriza a onda de explorações que minha investidura vem despertando em determinados círculos políticos, aos quais responderei muito mais com atos do que com palavras. Meus propósitos, quer políticos ou administrativos, jamais se afastarão dos sagrados princípios da fidelidade às leis, aos postulados democráticos que sempre nortearam a minha vida pública. Todos os nossos esforços resultarão inúteis, todavia, se não houver arregimentação imediata do proletariado através das células vivas e palpitantes do seu organismo – que são os sindicatos. Somente eles, com efeito, podem oferecer aos trabalhadores os meios legais efetivos para a defesa dos seus interesses econômicos ou profissionais. Necessário se torna, pois, robustecer as entidades classistas, assegurando-lhes independência e autonomia, de maneira a transformá-las, de fato, num instrumento de expressão da vontade daqueles que constroem, com seu amor, a grandeza nacional."

"A propósito quero declarar – e o faço alto e bom som – que as portas do Ministério do Trabalho serão fechadas a falsos líderes e aos profissionais do sindicalismo, permanecendo abertas, de par em par, no entanto, a todos aqueles

que representam os interesses legítimos, sejam eles empregados ou patrões. É meu desejo, ainda, dispensar atenção especial à aplicação dos dinheiros dos trabalhadores. As parcelas que eles pagam, com os proventos de sua labuta diária, só poderão ser investidas em empreendimentos que, efetivamente, venham ao encontro dos interesses das classes, criando-lhes melhores condições de vida, conforme determinam as leis. E nesse particular, peço a cooperação direta dos sindicatos, pois não permitirei – custe o que custar – que um centavo sequer das contribuições que representam o sacrifício dos trabalhadores seja desviado para outros fins que não em seu próprio benefício. Reputo ainda, imprescindível, essa cooperação na parte referente à fiscalização das leis que regulamentam os direitos e os deveres do proletariado em geral."

"Meus senhores, eu não cometeria a leviandade de supor desde já assegurado o êxito do programa que pretendo realizar no Mistério do Trabalho sob inspiração das diretrizes que desde 1930 vem norteando a ação do preclaro presidente Getúlio Vargas. O desempenho de minha missão dependerá menos dos meus esforços do que do apoio que receber não somente dos trabalhadores mas, também, das classes patronais. Todos nós temos responsabilidades na preservação e no aperfeiçoamento do sistema que rege as boas relações entre capital e trabalho – único caminho que conduz ao clima de paz e de concórdia sem o qual jamais chegaremos àquela sociedade sem ódios ou injustiças que o povo brasileiro almeja. Tenho absoluta certeza, porém, de que as forças da produção, cujo patriotismo tão bem conhecemos, não me faltarão com o melhor de sua solidariedade e de seu efetivo apoio. Dessa maneira, com a colaboração e a boa vontade de todos, não pouparei esforços para corresponder, no Ministério, à confiança do governo e às esperanças dos trabalhadores."

"É um conforto e um estímulo saber que não estamos sós – ministro, patrões e empregados – na elevada missão de trabalhar por um Brasil mais forte e mais feliz. Ao nosso lado, na mesma trincheira, está também o Congresso Nacional, cujos membros tantas e tantas demonstrações vêm dando de coragem e de civismo; estão as gloriosas forças armadas, vigilantes na nobre missão de garantir a perenidade das instituições e a unidade nacional; está o povo em geral; está a valorosa equipe de funcionários do Ministério; estão, enfim, todos os homens de boa vontade que realmente desejam a paz social e o engrandecimento da Nação. E é justamente por isso, pela certeza de que conto com o apoio das correntes mais vivas na representação da nacionalidade, que assumo com orgulho e tranqüilidade de consciência a investidura que me foi conferida pelo digno chefe da Nação."

"Senhor Segadas Viana, ao receber de suas mãos e o cargo de Ministro dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, quero dizer, antes de mais

nada, que sou testemunha de quanto o valoroso correligionário vem batalhando pela causa do bem-estar social do país. Na direção do Ministério foi, de fato, inestimável a ação desenvolvida pelo amigo, com a colaboração que considero imprescindível de todos os servidores aqui lotados, sem qualquer distinção hierárquica. Tornou-se o digno companheiro, desse modo, credor do respeito de todos, pois soube, mais uma vez, reafirmar seu extremado amor à causa pública e ao Brasil."

11 de novembro de 1956

ENTREGA DA ESPADA A LOTT

No dia 11 de novembro de 1956, João Goulart foi o orador principal num ato público promovido por lideranças sindicais e do Partido Trabalhista em homenagem ao general Henrique Teixeira Lott. Realizado diante do prédio do Ministério da Guerra, do qual Lott era o titular, o ato foi promovido para lembrar que, um ano antes, Lott havia abortado uma tentativa de golpe para impedir a posse dos eleitos em outubro em 1955 para a presidência e vice-presidência da República, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O momento principal da solenidade foi quando Jango entregou a Lott uma espada (peça artesanal, fabricada em Caxias do Sul com lâmina em aço e adornada em ouro), simbolizando o reconhecimento da Nação à postura do ministro da Guerra em defesa da lei e da ordem.

"Nada significam os atos humanos – disse Jango ao iniciar seu pronunciamento diante de um público calculado em mais de 15 mil pessoas – ou os acontecimentos históricos se não trazem alguma mensagem que possa ter validade através do tempo. O que importa na vida dos povos são aqueles eventos que, guardando a marca de sua necessidade, acabam por traduzir o encontro com o seu verdadeiro destino. Pouco vale a intensidade da ação que os impulsiona ou o período de sua duração. O que lhes dá grandeza é, justamente, a profundidade dos objetivos que formam. Comemoramos aqui um desses episódios que significam, para nós, o encontro do nosso país com o seu destino democrático. Dele, por vontade de Deus, não ficou a marca do sangue brasileiro, mas o conteúdo de nossa maturidade política. Ele, de tão rápida duração, de tanta superficialidade aparente, trouxe, no seu bojo, entretanto, todo um processo de cristalização democrática que vinha sendo duramente perseguido pelo povo brasileiro. Representou, de modo substancial, não só um passo à frente no amadurecimento de nossa mentalidade política como um mergulho mais profundo na compreensão de nossos problemas. É por tudo isso que não quisemos esquecê-lo, que resolvemos, todos juntos – povo, poder civil, classes armadas –, nos reunirmos para evocá-lo simbolicamente nesta cerimônia, nesta mesma praça onde, há 70 anos, se fundava o regime republicano, à frente de cujo movimento se encontrava esse grande intérprete das aspirações comuns do povo e da tropa: o marechal Deodoro."

"Aqui me encontro por esse imperativo de minha consciência. Eu que muito bem sei que somente num regime democrático podem ter os trabalhadores condições de lutar por suas reivindicações. Encontram-se aqui aqueles bra-

vos parlamentares que não titubearam, nem vacilaram na causa comum, pois tinham a consciência de que, muito mais do que seus mandatos, estava em jogo o rumo da Nação brasileira. Aqui estão representantes do Poder Judiciário, ilustres chefes militares e ministros de Estado, traduzindo a presença da direção do país. Aqui se encontram o povo de um modo geral e os trabalhadores, refletindo a sua verdadeira essência; e ainda, por meu intermédio, trazendo a sua solidariedade a esta manifestação de fidelidade ao regime e àquele que foi a expressão vigorosa de um chefe retemperado na mais áspera campanha política que já enfrentou um candidato à Magistratura suprema e cuja luta pela preservação democrática, pela posse dos eleitos, formou todo o espírito do 11 de novembro, que é o presidente Juscelino Kubitschek. Mas o que significa para todos nós, especialmente para os trabalhadores, o 11 de novembro, que teve em Vossa Excelência, Sr. General Teixeira Lott, o grande comandante? Significa que, sem ele, teríamos visto triunfar uma cortina de sofismas e argumentos sibilinos; a vontade daqueles a quem as urnas haviam dito não no dia três de outubro. E significa, ao mesmo tempo, que, no Brasil, a era dos golpes de mão e das conspirações palacianas está definitivamente encerrada e que ninguém irá ao poder senão pela soberana vontade do povo. Tem um alto sentido, Sr. General, ser o 11 de novembro comemorado em praça pública e sob a liderança das classes trabalhadoras."

"A espada, esta espada, é um símbolo da ordem e da lei. Não fosse esta a convicção do povo, ela não seria entregue às mãos de Vossa Excelência nesta consagração popular. O povo brasileiro sabe arrebatar a espada àqueles que não a sabem usar e, por isso mesmo, sabe a quem a deve e pode confiar para a sua defesa e das instituições. Esta é a homenagem dos trabalhadores a Vossa Excelência e a todos os bravos militares, comandantes e comandados, que, em 11 de novembro, souberam honrar os seus compromissos com a legalidade, respeitando o pronunciamento das urnas e a vontade do povo. Receba, pois, Vossa Excelência esta espada como a demonstração da fé e da confiança do povo no espírito democrático de suas Forças Armadas, sempre vigilantes na defesa da lei e no amor ao Brasil."

Setembro de 1961

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O cenário já era conhecido de Jango. Afinal, como Vice-Presidente da República durante o mandado de Juscelino Kubitscheck e do próprio Jânio Quadros, ele era, legalmente, o presidente do Congresso Nacional. Mas aquele encontro com parlamentares de todos os partidos, ministros e convidados especiais, no dia sete de setembro de 1961 – por coincidência a data em que o país comemorava mais um ano de sua independência política –, tinha a característica de um momento muito especial, o que dava a Brasília um dia de festa: João Belchior Marques Goulart estava assumindo a chefia do poder duas semanas depois da surpreendente renúncia do Presidente que com ele se elegera, Jânio Quadros. E a festa só não era completa porque Jango, inicialmente vetado pelos militares, assumiu num "arranjado" regime parlamentarista, depois derrubado por um plebiscito.

Jango, que assumiu numa solenidade iniciada às 15 horas, falou durante 20 minutos. No seu pronunciamento, ainda sob a influência da grave crise político-militar que precedeu sua posse, formulou apelos à conciliação e reafirmou seus compromissos com o regime democrático. A seguir, a fala de Jango.

"Assumo a Presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a Nação. Minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeito e acatamento à ordem constitucional. Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente e que agora, com impressionante manifestação de respeito pela defesa das liberdades públicas, uniu-se através de todas as forças para impedir que sua manifestação soberana fosse desrespeitada. Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de preservá-la com o patriótico objetivo de orientá-la para a realização dos altos e grandiosos destinos da pátria brasileira".

"Não há porque ser pessimista diante de um povo que soube impor sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. Nossa tarefa é não desiludir o povo e, para tanto, devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas com a mesma dedicação, o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a lei, a ordem e a democracia. Este magnífico movimento de opinião pública, que formou, ao calor da crise, uma unidade nacional, haveremos de manter de pé, com o fim de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da manutenção da sua soberania e da aceleração do seu desenvolvimento".

“Permitam-me senhores congressistas uma reflexão que suponho tão sua quanto minha. Souberam vossas excelências resguardar, com firmeza e sabedoria, o exercício e a defesa do nosso mandato que a Nação lhes confiou. Cumpre-nos agora, mandatários do povo e fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular que nos manda, que nos julga, para que ela própria dê seu *referendum* supremo às suas decisões políticas, que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante”.

“Surpreendido, quando em missão do meu país no exterior, com a eclosão de uma crise político-militar, não vacilei um só instante quanto ao dever que me cabia cumprir. Desde logo pude avaliar a extensão e sentido exato da mobilização das consciências e da vontade em que se irmanaram os brasileiros para a defesa das liberdades públicas. Solidário com as vivas manifestações de nossa consciência democrática, de mim não se afastou um momento sequer o pensamento de evitar, enquanto a dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. Tudo fiz para não marcar com o sangue do generoso povo brasileiro o caminho que me trouxe à capital – o caminho de Brasília. Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que dividir, que prefiro pacificar a acirrar ódios; que prefiro harmonizar a estimular ressentimentos. Promoveremos a paz interna com dignidade, a paz que resulte na segurança das instituições, na garantia dos direitos democráticos, no respeito permanente à vontade do povo, à inviolabilidade da soberania nacional. Reclamo a união do povo brasileiro e por ela lutaremos com toda a energia para, sob a inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o país para a única luta interna e econômica, a luta contra o pauperismo e o subdesenvolvimento”.

“Dirijo-me especialmente ao presidente Ranieri Mazzilli, cujas virtudes cívicas desejo proclamar; ao Congresso Nacional, que tive a honra de presidir nestes últimos seis anos e que agiu, nesta emergência, na defesa intransigente do regime democrático; à Igreja Católica, que é da minha confissão e que desde o primeiro instante se manifestou pela legalidade, através da voz dos seus prelados; às outras Igrejas que também defenderam a Constituição; aos estudantes que lutaram intrepidamente pela preservação da ordem democrática; às forças da produção, que se colocaram ao nosso lado por saberem que somos fator de equilíbrio e harmonia na conciliação do jogo das tensões sociais; à imprensa, rádio e televisão que, com indomável bravura, resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento; às forças armadas que permaneceram fiéis ao espírito democrático e devotaram-se na proteção da ordem jurídica; aos governadores dos Estados, que resistiram na

defesa da legalidade; aos trabalhadores do Brasil, que deram impressionante demonstração de sua unidade de modo pacífico e ordeiro, de solidariedade à manutenção da ordem democrática; a todos, como Presidente, dirijo meus agradecimentos; ao país apelo para que não nos falte, em nenhum momento, com o apoio e solidariedade aos mais sagrados interesses da pátria comum. Ao Poder Judiciário desejo prestar uma homenagem toda especial, ao vê-lo cada vez mais prestigiado na reafirmação de respeito e acatamento às leis. Sob meu governo todas as liberdades públicas estarão desde logo asseguradas, com a suspensão de quaisquer medidas administrativas impostas contra as garantias estabelecidas pela Constituição da República."

"Senhores congressistas, o destino, numa advertência significativa, conduziu-me à presidência da República na data da independência política do Brasil. Vejo, na coincidência, o simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta Magistratura da Nação. Peço a Deus que me ampare para que possa servir à pátria com todas as minhas forças e com energia e sem temores defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro".

31 de janeiro de 1963

PLANOS PARA ENFRENTAR CRISE

Dia 31 de janeiro de 1963, o presidente João Goulart, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, falou amplamente de seus planos para enfrentar os problemas mais graves e urgentes do país que, em sua visão, exigiam providências governamentais em curto espaço de tempo. E os situou num espectro tão amplo que iam do combate à especulação no comércio atacadista à implementação da reforma agrária, passando pelo fim da política de subsídios a determinados produtos; adoção de preço-mínimo justo para o produtor; controle da emissão de papel-moeda e combate à inflação.

Aludindo ao volume de trabalho no início de 1963, Jango começou a entrevista observando que "infelizmente, ainda não tive contato maior com a imprensa nesses primeiros dias, que foram realmente de muito trabalho. E devo manter este ritmo de trabalho, muito intenso, para enfrentar a série de dificuldades e problemas que vão surgindo ou se avolumando".

"Tenho procurado pôr as coisas em ordem, coordenando uma série de medidas do maior interesse para o país. Ainda ontem, iniciamos a constituição, através de decretos, dos primeiros grupos de trabalho. É meu pensamento criar diversos deles para exame dos problemas mais prementes e mais graves. E, ao lado disso, estudar outras medidas de maior profundidade. Medidas que realmente representam sacrifícios para todos, como o aumento do preço dos combustíveis, foram adotadas na certeza de que se transformarão, num prazo relativamente curto, em benefício para o povo, dada à distorção que se verificava no setor dos subsídios que o governo estava pagando a diversos produtos, subsídios que iam aumentando à medida que aumentava o consumo, agravando ainda mais as nossas dificuldades".

"As medidas tomadas para corrigir essas distorções trouxeram como conseqüência um impacto no custo de vida. Infelizmente, a especulação aproveitou-se dessas providências para elevar, de forma exagerada e indiscriminadamente, os preços, freqüentemente num nível muito superior à realidade. Para retificar o que estava errado, constituímos o primeiro grupo de trabalho, que deverá entrar em ação ainda hoje, sob a presidência do ministro da Agricultura, com a participação do novo diretor da SUNAB, e que tem um prazo de trinta dias para o levantamento geral de toda essa situação e propor medidas que possam evitar abusos que ocorrem ou que possam eventualmente ocorrer".

"Também estamos tratando de pôr em execução a lei que reprime os abusos do poder econômico. Serão constituídos os órgãos que a lei determina.

Acredito e confio que as próprias classes produtoras terão empenho em colaborar com o Governo, porque a elas interessa, tanto quanto a nós e ao povo, a estabilidade. Evidentemente, se elas não prestarem ao povo essa colaboração, no sentido de ajudar-nos na luta contra a especulação, elas não poderão esperar a colaboração do povo com o Governo. Estamos estudando os problemas de gêneros e preços, de produção e de consumo, estatísticas e levantamento de estoques. Infelizmente, no Brasil, nós não sabemos, com dados exatos, a respeito do que se está produzindo, nem do que se vai produzir este ano, nem do consumo de determinado gênero e, conseqüentemente, dos saldos exportáveis. Pelas informações que temos, estamos diante de uma safra agrícola muito boa. Precisamos realizar o levantamento exato dessa produção, para que possamos fixar não somente a orientação do Governo com relação a esses produtos, a parte exportável e a parte do consumo, como também para aferir o pagamento justo que deve receber o produtor e o preço pelo qual deverá ser entregue ao consumidor."

"Não seria justo que esse comércio atacadista se locupletasse com a alta que vem sacrificando o povo neste instante, aproveitando-se de providências do Governo que visam a corrigir a situação inflacionária que tanto nos preocupa. Na realidade, fomos colocados diante do seguinte dilema: ou nós, para cobrirmos esses subsídios, continuávamos emitindo desordenadamente e cada vez mais ou, então, tínhamos de tomar a decisão corajosa e prática de enfrentar tais distorções e procurar, através do corte desses subsídios, frear o ritmo inflacionário que estava arrastando o país a conseqüências graves e imprevisíveis".

"Sinto-me à vontade para determinar essas medidas. Sou um homem que não tem compromissos com grupos econômicos nem ligações com representantes de espécie alguma. Adoto essas medidas, convencido de que elas, num prazo relativamente curto, trarão benefícios reais ao povo. Estou convencido de que, se nós continuássemos naquela disparada inflacionária, levaríamos o país e, conseqüentemente o povo, a uma situação de desespero. Sei também que é muito difícil conciliar a popularidade com essas atitudes, embora sejam patrióticas e visem a evitar maiores dificuldades ao país. Mas, sinceramente, estou convencido de que elas são absolutamente indispensáveis ao benefício do próprio povo. Vamos procurar cercar essas medidas de outras correlatas, de defesa direta da bolsa popular. Ao mesmo tempo, é pensamento do Governo enviar ao Congresso Nacional mensagem propondo reformas básicas, que nós entendemos que virão, por sua vez, criar condições para melhorar a vida do povo".

"Uma das primeiras será a reforma agrária. Quanto ao crédito, nós entendemos que ele deve ser disseminado, por todos os meios, ao pequeno agri-

cultor que, quando o consegue, é através de intermediários, com juros altíssimos, encarecendo o produto. Espero que essas medidas, dentro de poucos meses, já possam produzir os seus efeitos. Acredito que, se não fossem tomadas, teríamos o caos dentro do país, tumultuado pelo volume enorme de emissões, não só as já realizadas como também as que teriam de realizar-se para enfrentar as situações cada vez mais difíceis que se irão apresentar. O problema da gasolina é um exemplo. O pobre, que está sofrendo hoje o impacto com o aumento do produto, estava pagando 50% do preço da gasolina consumida por qualquer um dos senhores que têm automóvel, ou pelos que têm dois ou três carros, como é o caso dos mais ricos. O proprietário pagava, numa bomba de gasolina, apenas 50% do preço que realmente custava ao país. Os outros 50% quem estava pagando era o operário, era a dona de casa, a lavadeira, era a gente mais pobre. Isso porque o Governo estava subsidiando o produto através de emissões que repercutiam de maneira violenta nas classes mais pobres. Além disso, nós estávamos na iminência de deter o programa da expansão da Petrobrás, que é um dos maiores patrimônios nossos, ameaçado de ficar completamente estagnado pela falta de recursos, se não se revisassem os preços dos combustíveis. Teríamos também o programa rodoviário do Brasil tremendamente prejudicado, se essas medidas não fossem tomadas."

"Acredito que, com o corte desses subsídios e outras providências, nós vamos chegar a uma situação de relativa tranqüilidade com relação ao nosso orçamento. Já programamos um corte nas despesas, estimado em 260 milhões. Com essas medidas precisaremos, para resumir, emitir menos do que emitimos no ano passado e sobre um faturamento maior. Acredito que, se puder chegar ao fim do ano emitindo ao redor de 100 a 120 bilhões, teremos diminuído consideravelmente o ritmo do processo inflacionário, de 50%, na sua velocidade atual, ou de 52% para 25% ou 30%, no máximo, o que já representa um grande passo no sentido da contenção da nossa acelerada marcha inflacionária. Isso será possível se nós nos pudermos manter dentro das linhas básicas do programa que traçamos. Quanto ao funcionalismo público, despesa intimamente ligada ao orçamento da União, já está previsto um aumento ao redor de 40%, dentro das previsões para esse exercício. Evidentemente, não pode haver nenhum plano inflexível, absolutamente estático. Um plano deve ser dinâmico, flexível. Pode ser que o nosso sofra modificações nos detalhes, aconselhadas pela sua aplicação, mas as diretrizes básicas precisam ser mantidas".

COMÉRCIO EXTERIOR

A seguir, em resposta a uma pergunta relacionada com as medidas de incentivos ao comércio externo, previstas para 1963, o presidente João Goulart

respondeu que “esse é um assunto que ultimamente tem sido mais debatido. Homens da mais alta autoridade e da mais alta insuspeição têm falado muito sobre os déficits do nosso balanço de pagamentos. Quando eu me refiro a homens insuspeitos, me vem logo à memória o nome de nosso ilustre embaixador nos Estados Unidos, o Dr. Roberto Campos. Ainda há pouco, a nossa Embaixada em Washington deu à publicidade uma nota esclarecedora a respeito desse problema. Realmente, a situação do nosso balanço de pagamentos, no que se refere a valores, tem caído muito, tem caído mesmo vertiginosamente, porque os produtos primários de exportação do Brasil vêm sofrendo implacável redução no seu valor”.

“De 1951 para cá, alguns produtos básicos de nossa exportação, como o café, caíram tanto que nós precisamos hoje de duas toneladas de café para importarmos aquilo que importávamos com apenas uma tonelada. É uma situação que nos tem criado grandes dificuldades. O ritmo de nossas exportações não caiu. Aumentou. Espero que neste ano ainda possamos alargar mais a nossa faixa de exportação. Produtos que eram exportados em escalas reduzidas, hoje estão sendo enviados para diversos países, especialmente para o mercado europeu, em grande escala. É o caso do minério de ferro, que foi objeto, ainda recentemente, de grandes contratos com empresas européias e que agora está sendo objeto de novos contratos. O problema do balanço de pagamentos também deverá ser objeto de estudos, especialmente com os países onde nossos déficits são mais altos, como é o caso dos Estados Unidos. O Brasil realmente tem grandes compromissos que não foram assumidos por mim, mas que eu tenho o dever de honrá-los”.

Setembro de 1963

CRISE DE 1963

A seguir, o discurso do presidente João Goulart, avaliando as sucessivas crises, das últimas semanas:

"Considero de meu dever dirigir-me a todos os brasileiros, nesta hora de apreensões em que vivemos, para dizer-lhes que cabe a cada um tomar plena consciência das verdadeiras causas da inquietação que vêm perturbando nossa vida econômica, social e política. Falsos defensores da ordem, agitadores ostensivos e agentes dissimulados de interesses antinacionais, a pretexto de reclamarem a afirmação e o exercício da autoridade, por parte dos poderes constituídos da República, conspiram contra a própria Nação, no que ela tem de mais sagrado: a sua integridade, a sua emancipação, a paz interna, o direito mesmo de comandar o seu destino.

A Nação exige que se ponha termo a essa permanente e intolerável provocação contra a nossa organização democrática que tem compromissos inarredáveis com o bem-estar do povo e com as justas aspirações do progresso social. A Nação conhece as deformações que nos têm intranqüilizado e já identifica as fontes do sofrimento que inquieta a família brasileira.

A 7 de setembro de 1961 assumi a presidência da República consciente das sérias ameaças que pairavam sobre a continuidade do desenvolvimento econômico, compreendido como o processo de libertação da nossa economia e incorporação crescente das massas populares à comunidade nacional.

O ritmo de emissão de papel-moeda agravava os penosos efeitos do processo inflacionário, cuja contenção se achava extremamente dificultada, em virtude das contradições da estrutura econômica e financeira do país. Investido das responsabilidades da chefia do Governo pela manifestação do plebiscito de janeiro, minha primeira preocupação foi a de enfrentar energicamente as graves dificuldades do país. Não hesitei, inclusive, em adotar medidas drásticas para combater as distorções que vinham agravando a situação econômica e reduzindo o poder aquisitivo do nosso povo.

Empreendemos o combate à inflação, que já estava atingindo índices insuportáveis. Medidas corajosas, como o corte dos subsídios cambiais e tarifários, foram adotadas pelo Governo no esforço de deter a constante deterioração dos valores do trabalho, em face da elevação indiscriminada dos preços que atingia, sobretudo, as camadas humildes e médias da população.

Os compromissos cambiais acumulados subiam a níveis superiores a dois milhões de dólares. As operações do comércio internacional, agravadas

pelo aviltamento de longo tempo e progressivo dos preços de nossos produtos de exportação, continuavam onerando a posição do Brasil no intercâmbio externo. Para pôr ordem na marcha de nosso processo de desenvolvimento, foi elaborado o Plano Trienal, primeira tentativa séria destinada a enfrentar nossas dificuldades por meio de uma coordenação global das atividades econômico-financeiras do país, tanto no setor público como no setor privado.

Em mensagem que enviei ao Congresso Nacional, como em repetidos pronunciamentos públicos, deixei sempre claramente expresso que o Plano Trienal só teria plena validade prática e atingiria os resultados previstos se fosse complementado pelas reformas reclamadas pelo desenvolvimento do país, especialmente a reforma bancária, a reforma tributária e a reforma eleitoral.

Bastou, porém, que o Governo afirmasse à Nação que sem essas reformas seria impossível alcançar a melhoria das condições de vida da grande maioria do povo brasileiro, bastou que revelasse a inabalável, patriótica e democrática disposição de comandar e obter as reformas democráticas para que conhecidas correntes políticas e econômicas, obscurantistas e retrógradas redobrassem sua resistência contra esse objetivo e essa atitude – os únicos que permitem solução cristã e democrática para a crise que haveremos de vencer, a fim de que o Brasil possa prosseguir em sua marcha para o progresso econômico e social."

VERDADE FALSEADA

"Dinheiro de origem desconhecida, manipulado por entidades semiclandestinas, foi esbanjado em todo o território nacional, com o único propósito de falsear a verdade e distorcer o legítimo sentido das reformas que o povo e Nação reclamam. Nem o próprio Congresso Nacional escapou à tentativa da ação corruptora dessa fábrica de intrigas, mentiras e calúnias que não tardou a revelar-se como arma voltada contra a própria soberania nacional. Não se voltaram apenas contra mim e contra o meu Governo, mas foram ao extremo de levar para o exterior os seus propósitos impatrióticos de sabotagem ao esforço de recuperação nacional.

Sei dos objetivos dessa campanha; conheço a sua finalidade, na tentativa de enfraquecer e solapar a ação do meu Governo, visando a que se impeça a conquista das reformas que libertarão, definitivamente, o Brasil, da penúria e do atraso, eliminando os pontos de estrangulamento de nosso desenvolvimento econômico e social.

Fabricam crises e pretendem atribuí-las ao Governo.

É chegada a hora de fixar responsabilidades.

A Nação é testemunha de tudo que tenho feito para desarmar os espíritos e assegurar a unidade das forças do progresso nacional.

O povo já traçou o rumo da sua caminhada: o caminho da ordem, da segurança e da tranqüilidade que conduzirá as atividades construtivas do país a sua permanente expansão. O Governo não permitirá a livre ação dos que pretendem entravar a realização das reformas de estrutura para que nada impeça a conquista de novas etapas do nosso progresso. A autoridade será mantida para preservar as instituições democráticas e as liberdades públicas. Não admitirá o Governo que a convivência federativa sofra ameaças ou se destrua pela ação irresponsável e impatriótica dos que não se fazem dignos do exercício do mandato do povo. O Governo da República assegurará, ninguém se engane, a qualquer custo, o respeito à integridade nacional.

Como chefe da Nação não permitirei, por outro lado, que o sectarismo de minorias inconseqüentes, sem visão exata da perspectiva da realidade nacional, busque canalizar justos protestos populares para fora dos caminhos da renovação pacífica, assim oferecendo argumentos e pretextos aos próprios agentes da reação.

Não admitirei que as agitações políticas afastem o Governo de suas tarefas administrativas. Tive oportunidade de mostrar ao povo brasileiro, há poucos dias, o vulto das realizações que estamos empreendendo, a importância da obra administrativa que vamos executando e a preocupação de mobilizar e amparar os setores fundamentais de nossa economia, mediante o emprego de recursos substanciais nos setores de energia elétrica, siderurgia, construção de rodovias e de outras obras de evidente alto interesse nacional.

Ainda ontem, em prosseguimento ao ritmo acelerado das obras que meu Governo vem realizando, comandei o início dos trabalhos do desvio do Rio Paraíba para a construção de uma central elétrica com capacidade superior a 200 mil quilowatts. É mais uma obra da Eletrobrás, aspiração do grande presidente Vargas, e que tive a honra de realizar no meu Governo.

Sei que posso contar, para essa ação do Governo, com o apoio decidido da maioria dos homens de empresa do país que, justamente, reclamam um paradeiro dessa agitação artificial, a fim de que possam, no campo de suas atividades privadas, dar uma contribuição cada vez maior ao nosso progresso econômico. Sei que posso contar com os trabalhadores do meu país, com os quais me identifico no ideal e na luta pela preservação das conquistas sociais iniciadas por Getúlio Vargas. Ampliaremos a participação nos resultados do desenvolvimento nacional das classes trabalhadoras, cujas lutas e reivindicações refletem as dificuldades e os sofrimentos impostos pela estrutura social e jurídica que aí está, ultrapassada, injusta e desumana.”

CONFIANÇA

“Conheço e proclamo, como toda Nação, o patriotismo, a desambição, o respeito à ordem e o zelo pela tranqüilidade da família brasileira que animam e engrandecem as nossas Forças Armadas. São elas fiéis guardiãs da pátria, sensíveis às justas aspirações do povo, ao qual estão unidas na luta por um Brasil melhor, em que haja igualdade de oportunidades para todos os nossos patrícios. Nesta hora, a opção que se abre a cada brasileiro está situada entre a estagnação e o desenvolvimento; entre a reação e a democracia; entre a miséria e a prosperidade; entre a Nação e os que a traem; entre a edificação de um futuro de paz e a provocação dos conflitos; entre a independência nacional e a submissão; entre a audácia de um povo dinâmico e livre, que se emancipa com seu trabalho e a covardia dos céticos.

O Brasil não vai parar.

E o meu Governo garantirá a todos os brasileiros a paz, a segurança e as oportunidades a que têm direito, para a concretização dos seus anseios e das suas legítimas esperanças.”

Novembro de 1963

ENTREVISTA À REVISTA MANCHETE

Em novembro de 1963, quatro meses antes do golpe e quando a crise já caminhava para um desfecho sem que qualquer dos lados se mostrasse disposto a fazer concessões, o presidente João Goulart concedeu longa entrevista à *Revista Manchete*. Nela, situou de forma muito clara sua posição diante das reformas, fazendo antes uma análise dos problemas que o país vinha enfrentando tanto em sua política interna (as dificuldades em adotar medidas transformadoras de uma realidade em nada favorável à maioria do povo brasileiro) como externa. A seguir, a íntegra de sua entrevista:

"Estamos vivendo, neste momento, a mais grave crise por que já passou o Brasil em toda a sua história republicana. Caminhamos aceleradamente para um desfecho que, se não for evitado a tempo, virá abalar, em termos definitivos e imprevisíveis, a própria estrutura da Nação, comprometendo todas as suas atuais conquistas e arruinando as suas imensas potencialidades futuras".

Em resposta a uma pergunta sobre o grau de sua responsabilidade pessoal no desdobramento dos últimos acontecimentos, tendo em conta sua condição de chefe do Governo, Jango foi enfático:

"O Presidente não governa sozinho. Se o Governo, na plenitude de seus poderes, estivesse enfeixado apenas em suas mãos (e digo apenas a título de ilustração) ninguém duvidaria de que as reformas já estariam feitas. Governo não é apenas a Presidência da República. Na complexidade da vida social e política de nossa época, o poder não se concentra na pessoa do Presidente, mas se dispersa e se distribui por numerosos setores. Este fenômeno é, de resto, até mesmo uma resultante do regime democrático. Todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade pelo destino do país também são do Governo. O Congresso Nacional, os executivos estaduais, os dirigentes industriais – para só citar algumas das forças que agem sobre a vida da Nação – também são do Governo. O que não nos parece justo nem razoável é que tais forças continuem lutando umas contra as outras, numa estéril dispersão de esforços, ou que descarreguem toda sorte de acusações apenas e, principalmente, sobre o Presidente da República. Tal expediente, estou certo, já não passa despercebido à opinião pública esclarecida e implica uma explicação cômoda, que falsifica a análise da crise e procura exonerar de responsabilidades certos setores que a ela estão diretamente ligados. Não tenho a menor dúvida de que, a continuar como vamos, o caos poderá sobrevir – e a todos atingirá, indistintamente. A todos compete, por isso, um esforço no sentido de evitá-lo."

A POSSE E A CRISE

"Assumi o poder com a consciência de que ia enfrentar uma crise econômica, social e política que, a continuar insolúvel, levaria o país certamente à desordem e à subversão. Tratava-se de uma crise que afeta toda a estrutura nacional: crise na estrutura industrial, crise na estrutura agrícola, crise no Estado, crise social e crise política. O desenvolvimento econômico estava ameaçado de estrangulamento.

No exame da crise industrial temos de remontar até 1930, quando a única fonte de divisas era a exportação de produtos primários. A vida brasileira estava condicionada ao mercado internacional. Depois dos ciclos do açúcar, dos metais e pedras preciosas e da borracha, que fixaram o nosso centro econômico, respectivamente, no Nordeste, Minas e na Amazônia, o eixo de nossa vida econômica se deslocou para a região Centro-Sul, tendo o café por produto básico. Foi o café que nos permitiu uma exportação capaz de criar, entre nós, uma nova civilização, à altura de despertar o país e conduzi-lo até o estágio em que ora se encontra. A exportação de café, em grande escala, veio, com efeito, propiciar o desenvolvimento social do Brasil, e permitiu-nos, pela primeira vez, em termos de demanda real, a criação de um mercado interno, ainda que incipiente.

Em 1930 sobreveio a crise. Para contorná-la, o governo revolucionário de Getúlio Vargas comprou os estoques invendáveis de café. Proporcionou, assim, aos cafeicultores, os recursos para investirem em outros setores que não o simplesmente agrícola. Foi assim, como é aceito e sabido, que se iniciou a industrialização do país. Os novos homens de negócio foram induzidos ao desejo de fabricar, aqui mesmo, uma parte pelo menos, de tudo o que compravam na Europa e nos Estados Unidos. Deu-se uma industrialização espontânea, que resultou na criação de uma nova e fecunda fonte de riqueza. O ponto de partida foi a indústria de transformação leve. Ora, esse processo industrial espontâneo teria de gerar, como gerou, a crise cambial. As exportações estacionaram enquanto aumentavam as importações. A crise de divisas estava na lógica dos fatos e seria, como foi, fatal. As importações tinham forçosamente de aumentar, porque necessitávamos de matéria de transformação (aço, metais não-ferrosos, produtos químicos), equipamentos e maquinaria, assim como veículos e combustíveis. As necessidades do novo processo não podiam ser atendidas pelas divisas provenientes tão-somente de uma exportação que, a essa altura, estacionara".

A seguir, na mesma entrevista à *Manchete*, João Goulart fala do impacto da II Guerra Mundial na economia brasileira:

"A guerra, com efeito, adiou a explosão da crise cambial, uma vez que o Brasil, nesse período, ficou impossibilitado de importar. Acumulamos saldos no exterior. Impossibilitado de vender divisas e obrigado a pagar aos exportadores, o Governo viu-se compelido a emitir. Daí resultou a falsa suposição de que as divisas seriam inflacionárias. De 1945 a 47, consumimos rapidamente os saldos que havíamos acumulado no exterior – e a importação de todo o tipo de mercadorias foi incrementada ao máximo. Compramos do automóvel ao mais simples aparelho eletrodoméstico, da geladeira ao plástico. A crise cambial teria então de explodir, como explodiu. Para controlar as exportações foi criada a CEXIM, em 1947. Iniciou-se o déficit cambial. Os atrasados comerciais passaram a crescer de ano para ano. Entramos no sistema de déficit crescente. Uma única solução teria de impor-se: produzir, aqui mesmo, as matérias-primas de transformação e manufatura, os veículos, o combustível, tudo enfim, que era posto ao nosso alcance por via da importação".

AS REFORMAS INICIADAS POR VARGAS

"A primeira reforma de base realizada no Brasil foi a criação de Volta Redonda, em 1939. Foi este, com efeito, o primeiro passo que abriu caminho ao pujante desenvolvimento industrial brasileiro: fabricação de aço, de metais não-ferrosos e de produtos químicos. No mesmo sentido de nossa emancipação, coube a Getúlio suscitar e sancionar a Lei 2.004, que criou a Petrobrás, visando à auto-suficiência em matéria de combustível. É graças à Petrobrás que, hoje, nossos veículos podem rodar com o nosso próprio combustível.

Depois de pouco mais de um decênio podemos ostentar, com orgulho, uma indústria nacional que é, a essa altura, mais diversificada do que a da União Soviética. Todos os grandes grupos industriais encontram-se, hoje, aqui representados. O surto industrial é um esplêndido resultado da capacidade criadora de nosso povo, favorecido pelas circunstâncias históricas que permitiram a instauração de um processo de desenvolvimento que não pode ser estacionado ou mesmo estrangulado sem gravíssimos riscos para toda a estabilidade em que repousa a Nação.

Foi graças à industrialização que deixou de haver déficit na balança comercial. Nossas exportações passaram a pagar as importações. Não podíamos, porém, por outro lado, pagar o financiamento que levantamos para custear essa autêntica reforma de base a que submetemos a estrutura nacional. As amortizações e os juros daquele financiamento vieram a pesar de maneira insuportável sobre nossa economia. A capacidade demonstrada e provada pelo Brasil deveria dar-nos, porém, o inalienável direito ao crédi-

to de que necessitamos. O mérito de nossas realizações não mais poderia ser omitido ou escamoteado.

A dívida total do Brasil é de cerca de 3 bilhões e 800 milhões de dólares, pagáveis num período superior a cem anos. Quer isto dizer que devemos uma soma de dólares equivalente à receita cambial da Nação em apenas dois anos. O problema existe e está exatamente no seguinte: cerca de mais de metade daquele total de 3,8 bilhões vence até 1965. É um prazo excessivamente curto, mas é tudo que as fontes internacionais de crédito nos puderam oferecer quando lhes foi colocada a oportunidade de socorrer-nos com a sua ajuda, nestes últimos 15 anos".

De forma didática, o presidente João Goulart vai explicando os problemas decorrentes da crise cambial:

"É preciso levar em conta um fator negativo que, sobre ser um dado incontestável de nossa realidade, não pode ser debitado a uma suposta e inexistente incapacidade brasileira. Trata-se de reconhecer que, nesse período de quinze anos, ou seja, logo após a Segunda Guerra Mundial até nossos dias, os preços de todas as matérias-primas e dos gêneros alimentícios que exportamos caíram vertiginosamente nas bolsas mundiais. Basta dizer que o café e o cacau – e este, o cacau, foi até 1960 o segundo produto em nossa pauta de exportação – sofreram quedas superiores a 50%, no período de 1954 a 1963. Para dar uma idéia do que isto significa e nos custa, é suficiente observar que, se prevalecessem os preços vigentes em 1956, nossa receita cambial estaria proporcionando ao país, hoje, nada menos de 2,5 bilhões de dólares. Em 1954 exportamos 4,3 milhões de toneladas de mercadorias e obtivemos uma receita de um bilhão e 562 milhões de dólares. Em 1962, exportamos 12,4 milhões de toneladas de mercadorias e a receita alcançou apenas a ordem de um bilhão e 214 milhões de dólares. Exportamos três vezes mais e baixou, todavia, a nossa receita cambial. Sem essa malfadada deterioração, o Brasil já não teria dívida internacional a pagar. As grandes potências do Ocidente têm de tomar em consideração esse dado fundamental à análise e ao entendimento de nossa crise atual. Em nossas relações comerciais com essas potências, elas precisam considerar que a sua posição forte vem sendo mantida, do ponto de vista econômico, à custa de nossos enormes sacrifícios, importando em fazer-nos cada vez mais fracos, enquanto elas mais e mais se fortalecem. Não é justa, pois, a situação de dificuldades em que hoje nos encontramos. Triplicamos os nossos fornecimentos, equilibramos nossa balança comercial, realizamos esforços extraordinários dentro do regime democrático. Convivemos e dialogamos, sem interrupção, com essas potências a que destinamos o fruto de nosso trabalho e, apesar de tudo, sofremos as conseqüências iníquas do fenômeno da deteriora-

ção dos preços, o qual nos é imposto, sem alternativa até agora, pelo mecanismo de relações internacionais.

A meu ver, não se pode falar apenas em intercâmbio, no caso, dentro da área estritamente comercial, de simples troca. Há, na hipótese, outras e graves implicações. As potências estrangeiras, nossas amigas tradicionais, que nos compram um volume cada vez maior de mercadorias e nos pagam com uma soma cada vez menor de divisas não podem esquivar-se à responsabilidade que lhes cabe, e que efetivamente têm, em nossa crise. Não pedimos apenas compreensão. Merecemos o reconhecimento expresso de que a responsabilidade, no caso, está muito mais fora de nosso alcance do que propriamente dentro de nossas fronteiras.

Não posso omitir aqui uma palavra a respeito dos investimentos externos que se incorporam à nossa economia. Os investimentos estrangeiros, que vieram colaborar com o nosso surto de desenvolvimento e que aqui encontraram os atrativos de um mercado em expansão e de uma ordem jurídico-social que lhes proporciona o clima de segurança e de paz para o trabalho, precisam compreender agora as nossas dificuldades e devem cooperar conosco na solução que nos permita salvaguardar essa ordem jurídico-social e assegurar a continuidade do crescimento da economia nacional. Depois do investimento financeiro, patrimonial e técnico, chegou a hora de ser feito um investimento de confiança e sacrifício. Nesse sentido, podemos afirmar que os nossos interesses hoje são comuns e solidários.

A reforma industrial de base constitui a maior vitória da civilização brasileira, nos últimos anos. Do ponto de vista econômico, a estrutura da produção foi sensivelmente modificada. Do ponto de vista social, procurou-se e obteve-se, até certo ponto, uma distribuição mais eqüitativa dos bens produzidos. Criou-se a solidariedade entre o trabalho e o capital."

A QUESTÃO DA TERRA

"Ao assumir o Governo tomei consciência de que essa grande vitória estava ameaçada. Para tanto, bastaria observar que a maioria da população rural não tem poder aquisitivo e cresce em ritmo mais veloz do que a população urbana. A produção industrial sofre o risco de parar, por insuficiência de uma estrutura agrícola. Não é outra a razão que me leva a pregar uma urgente reforma de base, no âmbito da agricultura, comparável à que Getúlio Vargas empreendeu no campo da indústria. Os benefícios do surto industrial estão sendo amesquinhados por uma estrutura agrícola que encarece os custos de nossa produção e não oferece a necessária expansão do mercado interno.

Apesar de trabalhadora, a população rural está impedida de colaborar com os centros urbanos, em favor do progresso comum.

Imensa massa de camponeses encontra-se marginalizada, sem existência econômica que lhe permita adquirir as manufaturas produzidas no país. Essa massa carece, ao mesmo tempo, de um sistema de defesa de seus direitos trabalhistas, segundo os preceitos da justiça social. A continuar esse panorama melancólico, a indústria nacional terá de conformar-se com níveis de produção abaixo de sua capacidade. E de fato chegamos, paradoxalmente, à necessidade de produzir menos veículos, menos tecidos, menos materiais de construção, à espera de que a infra-estrutura econômica do Brasil venha a modificar-se, para então permitir aos brasileiros a superação da miséria.

Compreendi que só nos resta uma alternativa: a reforma de base no campo, nos mesmos moldes da reforma encetada por Getúlio Vargas nos centros urbanos. É imperativa a necessidade de reorganizar a economia agrícola, assim como se impõem, com urgência, aquelas medidas capazes de estender ao camponês os benefícios que a justiça social pode e lhe deve assegurar. Este é o caminho para que cada camponês, cada fazendeiro, produtor ou trabalhador, possa transformar-se em consumidor dos produtos nacionais".

Para exemplificar a necessidade de profundas transformações no campo, João Goulart cita dados sobre a estrutura agrária do país naquele momento (1963): apenas 2,2% do número de propriedades (ou seja, 73.737 propriedades) ocupam 58% da área total de hectares. Quanto aos restantes 42%, são ocupados por 3.268.360 propriedades. A conclusão que se impõe é que um reduzidíssimo número de latifundiários ocupa mais de metade da área total de propriedades privadas do país. Impossível ignorar, assim, que a má distribuição de terras é responsável pelo baixíssimo índice de seu aproveitamento na lavoura. Entre os 70 milhões de brasileiros, apenas 3 milhões 350 mil têm o privilégio de serem proprietários rurais.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao citar a necessidade de outras reformas, como a administrativa ("...a velha máquina estatal que nos foi legada montou-se com o simples objetivo de despachar processos burocráticos") e bancária, Jango passou a defender a importância de uma urgente reforma tributária: "É universalmente sabido que o sistema tributário é o grande instrumento de distribuição de renda. Nosso sistema fiscal tornou-se obsoleto em face da modificação da estrutura industrial. Já agora, porém, não basta melhorar a arrecadação e rever os critérios e os métodos tradicionais do aparelho fiscal. Impõe-se reformar esse mesmo aparelho,

tendo em vista também e, sobretudo, o aspecto social. O imposto só pode ser entendido como instrumento de justa distribuição de renda nacional, entre rendimentos do capital e salários. Da mesma forma, é preciso que opere como elemento de equilíbrio entre as classes, entre as diversas regiões do país e entre as unidades administrativas. Temos de partir do princípio" – continua Jango já aí falando sobre política creditícia – "de que o Estado não dispõe, hoje, de uma política nacional de crédito. O Banco do Brasil funciona como caixa geral da Nação, mas continua a ser, do ponto de vista de seu funcionamento e de sua estrutura administrativa, uma verdadeira colcha de retalhos. Diversas carteiras, com atribuições e atividades diversas, agem de uma forma interdependente e utilizam a mesma caixa. A ação só pode ser, como é, descoordenada. O Banco do Brasil tem sob sua responsabilidade recursos oficiais que ultrapassam a casa de um trilhão de cruzeiros. Para tamanhos recursos, a taxa de juros varia, sem o menor critério, entre 2 e 12%. A caixa de nosso principal estabelecimento de crédito é utilizada para todas as compras de divisas da Carteira de Câmbio, que vende ou compra divisas, assim como recebe ou despende cruzeiros, mediante entradas ou saídas de caixa". Por isso defende, também, uma ampla reforma bancária.

NORDESTE ESPOLIADO

De acordo com Jango, o orçamento brasileiro "reflete a divisão do país em três autênticos países: Centro-Sul, Nordeste e Oeste amazônico. O Centro-Sul produz 95% da receita, o que quer dizer que, praticamente, financia a despesa nacional. Ninguém nega, porém, que o Nordeste já tem vida ativa, e o que ocorria, até há bem pouco tempo, é que vinha sendo sistematicamente espoliado. Os investimentos não se orientavam em seu benefício, nem lá permaneciam, ao mesmo tempo em que as divisas, originariamente "nordestinas", se destinavam a pagar o desenvolvimento do Sul. A economia nacional funcionava, assim, como autêntica bomba de sucção, em favor de uma região e em detrimento de outra, de maneira a, classicamente, enriquecer os ricos e empobrecer cada vez mais os pobres".

Diante desse quadro, argumenta o Presidente da República que se impunha uma única solução: desenvolver o Nordeste e o Oeste amazônico. Por isso, em 1962, a Sudene investiu um bilhão e meio de cruzeiros mensais no Nordeste, e, em 1963, o investimento passou a ser da ordem de quatro bilhões de cruzeiros por mês. "Nestes três anos – acrescentou Jango –, 206 bilhões de cruzeiros serão aplicados pela Sudene naquela região, conforme acentuei na mensagem que tive a honra de remeter ao Congresso Nacional, por ocasião da

abertura da sessão legislativa do corrente ano. E o Nordeste tem reagido imediatamente aos estímulos desenvolvidos em seu favor. A renda per capita cresce ali mais rapidamente do que em qualquer outro ponto do país. Convém não esquecer, por outro lado, que os nordestinos empreendem uma obra pioneira e heróica de colonização neste momento mesmo. Anualmente, com efeito, mais de 100 mil nordestinos penetram na região Oeste amazônica. Segundo os dados do censo de 1960, o aumento da população naquela região foi o maior de todo o Brasil, tendo sido da ordem de 60%".

Temos de investir no Nordeste e continuar investindo no Sul, ao mesmo tempo que esboçamos investimentos no Oeste. É preciso não perder de vista que o Estado, além de custear pessoal e máquina administrativa, se vê na contingência de investir diretamente, assim como de financiar as empresas particulares. Ora, aqui é que se impõe, nítida e insofismavelmente a necessidade de uma reforma orçamentária. O orçamento é elaborado apenas para o custeio da máquina administrativa. Sua previsão está sempre e cada vez mais fora da realidade nacional. Os grandes investimentos e os principais financiamentos são realizados à margem do orçamento, que os ignora. Não há coordenação global. Daí, sendo a caixa uma só, a do Banco do Brasil, tudo nela se reflete. Será necessário considerar, ao mesmo tempo, que o orçamento é feito de tal modo que concentra as pressões sobre a caixa do Banco do Brasil a partir do segundo semestre do exercício financeiro. Nesse período, a caixa do Banco do Brasil está recebendo pressões decorrentes do financiamento da safra do café, do imposto sobre a renda, do pagamento das reivindicações salariais, do 13º salário e da corrida às verbas para que não caiam em exercício findo. Resultado: no primeiro semestre, praticamente não é preciso emitir. Já no segundo semestre, a emissão assume caráter compulsório e se faz em tal escala que só em dezembro de 1962, por exemplo, foram emitidos 45% do ano. É por isso, em face de uma realidade tão gritante e anômala, que se impõe a pregação das reformas, reclamadas pela própria consciência nacional".

REFORMA ELEITORAL

Em outro trecho da mesma entrevista, o presidente João Goulart tratou de outra reforma que julgava inadiável – a eleitoral. Segundo Jango, impunham-se medidas para a preservação da própria substância do regime democrático.

"Cumpre reformar o nosso sistema eleitoral, de maneira a garantir a verdade da manifestação popular. Nesse sentido, impõem-se medidas que se tornem verdadeiramente eficazes no combate às influências espúrias sobre o

processo eleitoral. Ainda no último pleito, vimos o papel nefasto que desempenha um organismo a serviço da manutenção de privilégios intoleráveis, manipulando recursos que a própria Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para examinar as suas contas, considerou inequivocamente ilícitos. O poder econômico não pode interferir na manifestação da vontade do povo e a este, em todas as suas camadas, há de garantir-se o livre pronunciamento das urnas, sem o qual não é legítimo falar em democracia. Todo o povo deve ser chamado a opinar e é, nesse sentido, que considero inadiável a extensão do direito de voto aos analfabetos e a todas as classes hoje afastadas iniquamente do processo eleitoral".

No plano social, Jango diz ser indispensável reiterar que procura dar o necessário relevo a uma situação que não pode deixar de ser enfrentada. Segundo o presidente, a verdade é que o povo brasileiro não se dispõe a esperar que o país saia da inflação para que só então seja libertado das condições de miséria em que vive grande parte de nossos irmãos. De acordo com o Presidente, "todos, sem exceção, precisam ter acesso à educação". "A todos é preciso oferecer um mínimo de garantias à saúde, assim como se impõe que a todos, igualmente, se proporcione o direito a habitações condignas e alimentação suficiente. O povo exige, muito justamente, um mínimo de bem-estar, sem o qual é impossível o progresso intelectual e até mesmo o exercício das mais comezinhas virtudes morais. Não é possível que continuemos indiferentes a viver lado a lado com a miséria."

O Brasil deve deixar de ser o país dos contrastes, onde basta abrir a janela de um apartamento para contemplar a mais negra miséria, oferecida aos olhos de todos nas ultrajantes condições em que se vive nas favelas. Temos hoje a sétima indústria automobilística do mundo. Não é admissível que continuemos a sofrer o vexame de sabermos que, em nossa terra, crianças morrem de fome, mergulhadas na miséria que desce aos mais baixos índices do mundo. O nível de vida do nordestino é ainda inferior e coloca-se no plano mais baixo do mundo. No entanto, ninguém poderia dizer que os nossos irmãos do Nordeste não são brasileiros, tanto quanto nós, e que não contribuem, na medida de suas possibilidades, para o engrandecimento nacional. Estão, porém, condenados à subnutrição e à marginalidade econômica".

Sem desmerecer o trabalho intelectual e de direção econômica, devemos reconhecer que é flagrante a injustiça reinante na situação do operário de nossos centros urbanos. Ele sai às vezes de casa de madrugada, para só voltar de madrugada, e leva consigo, para o trabalho duro e mal remunerado, a angústia de deixar os filhos sem garantia de sobrevivência. E quando regressar ao lar – quase sempre um pobre casebre miserável – traz a perspectiva amarga de

novas necessidades que não pode atender por meio de um salário desvalorizado. Será preciso lembrar que esse operário, que todos conhecemos, é um homem como nós, com os mesmo direitos à vida digna e proveitosa? São milhões e milhões os nossos concidadãos que vivem marginalizados. São, porém, nossos companheiros que estão ajudando a construir o Brasil, e aos quais o Brasil ainda não retribuiu elevando-lhes a vida a um mínimo de justiça compatível com a própria dignidade humana".

RISCO DE SUBVERSÃO

"Tenho uma mensagem a transmitir em nome da consciência nacional: a necessidade das reformas. Não se pode esperar que, do enriquecimento de alguns e do empobrecimento de muitos, surja a solução, como não podemos pensar que as grandes nações nos ajudem quando trabalhamos mais para nos tornarmos cada vez mais pobres e menos remunerados. O que desejo evitar é que a crise caminhe para um desfecho caótico e subversivo. Daí, o alerta permanente que venho transmitindo à Nação em favor das reformas de base, única saída para a complexidade de nossa atual crise.

O povo, através de todas as classes, decidiu manifestar seus pontos de vista sobre os problemas brasileiros e sugerir soluções. Quer estar presente nas decisões, das quais já não é possível afastá-lo. Assim entendo as manifestações dos líderes sindicais quando intervêm em setores não estritamente sindicais. É que eles, os operários, não são apenas assalariados. São brasileiros. Compreendo que isso choque a alguns reacionários empedernidos. Os operários falam linguagem contundente e emocionada, por vezes sujeitas a certos excessos, impostos pela condição de pessoas que sentem na própria carne o drama do país. Há que considerar, por outro lado, que data de agora a intervenção dos trabalhadores na vida pública. Falta-lhes tradição cultural e certamente lhes faltam certos pendores aristocráticos que constituem o privilégio de uns poucos antigos donos do Brasil. O espantoso, porém, a meu ver, é que líderes conservadores, senhores de velhas e nobres tradições, tragam para o debate um tom emocional injustificável, quando se trata de combater o direito de intervenção na vida pública pelas classes populares. Considero uma vitória do Brasil, humano e cristão, vermos os nossos operários desejando o diálogo em vez de caminharem para a revolução. O diálogo poderá ser veemente, mas é, antes de tudo, um debate necessário à democracia. O rádio ampliou de tal forma a rede de informações, que a própria condição de analfabeto, hoje, já não pode ser argüida para impedir o direito de discutir e de opinar. Trabalhadores da cidade e do campo são os nossos companheiros de

vida e de luta e com eles constituímos a oitava população do mundo, numa extensão territorial que é a quarta da terra. Não se constrói sufocando a personalidade da grande maioria de nosso povo. Num país que se orgulha de não ter restrições sociais e de não alimentar preconceitos de casta ou de classe, não podemos aceitar distinções sibilinas e ultrapassadas para afastar do debate a grande maioria de nossas populações.

Em 1962, lutamos pelo restabelecimento do regime. Em 1963, procuramos contornar as dificuldades econômico-sociais através do Plano Trienal, mas frisei, sempre, em várias oportunidades, assim como no próprio texto do Plano, na mensagem de sua apresentação ao Congresso, que sem as reformas não chegaríamos a qualquer resultado positivo. O governo pôs-se a trabalhar no cumprimento de seus deveres constitucionais e segundo o imperativo democrático da promoção do bem comum. As forças reacionárias se uniram na campanha contra as reformas e passaram a sustentar que, com tais reformas, o que se pretende é a destruição da ordem jurídica, econômica e social. Tive de ir pessoalmente lutar na praça pública, a fim de afirmar os verdadeiros propósitos da campanha reformista. Tenho dito e reiterado, em numerosas oportunidades, que as reformas não pretendem atingir, anular ou de qualquer maneira comprometer a ordem nacional. Trata-se, antes, de ampliá-la até abrir espaço verdadeiro ao progresso ordenado do país, que precisa garantir a todos iguais oportunidades e igual acesso ao bem-estar social e econômico.

Enfrentamos a conspiração de agosto e, de crise em crise, chegamos ao momento que agora estamos vivendo, quando a inflação nos ameaça a todos e as estruturas arcaicas impedem o processo pacífico de desenvolvimento nacional. Se não atendemos aos apelos da consciência popular, promovendo medidas de que me considero simples intérprete, não tenho dúvidas de que marcharemos inexoravelmente para o caos. Não adianta combater as reformas pura e simplesmente, ou combater, por mero espírito de oposição destrutiva, a figura do Presidente da República. As reformas não são a expressão de um capricho, nem o Presidente poderia estar à mercê de caprichos pessoais. As reformas serão feitas – ninguém pode ter dúvidas. Apesar de toda a paciência que vem orientando a minha ação na chefia do governo, e de que são testemunhas todos os brasileiros, desejo reiterar que é desnecessário esperar que eu venha a compactuar com a traição ao povo e aos imperativos da consciência nacional. Vou lutar e continuarei lutando sem esmorecimento.

Não desejo suprimir vantagens legitimamente auferidas por parcelas do povo, nem tampouco me move o desejo insano de atingir o patrimônio de quem quer que seja. O que me anima é o trabalho em prol da justiça. O que desejo é dar condições para que todos tenham vantagens num futuro próxi-

mo, e todos possam um dia igualmente defender o patrimônio que possuem. A essência do trabalhismo, para mim, reside em dar a cada um o respeito que se tem a si próprio. É dentro dessa perspectiva democrática e cristã, genuinamente brasileira, que atende às nossas melhores tradições culturais, que se coloca a minha pregação.

Faço um apelo à inteligência brasileira para que se volte para a nossa realidade e procure convergir todos os esforços no sentido de elaborar, formular e tornar imediatamente viáveis as reformas de base de que necessitamos. O papel do Congresso é dos mais relevantes, e os congressistas, que receberam das fontes populares os seus mandatos, não podem ausentar-se do problema que agora nos ameaça em termos inapeláveis. Com espírito realista, procurei apontar as diretrizes dentro das quais é possível reformar o país e abrir caminho ao Brasil futuro que pede impacientemente para nascer: um Brasil próspero, humano e justo. Só nesse Brasil, o regime democrático e as instituições que todos prezamos poderão estar a salvo. Vivemos, hoje, sob uma expectativa de acontecimentos incontroláveis. A palavra revolução deixou de ser um fantasma abstrato e passou a atingir os próprios fundamentos da confiança indispensável ao trabalho profícuo e à ordem social. A revolução já não é uma simples bandeira de ameaça demagógica porque se transformou, de fato, num temor real da Nação, e temor que cresce à medida que se acelera o ritmo inflacionário. Já ultrapassamos os limites do suportável. Urge, agora, ajustar medidas de emergência no âmbito das finanças internas e internacionais, para resguardar o mínimo de tranqüilidade social, indispensável ao encaminhamento pacífico das modificações estruturais que irão possibilitar a realização do destino histórico que aguarda o Brasil como Nação civilizada e democrática.”

Fevereiro de 1964

POLÍTICA EXTERNA E DÍVIDA BRASILEIRA

A seguir, a íntegra do pronunciamento do presidente João Goulart através de uma cadeia de TV, no início de 1964:

"Brasileiros: a atual política externa brasileira encontra autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais, defendidos por um povo consciente do seu alto destino e desejoso de realizá-lo sob comando próprio, sem subordinação de qualquer espécie, mas, também, sem isolamentos. Orgulhamo-nos de poder afirmar que mantemos diálogo construtivo com todos os povos e não temos problemas com nenhum país. Nesse sentido, e ainda recentemente, concluímos com a República Federal da Alemanha importantes acordos de natureza financeira e técnica que reforçam os laços tradicionais entre os dois países e asseguram contribuição substancial ao nosso esforço de desenvolvimento econômico. Dos Estados Unidos da América recebemos manifestação de entendimento e colaboração através da carta que me endereçou, a 19 de dezembro último, o eminente presidente Lindon Johnson. Pelas cartas trocadas entre mim e o ilustre general De Gaulle, em janeiro último, recolocamos nos devidos termos a tradicional amizade entre a França e o Brasil. Com os países socialistas mantemos, igualmente, as melhores relações e, nesse sentido, devemos ressaltar o significado da recente visita que realizou ao Brasil o Marechal Tito, presidente da Iugoslávia, ocasião em que foram assinados acordos de real interesse para ambos os países.

Também no plano continental é completo nosso entendimento com os países irmãos.

Devo ressaltar, igualmente, os proveitosos entendimentos para o progresso da unidade de ação latino-americana, que mantive com o presidente Jorge Alessandri, do Chile, com o presidente do Conselho do Uruguai, Dr. Daniel Fernandez Crespo e com o presidente Lopez Mateus, do México, nas visitas que realizei a esses países. Os resultados dos entendimentos se refletiram favoravelmente nos esforços para proporcionar mais dinamismo à ALALC, entidade que hoje já se transformou em valioso instrumento de defesa da economia latino-americana. Acertamos com o Paraguai a realização do importante projeto da Hidrelétrica de Sete Quedas, com o devido resguardo dos interesses dos países envolvidos. A 12 de abril próximo terei a honra de receber no Brasil a visita do preclaro Presidente da grande nação argentina, Dr. Arturo Illia.

Assim, em todos os continentes e em todos os países encontra hoje o Brasil a receptividade para um trabalho a favor da convivência pacífica e de entendimento internacional. Nossa voz é ouvida e acatada nas assembléias internacionais, as quais levamos contribuições positivas para o encaminhamento dos grandes problemas do mundo de nossos dias.

Como resultado expressivo dessa política externa, posso, nesta oportunidade, afirmar à Nação que as manifestações expressas de concordância e apoio já recebidas dos países que são os nossos maiores credores, me autorizam a anunciar que, nos próximos dias, estarão definitivamente ajustadas as bases de reescalonamento da dívida comercial brasileira, nos termos propostos pelo meu Governo.

Quando assumi a presidência da República, defrontava-se o país com pesados encargos financeiros no exterior.

A extremada preocupação de governos anteriores em obter recursos externos levou à acumulação de compromissos sem esquemas de pagamentos viáveis, transladando a responsabilidade de sua liquidação para os governos que se sucedessem. Com isso criou-se situação em que a não-implementação das obrigações e o apelo a sucessivas prorrogações de nossos compromissos vieram abalar nosso crédito no exterior. À medida que se revelava nossa incapacidade em solver a dívida externa em curto prazo, era o país compelido a condições reconhecidamente inaplicáveis em face da própria política econômico-financeira interna.

Encontrei, com vencimento previsto para o biênio 1964/65, compromissos no montante de um bilhão e trezentos milhões de dólares, equivalentes à nossa receita de exportação no período de um ano. Tornou-se patente que o restabelecimento da normalidade dos pagamentos externos do Brasil e a crescente estabilidade da economia brasileira ficariam grandemente facilitados, desde que o nosso compromisso financeiro não excedesse a 150 milhões de dólares por ano, ou a 300 milhões em dois anos.”

DIÁLOGO

“Empenhei-me em restabelecer, em termos altivos, o diálogo com os países credores, convencendo-os da necessidade de um reescalonamento em bases reais e a longo prazo para que o Brasil possa, sem sacrifício e sem quebra de sua autoridade e soberania, cumprir rigorosamente seus compromissos e atender aos imperativos do desenvolvimento e da emancipação nacional. Estamos decididos a evitar que se repita uma concentração de compromissos financeiros acima de níveis reconhecidamente razoáveis.

Encontramos agora melhor compreensão para a situação brasileira.

Com a receptividade de nossas gestões, restauraremos o crédito do Brasil no exterior. Ao contrário do que aconteceu no passado, ajustaremos agora os compromissos externos à nossa efetiva capacidade de pagamento. O Governo que me suceder não encontrará o mesmo impasse que enfrentei e que só agora é superado. Poderia ter pleiteado, e isto seria bem mais fácil, o adiamento puro e simples de nossos compromissos para 1966. Nunca aceitaria, porém, tal solução, pois não estão em jogo pessoas nem governos e sim o Brasil e a intangibilidade de seu conceito internacional.

Levamos a efeito uma negociação da maior relevância para o país com total respeito à sua soberania. Devemos ressaltar que a recomposição de nossos esquemas de pagamentos externos se faz sem qualquer intromissão em nossa vida interna, sem qualquer ingerência na programação da nossa política econômico-financeira.

Equacionado o problema de nossas relações financeiras internacionais, impunham-se, paralelamente, diversas medidas tendentes a sanear as finanças internas e a resguardar o processo de desenvolvimento do país.

A primeira dessas medidas foi hoje adotada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito e diz respeito a uma reforma do sistema cambial, com vistas ao equilíbrio do Balanço de Pagamentos, mediante forte estímulo às exportações.

A reforma elimina o inconveniente de deterioração progressiva da remuneração cambial dos produtos exportados em relação aos custos internos crescentes. Ao mesmo tempo, atende à preocupação de evitar impacto inflacionário na economia e agravamento do custo de vida ao manter uma taxa especial para determinação da gama de produtos importados. Essa taxa será garantida ainda à Petrobras para aquisição de equipamentos indispensáveis ao seu programa de investimentos, e, bem assim, serão tomadas medidas complementares para assegurar os recursos essenciais ao programa de execução do monopólio estatal do petróleo e aos programas prioritários do Governo.

Evita-se, ao mesmo tempo, a possibilidade dos artifícios que vinham sendo utilizados, burlando o fisco e as normas vigentes e estabelecendo, de fato, condições desfavoráveis para as empresas estatais que se dedicam às exportações. Com a reforma, a Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, poderá atender satisfatoriamente a seus compromissos firmados, que representam vendas da ordem de três bilhões de dólares, dentro dos próximos 15 anos.

Ao eliminar-se o artificialismo elimina-se, também, o grande obstáculo que vinha bloqueando nosso comércio com os países da faixa bilateral, especialmente os promissores mercados do Leste europeu, porquanto a rigidez da taxa

cambial obrigava a sobrepassos tanto na exportação quanto na importação no comércio com esses países. Assegura-se ainda, com a reforma, o monopólio para o Banco do Brasil das divisas produzidas pelo café e açúcar, produtos que vêm obtendo boa cotação no mercado internacional, o que representará uma disponibilidade de mais de um bilhão de dólares, para que o Governo possa atender a seus programas prioritários.

Estas medidas, da maior importância na vida econômica e financeira do país, através das quais passam ao comando direto do Banco do Brasil as cambiais oriundas dos produtos básicos da nossa exportação, representam uma etapa no sentido do controle cambial progressivo, condição necessária à completa liberação das forças produtoras nacionais e ao pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A contínua deterioração das condições do comércio internacional, suportada pelos países em desenvolvimento, exportadores de produtos primários, veio despertar a consciência universal de que não somente correm riscos seus programas de industrialização em busca de melhores níveis de vida, mas também de que se alarga progressivamente a distância que separa as regiões subdesenvolvidas do mundo."

NOVA ORDEM ECONÔMICA

"O grupo de países altamente industrializados, com uma renda média "per capita" da ordem de 1.500 dólares e podendo dedicar de 15 a 25% dessa renda a poupança e investimentos para a formação do capital fixo, está capacitado a ostentar níveis de crescimento entre 5 a 9% ao ano, o que lhe permitiria alcançar, ao fim de uma geração, uma renda "per capita" da ordem de 3.630 dólares. Enquanto isso, o grupo de países em desenvolvimento, partindo de uma renda média "per capita" da ordem de 120 dólares e confrontando com uma taxa de crescimento demográfico superior à dos países industrializados, só tem podido dedicar à formação de capital fixo a percentagem de 5 a 12% dessa renda e não deverá alcançar, ao fim de uma geração, um nível de renda média "per capita" superior a 251 dólares.

Nessas condições, se já é insuportável a diferença de vida atualmente existente entre países altamente industrializados e os subdesenvolvidos, ainda maior será a distância entre os dois mundos com o correr dos anos se não for retificada em seus fundamentos a ordem econômica internacional.

Dentro de vinte e cinco anos a população mundial duplicará, atingindo seis bilhões de pessoas, cinco dos quais viverão nas atuais regiões subdesenvolvidas. Ao se manterem as tendências presentes, aquela disparidade gritante

não poderá deixar de provocar situação incompatível até com os princípios de dignidade humana e solidariedade cristã.

A participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional diminui progressivamente em relação à dos industrializados. Enquanto as exportações destes últimos passavam de 37 bilhões de dólares em 1950 para 85 bilhões de dólares em 1960, as exportações dos primeiros cresceram apenas de 19 bilhões para 27 bilhões de dólares no período em causa.

No conjunto das exportações mundiais, a participação de uma região em desenvolvimento como a América Latina baixava a 6,5% do total de 1962, contrastando com uma parcela de 11,4% em 1948 e ainda inferior à participação de 1938, da ordem de 7,3%.

O Brasil confia que, na próxima Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, a realizar-se em Genebra a partir de 23 de março, surgirá uma solução de grandeza, na medida dos graves problemas que mantêm o mundo em clima de intranqüilidade e apreensão. Considera o Governo brasileiro indispensável que nela se consagrem definitivamente certos princípios cuja aceitação se faz inadiável. Assim, o princípio de que não se deve mais exigir estrita reciprocidade de concessão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, liberando-se estes dos encargos da retribuição de vantagens negociadas; o de que não é justo aplicar normas iguais para países em diferente nível de desenvolvimento econômico; o de que não é lícito que os países desenvolvidos se sirvam de cláusulas de salvaguarda ou fórmulas novas para dificultar a livre competição de artigos de países subdesenvolvidos em seus mercados; o de que a solução do problema dos países subdesenvolvidos deve ter prioridade sobre a eliminação dos obstáculos entre países desenvolvidos, pois, do contrário, se estariam aumentando as dificuldades daqueles; o da livre entrada dos produtos tropicais nos mercados dos países industrializados.

O Brasil dará o melhor dos seus esforços num labor de compreensão e entendimento, para que se alcancem plenamente os objetivos colimados.

Ao pugnar por um esforço coletivo pela reestruturação do comércio mundial, o Brasil tem consciência de que ocupa uma posição singular entre os países que encetaram a marcha para o desenvolvimento.

Conseguimos reunir dentro de nossas fronteiras os fatores necessários para a expansão econômica. Sendo assim, nosso máximo empenho deverá concentrar-se na plena mobilização dos nossos próprios recursos.

Enfrentamos hoje problemas resultantes da capacidade ociosa de setores de nossa produção que só poderão ser resolvidos com a expansão do mercado interno. Este constitui um dos objetivos fundamentais das reformas de base, pois somente através delas poderemos transformar a grande maioria da

população brasileira, que permanece marginalizada, em elementos ativos do processo econômico.

Preparando o terreno para essas reformas, cabe ao Estado, após adequada ordenação de seus compromissos financeiros no exterior e do saneamento de suas finanças, promover o pleno emprego dos fatores internos disponíveis.

Nesse sentido, e em consonância com as diretrizes da reforma cambial, o Governo divulga, dentro de três dias, programa elaborado para enfrentar a aceleração do processo inflacionário. Simultaneamente, e ante o imperativo de se resguardar a capacidade aquisitiva das classes médias e trabalhadoras, o Governo, ao elevar os índices do salário mínimo, fará executar medidas concretas destinadas à defesa direta da economia popular.

Desde já o Governo adverte que não permitirá, sob nenhum pretexto, manobras especulativas que venham a agravar ainda mais as dificuldades de vida do nosso povo. Usaremos de todos os meios legais para combater quaisquer tentativas de exploração ilícita, partam de onde partirem, que visem a anular antecipadamente os benefícios das novas e inadiáveis tabelas de salário que serão decretadas.

Evidencia-se, assim, estar o Governo realizando enormes esforços, dentro da órbita de suas atribuições constitucionais, quer no âmbito externo quer no interno, no sentido de criar condições indispensáveis para acelerar o progresso do país e assegurar a participação crescente do povo brasileiro no desenvolvimento nacional.

Insisto em ressaltar que o êxito de todos esses esforços administrativos somente será atingido com a realização das reformas de base através das quais serão extintas, dentro do território nacional, as profundas e intoleráveis desigualdades sociais.

Brasileiros, o ano de 1964 não será apenas marcado por um ingente esforço do Governo em prol da recuperação econômico-financeira do país: 1964 será também o ano da decisão definitiva das reformas de base, para que, por meio delas, possamos assegurar a conquista pacífica dos grandes objetivos nacionais de emancipação econômica e justiça social."

13 de março de 1964

COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL

Discurso pronunciado pelo presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964, comício da Central do Brasil.

"Brasileiros! Valoroso povo do Estado da Guanabara!

Devo agradecer em primeiro lugar às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação; agradecer ao povo por esta demonstração extraordinária e também aos sindicatos de todos os Estados, que mobilizaram seus associados para esta ocasião. Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instruções na escola, mas a todos os irmãos que passam miséria e privações, trabalhando de sol a sol.

Como Presidente de 80 milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam entendidas. Vou falar a linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera, é de esperança no futuro, é de quem tem coragem para enfrentar a dura realidade brasileira.

Proclamar que esta concentração seria um ato atentatório do Governo ao regime democrático é como se no Brasil ainda fosse possível governar sem o povo. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por esses democratas. Democracia para eles, trabalhadores, não é o regime de liberdade de reunião do povo, mas a de um povo emudecido e abafado nas suas reivindicações.

A democracia, trabalhadores, que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, da anti-reforma, do anti-sindicato, aquela que favorece aos interesses dos grupos que representam. A democracia que eles pretendem é a dos privilegiados, da intolerância, do ódio, para liquidar com a Petrobras, a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que levou Getúlio Vargas ao extremo sacrifício.

Ainda ontem, trabalhadores, eu afirmava, no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores, que a democracia jamais poderia ser arrebatada dos trabalhadores quando eles vêm à rua, à praça, que é do povo.

Democracia, trabalhadores, é o que o meu Governo vem procurando realizar, como é do meu dever interpretar os anseios populares pelo caminho da paz. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, fazendo calar as justas reivindicações desta Nação e destes reclamos que, de norte a sul, de leste a oeste, levantam seu clamor pelas reformas de base, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativeiro de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em condições miseráveis.

A ameaça à democracia não é vir ao encontro do povo na rua; é enganar o povo brasileiro, é explorar seus sentimentos cristãos na mistificação do anticomunismo, insurgindo o povo até contra as mais expressivas figuras do quadro nacional, dos grandes pronunciamentos dos Santos Papas. O inolvidável papa João XXIII disse que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamental, o direito ao uso da terra e a obrigação de conceder propriedade para todos.

É dentro desta autêntica doutrina que o Governo brasileiro vem procurando fixar a sua política social, particularmente a realidade agrária. O cristianismo nunca foi um escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem também, brasileiros, podem levantar os rosários contra a vontade do povo. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo que reclama uma justiça social mais humana. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que proclamam a discriminação da terra.

Àqueles que reclamam uma palavra tranqüilizadora do Presidente para a Nação, o que posso dizer é que só conquistaremos a paz social através de uma justiça social. Perdem o seu tempo os que imaginam que o Governo seria capaz de abafar a voz do povo, que o Governo possa empreender ação política contra ele, contra seus direitos ou reivindicações.

Ação repressiva é a que o Governo está praticando e vai ampliar na Guanabara e em outros Estados contra aqueles que especulam com as dificuldades do povo, sonegam gêneros alimentícios. Ainda ontem, dentro de associações de cúpula das classes conservadoras, ibadianos protestavam contra o Presidente, porque ele defende o povo contra aqueles que o exploram na rua através da especulação e da ganância. Não me tiram o sono as manifestações de protesto dos gananciosos, mascaradas em frases patrióticas, mas que traduzem a realidade de seus propósitos anti-sociais e antipopulares.

Não receio ser chamado de subversivo por proclamar a necessidade da revisão da atual Constituição da República, que não mais atende aos anseios do nosso povo. É antiquada porque legaliza uma estrutura econômica já superada, injusta e desumana. O povo tem que sentir uma democracia que ponha fim aos privilégios de uma minoria proprietária de terras, quer participar da vida política do país, através do voto, poder votar e ser votado. É preciso que nos pleitos eleitorais sejam representadas todas as correntes políticas sem discriminações ideológicas. Todos têm o direito à liberdade de opinião e a manifestar o seu pensamento. Este é um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria Carta das Nações Unidas. Está nisso o sentido profundo dessa grande multidão que presta manifestações ao Presidente, o qual lhe presta conta de seus problemas, atitudes e posições na luta que vem enfrentando contra forças

poderosas, mas confiante na unidade do povo e da classe trabalhadora, que há de encurtar o caminho de nossa emancipação.

É de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso a funções superiores continuem insensíveis à realidade nacional. São os piores surdos e cegos os que poderão, com tanta surdez e cegueira, ser amanhã responsáveis perante a história pelo sangue brasileiro que possa ser derramado pela emancipação do país. De minha parte, à frente do Executivo, tudo farei para que o processo democrático siga o seu caminho pacífico para derrubar obstáculos que impedem a liberdade do povo brasileiro. Juntos, Governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da pátria acima dos seus interesses seguiremos a caminho da emancipação econômica e social do país. O nosso lema, trabalhadores, é progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos brasileiros não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta, desumana e impacienta-se com a demora em receber os dividendos de um progresso construído com o esforço dos trabalhadores e o patriotismo dos humildes.

Vamos continuar lutando pela construção de novas usinas, abertura de estradas, implantação de fábricas, hospitais, escolas para o povo sofredor. Nada disso terá sentido profundo, porém, se não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e uma justa participação do povo no desenvolvimento nacional. Sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria do país com aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem iludir o povo. É a hora das reformas. A hora das reformas de estrutura, de métodos, de estilo de trabalho e de objetivo para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar. Que não é possível acomodar-se e admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhares de brasileiros. O caminho das reformas é o do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente contradições de uma ordem jurídica superada pela realidade em que vivemos.

Acabei de assinar o decreto da SUPRA. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da pátria. É necessário que se diga que não é ainda a reforma agrária pela qual lutamos. Representa, como afirmou há pouco o governador pernambucano, um passo à frente no caminho das grandes reformas de estrutura. Não representa ainda a Carta de Alforria do camponês abandonado, mas é, repito, o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O decreto considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam os eixos rodoviários, os açudes públicos federais e terras

que podem tornar produtivas áreas inexploradas, ainda submetidas a um comércio intolerável e odioso. Não é justo, trabalhador brasileiro, que o benefício de uma estrada construída com o dinheiro do povo venha a beneficiar apenas minorias privilegiadas do país.

Não se compreende que uma estrada como a Rio-Bahia, com 800 km asfaltados, que custou 60 bilhões de cruzeiros ao povo brasileiro, venha beneficiar latifundiários, que têm o valor de suas terras duplicados.

Mas, trabalhadores, reforma agrária com pagamento prévio em dinheiro não é reforma agrária como consagra a Constituição; é negócio agrário que interessa apenas ao latifundiário. Sem reforma constitucional não poderá haver reforma agrária autêntica, que atenda aos reclamos do povo brasileiro. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, como esta multidão que aqui está em praça pública, poderemos votar leis agrárias, mas nenhuma delas será capaz de modificar estruturas em benefício do país. Camponeses brasileiros, graças ao convênio e à colaboração patriótica das Forças Armadas, o convênio entre elas e a SUPRA, espero que dentro de menos de 60 dias se dividam os latifúndios ao lado das ferrovias, dos açudes e ao lado das obras de saneamento.

E, feito isso, o trabalhador do campo já poderá ver concretizada, em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação: um pedaço de terra própria para que ele trabalhe, para que cultive. Aí então o trabalhador e sua família trabalharão para eles. Porque não se diga que há meios de fazer a reforma sem mexer a fundo na nossa Constituição.

Em todos os países civilizados foi suprimido da Constituição o pagamento prévio em dinheiro. No Japão, há mais de 20 anos que já se fez a reforma agrária, pagando-se em títulos com prazo de 20 anos e juros de 2%. Quem promoveu a reforma agrária não podia ser chamado de agitador, não podia ser chamado de comunista. Foi o general Mac Arthur, general americano, que não podia ser acusado de estar a serviço de interesses internacionais. Na Itália, na Calábria, há mais de 15 anos que a reforma foi realizada. A produção multiplicou-se e os camponeses passaram a ter seus pedaços de terra próprios.

O México há mais de 12 anos vem concretizando a sua reforma agrária, empregando mais de 30 milhões de hectares de terra trabalhada, entregando-a aos camponeses mexicanos, realizando pagamento em 25 anos com juros nunca superiores a 5%. Na própria Índia já se fez a reforma agrária de mais de metade da área cultivável daquele país. Não existe argumento capaz de afirmar que no Brasil, uma Nação jovem e que se projeta para o futuro, o povo não possa fazer a reforma constitucional que lhe permita uma reforma agrária autêntica.

“A reforma agrária não é capricho de um governo, não é capricho de uma pessoa, de um programa de partido. É produto de inadiável necessidade que no Brasil constitui as esperanças do povo brasileiro. A reforma agrária é imposição do próprio progresso nacional para ampliar e melhorar o seu mercado interno, que necessita maior produção para sobreviver. Nas fábricas e indústrias há tecidos e sapatos sobrando. Enquanto isso, o povo brasileiro vive nu no interior da pátria. Suas crianças sem calçado, porque não têm poder aquisitivo para comprar esses produtos.

A reforma agrária é indispensável para melhorar o nível de vida, possibilitar a melhor remuneração do povo urbano. Intelectuais, estudantes, industriais que se interessam e que querem o desenvolvimento do país sabem que a reforma é necessária e indispensável para que a vida social e econômica possa progredir.

Como garantir a propriedade privada quando, de 15 milhões de brasileiros que trabalham a terra, apenas dois e meio milhões são proprietários? O que pretendemos fazer no Brasil não é diferente do que já se fez em países desenvolvidos do mundo. É etapa do progresso que devemos conquistar. E esta manifestação deslumbrante que presenciamos é o testemunho mais vivo de que a reforma agrária será conquistada pelo povo brasileiro.

O próprio custo dos gêneros alimentícios, que está diretamente subordinado à relação do homem com a terra num país onde se paga aluguel da terra por mais de 50% do valor da produção obtida. Não pode haver gêneros alimentícios baratos. No meu Estado, por exemplo, o Estado do deputado Leonel Brizola, 75% da produção de arroz é realizada em terras alugáveis, e o arrendamento dessas terras é 75% do valor da produção paga em cada ano.

Esse é o inquilino rural, medieval, que torna cada vez mais necessária a reforma agrária. O povo sabe que ela só prejudica a uma minoria insensível e o seu desejo de manter escravos, com a Nação submetida a miserável processo de vida. É claro que a reforma agrária só pode ser iniciada em terras economicamente aproveitáveis. Não podemos começar a reforma agrária no Amazonas ou no Pará. A reforma agrária só deve ser iniciada em terras colonizáveis, ao lado dos grandes centros. Governo nenhum, por maior que seja o seu esforço e até seu sacrifício, poderá enfrentar o momento inflacionário, que devora salários e que inquieta o povo, se não forem realizadas as reformas de estrutura exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação.

Tenho autoridade para lutar pela reforma da Constituição, porque essa reforma, indispensável, tem o único objetivo de abrir caminho à solução harmônica dos problemas. Não me animam – e é bom que a Nação me ouça – quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiados serão, acima

de tudo, o povo e os governos que me sucederem. É para o povo e os governos que vierem que desejamos entregar esta Nação emancipada e enriquecida, resolvidos democrática e pacificamente os seus graves problemas. Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do Congresso Nacional a mensagem presidencial deste ano. Nessa mensagem estão bem claras e expressas as intenções e objetivos do Governo. Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social e a ação governamental, cuja finalidade é acelerar o progresso do país e assegurar melhores condições de vida pelo caminho da reforma democrática.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, em nome do povo brasileiro, em nome das 150 mil, ou 200 mil pessoas que aqui estão, o nosso caloroso apoio ao Congresso Nacional, para que venha ao encontro das reivindicações populares. Para que, em seu patriotismo, atenda aos anseios da Nação, que quer dias mais pacíficos. Quero também me referir, antes de finalizar, a um outro decreto que também assinei interpretando sentimento nacional. Acabei de assinar o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a Ipiranga, Capuava e outras pertencem ao povo, porque pertencem ao Governo.

Procurei, depois de estudos cuidadosos elaborados por técnicos e guiado pelo espírito que criou a Lei 2.004, lei que surgiu e foi inspirada pelos mais altos ideais patrióticos e imortais do brasileiro que continua imortal na alma do povo brasileiro, ao decretar a encampação das refinarias particulares, prestar uma homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi solidário com os sentimentos do nosso povo, ao grande presidente Getúlio Vargas.

Ele, o imortal e grande patriota Vargas, morreu, mas o povo continua a sua caminhada, e eu vivo, hoje, momento de profunda emoção ao poder dizer que soube interpretar o sentimento do povo brasileiro. Ao lado dessas medidas, da maior significação para o desenvolvimento do nosso país, e para a participação do povo brasileiro nas suas riquezas, especialmente nesta luta pelo petróleo e o monopólio nacional, eu sinto que, para estas medidas nacionalistas de tal significado, o povo estará sempre presente nas ruas e praças públicas para prestigiar o Governo, que pratica atos como estes para demonstrar às forças reacionárias que o povo há de continuar a sua caminhada.

Nesta mensagem que enviei para a consideração do Congresso Nacional, deixei bem consignadas outras reformas que o povo exige para o desenvolvimento do país: a Reforma Eleitoral, reforma ampla que permita que todos os brasileiros de 18 anos, que lutam pelo engrandecimento do país, possam participar do destino glorioso do Brasil. Nessa reforma, propugnamos

principalmente, democraticamente, fundamentalmente, que todo o alistável deve ser elegível, e portanto, tratado como tal.

Também está consignada a Reforma Universitária, proclamada pelo povo brasileiro e defendida pelo estudante universitário, que sempre tem estado na vanguarda dos movimentos populares e nacionalistas. Ao lado dessas medidas, o Governo continua examinando outras medidas e providências fundamentais em defesa do povo e das classes populares. Dentro de poucas horas, devo assinar outro decreto, que regulamentará o preço extorsivo e abominável dos apartamentos residenciais que estão desocupados, de todos os que hoje afrontam e ferem o povo exigindo pagamento em dólares por um apartamento brasileiro. O pagamento deve ser feito em cruzeiros, o dinheiro do povo, que é o dinheiro do país.

Estejam tranqüilos que dentro em breve esse decreto será realidade, e realidade também será a rigorosa e implacável fiscalização para que seja cumprido o decreto dos aluguéis, assim como também o Governo, apesar dos ataques e dos insultos sofridos, não recuará na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo. Faço aqui apelo ao povo carioca para que ajude o Governo na fiscalização da vergonhosa exploração que vem sofrendo. Para aqueles que desrespeitam a lei, não nos interessa o tamanho de sua fortuna, ou de seu poder, esteja ele em Olaria ou na Rua do Acre, podem estar certos que deverão sofrer perante a lei as sanções pela responsabilidade dos seus crimes. Aos servidores públicos desta Nação, aos médicos, engenheiros, servidores públicos que também não me têm faltado com seu apoio e solidariedade, posso afirmar que suas justas reivindicações estão sendo objeto de estudo final e, em breve, as verão atendidas, porque o Governo deseja cumprir com aqueles que cumprem o dever para com o seu país.

Ao encerrar, quero dizer que me sinto reconfortado e recuperado para enfrentar a luta, que tanto maior será contra nós, quanto mais perto estivermos do cumprimento do dever. Na medida em que a luta apertar, sentir-me-ei confortado, porque o povo também lutará contra aqueles que não reconhecem sua vontade e exploram a Nação.

Eu sei, trabalhadores brasileiros, das reações que nos esperam, mas estou tranqüilo porque cumpro com o dever e, acima de tudo, porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência de sua autoridade e que não faltará com seu apoio às medidas nacionalistas de sentido social.

Quero, trabalhadores brasileiros, agradecer, mais uma vez, a extraordinária manifestação aqui registrada, especialmente ao bravo povo carioca, que soube dialogar com os líderes nacionalistas a respeito dos problemas que afligem a Nação. A todos os patrícios quero dizer também, ao finalizar, que nenhu-

ma força será capaz de impedir que o Governo continue assegurando absoluta liberdade ao povo brasileiro, que nenhuma força impedirá que o povo se manifeste, livre e democraticamente, e para isso podemos dizer, com orgulho, que contamos com o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas desta Nação. Hoje, com o alto testemunho da Nação reunida na praça que ao povo pertence, o Governo, que é também povo, e ao povo pertence, reafirma seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pelas reformas tributária, eleitoral, pelo voto ao analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e ao lado do povo, pelo progresso do Brasil".

15 de março de 1964

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Em 15 de março de 1964, na abertura da sessão legislativa, o presidente João Goulart encaminhou o que viria a ser sua última mensagem ao Congresso Nacional. Dois dias depois do comício da Central do Brasil e em tom de apelo, Goulart pedia o engajamento do Congresso em seus esforços pelas reformas. Tentando vencer as resistências da oposição, que vinham crescendo desde o momento em que anunciara a sua disposição de adotar algumas medidas, como a implementação da reforma agrária, afirmava: "No cumprimento desta missão de paz é que coloco, diante dos nobres representantes do povo, para a sua alta apreciação, o corpo de princípios que se me afiguram como o caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e da maturidade da nossa democracia. Faço-o com inteira consciência de minhas responsabilidades e para que jamais se diga que o Presidente da República não definiu com suficiente clareza o seu pensamento e a sua interpretação dos anseios nacionais, deixando de contribuir, por sua omissão, para o equacionamento e a solução do grande problema nacional do nosso tempo".

Mais uma vez, Jango foi explícito quanto aos objetivos a alcançar com a reforma agrária que propunha, afirmando que "no quadro das reformas básicas que ao Brasil de hoje se impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico; a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a reforma agrária. O Brasil de nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência. Esses milhões de patrícios nossos que, até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem, em compensação pelo que sempre deram e continuam dando à Nação – como principal contingente que são da força nacional de trabalho –, que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional, melhores condições de vida e perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos".

A seguir, o preâmbulo da mensagem:

"Senhores membros do Congresso Nacional:

Ao inaugurarem-se os trabalhos da sessão legislativa de 1964, tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências, no exercício da prerrogativa que me confere o artigo 87, inciso XVIII, da Constituição da República, a fim de dar-lhes conta da situação do país e solicitar-lhes as providências que julgo necessárias ao seu desenvolvimento, à preservação da tranqüilidade e da segurança do povo brasileiro e à definitiva erradicação dos obstáculos institucionais e estruturais que impedem a aceleração e a consolidação do nosso progresso.

Desejo, entretanto, que esta mensagem ao Poder Legislativo seja, por igual, uma conclamação a todos os brasileiros lúcidos e progressistas, para que, cada vez mais unidos e determinados, nos coloquemos à altura do privilégio que a história nos reservou, de realizar a nobre tarefa da transformação de uma sociedade arcaica em uma sociedade moderna, verdadeiramente democrática e livre."

MOMENTO NACIONAL

"Dia a dia mais se fortalece, em cada brasileiro, a convicção de que nada sofreará o nosso avanço e de que força alguma, interna ou externa, será capaz de conter o ímpeto criador de um povo, consciente, afinal, de suas condições de atraso e, por isso mesmo, inconformado com a ignorância e a miséria e, mais do que nunca, deliberado a progredir.

Os contrastes mais agudos que a sociedade brasileira apresenta, na fase atual do seu desenvolvimento, são de natureza estrutural, e, em virtude deles, a imensa maioria da nossa população é sacrificada, quer no relativo à justa e equânime distribuição da renda nacional, quer no referente à sua participação na vida política do país e nas oportunidades de trabalho e de educação que o desenvolvimento a todos deve e pode oferecer. Estruturais, estas contradições só poderão ser resolvidas mediante reformas capazes de substituir as estruturas existentes por outras compatíveis com o progresso realizado e com a conquista dos novos níveis de desenvolvimento e bem-estar.

A solução de tais problemas, que se avolumam e se agravam, exige de todos os brasileiros lúcidos, persistência, confiança e, de parte dos poderes públicos, novos padrões de ação em harmonia com a rápida ascensão das aspirações populares.

Consciente das distorções verificadas ao longo do nosso processo de transformação social e da necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais, assumi a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira, como encargo primeiro e responsabilidade mais alta da investidura com que me honrou a vontade dos meus concidadãos.

Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva.

Senhores membros do Congresso Nacional:

Aceitando o desafio que lhe propõe a realidade brasileira, tem o meu Governo procurado orientar a sua ação por meio de programas objetivos, cuidadosamente planejados, que visam, a par da estabilidade econômica e financeira, à ampliação do mercado de trabalho capaz de assegurar ao país os níveis de vida mais altos a que todos aspiramos.

Sem preconceitos ou discriminações, tenho convocado para colaborarem em todos os setores da administração, técnicos e especialistas de competência e espírito público acima de qualquer dúvida. A introdução do planejamento, como norma de ação governamental, que permite a distribuição de esforços e meios, segundo a magnitude dos problemas, e a fixação de critérios racionais na disciplina da ação administrativa, demonstram a previdência e correção com que tem procedido o Poder Executivo. Na busca de soluções convenientes para esses problemas anima-me o propósito de consolidar as conquistas já alcançadas no processo do nosso desenvolvimento e, ao mesmo tempo, abrir frentes de trabalho reprodutivo que se constituam em novas fontes de progresso e riqueza. Entretanto, a nossa atual estrutura econômica e política reduz, quando não anula, a eficácia das providências, pois o anacronismo dos padrões que a sustentam e a constelação de poderes em que ela se apóia perpetuam as crises e agravam os problemas, eliminando as possibilidades de sua solução.

Como cidadão ou como Presidente da República jamais concorrerei, por ação ou por omissão, para legitimar discriminações e injustiças, por meio da conservação de estruturas envelhecidas que desqualificam o trabalho e o convertem em instrumento de opressão e desigualdade. Entendo que ao chefe de um país em desenvolvimento cumpre estimular a criação de meios e oportunidades para que o trabalho seja, precisamente, a arma pacífica de eliminação de privilégios e desníveis. É imperioso fazer dele a dimensão nova de uma sociedade que reformula o seu projeto de existência, para promover a libertação de classes sociais inferiorizadas pela situação que ocupam no processo geral da produção. Não é possível admitir-se que continuem em vigor normas, padrões e valores que, em nosso meio, principalmente nas áreas rurais, perpetuam formas de relações de trabalho inspiradas nos resíduos de uma concepção aristocrática e feudal da vida e do mundo, ou alicerçadas nas falsas premissas e nas hierarquizações injustas de um liberalismo econômico adverso aos encargos e às exigências do Estado moderno.

Entendo, por tudo isso, que a formação e o aperfeiçoamento educacional e técnico e a assistência completa à força de trabalho de uma nação, sobretudo quando ela compreende a luta pelo seu desenvolvimento, devem constituir a preocupação fundamental dos poderes públicos, pois uma força de trabalho altamente qualificada é fator da autodeterminação, da segurança e da consolidação da soberania nacional. Ao formular os planos do meu Governo, bem como ao traduzi-los em atos, jamais deixei de atender ao compromisso, originário de minha formação política, de tudo fazer pela valorização e dignificação do trabalho, contra todas as formas de exploração, e de considerar sempre a ampliação do mercado de trabalho como um dos objetivos primaciais do poder público para que as ofertas de emprego pelo menos se aproximem do incremento demográfico.

Senhores membros do Congresso Nacional:

O grande problema do nosso tempo não reside apenas na desigualdade entre países ricos e pobres, que tão flagrantemente caracteriza o cenário mundial, mas no fato de que o fosso entre uns e outros tende a aprofundar-se progressivamente, por força da maior velocidade de capitalização das nações industrializadas. Assim, se o desnível entre os dois mundos – industrializados e em vias de desenvolvimento – já é por si insuportável, tende a assumir proporções explosivas se não forem retificadas as condições atuais da economia internacional. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, basicamente exportadores de produtos primários, não mais podem assistir impassíveis ao continuado aviltamento dos preços de suas exportações, no processo residual de um sistema colonialista já ultrapassado e repelido.

Essa constante deterioração das condições do comércio mundial, em prejuízo dos países em vias de desenvolvimento, não podia deixar de despertar a consciência universal para um esforço coletivo destinado a assegurar àqueles países melhores perspectivas de justa remuneração para o seu trabalho e possibilidade de aceleração do seu desenvolvimento econômico.

A política externa independente do Brasil, na interpretação e na projeção do exclusivo interesse nacional, não poderia, conseqüentemente, deixar de prestigiar, por todos os meios, essa cruzada histórica em prol da eliminação das desigualdades que violentam o próprio conceito de soberania nacional. A nação incapaz de repelir as tentativas de tutela que contra ela se armem, e destituída de energia bastante para impedir a alienação do produto do seu trabalho e das suas riquezas naturais, compromete irremediavelmente a sua própria segurança e submete-se a um processo de dominação, em que é sacrificada a liberdade de opção, que deve ser um dos seus apanágios. Eis por que o Governo imprime às suas relações com o exterior orientação que se caracteriza pela

obediência a princípios cuja sustentação considera imperativa: não-intervenção no processo político das demais nações, autodeterminação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos e fidelidade aos compromissos internacionais.

A ação da diplomacia brasileira, integrada no processo do desenvolvimento do país como um dos seus instrumentos indispensáveis, encontra a sua autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais e fundamenta a sua autoridade na perfeita identificação com os legítimos anseios populares. Por isso mesmo, preocupa-se predominantemente com a intensificação do ritmo de progresso das grandes áreas subdesenvolvidas do mundo ainda não beneficiadas pela incorporação das conquistas científicas e tecnológicas da nossa era. Assim, nossa política externa se rege pelo esforço de conduzir as nações capitalistas e socialistas, plenamente industrializadas, bem como a ONU e demais organismos internacionais, a assumirem maiores responsabilidades na área do financiamento e da assistência técnica mediante a reestruturação do comércio internacional e a liberação de recursos, aplicados na corrida armamentista, para as grandes tarefas da paz e da prosperidade de todos os povos.

REFORMA AGRÁRIA

Jango, que passara meses negociando, sem êxito, ao lado de outras medidas, uma proposta de reforma agrária que pudesse ser aprovada por consenso, encerrava a mensagem enviada ao Congresso, no dia 15 de março de 1964, com a formulação das medidas que gostaria de ver aprovadas:

"Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para consecução da reforma agrária:

– a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade;

– poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determina:

a) todas as propriedades não exploradas;

b) as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem à metade da área total;

– nos casos de desapropriação, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada;

– o Poder Executivo, mediante programa de colonização, promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas "a" e "b" por

meio do depósito em dinheiro de 50% da média dos valores tomados por base para o lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos mediante processo judicial;

– a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno tem prioridade sobre qualquer outro emprego da terra e é obrigatória, em todas as propriedades agrícolas ou pastoris, diretamente pelo proprietário ou mediante arrendamento.

I) O Poder Executivo fixará a proporção mínima da área de cultivo agrícola de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do país.

II) Todas as áreas destinadas a cultivo sofrerão rodízio e a quarta cultura será obrigatoriamente de gêneros alimentícios para o mercado interno, de acordo com as normas fixadas pelo Poder Executivo.

– O preço da terra para arrendamento, aforamento, parceria ou qualquer outra forma de locação agrícola jamais excederá o dízimo do valor das colheitas comerciais obtidas.

– São prorrogados os contratos expressos ou tácitos de arrendamento e parcerias agropecuárias, cujos prazos e condições serão regidos por lei especial."

"Para concretização da reforma agrária, é também imprescindível reformar o parágrafo 16, do Artigo 141 e o Artigo 147, da Constituição Federal. Só por esse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos, e multiplicar o número de proprietários, com o que será melhor defendido o instituto da propriedade.

Para alcançar esses altos objetivos seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna os seguintes preceitos:

– Ficam supressas do texto do parágrafo 16, do Artigo 141 a palavra "prévia" e a expressão "em dinheiro".

– O artigo 147, da Constituição Federal, passa a ter a seguinte redação:

– O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social.

– A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer."

LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Na mesma mensagem enviada ao Congresso, o presidente João Goulart propôs, também, mudanças na legislação eleitoral, sugerindo que fossem suprimidas da Constituição discriminações que "estimulam a corrupção eleitoral, contra os militares, praças e sargentos, contra os analfabetos e contra aqueles que são inelegíveis por mero arbítrio policial". A Constituição, portanto, deveria ser alterada para considerar alistáveis todos os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e que são elegíveis todos os alistáveis.

31 de março de 1964

"NÃO ME INTIMIDARÃO"

Na noite de 31 de março, com o golpe militar já em processo de consolidação e quando se preparava para deixar Brasília rumo a Porto Alegre, João Goulart divulgou um manifesto denunciando os golpistas e manifestando a esperança de apoio popular para defender seu mandato.

No documento, redigido quando seu dispositivo militar já havia capitulado e sem que se concretizasse qualquer reação popular, o Presidente começa afirmando: "Numa noite em que forças reacionárias desencadeiam, mais uma vez, o golpe contra as instituições democráticas e contra a libertação econômica da Pátria, reafirmo a minha inabalável decisão de defender esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico. Sei que o povo ignora o verdadeiro significado das pressões a que meu Governo está sendo submetido desde que, para salvaguardar os mais legítimos interesses da Nação, tive que adotar, no plano internacional, uma política externa independente e, no plano interno, medidas inadiáveis de proteção à sua espoliada economia. Em conseqüência, arrastei a fúria insensata e odienta dos impatrióticos interesses contrariados.

Não acreditavam que eu fosse capaz de regulamentar a Lei de Remessa de Lucros. Fui ameaçado e intimidado. Não cedi e não cederei na sua rigorosa aplicação. Preguei a reforma agrária quando ela estava vitoriosa na consciência e no espírito do povo. Negaram-me os meios para efetivá-la. Apelei, então, para as minhas atribuições constitucionais. E o decreto da SUPRA, que possibilitou o acesso à terra a todos que dela carecem para a sua sobrevivência, embora não consubstanciasse uma reforma agrária verdadeira, ou a reforma reclamada pelos princípios cristãos de justiça social, determinou o recrudescimento de ódios e paixões. O monopólio de importação de óleo cru, a encampação das refinarias, como desdobramento indispensável da nossa política petrolífera, conquista definitiva da vontade e consciência soberana de nosso povo, tantas vezes adiada por governos que me antecederam, foram atos que pratiquei com serena coragem, na certeza de que servia ao Brasil, mas na certeza, também, de que outro poder, na frente de luta, se abria diante de mim. Quando meu Governo se impunha vitoriosamente na repressão à ganância dos exploradores da economia popular, quando meu Governo se levantou contra a exploração dos preços, na distribuição dos gêneros de primeira necessidade, quando se levantou em defesa do povo, tabelando medicamentos, fixando aluguéis, assisti mancomunarem-se contra mim, numa ação insidiosa, os que sempre se locu-

pletaram com a miséria do nosso povo. Quando a inflação, pela qual não se pode responsabilizar o meu Governo, que tudo tem feito para debelá-la, procurando inclusive atacar suas causas estruturais, através das reformas de base, quando essa inflação corroía salários e vencimentos e ampliava a área de miséria entre as famílias da classe média, busquei recompor, na justa remuneração do trabalho, enviando ao Congresso mensagem solicitando a escala móvel de salários. Levantou-se a grita da incompreensão e do egoísmo, do capitalismo intolerante, desumano e anticristão.

A tais medidas, e tudo o mais consubstanciado na política autenticamente popular, decorrente da minha fidelidade ao ideário de Vargas e aos compromissos do meu passado, em lutas nacionalistas, opuseram-se forças políticas e econômicas desavindas entre si, mas que se uniam, entretanto, na impatriótica tentativa de impedir que ao povo brasileiro fossem assegurados melhores padrões de cultura, de segurança econômica e de bem-estar social. Meu Governo foi daqueles, na história da República, que mais se empenharam em cercar de prestígio, de conciliação e de respeito os dignitários do Episcopado, do Clero da Igreja Católica e dos demais credos religiosos. Mistificam com a supervalorização do perigo comunista, como se não fôssemos uma democracia plantada irremovivelmente no coração do povo. Do povo em que acredito e em quem deposito a certeza da vitória da nossa causa. Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários contando com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares do nosso país."

24 de agosto de 1964

DEZ ANOS DA MORTE DE VARGAS

Em 24 de agosto de 1964, vivendo os primeiros meses de exilado e ainda tentando manter algum tipo de atividade política, João Goulart encaminhou ao então líder do PTB na Câmara dos Deputados, Doutel de Andrade, manifesto sobre os 10 anos da morte do ex-presidente Getúlio Vargas. A seguir, o texto do documento:

"Faz hoje dez anos que a Nação, traumatizada, assistiu ao supremo sacrifício de Getúlio Vargas. Nunca deixei de me dirigir a todos vós, neste dia, que está definitivamente incorporado à nossa história, marcando, no Brasil republicano, o instante heróico do saudoso estadista que empenhou a própria vida para conter as terríveis forças do obscurantismo e para que pudéssemos prosseguir na dura caminhada da libertação do nosso povo e da nossa Pátria. É, pois, a luta do povo pela liberdade e pela conquista das reformas estruturais profundas e cristãs da sociedade brasileira que, mais uma vez, conduz ao encontro dos vossos anseios e das vossas mais aflitas esperanças.

Deixo, assim, no exílio em que me acho, o silêncio a que me havia imposto para voltar à intimidade honrada dos vossos lares, muitos já violados, dos vossos sindicatos, oprimidos; das vossas associações, atingidas pelo ódio da reação, com uma palavra de advertência, mas, sobretudo, de fé inquebrantável no destino do nosso país. Esta palavra já não parte do Presidente da República. Não vos posso, também, dirigi-la da praça pública, onde tantas vezes nos encontramos. Dominam a Nação o arbítrio e a opressão.

A reconquista das liberdades democráticas deve constituir o ponto básico e irrenunciável da nossa luta, a luta corajosa do povo brasileiro para a emancipação definitiva do Brasil. Duas vezes preferi o sacrifício pessoal de poderes constitucionais à guerra civil e ao ensangüentamento da Nação. Duas vezes evitei a luta entre irmãos. Só Deus sabe quanto me custou a deliberação a que me impus e pude impor a milhões de patriotas.

Em 1961, tolerei as maquinações da prepotência e consenti na limitação de poderes que a Constituição me conferia, para, depois, restaurá-los democraticamente, pela livre e esmagadora deliberação da vontade popular. Nunca recorri à violência. Os tanques, os fuzis e as espadas jamais, historicamente, conseguiram substituir, por muito tempo, a força do direito e da justiça. A função que a Constituição lhes impõe é a defesa da soberania do país e de suas instituições e nunca a tutela do pensamento do povo, para suprimir e esmagar suas liberdades, como pretendem alguns chefes militares.

Este ano, depois de recusar-me à renúncia que nunca admiti, resolvi, pelo conhecimento real da situação militar, não consentir no massacre do povo. Não só porque contrariava minha formação cristã e liberal, mas porque eu sabia que o povo estava desarmado. Eu sabia que a subversão, fartamente denunciada e muito bem paga, na profusão de rádios, jornais e televisão, era o preparo da mentira do perigo comunista, que iria constituir o ponto de partida para concretização da quartelada, a fim de que, assim, pudessem esmagar as justas aspirações populares que o meu Governo defendia. Baniram, ditatorialmente, o direito de defesa; humilharam a consciência jurídica nacional; suprimiram o poder dos tribunais legítimos. Invadiram universidades, queimaram bibliotecas; não respeitaram sequer as mesmas igrejas onde antes desfilavam as contas de seus rosários. Trabalhadores, estudantes, jornalistas, profissionais liberais, artistas, homens e mulheres são presos pelo único crime da opinião pública, da palavra ou das idéias. Cassam centenas de mandatos populares. Porventura são trapos de papel os compromissos internacionais que assumimos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Carta organizatória das Nações Unidas?

Pessoalmente, tudo posso suportar, como parcela do meu destino na luta da emancipação do povo brasileiro. O que não posso é calar diante dos sofrimentos impostos a milhares de patrícios inocentes e do esmagamento das nossas mais caras tradições republicanas. Hoje, lançam contra mim toda a sorte de calúnias. Sei que continuarão a injuriar-me. Mas o julgamento que respeito e que alguns temem é o do povo brasileiro. É possível que haja cometido erros no meu Governo. Erros da contingência humana. Mas tudo fiz para identificar-me com os sentimentos do povo e da Nação e posso afirmar que assegurei a todos os brasileiros, inclusive a meus adversários, o exercício mais amplo das liberdades constitucionais. Deus não faltará com seu apoio à energia do povo para a reconquista de suas liberdades. Ninguém impedirá o povo de construir o desenvolvimento nacional e dirigir o seu próprio destino.

Tudo fiz por um Governo democrático e justo, no qual se processassem, pacificamente, com a colaboração dos órgãos legislativos, as transformações essenciais da sociedade brasileira; quis um Governo que incorporasse à família nacional, com acesso aos benefícios da civilização do nosso tempo, os milhões de patrícios humildes do campo e as áreas marginalizadas da população urbana; empenhei-me por um Governo que exprimisse os anseios legítimos dos trabalhadores, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, dos empresários, dos agricultores, do homem anônimo da rua para, todos juntos, travarmos a difícil luta contra a miséria, a doença, o analfabetismo, o desemprego e a fome. Sobre mim recaiu, então, todo o ódio dos interesses contrariados.

Promovi o reatamento de relações diplomáticas com as nações do mundo e assumi a responsabilidade de alargar nossos mercados, no interesse único da economia do país e do bem-estar do nosso povo. Executei uma política externa independente. Condenamos o colonialismo, sob qualquer disfarce, defendendo os princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. Nunca transigi com a dignidade do meu país e o respeito à sua soberania. Hoje, representantes estrangeiros interferem publicamente nos assuntos internos do país ou conhecidas organizações monetárias internacionais fixam, unilateralmente, condições humilhantes, em cláusulas de negociações, para ajudas ilusórias que, internamente, agravam o sofrimento do nosso povo e, externamente, aviltam os preços dos nossos principais produtos de exportação. E já se fala na execução de acordos que abrirão o caminho legal para a instalação, em nosso território, de importantes bases militares, sob o controle e o comando de outras nações.

Decretei, brasileiros, a regulamentação da lei de disciplina do capital estrangeiro. Decretei o monopólio da importação do petróleo e a encampação das refinarias particulares. Decretei a desapropriação de terras, objeto de especulação do latifúndio improdutivo. Decretei a implantação da empresa brasileira de telecomunicações. Lutei pela Eletrobrás. Decretei a limitação dos aluguéis, dos preços dos remédios, dos calçados, das matrículas escolares, dos livros didáticos. Hoje, os aumentos incontrolados do custo das utilidades indispensáveis à vida do povo atingem limites insuportáveis.

Promovi, por todos os meios, campanha intensiva de educação popular, para suprimir o analfabetismo em nossa Pátria. Estimulei os investimentos que promovessem maiores oportunidades de trabalho. Quis vencimentos dignos para todos os servidores públicos, civis e militares. Assegurei aos trabalhadores do campo o direito legal de organizarem seus sindicatos e defendi o salário real de todos os brasileiros, que deve acompanhar a elevação do custo de vida, respeitando a liberdade constitucional dos seus movimentos reivindicatórios legítimos.

Bati-me pelas reformas de base, para que o Congresso as votasse democrática e pacificamente. Muitas vezes pedi a colaboração de suas lideranças partidárias. Nada foi possível obter. Mas ninguém se engane. As reformas estruturais, que tudo empenhei por alcançar, rigorosamente dentro do processo constitucional, nenhuma força conseguirá detê-las e nada impedirá a sua consecução. Neste dia, brasileiros, longe de todos, o pensamento voltado para a memória de Getúlio Vargas, que tombou sacrificado pelas mesmas forças que hoje investem contra mim, reflito sobre as permanentes verdades que o admirável estadista denunciou em sua Carta-Testamento, e anima-se a confiança que tenho no futuro do meu país. Não posso concebê-lo presa da

intolerância, da tirania, da ilegalidade, que são atitudes repudiadas pelos sentimentos generosos de nossa gente.

Sem ressentimentos na alma, sem ódios, sem qualquer ambição pessoal, conclamo todos os meus patrícios, todos os verdadeiros democratas, a família brasileira, enfim, para a tarefa de restauração da legalidade democrática, do poder civil e da dignidade das nossas instituições republicanas. Queremos um Brasil livre, onde não haja lugar para qualquer espécie de regime ditatorial, com uma ordem fundada no respeito à pessoa humana, no culto aos valores morais, espirituais e religiosos do nosso povo. Queremos um Brasil justo, progressista, capaz de assegurar confiança ao trabalho e à ação de todos os brasileiros. Queremos um Brasil fiel às origens de sua formação cristã e de sua cultura, libertado da opressão, da ignorância, da penúria, do atraso, do medo, da insegurança.

Deus guiará o povo brasileiro para os objetivos patrióticos de nossa luta."

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

JANGO EM FAMÍLIA

João Goulart, o Janguinho, aos quatro anos de idade, e seus pais, Vicente Goulart e Vicentina Marques Goulart

Fotos: Arquivo Coojornal

Jango começou a jogar futebol no time do Ginásio Santana, de Uruguaiana

Em 1932, Jango entrou para os juvenis do Inter, ano em que o time foi campeão

Arquivo da Biblioteca Municipal de São Borja

João Goulart, aos 15 anos, e um pouco mais velho na foto ao lado, já deixando a adolescência

Álbum de Iolanda Goulart

Arquivo da Faculdade de Direito - UFRGS

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

GINASIO SANT'ANA

URUGUAIANA

Certificado de exames da 5.ª série N.º

Certifico que
filho de
natural de
nascido em de de 19 , foi
considerado aprovado nos exames da quinta série, no ano letivo de 193
com as seguintes resultados:

Latim		Cosmografia	
Historia do Brasil		Historia Natural	
Fisica		Filosofia	
Quimica			

Média geral

Uruguaiana, de de 193

O Inspetor

Visto

Inspetor Regional

(FIRMA A RECONHECER NO TABELIÃO)

Jango, aos 15 anos, com a turma do colégio (primeiro em pé, da esq. p/ dir.) , e o certificado de aprovação dos estudos no Ginásio Santana, em Uruguaiana

Arquivo Faculdade de Direito - UFRGS

FACULDADE LIVRE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE

CERTIFICADO Nº 019

Certifico que o ... foi habilitado em exame ... prestado em ... para admissão á matricula no 1º anno do curso d'esta Faculdade.

Secretaria da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, ... de 1935

Secretario

Acervo Biblioteca Municipal de São Borja

TÍTULO ELEITORAL

2.ª VIA

Grande do Sul — 1.228

São Borja — 47ª zona

Nome: Dr. João Belchior Marques Goulart

São Borja- RGS — Casado

Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart

Advogado — São Borja- cidade

Vota na ... Decima quarta secção

Em 30/7/1960

T.S.E. - Título mod. 4

Certificado de aprovação no vestibular para a Faculdade de Direito, da UFRGS, em 1935, e ao lado, seu título eleitoral, da 47ª seção de São Borja

Gabinete de Identificação e Estatistica Criminal

Nome João Belchior Marques Goulart

Nascido a

Estado civil

Filho de

Nacionalidade

Natural de

Profissão

Instrução

Residencia Porto Alegre

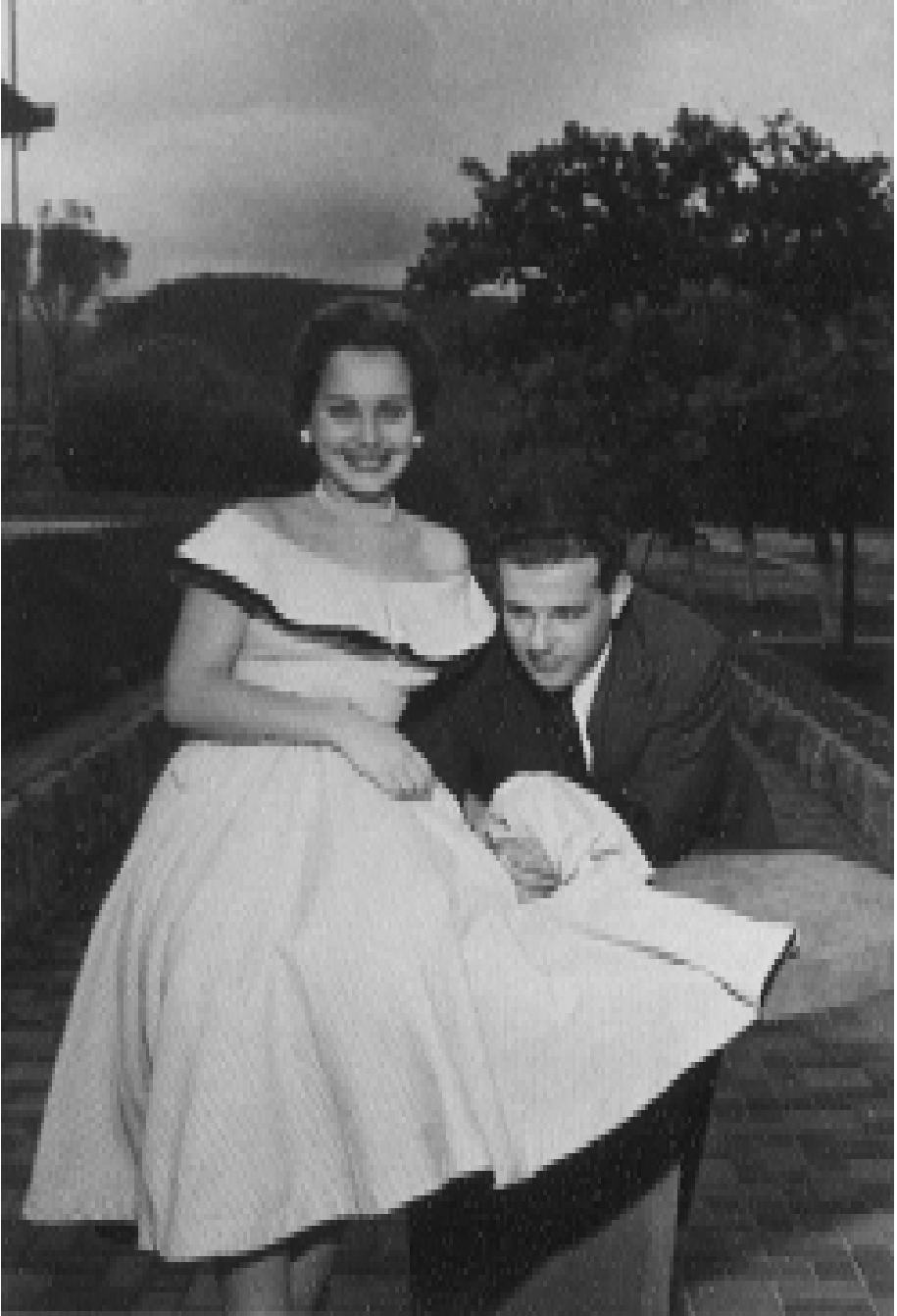
Porto Alegre

Carteira de Identidade de Jango, emitida em 4 de fevereiro de 1935

Fotos: Arquivo Coojornal

O casamento da irmã de Jango, Neuza, com Brizola, teve as presenças de Getúlio Vargas, dona Tinoca e Jango

Jango (ao centro) em um baile de carnaval em São Borja

Álbum de Iolanda Goulart

João Goulart e Maria Thereza, recém casados

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

João Goulart e Maria Thereza num banquete em Brasília

Acervo da Biblioteca Municipal de São Borja

Com a mulher e os filhos, João Vicente e Denise, em visita ao Papa

Álbum de Iolanda Goulart

Álbum de Iolanda Goulart

Jango com o irmão Ivan, acima, e no aniversário de sua mãe, Vicentina, a dona Tinoca, rodeada pelos netos e familiares

Cleber Dioni

A casa em São Borja onde Jango viveu sua infância e juventude

Acervo Manoel Leães

Jango e Manoel Leães observam João Vicente na piscina da Granja do Torto

Álbum de Iolanda Goulart

Jango com 27 anos, um jovem bacharel em Direito

Museu Getúlio Vargas

Posse de Jango no Ministério do Trabalho, em 18 de junho de 1953

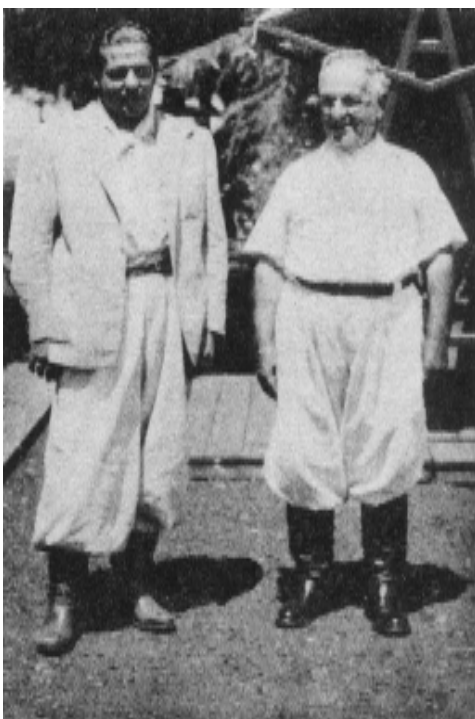
Museu Getúlio Vargas

Getúlio Vargas, Jango e Gregório Fortunato, durante campanha, em 10 de agosto de 1950

Arquivo JÁ Editores

Numa visita a Getúlio Vargas na fazenda em São Borja

Acervo Manoel Leães

Arquivo Coojornal

Jango e Getúlio Vargas em reunião com amigos na Granja São Vicente (acima), e em uma das fazendas de Getúlio, em São Borja (ao lado)

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Jango, entre Osvaldo Aranha e Tancredo Neves, no enterro de Getúlio, em 1954

Arquivo JÁ Editores

Jango abraça o cunhado e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola

Fotos: Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Presidente Jânio Quadros cumprimenta seu vice, Jango, antes de viajar à China

Presidente Juscelino Kubitschek com seu vice, João Goulart

Fotos: Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Encontro nos EUA entre os presidentes John Kennedy e João Goulart

O vice-presidente João Goulart, Magalhães Pinto e Tancredo Neves, em 1960

José Abraham

Jango, entre Leonel Brizola e Tancredo Neves

Divulgação

Vice-presidente Jango, em Santa Maria, acompanhado de Brizola e de generais

Pedro Flores

Encontro em 1961 de João Goulart e o governador gaúcho Leonel Brizola

Acervo Manoel Leães

Jango, presidente da República, visita sua terra natal, São Borja, em 1961

Fotos: Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Presidente João Goulart com militares

Presidente João Goulart com oficiais do Exército, em Porto Alegre, em 1963

Pedro Flores

Em Porto Alegre, em 1963, com assessor militar

Arquivo de Manoel Leães

Goulart, entre o general Kruel e Tancredo Neves, no Palácio do Planalto

Fotos: José Abraham

Como vice, acompanhando o presidente Jânio Quadros

Com o governador Leonel Brizola passando em revista a tropa da Brigada Militar

Fotos: José Abraham

Presidente João Goulart na companhia de Leonel Brizola e militares

Presidente João Goulart cumprimenta oficiais da Aeronáutica

Pedro Flores

João Goulart fala aos correligionários no diretório do PTB, em 1963

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Com Maria Thereza, no comício da Central do Brasil (RJ), em 1964

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Em 31 de março de 1964, Goulart se prepara para deixar o Rio de Janeiro

Arquivo JÁ Editores

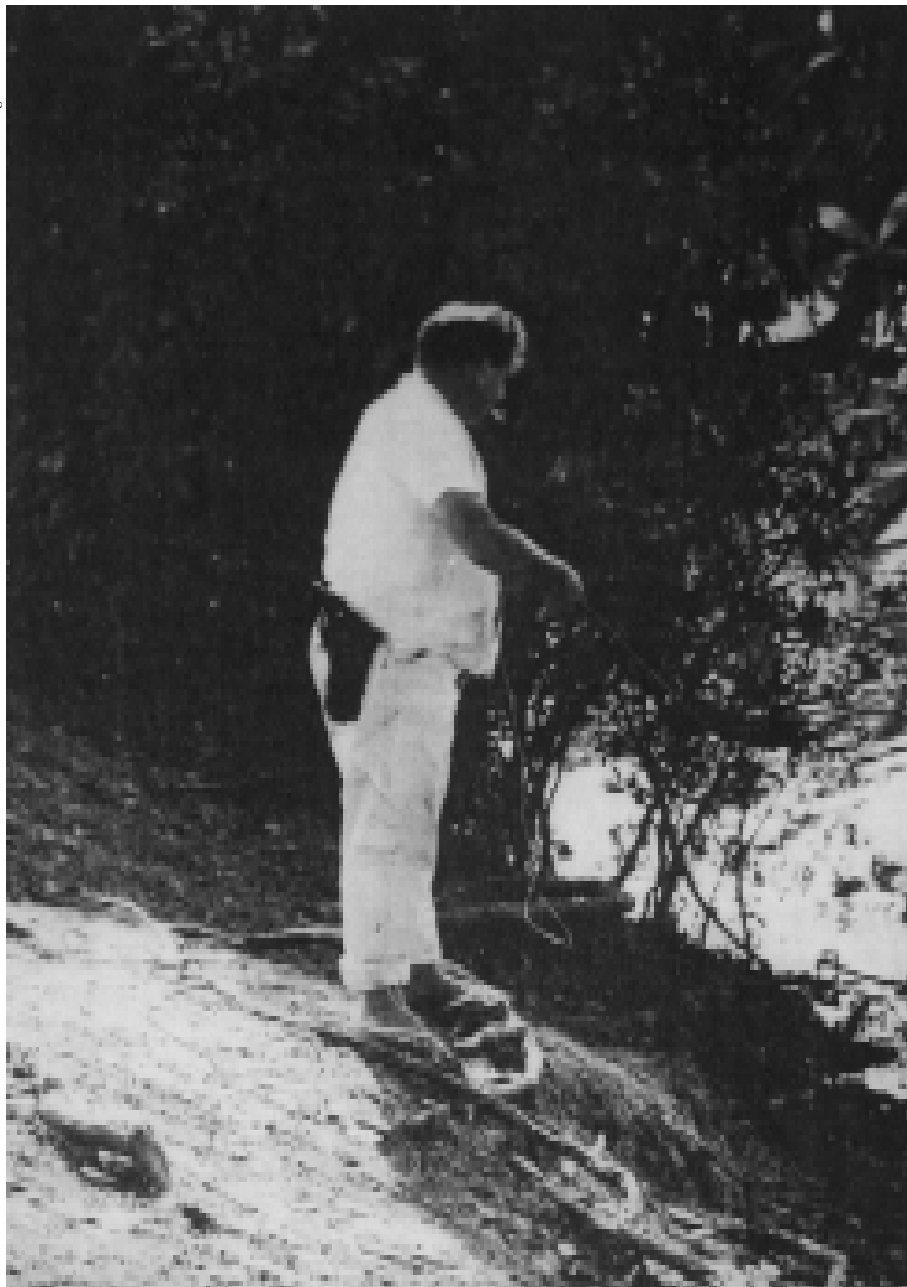
João Goulart chega na base aérea de Pando, no Uruguai. É o início do exílio

Acervo Manoel Leães

Jango, no exílio em Montevidéu, com o seu inimigo Carlos Lacerda, para discutir a Frente Ampla

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

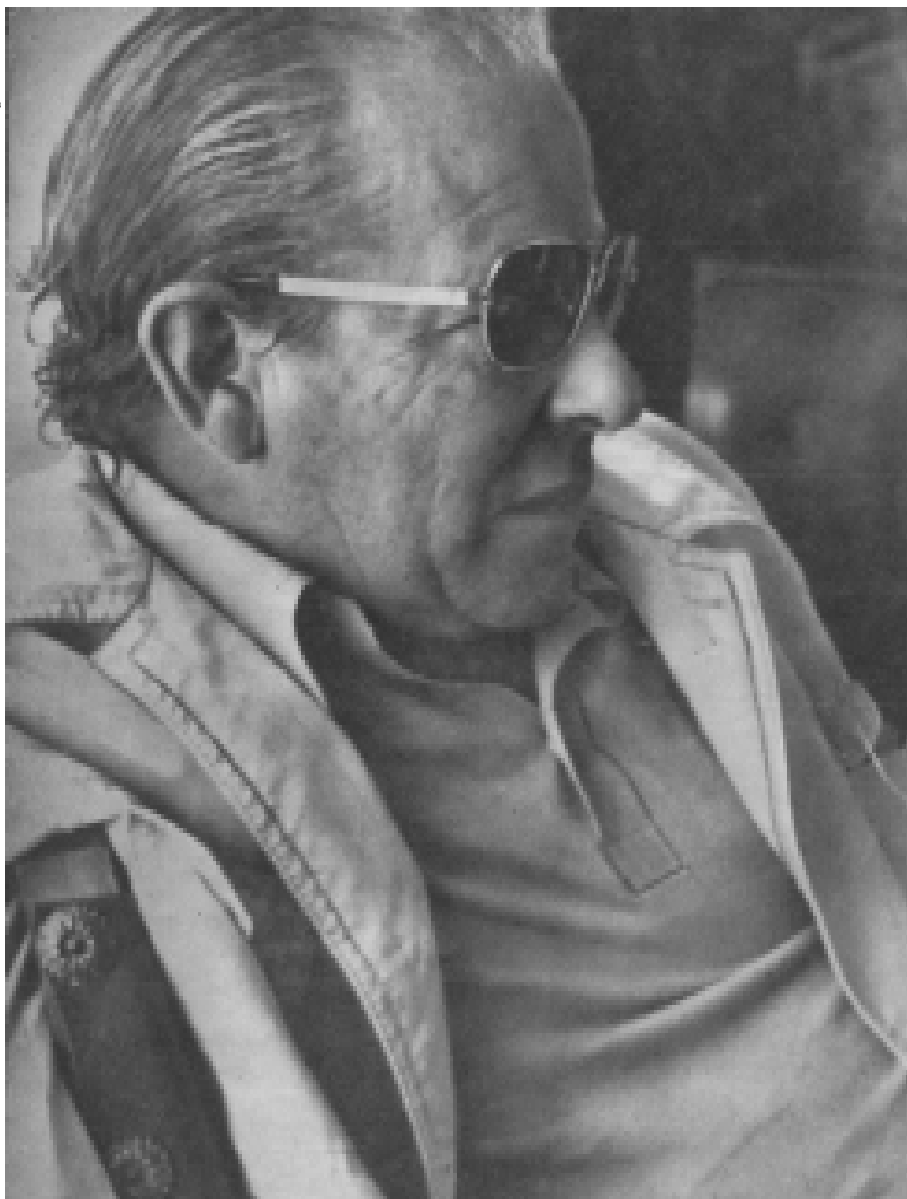
João Goulart no exílio, em 1967

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

João Goulart em pescaria, durante o exílio, um de seus passatempos preferidos

Acervo Manoel Leães

Jango, Manoel Leães e amigos, em pescaria no Rio das Mortes

Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Jango, durante o exílio, em uma de suas fazendas no Uruguai

Jango, em 1976, ano de sua morte

Atestado de Óbito feito em Corrientes, na provícia de Mercedes, na Argentina

MUNICIPALIDAD DE MERCEDES CORRIENTES

El Jefe de la Oficina de Catastro, CERTIFICA: que el señor... LUIS CLAUDIO BRAGA DUARTE...., está suficientemente autorizado / para el traslado a Porto Alegre (Brasil)....del cadaver de JOAO BELCHIOR MARQUES GOULART.....de sexo MASCULINO....de 57 años de edad, de/ nacionalidad BRASILEÑO.......est. de civil CASADO....profesión PROPIETARIO........fallecido el día 6 del mes de DICIEMBRE del año / 1.976.....

DIAGNOSTICO: ENFERMEDAD.............según Certificado de Defunción s// otorgado por el Doctor RICARDO FERRARI..........................

Se expide la presente autorización a los 6 días del mes // de DICIEMBRE.....del año 1.976..... en Mercedes

RAMON A GOMEZ
A/C Oficina de Catastro

... 6 DEZ 1976

Autorização para transportar o corpo de Jango, da Argentina para o Brasil

- 6 DEZ 1976

REGISTRO PROVINCIAL DE LAS PERSONAS ... D.R.P.P.
CORRIENTES

PERMISO DE INHUMACION

EL QUE SUSCRIBE: Felipa Vargas... Delegada Regional ... Registro Provincial de las Personas conforme a lo dispuesto por los Arts. 84/85 de la Ley 1875, concede permiso para sepultar el cadaver de: João Belchior Marques Goulart.............. quien era del sexo: masculino, de edad: 57 ... Nacionalidad: Brasil .... Profesión: propietario. Fallecido el dia: 6 .... del mes de: diciembre ... del año: 1976 .... a las: .... 3 .... horas por causa de: enfermedad ...... según certificado médico del Doctor: Ricardo Rafael Ferrari, que archivado bajo Nº de Acta labrada al efecto, en Tomo: ... Folio: ... Acta: ... 296 ... de la Sección ... del año de la fecha.-

Sello.- Firma.-

Dr.

Permissão para exumação do corpo de Jango

Acervo Manoel Leões

João Vicente chora deitado sobre o caixão do pai, e é consolado por Manoel Leães

Fotos: Acervo Memorial da Assembléia Legislativa do RS

Tancredo Neves, Paulo Brossard e Pedro Simon no velório de Jango

Maria Thereza com os filhos João Vicente e Denise, e a nora, Estela, no velório

Arquivo JÁ Editores

População de São Borja carrega caixão com o corpo de Jango para a igreja matriz

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amado, Rodrigo. *A Política externa no governo João Goulart.* Cultura Editores Associados, 2000.

Barbosa, Vivaldo. *A Rebelião da Legalidade.* FGV Editora, 2002.

Barros, Jefferson. *Golpe Mata Jornal – desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora.* JÁ Editores, 1999.

Braga, Kenny. *Meu Amigo Jango: depoimento de Manoel Leães.* Ed. Sulina, 2003.

Caldeira, Jorge; Carvalho, Flávio; Marcondes, Cláudio; Paula, Sérgio. *Viagem pela História do Brasil.* Companhia das Letras.

Carneiro, Glauco. *História das Revoluções* – Tomo 1. Ed. Record.

Castello Branco, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964 – agonia do poder civil.* Tomo 1. Ed. Artenova, 1975.

Castelo Branco, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964 – a queda de João Goulart.* Tomo 2. Ed. Artenova, 1975.

Castelo Branco, Lucídio. *Da Vida de um Repórter.* AGE Editora.

Campos, Valério; Maestri, Flora. J*oão Goulart: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe.* Coleção Esses Gaúchos, Tchê. RBS

Cony, Carlos Heitor; Lee, Ana. *O Beijo da Morte.* Ed. Objetiva, 2003.

Deodato, Alberto. *Nos tempos de João Goulart.* Livraria Itatiaia, 1965.

Duarte, José Bacchieri. *100 Anos da Política Brasileira.* Editora e Gráfica Universitária da Universidade Federal de Pelotas.

Faust, J.J. 1965: *A revolução devora seus presidentes.*

Ferreira, Jorge; Delgado, Lucialia de Almeida. *O Brasil Republicano – volume 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Ed. Record, 2003.

Gaspari, Elio. *A Ditadura Envergonhada.* Companhia das Letras, 2002.

Gomes da Silveira, Norberto Cavalcanti. *Reportagem da Legalidade (1961-1991).*

Gutemberger, Luiz. *Pedro Simon – uma biografia.* Edições Dédalo, 2001.

Guaragna, João Carlos. *Brizola, a Revoada do Exílio – histórias de um pombo-correio.* Editora Rígel, 1992.

Jurema, Abelardo. *Sexta-feira 13: os últimos dias do Governo João Goulart* Edições O Cruzeiro.

Labaki, Almir. *1961 – A crise da renúncia e a solução parlamentarista.* Ed. Brasiliense, 1986.

Legalidade: *25 anos: A resistência popular que levou Jango ao poder.* Editora Redactor.

Lima, Hermes. *Travessia – Memórias.* Editora José Olympio, 1974.

Lopez, Luiz Roberto. *João Goulart – O Rio Grande Político.* IEL, 1990.

Markun, Paulo. 1961: *Que as armas não falem.*

Melo e Souza, Cláudio; Duarte, Dines, Alberto; Callado, Antônio; Netto, Araújo; Castelo Branco, Carlos; Eurilo; Gomes, Pedro; Figueiredo, Wilson. *Os idos de março e a queda em abril.* José Álvaro Editor, 1964.

Moniz Bandeira, Luiz A. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).* Editoras UNB e Revan, 1978, 1ª edição.

Monteiro, Sergio M. *Política Econômica e Credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart.* 1999.

Mourão Filho, Olympio (Gal.). *Memórias: a verdade de um revolucionário.* L&PM Editores, 1978.

Oliveira, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem.*

Otero, Jorge. *João Goulart – Recuerdos en su exílio uruguayo.* Colección Testimonios. Ediciones de La Plaza.

Pinheiro, Luiz Adolfo. *JK, Jânio, Jango: três jotas que abalaram o Brasil.*

Pinheiro Neto, João. *Jango, um depoimento pessoal.* Ed. Record, 1993.

Ribeiro, Darcy. *Ensaios Insólitos.* L&PM Editores.

Ribeiro, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos – Como o Brasil deu no que deu.* Editora Guanabara.

Ribeiro, Darcy. *Confissões.* Companhia das Letras, 1997.

Ryff, Raul. *O Fazendeiro Jango no Governo.* Avenir Editora.

Silva, Hélio. 1954: *Um tiro no coração.* Civilização Brasileira.

Silva, Hélio. 1964: *Golpe ou Contragolpe?.* Civilização Brasileira, 1975.

Skidmore, Thomas E. *Uma história do Brasil.* Paz e Terra/SP, 1998.

Skidmore, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castelo.* Editora Saga, 1969.

Smith, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado – O consentimento da imprensa à censura no Brasil.* Edittora FGV, 2000.

Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* Edições do Graal, 1977.

Tavares, Flávio. *Memórias do Esquecimento.* Editora Globo, 3ª edição, 1999.

Tendler, Silvio; Dias, Maurício. *Jango: como, quando e por que se depõe um presidente.* L&PM Editores, 1984.

Till, Enedy Rodrigues. *História da Faculdade de Direito – 1900-2000.* Martins Livreiro-Editor

Toledo, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64.* Ed. Brasiliense, 1985.

Toledo, Caio Navarro de. *Os impasses e as ambigüidades do governo Goulart.* Unidade Editorial, 1994.

Victor, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco.* Editora Civilização Brasileira, 1965.

Wainer, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter.* Ed. Record, 1988.

Yong, Jordan. Brasil: *1954/1964: Fim de um ciclo civil.* Editora Nova Fronteira.

OUTRAS FONTES DE PESQUISA

Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Editora Forense.

Biblioteca e Memorial da Assembléia Legislativa.

Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Depoimentos : Nós e a Legalidade. IEL, 1991.

Discursos em homenagem a Getúlio Vargas e João Goulart. Câmara dos Deputados, Brasília.

Tese de mestrado *Os Vanguardeiros do Anticominismo: O PRP e os perrepistas no RS. 1961-1966.* Ângela Flach.

Ação Governamental de João Goulart. IBGE, 1964.

Desenvolvimento e Independência. IBGE, 1962.

Arquivos da Faculdade de Direito da UFRGS - Caixa nº 1366 D (J-G)

Arquivos do Colégio Anchieta - 1932

Jornais: Última Hora, Diário de Notícias, Correio do Povo, Jornal do Brasil e Folha da Tarde.